



# UNIVERSIDAD DE LEÓN

## Departamento de Educación Física y Deportiva

Las actividades corporales en Portugal durante los siglos XIV y XV. Análisis de las obras de Don Joao I y Don Duarte

NUNO MIGUEL LOURENÇO MARTINS CAMEIRA SERRA

**LEÓN, 2010**



# UNIVERSIDAD DE LEÓN

## Departamento de Educación Física y Deportiva

Las actividades corporales en Portugal durante los siglos XIV y XV. Análisis de las obras de Don Joao I y Don Duarte

### **Tesis doctoral**

**Realizada por:**

Nuno Miguel Lourenço Martins Cameira Serra

**Dirigida por:**

Prof. Doutor Eduardo Álvarez del Palacio

**Departamento:**

Educación Física y Deportiva

NUNO MIGUEL LOURENÇO MARTINS CAMEIRA SERRA

**LEÓN, 2010**





Universidad de León

## INFORME DEL DIRECTOR DE LA TESIS

(Art. 11.3 del R.D. 56/2005)

El Dr. D. Eduardo Álvarez del Palacio como Director\* de la Tesis Doctoral titulada “Las actividades corporales en Portugal durante los siglos XIV y XV. Análisis de las obras de Don Joao I y Don Duarte” realizada por D. Nuno Miguel Lourenço Martins Cameira Serra en el Departamento de Educación Física y Deportiva, informa favorablemente el depósito de la misma, dado que reúne las condiciones necesarias para su defensa.

Lo que firmo, para dar cumplimiento al art. 11.3 del R.D. 56/2005, en León a \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\*Si la Tesis está dirigida por más de un Director tienen que constar los datos de cada uno y han de firmar todos ellos.



*Aos meus pais*

*Ao Pedro, à Susana e à Inês*

*À Carolina*



# ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA .....	1
--------------------------------	---

## PARTE I - AS ACTIVIDADES LÚDICAS E CORPORAIS NO LIVRO DA MONTARIA

### **CAPÍTULO I - D. JOÃO I: O REI, O MONTEIRO E O ESCRITOR .....** 27

1. PORTUGAL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIV PARA O SÉCULO XV .....27
2. REGER E MONTEAR: ENTRE O DEVER E O PRAZER .....47
3. O LIVRO DA MONTARIA. ESTRUTURA DA OBRA .....60

### **CAPÍTULO II - DOS PEQUENOS JOGOS ÀS ACTIVIDADES REQUINTADAS DOS NOBRES.....** 71

1. APRESENTAÇÃO .....71
2. OS PEQUENOS JOGOS .....74
3. O JOGO DE «SOLAZ E DE PRAZER» .....82

### **CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS CORPORAIS COMO PREPARAÇÃO PARA A GUERRA** 87

1. AS LIGEIRICES E A BRAÇARIA .....87
2. OS FORMOSOS JOGOS DA JUSTA E DO TORNEIO.....91
3. O JOGO DOS REIS: A MONTARIA..... 110

### **CAPÍTULO IV - DE UMA LONGA REGÊNCIA A UM CURTO REINADO .....** 133

1. UM REINADO FERIDO PELO “DESASTRE DE TÂNGER” ..... 133
2. O *LIVRO DA ENSINANÇA*. ESTRUTURA DA OBRA ..... 145

## PARTE II - D. DUARTE E AS ACTIVIDADES EQUESTRES

### **CAPÍTULO V - OS JOGOS E AS ACTIVIDADES CORPORAIS NO *LIVRO DA ENSINANÇA*** ..... 157

1. INTRODUÇÃO ..... 157
2. AS JUSTAS, OS TORNEIOS E OUTROS JOGOS EQUESTRES ..... 160
3. OUTRAS ACTIVIDADES LÚDICAS E CORPORAIS REFERENCIADAS POR D. DUARTE ..... 177

<b><u>CAPÍTULO VI - D. DUARTE E O ENSINO DA ARTE DA EQUITACÃO.....</u></b>	<b>189</b>
1. DA APOLOGIA DA EQUITACÃO AO ENSINO DAS TÉCNICAS .....	189
2. DO QUERER AO PODER .....	193
3. A POSTURA DO BOM CAVALEIRO .....	198
4. O CONCEITO DE MEDO EM D. DUARTE.....	205
5. AS PREOCUPAÇÕES COM A SEGURANÇA E OS PERIGOS.....	212
6. OS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICO-DIDÁCTICOS DE D. DUARTE.....	219

PARTE III- CONTRIBUTOS DE D. JOÃO I E D. DUARTE PARA AS CIÊNCIAS DO DESPORTO

<b><u>CAPÍTULO VII - DA CAÇA NO MONTE À ARTE DA EQUITACÃO .....</u></b>	<b>235</b>
1. INTRODUÇÃO .....	235
2. AS MUDANÇAS SOCIAIS E AS PRÁTICAS DO CORPO.....	235
3. O CULTO DO CORPO EM D. JOÃO I E D. DUARTE .....	245
4. JOGOS REFERENCIADOS E OMITIDOS NO LIVRO DA MONTARIA E NO LIVRO DA ENSINANÇA .....	252

<b><u>CAPÍTULO VIII -DAS ACTIVIDADES CORPORAIS DOS SÉCULOS XIV E XV AO</u></b>	
<b><u>DESPORTO DA ACTUALIDADE .....</u></b>	<b>269</b>
1. DO JOGO AO DESPORTO.....	269
2. A CAÇA GROSSA, A EQUITACÃO E A GUERRA.....	284
3. CONTRIBUTOS DOS REIS DE AVIS PARA AS CIÊNCIAS DO DESPORTO.....	290

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>303</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>313</b>
<b>RESUMO EM ESPANHOL.....</b>	<b>335</b>

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Na primeira metade do século XV foram redigidas as primeiras grandes obras da literatura portuguesa essencialmente preocupadas com o culto do corpo: o *Livro da Montaria* e o *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Curiosamente, os autores destes livros são os dois primeiros monarcas da segunda dinastia, dita *de Avis*, D. João I e seu filho D. Duarte.

D. João I (1357-1433), Mestre de Avis e posteriormente coroado como décimo rei de Portugal, exerceu o seu longo reinado entre 1385 e 1433. Tão repleta de êxitos bélicos foi a sua acção governativa, tendo em vista a consolidação do reino lusitano, que o nome do monarca ficou perpetuado com o epíteto de “o de Boa Memória”. Este rei escreveu o *Livro da Montaria* presumivelmente entre 1415 e 1433, ou seja, já na última fase da sua vida<sup>1</sup>.

A primeira edição da obra foi concretizada a partir do manuscrito depositado na Biblioteca Nacional. Tem data de 1918 e é da responsabilidade de Francisco Maria Esteves Pereira, que também redigiu a respectiva introdução<sup>2</sup>. Foi precisamente nesta edição que nos baseámos para analisar, transcrever e citar partes do respectivo texto.

Decorreram sessenta e três anos até ser dada à estampa uma nova edição do livro, coordenada por Lopes de Almeida, e, mais recentemente, saiu à luz a versão anotada por Manuela Mendonça<sup>3</sup>.

---

1 Cf. MONTEIRO, J. G., “Orientações da cultura da corte na 1.<sup>a</sup> metade do século XV (A literatura dos príncipes de Avis), *Vértice*, 5, II<sup>a</sup> Série, 1998, p. 95.

2 D. JOÃO I, *Livro da Montaria* feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, com Introdução de Francisco Maria Esteves Pereira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918.

3 D. JOÃO I, *Livro da Montaria*, edição de M. Lopes de Almeida, Col. Tesouros da Literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981; idem, *Livro de Montaria* feito

Embora a originalidade da obra de D. João I não seja contestada, é provável que o título e parte do texto tenham sofrido a influência do *Libro de la Monteria*, da autoria do rei Alfonso XI de Castela, surgido na primeira metade do século XIV<sup>4</sup>. Deve mencionar-se, a este respeito, que a referida obra de Alfonso XI fazia parte do acervo da biblioteca de D. Duarte<sup>5</sup>, podendo assim supor-se que já seu pai a possuía.

Francisco Maria Esteves Pereira, que, como vimos, foi o responsável pela primeira edição do *Livro da Montaria*, admite que na redacção do manuscrito possa ter havido uma forte intervenção de Martim Afonso de Melo, grande monteiro e autor de diversas obras literárias. No entanto, parece aceitar que as descrições mais técnicas vertidas por D. João I para o texto do livro tenham sido baseadas na sua própria experiência ou em opiniões de peritos na prática da montaria. Esta colaboração é, aliás, em diversas ocasiões, confirmada no texto pelo próprio rei<sup>6</sup>.

Procurando desfazer algumas dúvidas que pudessem subsistir sobre esta questão, Maria Manuela Gomes procedeu a uma confrontação pormenorizada da estrutura e do conteúdo das referidas obras de Afonso XI de Castela e de D. João I de Portugal. Nas suas conclusões refere que, enquanto o tema central do texto do monarca castelhano se prende com a *montaria* especificamente relacionada com a caça ao veado, no seu livro, D.

---

por D. João I de Portugal, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras – Editores, Ericeira, 2003.

<sup>4</sup> SARAIVA, A. J., *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Editorial Gradiva, Lisboa, 1998, p.16. A mesma opinião é manifestada por MONTEIRO, J. G., *op. cit.*, p. 95.

<sup>5</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática com transcrição de João José Alves Dias e introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, pp. 206 e ss.

<sup>6</sup> D. JOÃO I, Capítulos II, XII e XIII.

João I focaliza a sua atenção, de um modo quase exclusivo, na caça ao porco-montês<sup>7</sup>.

Além disso, apesar de se verificarem algumas semelhanças entre as duas obras homólogas quanto à sua estruturação, a autora afirma que o livro de D. Afonso XI pode considerar-se uma compilação de textos de diversas proveniências e não um trabalho individual e homogéneo<sup>8</sup>. Ao contrário, D. João I declara textualmente ter sido o único autor da sua obra, não apresentando, porém, as fontes escritas em que se inspirou para a elaborar.

Com efeito, segundo Maria Manuela Gomes, além de o rei português nunca aludir a uma possível inspiração no texto atribuído a D. Afonso XI, ele explica claramente que o *Livro da Montaria* foi surgindo a partir da sua própria experiência como monteiro e ainda de longas conversas mantidas com outros caçadores<sup>9</sup>.

A este respeito, Manuela Gomes acredita que, se no respeitante aos conteúdos estritamente cinegéticos o rei poderá ter-se apoiado no texto do livro castelhano, já no que concerne à caça ao porco-montês a informação facultada pelo seu livro "...não se encontra, até à data, em qualquer outra obra"<sup>10</sup>.

Como terá surgido o gosto pela escrita em D. João I? Na verdade, não são conhecidos os estudos literários que o monarca, investido aos sete anos nas funções de Mestre da Ordem de Aviz, tivesse prosseguido. Sabe-se apenas que foi criado pelos frades da mesma ordem e se exercitou no manejo das armas e na cavalaria.

Contudo, Francisco Esteves Pereira reconhece que o rei D. João I, para além destes conhecimentos, possuía uma "notável instrução geral", que

---

<sup>7</sup> GOMES, M. M., *O homem, o animal e a floresta: Uma abordagem no Livro da Montaria de D. João I de Portugal*, Tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, Braga, 1997, pp. 97 e ss.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 86.

foi aprofundando após a sua coroação, apesar do pouco tempo que lhe deixavam as fastidiosas tarefas do desembargo e as guerras com Castela<sup>11</sup>.

São notórias e marcantes as influências que as concepções de Aristóteles e de outros autores gregos da Antiguidade Clássica, como Xenofonte, exerceram neste monarca, aspecto que é devidamente realçado por Maria Helena Prieto. Esta autora chama a atenção para o facto de as traduções vertidas para o latim das principais obras de Platão, Aristóteles e Xenofonte terem acontecido antes de 1300, pelo que já deveriam ser conhecidas na corte portuguesa<sup>12</sup>.

O *Livro da Montaria* é uma obra de cariz eminentemente técnico e narrativo, cujo objecto respeita ao exercício da caça grossa, sobretudo do porco-bravo, realizada a cavalo, em plena natureza. Como se depreende da descrição pormenorizada e quase fotográfica de D. João I, a montaria era uma prática colectiva, baseada na interacção de esforços de vários intervenientes, com papéis e estatutos diferenciados, tendo em vista a consecução de um objectivo comum.

O resultado da empresa surgia apenas depois de transcorrido um demorado processo, que envolvia os esforços preliminares desenvolvidos na detecção do rasto do porco-montês e a sua posterior perseguição, aproximação e morte. Tratava-se, portanto, de uma caça de proximidade, baseada em estratégia complexa, realizada sem recurso a armas de médio e longo alcance, privilegiando deste modo o confronto directo entre o caçador e a presa.

Além de aludir aos procedimentos técnicos aconselhados nesta actividade cinegética, D. João I procede à narração minuciosa dos ambientes naturais onde ela decorria e das múltiplas sensações que proporcionava aos monteiros. Num vocabulário *sui generis*, como se usava

---

<sup>11</sup> PEREIRA, F. M. E., “Introdução”, in *Livro da Montaria* feito por D. João I..., op. cit., p. XVII.

<sup>12</sup> PRIETO, M. H., “Bibliografia Clássica do Livro da Montaria de D. João I”, in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, 1992, p. 79.

na época, o rei procura descrever os sítios, as paisagens, as cores, os sons e os cheiros característicos dos locais onde decorriam as actividades da *montaria*. Denotando grandes preocupações de pormenor, D. João I descreve as características dos montes, matagais e charnecas que serviam de cenário à caça grossa numa linguagem que parece brotar directamente dos sentidos.

Efectivamente, a sua narrativa surge-nos tão real e autêntica que, com a leitura da obra, quase nos sentimos transportados para os campos floridos, calcados pelo tropel dos cavalos e pela correria dos cães, em madrugadas húmidas. Neste quadro, as palavras escritas pelo primeiro rei da Dinastia de Avis no *Livro da Montaria* permitem ao leitor perceber a cor das paisagens, o odor das plantas e a quietude dos locais. Também a observação meticulosa dos animais e das suas características se encontra bem reflectida no texto, num “...empirismo lúdico de extraordinária acuidade de visão”, como sublinha Mário Martins<sup>13</sup>.

Além disso, o monarca procura descrever as emoções que o «jogo de andar ao monte» proporcionava aos monteiros, enaltecendo assim as virtualidades deste tipo de actividade cinegética. Com efeito, a *montaria* é por ele considerada, no prólogo da sua obra, como um exercício «...bão, e tam proveitoso, que em sua bondade passa todollos jogos, a que ora dizem manhas...»<sup>14</sup>.

Referindo-se ao estilo literário do *Livro da Montaria*, Francisco Esteves Pereira observa que o mesmo é claro e “...sempre nobre e grave, como convém a uma obra didáctica, mas sem ser pesado”. Efectivamente, no seu texto, o rei D. João I mantém o discurso “...a uma altura

---

<sup>13</sup> MARTINS, M., “Experiência e Conhecimento da Natureza no Livro da Montaria”, *Separata da Revista Portuguesa de Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1957, p. 7.

<sup>14</sup> D. JOÃO I, *Livro da Montaria* feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, Introdução de F. M. Esteves Pereira, op. cit., p. 3.

correspondente à sua própria majestade, quer ordenando como rei, quer ensinando como monteiro muito experimentado”<sup>15</sup>.

Por sua vez, *O Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*<sup>16</sup>, escrito por D. Duarte (1391-1438) – filho de D. João I e seu sucessor –, pode considerar-se o primeiro tratado de equitação da literatura europeia surgido após a Antiguidade. Realmente, quer pelos autores citados, quer pelas obras que constituíam o acervo da sua biblioteca, é pouco provável que D. Duarte tenha tido conhecimento do famoso tratado *Hippiké*, de Xenofonte, nem tão pouco do livro de Kikulli, escrito em 1490 a.C.<sup>17</sup>. Com efeito, a obra de Xenofonte, escrita em 360 a.C., só foi traduzida para o italiano em 1580, pelo que não deverá ter exercido qualquer influência em D. Duarte<sup>18</sup>.

A ser assim, verificamos, tal como advoga Joseph Piel<sup>19</sup>, que o *Livro da Ensinança* antecedeu notoriamente o tratado *Gli ordini di cavalcare*, da autoria do italiano Frederico Grisone, saído à luz em 1550, portanto um século depois daquele<sup>20</sup>.

O próprio D. Duarte, quando no prólogo enuncia o objecto desta sua obra, afirma textualmente não conhecer «... outro [autor] que sobr'elle

---

<sup>15</sup> PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*, Introdução, p. XIII.

<sup>16</sup> Também conhecido por Livro da Ensinança ou Livro do Cavalgar.

<sup>17</sup> Carlos Pereira, na esteira de outros autores, considera as *Tábuas* hititas de Kikulli o mais antigo tratado de equitação. PEREIRA, C. H., *Étude du premier traité d'équitation portugais: Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, du roi Dom Duarte*, Édition L'Harmattan, Paris, 2001, p. 25. No “Préface” deste livro é referido ainda outro autor grego, Simon d'Athènes, mestre de Xenofonte, que em 424 a.C. escreveu um livro sobre a arte equestre. *Op. cit.*, p. 9.

<sup>18</sup> A versão italiana tem como título *Il modo del cavalcare scritto da Xenofonte*. Cf. DIAS, I., *op. cit.*, p. 89.

<sup>19</sup> PIEL, J., “Prefácio». In D. Duarte, *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986, p. IX.

<sup>20</sup> Grisone foi discípulo de Giovanni Pignatelli, mestre da escola de equitação de Nápoles, famosa em toda a Europa, nos princípios do século XVI. Cf. PIEL, J., *op. cit.*, p. IX.

geeralmente screvesse», mencionando, além disso, o prazer que sente em «... poer esta scyencya primeiro em scripto»<sup>21</sup>.

Efectivamente, antes do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança* terem sido redigidos, em Portugal eram conhecidas poucas obras de cariz essencialmente técnico. Entre estas, surgiram à luz, a partir de meados do século XIV, o *Livro da Cetraria* e o *Tratado das enfermidades das aves de caça*.

No entanto, o conteúdo destes livros, cujo autor se desconhece, estava, como os seus títulos nos elucidam, mais relacionado com as actividades cinegéticas nas quais as aves amestradas desempenhavam um papel central.

Além destas obras, foi conhecido na época o *Livro d'Alveitaria*, organizado por mestre Giraldo, médico de el-rei D. Dinis, e o *Livro de Falcoaria*, da autoria de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando. Todavia, os propósitos destas obras são também muito afastados dos que levaram D. Duarte a redigir o *Livro da Ensinança*<sup>22</sup>. No *Livro d'Alveitaria*, mestre Giraldo procede à recolha e compilação de textos respeitantes à área do saber que actualmente se designa por medicina veterinária. No entanto, este autor consagra três capítulos do texto da obra ao ensino do cavalo. Para o efeito, aconselha a adopção de progressões no processo de aprendizagem, aludindo aos diferentes tipos de andamento e trajectórias a seguir<sup>23</sup>.

Como referimos, conquanto já fossem conhecidas na época, as referidas obras não devem ter exercido grande influência na redacção do *Livro da Ensinança*. Esta ideia facilmente se instala no espírito do leitor

---

<sup>21</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, *op. cit.*, p. 3. Este monarca não se limitou simplesmente a escrever. Fê-lo sobre algo que experimentou e aprendeu «por grande costume», apenas em português, sem recorrer ao latim, como era costume falar-se no seu tempo.

<sup>22</sup> DIAS, I., *op. cit.*, p. 19.

<sup>23</sup> As fontes principais do *Livro d'Alveitaria* foram as obras de Teodorico e Jordanus Rufus. Cf. GOMES, M. M., *op. cit.*, pp. 81-83.

quando D. Duarte informa que reconhece nos assuntos versados nestes tratados importância para a formação do nobre. Contudo, acaba por não os abordar nesta sua obra por vários motivos: para não dilatar a extensão do seu livro; porque outros já haviam escrito sobre eles; e ainda por não constituírem uma área em que tivesse grande experiência<sup>24</sup>.

Joseph Piel, no prefácio ao *Livro da Ensinança*, refere que mais tarde, somente no século XVII, saíram a público quatro tratados de equitação redigidos por autores portugueses: *Tratado da gineta ordenado de vinte e quatro perguntas que hum curioso lhe mandou perguntar*, de Frei Pedro Gallego, em 1629; *Tratado da cavallaria da gineta, com a doutrina dos melhores authores*, de Francisco Pinto Pacheco, em 1670; *Arte de cavallaria de gineta; bom primor de ferrar; e alveitaria, dividida em tres tratados, que contem varios discursos e experiencias desta Arte*, de António Galvam de Andrade, em 1678; e *Instrução da cavallaria da brida, com hum copioso tratado da alveitaria*, de António Pereyra Rego, publicado em 1679<sup>25</sup>. Embora editada em data posterior, reconhecemos também um particular interesse, dada a sua extensa e pormenorizada descrição dos jogos equestres, à obra monumental de Manuel Carlos de Andrade, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, saída a público em 1790<sup>26</sup>.

Arminda Fernandes, por sua vez, destaca duas obras, entre muitas outras de idêntico âmbito publicadas em Espanha nos finais do século XVI: o *Tratado de la cavalleria de la gineta*, de P. Aguilar, em 1572, e o *Libro de ejercicios de la gineta*, de Vargas Machuca, em 1600<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 12 e 14.

<sup>25</sup> PIEL, J., *op.cit.*, p. XX.

<sup>26</sup> ANDRADE, M. C., *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria* (1790), 3ª edição, Dinalivro, Lisboa, 1997.

<sup>27</sup> Cf. FERNANDES, A., *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*, Tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, Braga, 1999 (texto policopiado), p. 153.

D. Duarte foi considerado um dos monarcas mais ilustres e eruditos do seu tempo, muito estudioso e possuidor duma vasta biblioteca, facto que não era habitual na época<sup>28</sup>.

Segundo o historiador Oliveira Marques, há muito tempo que existiam livros na corte portuguesa. Porém, foi o rei D. Duarte que fez aumentar o seu número, chegando o respectivo acervo bibliográfico a perfazer oitenta e três volumes, versando os mais variados assuntos. Com efeito, a biblioteca pessoal deste monarca cobria diversos domínios do saber, pois compreendia obras de religião, ética e bons costumes, romances de cavalaria, tratados “técnico-científicos”, manuais de direito e administração, livros clássicos de autores greco-latinos e de filosofia<sup>29</sup>.

O *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* é um manual de arte equestre e de exercícios físicos e jogos aconselhados aos nobres, que, neste particular, surge na linha de preocupações da obra escrita por seu pai. Apesar da bibliografia a que certamente teve acesso, no texto do *Livro da Ensinança* D. Duarte apenas faz referência a quatro obras: o *Livro de Montaria*, o *Livro do Regimento dos Príncipes*, de Egídio Romano, o livro de Vegécio, e, segundo Joseph Piel, o *Livro das Coações dos Santos Padres do Egipto*, da autoria de João Cassiano<sup>30</sup>.

Uma destas fontes bibliográficas, o *Institutorum Rei Militaris*, versava directamente sobre a ciência e a arte da guerra. Apesar de escrito por Flávio Vegécio Renato no século IV, durante o período imperial romano, este notável manual de estratégia, táctica e logística da arte e da ciência bélicas continuou a ser muito reconhecido, como vimos, até ao final dos tempos medievais.

Adrian de Man sublinha a importância exercida pelo tratado de ciência militar de Vegécio, que considera, no género, o livro mais copiado e

---

<sup>28</sup> SARAIVA, A. J. *op. cit.*, p. 218.

<sup>29</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H., *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 5ª edição, 1987, p. 181.

<sup>30</sup> Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 89, 106, 116 e 119.

traduzido no mundo ocidental. Segundo este autor, esta obra exerceu elevada influência na guerra medieval, fosse nas concepções referentes à preparação dos soldados, fosse mesmo nos domínios da estratégia e da táctica. Reconhecendo também a sua importância, o rei Ricardo Coração de Leão fazia-se acompanhar do *Rei Militaris* em todas as suas campanhas bélicas<sup>31</sup>. Em Portugal, Rui de Pina atribuiu a tradução do referido tratado militar ao infante D Pedro, irmão de D. Duarte.

As ideias de Egídio Romano, autor do *De Regimine Principum*, livro dedicado a Filipe-o-Belo, de quem era preceptor, também parecem ter merecido um grande acolhimento junto de D. João I e de D. Duarte, influenciando assim a sua actividade governativa. O cronista Rui de Pina atribuiu uma vez mais ao infante D. Pedro a tradução desta obra, que veio a desaparecer, tal como sucedeu ao livro de Vegécio, sem deixar qualquer vestígio.

O texto do livro de Egídio Romano era tido em tão elevada conta por D. João I, que o rei, durante a tomada de Ceuta, decidiu ler algumas das suas passagens às tropas portuguesas<sup>32</sup>.

Apesar do seu inegável interesse, o *Livro da Ensinança* teve pouca repercussão internacional. Este estranho alheamento deve-se, certamente, ao facto de o manuscrito ter sido conhecido apenas no século XIX. Mesmo em Portugal, de um modo inexplicável, a obra não mereceu grande referência dos cronistas<sup>33</sup>, pelo que foi ignorada até essa altura. E,

---

<sup>31</sup> MAN, A. de, “Estudo Introdutório”: in Vegécio, *Tratado de Ciência Militar*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, pp. 21-24. Não obstante o tratado militar de Vegécio ter ficado registado no catálogo da biblioteca deste monarca, acabou por desaparecer posteriormente. *Idem, ibidem*.

<sup>32</sup> Egídio Romano ficou conhecido por diversos nomes: Egídio Colonna, Frei Gil de Roma, Frei Gil Correado e Gil Correia. Cf. AMADO, T., *op. cit.*, pp. 103,104 e 106. Segundo Oliveira Martins, “... nem uma noite D. João I passava sem o ter à cabeceira”. Cf. OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p. 114.

<sup>33</sup> Apenas Rui de Pina se lhe refere secamente, usando para o efeito poucas palavras: [D. Duarte] «fez huu livro de Regimento pera os que costumarem andar a cavallo». PINA, R.,

lamentavelmente, ainda hoje se mantém na penumbra, não sendo bem conhecida por grande parte dos estudiosos das Ciências do Desporto<sup>34</sup>.

Na opinião de Sílvio Lima, este escrito de D. Duarte não excede, em termos de conteúdos técnicos, o *Livro da Montaria*, apesar de o seu âmbito ser mais amplo, por compreender, de forma pormenorizada, áreas complementares, como a luta, o manejo da espada e o uso da lança, na justa. Porém, na opinião daquele ensaísta, sobreleva-o grandemente no que concerne às finalidades pedagógico-didáticas, que são muito mais evidenciadas e desenvolvidas no *Livro da Ensino*. Neste quadro, Sílvio Lima advoga que D. Duarte pode considerar-se "...o português que mais fina e profunda consciência teve da *pedagogia desportiva*"<sup>35</sup>.

Facilmente se nota que, embora de modo diverso, ambas estas obras literárias se preocupam em enaltecer a importância do cavalo e da arte de cavalgar. Porém, enquanto no *Livro da Montaria* D. João I exalta o exercício da caça ao porco-bravo, realizada a cavalo, nos montes e descampados, seu filho D. Duarte, no *Livro da Ensino*, valoriza sobremaneira o ensino sequente e faseado das técnicas da arte de bem cavalgar qualquer montada.

O tema central da presente investigação respeita às actividades corporais descritas ou apenas mencionadas no *Livro da Montaria* e no *Livro*

---

*Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Tesouros da literatura e da história, Lello & Irmão Editores, Porto, 1997 p. 495. Considerados por vezes discutíveis e superficiais, os dados fornecidos pelos cronistas são fundamentais para a compreensão do período medieval. Apesar de as crónicas da época não terem dado grande relevo às duas obras em torno das quais se centra a nossa investigação, consideramos o seu contributo essencial porque, conquanto não falem dos livros, caracterizam os reis-autores, o seu temperamento, os feitos mais relevantes e a sociedade da época.

<sup>34</sup> LIMA, S., *Ensaio sobre o Desporto*, 2.<sup>a</sup> edição, ME/DGD, Lisboa, 1987, pp. 37 e 38. Sílvio Lima foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com vasta obra publicada, entre 1930 e 1950, na área da história e do ensaio, com importantes incursões no domínio do desporto.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

da *Ensinança de bem cavalgar toda sela*, obras emblemáticas da literatura portuguesa dos finais do período medieval<sup>36</sup>. Através da sua análise, pretendemos encontrar respostas para as seguintes questões que, à partida, nos afrontam:

- Que importância foi reconhecida por D. João I e D. Duarte ao culto do corpo, em termos de preparação militar?
- Para além das práticas equestres, que outras actividades físicas e lúdicas os dois reis portugueses referenciaram nas suas obras? E quais as que, sendo praticadas ao tempo, não foram mencionadas?
- Que princípios e estratégias foram aconselhados por estes monarcas no ensino dos exercícios físicos?
- Que tipo de incursão foi efectuada por D. João I e D. Duarte na área que actualmente se designa por Ciências do Desporto?

Ao desenvolvermos o nosso estudo, tivemos como principal finalidade analisar o conteúdo das duas referidas obras, de forma a obtermos um conhecimento profundo e rigoroso do pensamento dos respectivos autores. Deste modo, é nosso propósito perceber:

- a importância que, no final do período medieval, foi atribuída pelos nobres às actividades corporais;
- os princípios pedagógico-didácticos fundamentais que, nas suas obras literárias, são advogados por D. João I e D. Duarte no

---

<sup>36</sup> Afonso Botelho, no prefácio ao *Leal Conselheiro*, da autoria de D. Duarte, considera que este rei constitui um ponto de viragem, ao afirmar que, com ele, teve início em Portugal "...a autonomia do pensamento e da prática que constituem a época pré-moderna". BOTELHO, A., "Prefácio", in D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, Colecção Pensamento Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. VIII.

processo de ensino-aprendizagem da montaria e da equitação, respectivamente;

- a atenção que estes reis dispensaram, nos seus livros, às questões técnicas e científicas que actualmente se situam no vasto âmbito das Ciências do Desporto.

Procurámos, anteriormente, defender o interesse do presente estudo, cuja pertinência e actualidade se justificam, a nosso ver, por três razões fundamentais:

1. O elevado interesse que a análise aprofundada e rigorosa do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinhança de bem cavalgar toda sela* apresenta para a História da Educação Física e do Desporto em Portugal.
2. A importância que deve reconhecer-se a D. João I e D. Duarte como possíveis precursores da Psicologia e da Pedagogia das Actividades Físicas e do Desporto.
3. A inexistência, tanto quanto sabemos, de estudos centrados nas referidas obras segundo as perspectivas enunciadas nos dois pontos anteriores<sup>37</sup>.

Na Idade Média, tal como ainda sucede em grande parte nos tempos actuais, as actividades físicas e toda a sorte de divertimentos estavam relacionados com a posição social e as possibilidades económicas das populações.

---

<sup>37</sup> Registamos, contudo, duas excepções: o capítulo *O desporto, o medo e D. Duarte*, inserido por Sílvio Lima na sua obra *Ensaio sobre o Desporto*, Lisboa, 1937, no qual o autor faz a análise do *Livro da Ensinhança* sob uma perspectiva que pode inserir-se na área da Filosofia do Desporto e o estudo de Rogério Fernandes, “D. Duarte e a Educação Senhorial”, integrado na *Separata da Revista Vértice*, n.º 37, Coimbra, 1978, pp. 3-44, baseado na análise do *Livro da Ensinhança*.

Além de associadas à gestão do tempo, do espaço e dos objectos materiais, como sucedeu sempre em todas as épocas e circunstâncias, as práticas lúdicas e corporais constituíam um processo de identificação e afirmação social. A este respeito parecem-nos bem elucidativas as seguintes palavras de Vicente Pedraz, respeitantes às actividades lúdicas da Idade Média:

“... a distribución social de las diferentes prácticas lúdicas medievales puede explicarse, especialmente, como el resultado de las luchas de poder entre las distintas capas sociales por mantener u obtener algún grado de hegemonía social; digamos que por obtener o mantener, una cierta identidad, un cierto dominio y, en todo caso, la distinción de clase. Lo que, en cierto modo, hizo que existieran juegos cultos y juegos vulgares, juegos de caballeros y juegos de plebeyos, juegos permitidos y juegos prohibidos. Y es que, en definitiva, el juego como el vestido, la pose, la palabra o el gusto, es también un espacio de poder, muy especialmente en la medida en que su práctica representa disponibilidad de energía y de tiempo en una época precária para la gran mayoría”<sup>38</sup>.

Deste modo, julgamos de todo o interesse perceber, a partir do texto das duas obras referenciadas, quais as actividades lúdicas e corporais que habitualmente eram praticadas pela nobreza portuguesa no final do período medieval. Mais importante ainda, cumpre-nos verificar as relações que podem estabelecer-se entre esses exercícios corporais e o tempo livre, os espaços privados, comunitários ou naturais onde decorriam e os materiais e equipamentos que a sua prática requeria.

Como já referimos, acreditamos que o presente estudo pode considerar-se, em Portugal, a primeira análise do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* na perspectiva das actividades físicas e lúdicas que ali são relatadas e preconizadas.

---

<sup>38</sup> VICENTE PEDRAZ, M., “El juego en el medievo”. In S. Garcia Blanco (Coord.), *VII Simposium Historia da Educación Física*, Universidad de Salamanca, 1999-2000, p. 52.

É certo que qualquer das duas obras foi eleita como tema central de diversas investigações, desenvolvidas segundo perspectivas históricas, filológicas ou filosóficas, bem distintas portanto daquela que nos norteia. Realmente, o *Livro da Montaria* constituiu o objecto de estudo da Tese de Mestrado de Maria Manuela Gomes, em História e Cultura Medievais, intitulada *O homem, o animal e a floresta: Uma abordagem ao Livro da Montaria de D. João de Portugal*, defendida na Universidade do Minho, em 1997. O propósito da autora foi a análise da obra de D. João I numa óptica essencialmente cultural e linguística<sup>39</sup>.

No mesmo ano, Isabel Dias publicou *A Arte de ser Bom Cavaleiro*, livro baseado no texto da sua tese de mestrado em Literatura Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa<sup>40</sup>. Como o título deixa perceber, o estudo, embora centrado na obra do rei D. Duarte, teve como intuito fundamental "... mostrar a sua relevância literária no conjunto da prosa didáctica medieval"<sup>41</sup>.

Em 1998, Maria Dalila Oliveira defendeu, na Universidade do Minho, a Tese de Mestrado em História e Cultura Medieval subordinada ao título *D. Duarte, Educador: Uma Abordagem Interdisciplinar das Relações da Vontade com a Razão no Livro da Ensino de Bem cavalgar toda Sela*<sup>42</sup>, com preocupações eminentemente filosóficas.

Também à Universidade do Minho foi submetida por Arminda Martins Fernandes, em 1999, a tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, intitulada *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*. A finalidade do estudo desta autora consistiu essencialmente em relevar a importância socioeconómica

---

<sup>39</sup> GOMES, M.M., *O homem, o animal e a floresta*. Tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, Braga, 1997.

<sup>40</sup> DIAS, I., *A Arte de ser Bom Cavaleiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 15. A perspectiva da autora surge na esteira de Rodrigues Lapa e Joseph Piel.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, M. D., *D. Duarte, Educador: Uma Abordagem Interdisciplinar das Relações da Vontade com a Razão no Livro da Ensino de Bem cavalgar toda Sela*, Tese de Mestrado em História e Cultura Medieval, Universidade do Minho, Braga, 1998.

do cavalo no período medieval. Para o efeito, Arminda Fernandes baseou-se, em grande parte, nos textos do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensino*.

Em 2001, Carlos Henrique Pereira publicou, em França, a obra *Étude du premier traité d'équitation portugais: Livro da ensino de bem cavalgar toda sela du roi Dom Duarte*. O seu propósito fundamental prendeu-se com a questão técnica referente à evolução da equitação militar para a equitação clássica<sup>43</sup>.

Apesar de termos focalizado a nossa atenção sobre estas investigações, que, tal como o presente estudo, se debruçaram sobre as obras de D. João I e D. Duarte, não foram elas as fontes principais de que nos socorremos, dadas as perspectivas dissemelhantes que nortearam os respectivos autores. Na verdade, mais do que a mera revisão destes recursos bibliográficos, considerámos fundamental a análise das fontes primárias, ou seja, das obras literárias que constituem o objecto essencial do nosso estudo: o *Livro da Montaria* e o *Livro da Ensino de bem cavalgar toda sela*.

Neste sentido, mostrou-se aos nossos olhos particularmente importante, em relação ao *Livro da Montaria*, a primeira edição da obra, da qual foi responsável Francisco Maria Esteves Pereira<sup>44</sup>, em 1918. Esta publicação foi feita directamente a partir do manuscrito pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, a que anteriormente aludimos. Foi desta edição que retirámos todas as citações de D. João I. Também a edição da mesma obra, com introdução e notas de Lopes de Almeida, pertencente à colecção “Tesousos da Literatura e da História”, bem como a que foi da responsabilidade de Manuela Mendonça mereceram a nossa análise<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> PEREIRA, C. H., *op. cit.*, p. 21.

<sup>44</sup> PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*

<sup>45</sup> D. JOÃO I, *Livro da Montaria*, edição de M. Lopes de Almeida, Col. Tesousos da Literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981; D. JOÃO I, *Livro de Montaria*

No que concerne ao *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*<sup>46</sup>, baseámo-nos preferencialmente na edição crítica de Joseph Piel. No entanto, tendo em vista a compreensão do pensamento do rei D. Duarte, em especial no que concerne às suas preocupações morais e inquietações de natureza filosófica, considerámos ainda fundamental a leitura das suas restantes obras literárias. Neste sentido, revestiu-se de particular relevância o texto do *Leal Conselheiro*, em relação ao qual analisámos a edição crítica de Joseph Piel<sup>47</sup>, assim como a que beneficiou da introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro<sup>48</sup>. Também o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (conhecido por *Livro da Cartuxa*), na edição diplomática com transcrição de João Alves Dias e introdução e revisão de Oliveira Marques, mereceu da nossa parte a devida atenção<sup>49</sup>.

Muito importantes se mostraram também, para a nossa investigação, os escritos dos cronistas portugueses, particularmente dos que narraram os feitos acontecidos durante os reinados dos monarcas do século XV. Neste âmbito, destacamos as seguintes fontes: de Fernão Lopes, a *Crónica de D. João I*, na edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto<sup>50</sup>, assim como os *Quadros da Crónica de D. João I*, com selecção,

---

*feito por D. João I de Portugal*, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras – Editores, Ericeira, 2003.

<sup>46</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, edição crítica de Joseph Piel, op. cit.

<sup>47</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, edição crítica de Joseph Piel, Livraria Bertrand, Lisboa, 1942.

<sup>48</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, Ed. Crít., intr. e notas de M. H. L. de Castro, op. cit.

<sup>49</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática com transcrição de João José Alves Dias e introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982. Acerca do pensamento filosófico de D. Duarte, expresso no *Leal Conselheiro*, deve ainda realçar-se: GAMA, J., *A Filosofia da Cultura Portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*, F.C.G. e I.N.I.C.T., Lisboa, 2005.

<sup>50</sup> LOPES, F., *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1949, Reimpressão de 1983.

prefácio e notas de Rodrigues Lapa<sup>51</sup>; de Rui de Pina, a *Chronica D'El-Rei D. Duarte*, editada pela Biblioteca de Clássicos Portuguezes<sup>52</sup>; e, de Gomes Eanes de Zurara, a *Crónica de El-Rei D. João I*, da Editorial Escriptorio<sup>53</sup>.

Contudo, verifica-se da leitura das crónicas respeitantes a D. João I e D. Duarte que muito pouco relevo foi dado às obras literárias produzidas por estes reis. Ao invés, os cronistas acharam por bem descrever exaustivamente factos relacionados com a vida da corte, o governo do reino, as viagens dos monarcas, e, sobretudo, os episódios bélicos em que tomaram parte.

Mais recentemente, em 2005, saíram a público as biografias de D. João I e de D. Duarte, de Maria Helena Coelho e Luís Miguel Duarte, respectivamente, inseridas na colecção “Reis de Portugal”, dada à estampa pela Editorial Círculo de Leitores<sup>54</sup>. Estes estudos, com a visão particular dos respectivos autores, vêm contribuir para um melhor conhecimento dos dois monarcas portugueses. Ambos os biógrafos procuram caracterizar o temperamento do rei em que focalizaram a sua análise, no que concerne às suas ideias, aos principais acontecimentos a que estiveram ligados, bem assim como às condições socioeconómicas, culturais e políticas em que os seus reinados decorreram.

O nosso propósito, através do trabalho hermenêutico, foi compreender o sentido do discurso vertido pelos dois primeiros reis da

---

<sup>51</sup> LOPES, F., *Quadros da Crónica de D. João I*, selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, Textos Literários de Autores Portuguezes, 3ª edição, Lisboa, 1993

<sup>52</sup> PINA, R., *Chronica D'El-Rei D. Duarte*, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Lisboa, 1901.

<sup>53</sup> ZURARA, G. E., *Crónica de El-Rei D. João I*, Escriptorio, Lisboa, 1899.

<sup>54</sup> COELHO, M. H., *D. João I*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005; DUARTE, L. M., *D. Duarte*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005.

segunda dinastia no texto do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança*<sup>55</sup>. Assim, por intermédio do paradigma *interpretativo*, procurámos analisar e compreender, à luz das ideias vigentes na época, a “prosa técnica” das duas obras, com particular relevância na área da actividade física.

Deste modo, quisemos afastar da referida análise a tentação aberrante de perscrutar, nestes livros, o pensamento dos referidos autores segundo uma óptica focalizada no presente, isto é, estranha às ideias correntes ao tempo ou desinseridas das respectivas condições sociais, políticas, económicas e culturais.

Em termos estruturais, o nosso trabalho, além desta introdução, é constituído por três partes e oito capítulos.

A parte I, intitulada *As Actividades Corporais no Livro da Montaria*, compreende três capítulos. O primeiro, denominado *D. João I: o Rei, o Monteiro e o Escritor*, está dividido em três pontos. O inicial serve para contextualizar o tempo histórico e o ambiente económico, cultural, social e político vivido em Portugal na transição da primeira para a segunda dinastia.

Dar-se-á particular relevância, neste ponto, à crise política de 1383-1385 e à actividade do Mestre de Avis após a sua coroação como D. João I de Portugal. Também a educação cavaleiresca que o rei e sua esposa D. Filipa de Lencastre proporcionaram aos infantes e o êxito que constituiu a conquista de Ceuta merecerão, da nossa parte, a devida atenção. As actividades mais enaltecidas pelo monarca, reger e montar, constituem o objecto do segundo ponto. No terceiro ponto será delineada a estrutura dada por D. João I ao *Livro da Montaria*.

O segundo capítulo denomina-se *Dos pequenos jogos às actividades requintadas dos nobres*. Após uma breve apresentação, abordamos, num primeiro passo, os exercícios lúdicos a que D. João I atribuiu reduzida importância. As práticas «de solaz e prazer», ou seja, as actividades sociais

---

<sup>55</sup> JOVER RUIZ, R., Metodologia da Investigação, Apontamentos fornecidos no Curso “La experiencia corporal como herramienta de investigación en la Educación Física”, Universidade de León, León, 2004.

de recreio, convívio e galanteria que o rei aconselha aos nobres, serão tratadas no ponto seguinte. Estas posturas e comportamentos dos titulares da nobreza foram bastante exaltados pelo monarca. No entanto, torna-se evidente que ele não lhes reconhece tão elevados méritos quanto aos exercícios corporais que visam preparar directamente para o mister das armas.

No terceiro capítulo, *As práticas corporais como preparação para a guerra*, foram considerados três pontos. No primeiro, iremos deter-nos sobre as actividades de destreza e rapidez que D. João I integra sob a designação de «ligeirices» e os exercícios de força a que atribui a denominação de «braçaria». Os «jogos» que preparam o nobre para a actividade bélica e a representam quase fielmente, ou seja, a justa e o torneio, serão abordados no ponto seguinte. Por fim, no terceiro ponto, procuraremos caracterizar a *montaria*, ou seja, a prática corporal claramente mais valorizada e enaltecida por D. João I.

A segunda parte do estudo, a que demos o nome de *D. Duarte e as Actividades Equestres*, contém três capítulos.

O capítulo quarto, que denominámos *De uma longa regência a um curto reinado*, compreende dois pontos. No primeiro, são mencionados os factos mais relevantes acontecidos no curto reinado deste monarca. Deste modo, é dado especial relevo aos acontecimentos referentes à tentativa frustrada da conquista de Tânger, bem como às repercussões nefastas que este “desastre” militar teve sobre o carácter de D. Duarte. No segundo ponto procede-se à descrição da estrutura do *Livro da Ensinança*.

No quinto capítulo, a que demos o título de *Os Jogos e as Actividades Corporais no Livro da Ensinança*, considerámos três pontos. Depois de uma introdução ao tema, abordámos, no ponto dois, as práticas equestres realizadas como treino para o exercício das armas, nomeadamente a justa, o torneio e as *canas*. Outros exercícios físicos e jogos que o autor considera fundamentais para a formação do bom cavalgador são mencionados no terceiro ponto. Neste quadro, aludimos concretamente ao arremesso da barra e da lança, bem como à luta corpo a corpo.

As preocupações de natureza pedagógico-didáctica manifestadas pelo autor são tratadas no sexto capítulo, denominado *D. Duarte e o Ensino da Arte da Equitação*. Após uma apresentação preambular, que intitulámos *Da apologia da equitação ao ensino das técnicas*, consideram-se mais cinco pontos. No segundo, é realçada a importância da força volitiva (isto é, do querer) para atingir o poder de controlar e ultrapassar o medo que, de um modo natural, surge na aprendizagem da arte e «sciencia» de bem cavalgar qualquer tipo de sela. O terceiro ponto respeita às questões técnicas (e éticas) associadas à postura do bom cavaleiro. O quarto está relacionado com a importância atribuída por D. Duarte ao conceito de medo. No quinto ponto mencionam-se as preocupações do rei com a segurança e, por fim, no sexto, apresentam-se os princípios de natureza pedagógica cuja utilização no ensino das técnicas equestres é preconizada pelo monarca. Neste último ponto são ainda referidos os conselhos que o rei D. Duarte julga dever transmitir ao leitor no que concerne à segurança e prevenção de acidentes que podem ocorrer nas actividades equestres. Além disso, apresentam-se outras preocupações didácticas por ele evidenciadas na formação do futuro cavaleiro.

A terceira parte, que denominámos *Os contributos de D. João I e D. Duarte para as Ciências do Desporto*, compreende dois capítulos e pretende constituir uma síntese reflexiva da análise apresentada nas duas partes precedentes.

No sétimo capítulo, *Da caça no monte à arte da equitação*, após breve introdução, é feita nos restantes pontos uma análise comparativa das principais linhas de força contidas nas duas obras:

- no ponto dois, *As mudanças sociais e a alteração das práticas corporais*, damos conta da diminuição do interesse pelas actividades corporais realizadas a cavalo, do reinado de D. João I para o de D. Duarte;
- o ponto três, *O culto do corpo em D. João I e em D. Duarte*, dá relevo à preparação física na formação do nobre e às concepções que lhe estão subjacentes;

- o ponto quatro diz respeito à enunciação das práticas corporais e jogos descritos ou apenas referenciados nas duas obras, bem como aos que, na época, poderão ter sido praticados mas não foram objecto de qualquer menção nos dois livros.

No oitavo e último capítulo, *Das Actividade Corporais nos Séculos XIX e XV ao Desporto da Actualidade*, como o título esclarece, é efectuada uma reflexão sobre as ideias expendidas por D. João I e D. Duarte, concretamente no domínio das actividades corporais. Também se estabelece aqui, sempre que tal se mostra conveniente, uma comparação entre os dois autores, nos assuntos tratados nos três pontos que constituem este último capítulo. No primeiro ponto, é feita uma tentativa para enquadrar a evolução havida, na primeira metade do século XV, entre as práticas lúdico-militares dos cavaleiros medievais, bem como o seu contributo para o desporto actual. No segundo, denominado *A caça grossa, a equitação e a guerra*, são traçados os pontos de contacto entre as práticas venatórias e bélicas. Finalmente, o terceiro ponto respeita à análise das concepções subjacentes à narrativa dos dois autores, tendo em vista detectar a possível aplicação das suas ideias à área actual das Ciências do Desporto.

Em suma: nas duas primeiras partes do estudo quisemos proceder, separadamente, à análise do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança*, nos termos já referenciados. Na terceira parte, em contrapartida, procurámos efectuar uma síntese das principais concepções manifestadas por D. João I e Duarte, evidenciando as aproximações e afastamentos nelas notados. Também foi nossa intenção realçar até que ponto as ideias destes reis portugueses se projectaram no presente.

Finalmente, na conclusão, foram relevados os aspectos mais marcantes tratados no decorrer do estudo, em especial os que estão relacionados com os objectivos previamente traçados. Deste modo, o nosso propósito consistiu em encontrar as respostas às dúvidas que deram origem à investigação.

A elaboração de uma tese não pode ser entendida como um acto meramente individual. Com efeito, o seu processo evolutivo e o resultado

final são o fruto de diversas interações e contributos que, ora indicam ao autor o melhor caminho a seguir, ora o incentivam e lhe dão força para chegar a bom porto. Deste modo, ao longo do processo de concepção e concretização do estudo, beneficiámos sobremaneira de múltiplos e inegáveis apoios, orientações e estímulos, que nos cumpre agradecer publicamente:

Ao Professor Eduardo Álvarez del Palacio ficamos gratos pela competência, rigor, disponibilidade e entusiasmo contagiante com que nos orientou nesta caminhada. Além de um Mestre, poderemos afirmar, dadas as relações cordiais que estabelecemos e o seu estímulo sempre presente, que, ao conhecê-lo, ganhámos um Amigo.

Ao Instituto Nacional de Educação Física de León (INEF/León) e, de modo muito especial, ao corpo docente do Curso de Doctorado en Ciencias de la Actividad Física y del Deporte, pelos preciosos ensinamentos que recebemos de todos os professores.

Às Escolas Superiores de Educação de Bragança (ESEB) e da Guarda (ESEG), actual Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto (ESECD), pela compreensão e facilidades concedidas durante o processo de Doutoramento e a fase de elaboração desta dissertação.

A todos os docentes do Departamento de Ciências do Desporto e Educação Física da ESEB e da ESECD, de quem sempre seremos credores, pela amizade, incentivo e disponibilidade que nunca nos regatearam.

Manifestamos ainda a nossa elevada gratidão a todas as pessoas que nos apoiaram e incentivaram ao longo deste percurso, permitindo-nos assim cumprir o desígnio inicialmente traçado.



**PARTE I - AS ACTIVIDADES  
LÚDICAS E CORPORAIS  
NO LIVRO DA MONTARIA**



## CAPÍTULO I - D. JOÃO I: O REI, O MONTEIRO E O ESCRITOR

### 1. PORTUGAL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIV PARA O SÉCULO XV

Tendo em vista salientar, de um modo articulado, os factores culturais, económicos, sociais e políticos que influenciaram D. João I e D. Duarte e as respectivas obras literárias, cujo conteúdo constitui o nosso objecto de estudo, procuraremos, embora sucintamente, contextualizar o tempo a que respeitam.

Até ao início dos Descobrimentos, a maior parte da população portuguesa residia no meio rural e vivia exclusivamente da agricultura<sup>56</sup>. O país podia considerar-se nessa altura, como escreve Costa Lobo, «... um vasto matagal, entresachado, afora algumas cidades e villas, de pequenas povoações, circundadas de breves arroteas»<sup>57</sup>.

Esta situação era ainda mais acentuada nas terras situadas próximo da fronteira, afastadas do poder central da corte. Na verdade, nessas regiões periféricas, além de surgirem com frequência conflitos interfronteiriços com os reinos vizinhos, os homens dos campos encontravam-se mais expostos à grande prepotência da aristocracia senhorial<sup>58</sup>.

Neste quadro, a imensidão natural das matas, moitas, paus e charnecas, aliada à quase inexistência de verdadeiras vias de comunicação,

---

<sup>56</sup> SERRÃO, J., *O Carácter Social da Revolução de 1383*, Livros Horizonte, Lisboa, 6ª Edição, 1985, p. 25.

<sup>57</sup> COSTA LOBO, A., *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, com prefácio de José Mattoso, Edições Rolim, Lisboa, 1984, p. 77.

<sup>58</sup> BAQUERO MORENO, H., *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1985, pp. 161 e 162.

oferecia o ambiente propício à proliferação da caça, pequena e grossa, que os plebeus perseguiram furtivamente.

Os nobres, por sua vez, divertiam-se, em tempo de paz, organizando frequentes e ruidosas caçadas, com a intervenção de homens e animais amestrados. Estas actividades, além de lhes proporcionarem a carne e as peles necessárias para o sustento das suas famílias, constituíam ocasiões propícias ao manejo das armas e facultavam a manutenção da sua condição física, necessária para a guerra.

Além disso, nas caçadas, tal como em todo o tipo de jogos equestres, os senhores podiam evidenciar, na destreza do domínio do cavalo e do manejo das armas, grande superioridade relativamente aos populares que cultivavam as suas terras.

Maria Manuela Gomes, baseada em documentação alusiva à época, traça a evolução da prática da caça, em Portugal, até ao reinado de D. João I<sup>59</sup>. Segundo a autora, a importância atribuída a esta actividade, na época, motivou a demarcação de coutadas régias, mas também de outras reservas particulares, pertencentes aos nobres proprietários da terra, que assim limitaram ou proibiram o exercício da caça pelos populares.

Existiu sempre um conjunto de ocupações ligadas à prática cinegética, ora mais à *cetraria*, feita com recurso a aves de rapina amestradas, ora mais à caça grossa. Estes misteres variaram no tempo, consoante as preferências da época. Dentre eles salientam-se os de monteiro e monteiro-mor, falcoeiro e falcoeiro-mor, açoeiro, besteiro, caçador, moço de caça e outros.

A muitos destes ofícios se refere D. João I na sua obra, sobretudo aos monteiros e aos moços de caça.

Deve referir-se que, na época, a corte portuguesa, como sucedia aliás com as suas congéneres europeias, tinha um carácter itinerante, que

---

<sup>59</sup> GOMES, M. M., *op. cit.*, pp. 10-44.

perdurou até à Renascença<sup>60</sup>. Os reis viajavam frequentemente, acompanhados por um vasto séquito de servidores e elementos da sua máquina governativa e judicial. Deste modo, a corte saía de Lisboa e instalava-se temporariamente em Leiria, Sintra, Torres Vedras, Coimbra, Óbidos, Santarém, Almeirim, Aveiro, Évora, Montemor-o-Velho, Setúbal, Vimieiro, Alenquer, Guarda e Pinhel, entre outras localidades<sup>61</sup>.

No longo período medieval, os cuidados higiénicos e profilácticos entre a população não existiam ou eram ainda muito incipientes. Como é evidente, este facto propiciava a fácil expansão de doenças e epidemias devastadoras. Neste quadro, a proliferação das «grandes pestilências» originou em Portugal frequentes crises alimentares, surgidas entre os meados do século XIV e o início do século XV<sup>62</sup>.

Estas epidemias constituíram um forte obstáculo ao crescimento demográfico do reino e criaram naturais e redobradas dificuldades à agricultura portuguesa. De facto, sendo o seu efeito muito debilitador para os corpos, roubava muitos braços saudáveis, imprescindíveis ao amanhã das terras de cultivo.

A epidemia que provocou maior mortandade foi a “peste negra”<sup>63</sup>, que grassou em meados do século XIV, da qual viriam a falecer inúmeros plebeus e nobres, entre os quais a própria rainha D. Filipa de Lencastre e o seu filho mais velho, o rei D. Duarte<sup>64</sup>, como adiante sublinharemos.

---

<sup>60</sup> Cf. OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp 34 e 60.

<sup>61</sup> Esta itinerância, embora em regressão, ainda aconteceu no reinado de D. Afonso V, filho de D. Duarte. Cf. BAQUERO MORENO e FREITAS, I., *A Corte de D. Afonso V: o Tempo e os Homens*, Ediciones Trea, Gijón, 2006, p. 341.

<sup>62</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 2ª Edição, 1968, p. 281.

<sup>63</sup> A peste negra atingiu o território português em 1348, com efeitos devastadores na população, provocando uma redução de 25% no número de almas. A quebra populacional só veio a resolver-se no séc. XV. Cf. MATA, E. e VALÉRIO, N., *História Económica de Portugal: Uma perspectiva global*, Editorial Presença, Lisboa, 1993, p. 65.

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, pp. 26 e ss.

A sociedade encontrava-se essencialmente estruturada em três “ordens”, classes ou estados, que poderemos designar por clero, nobreza e povo, ou ainda, como se usava na época, por «*oradores, defensores e manteedores*»<sup>65</sup>.

Os *oradores* eram os dignitários da Igreja, que tinham como principal missão o amparo e tratamento das almas, ou seja, rezar, pregar e fazer cumprir a ordem espiritual. Além desta função, referente à “direcção espiritual e administração dos sacramentos aos fiéis”, aos *oradores* estava cometida a tarefa do ensino e da formação moral, bem como a assistência aos enfermos, sobretudo em tempos de peste<sup>66</sup>.

Aos nobres cavaleiros, os *defensores*, competia essencialmente a defesa do território do reino e o bom desempenho nas guerras. Deste modo, necessitavam de constante preparação física e técnica para o mister das armas, que procuravam adquirir através de práticas corporais diversas, das quais se salientam a caça e os jogos equestres<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Segundo o texto das *Ordenações Afonsinas*, 1446, apud SERRÃO, J., *op. cit.*, p. 136. Duby designa esses três estados sociais por “*oratores, bellatores e laboratores*”. Cf. DUBY, G., *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978. Como salienta Robert Bartlett, a representação mais elucidativa desta estratificação social tripartida pode apreciar-se na pintura “O sonho de Henrique I”, de John de Worcester, de 1130/1140. BARTLETT, R., *Panorama Medieval*, Barcelona, Editorial Art Blume, 2002, pp. 100 e 101.

<sup>66</sup> VENTURA, M. G., *Igreja e Poder no século XV: Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450)*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 40 e 43. Além destas atribuições, apesar de ser uma dedução controversa, a autora crê que a proibição de os clérigos montarem «besta muar» se deve à obrigação de adquirirem cavalos e, deste modo, em caso de necessidade, estarem em condições de pegar em armas, acudindo à defesa do reino. *Idem, ibidem*, p. 455.

<sup>67</sup> O exemplo de cavaleiro-herói, enaltecido por Fernão Lopes é o de D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, “...o mais acabado herói da cavalaria de Portugal”. Cf. COELHO, M. H., *op. cit.*, p. 39. Esta ideia é também defendida por Amado. Cf. AMADO, T., *Fernão Lopes contador de História: Sobre a Crónica de D. João I*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 85-89.

A classe popular, dos *manteedores*, por sua vez, tinha como exclusivo dever a execução dos exaustivos trabalhos do campo ou o desempenho das profissões manuais. No entanto, o rei D. Duarte, no texto do *Leal Conselheiro*, refere que na classe dos *manteedores* se podiam considerar diversas classes distintas<sup>68</sup>. A pirâmide social a que D. Duarte aludiu foi descrita, deste modo curioso, por Oliveira Martins:

“O corpo social (...) assenta sobre os lavradores e pescadores que são como pés em que toda a coisa pública se mantém e repousa. Paralelamente estão os instrumentos: de um lado os oficiais, juizes, regedores, conselheiros, vedores, escrivães, do outro os que usam as artes aprovadas e mesteres: físicos e cirurgiões, mareantes, músicos, armeiros, ourives, etc. Sobre este povo pairam os que os defendem com as armas: e sobre todos, acima de tudo, como cabeça ou coroa os que são intérpretes da sua alma mística, os *oradores* que rezam ou oram a Deus Nosso Senhor por todos os outros estados, ensinando pela palavra e pelo exemplo, e ministrando os sacramentos”<sup>69</sup>.

António José Saraiva chama a atenção para a omissão, nesta pirâmide social, da classe dos mercadores, cuja importância na resolução da crise política de 1383-1385 tem sido reconhecida pelos historiadores. Na opinião deste autor, o facto revela que os valores culturais desta classe social ainda não estavam, na época, bem instituídos<sup>70</sup>.

Pelo que atrás ficou exposto, pode notar-se que a evolução socioeconómica havida no início do século XV originou o surgimento de

---

<sup>68</sup> Cf. SERRÃO, J., *op. cit.*, pp. 136 e 137.

<sup>69</sup> OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 143. As concepções “organicistas” da sociedade baseadas em metáforas corporais podem ter constituído “... um dos legados da cultura greco-romana ao cristianismo medieval. Cf. LE GOFF, J., “La cabeza o el corazón? El uso político de las metáforas corporales durante la Edad Media”, in M. Free, R. Naddaff e N. Tazi, *Fragmentos para una Historia del cuerpo humano*, Parte 3.<sup>a</sup>, Taurus Ediciones, Madrid, 1992, p. 13.

<sup>70</sup> SARAIVA, A. J., *A Cultura em Portugal*, Editorial Gradiva, Lisboa, 1996, p. 123.

novas especialidades profissionais e ofícios, como juristas, físicos, cirurgiões, marinheiros e artistas.

No que respeita especificamente aos *defensores*, o cavaleiro correspondia a um estado que elevava socialmente o indivíduo que nesse estatuto fosse investido.

O acto de investidura ou *adubamento*, que se procurava revestir da máxima dignidade, processava-se segundo um ritual próprio, sendo geralmente precedido da *velada de armas*, realizada num templo religioso. A cerimónia podia no entanto ser mais abreviada, restringindo-se apenas ao cingir da espada, ao ósculo e à bênção<sup>71</sup>.

A partir do século XIV, o *cavaleiro andante*, que calcorreava incessantemente os caminhos conducentes aos castelos e cortes dos reinos da Europa Ocidental, em defesa dos seus ideais e da sua dama, tornou-se uma imagem menos fulgurante. Contudo, nos meados do século XIV, estes cavaleiros encontravam-se já em acentuado declínio, como refere o historiador José Mattoso. Na sua perspectiva, os cavaleiros errantes eram sobretudo jovens pertencentes à nobreza, a quem "... a estrutura familiar linhagística colocava (...) em situação de dependência na casa paterna"<sup>72</sup>. Assim, vendo-se, por força desta norma consuetudinária, deserdados e em posição de subalternidade relativamente ao irmão mais velho, procuravam noutras paragens, através da sua bravura e da destreza no manejo das armas, recuperar o estatuto perdido.

---

<sup>71</sup> BEIRANTE, M., *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, p. 34. Este acto vem descrito por vários cronistas. Em Portugal, era o rei que procedia à investidura de novos cavaleiros, caso ele próprio já gozasse desse estatuto. *Idem, ibidem*. A este respeito, FLORI salienta a diversidade, no tempo e no espaço, desse processo de investidura. Cf. FLORI, J., *A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média*: Madras Editora, São Paulo, 2005, pp. 11 e ss.

<sup>72</sup> MATTOSO, J., *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pp. 355 e ss. Vide ainda, do mesmo autor, *Naquele tempo: Ensaios de História Medieval*, Ed. Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2009, p. 294.

Um outro motivo que levava muitos jovens a ultrapassar as fronteiras do reino era de natureza estritamente política. Insatisfeitos com a orientação dispensada à administração do reino ou com a sua própria situação, esses moços nobres buscavam o exílio num país estranho, oferecendo as suas armas a outro senhor.

No tempo do Mestre de Avis, ou seja, no período anterior à coroação de D. João I, surgem relatos que indicam a chegada à corte de Castela de três nobres cavaleiros portugueses que regressavam de França, onde durante três anos permaneceram, «... procurando, & ganhando honra em feytos darmas»<sup>73</sup>.

O número de cavaleiros de vida ambulante aumentou após o primeiro quartel do século XIII, no reinado de D. Sancho II, para se atenuar mais tarde, em meados do século XIV<sup>74</sup>. Posteriormente, e apesar de se tornarem mais raras as aventuras errantes dos cavaleiros, a sua fama continuou a ser conquistada no seu país e na sua região.

Estes jovens cavaleiros, que andavam em permanente busca de aventuras, amores e bons casamentos, ou que viviam do exercício das armas, constituíram uma realidade que deixou marcas indeléveis no período medieval. E, quando escasseavam os conflitos bélicos que lhes pudessem proporcionar a demonstração pública de coragem e destreza no manejo das armas, os cavaleiros procuravam coleccionar êxitos nas actividades lúdicas mais importantes da época: as justas e os torneios.

Na primeira parte do seu reinado, D. João I, face à iminência de ataques provindos dos reinos vizinhos, viveu na constante preocupação de melhorar as condições militares do país. A este respeito, Oliveira Martins refere que, por estar apreensivo com a defesa do reino, foi este monarca que determinou pela primeira vez a criação de “... arsenais de guerra e chamou ao Estado o fornecimento e conservação das armas”. Além disso, estabeleceu em 3500 o número permanente de cavalos de guerra,

---

<sup>73</sup> PINA, R., *Chronica D’El-Rei D. Affonso IV*, *op. cit.*, p. 366.

<sup>74</sup> *Idem, Ibidem.*

distribuídos entre a corte, vassallos, ordens militares, concelhos e senhores de terras<sup>75</sup>.

Em relação à classe popular, notamos que a mesma, nos tempos medievais, foi objecto de denominações diversas. Para a caracterizar, Fernão Lopes, o principal cronista português, além de utilizar (embora poucas vezes) a designação de «arraia-miúda», empregou ainda outros termos, tais como: «gente miúda», «povo miúdo», «miúdos» e «pequenos», «homens de baixa mão» e «homens de baixa condição»<sup>76</sup>.

No campo literário, a Dinastia de Avis já não constitui o apogeu da poesia lírica, que entrara em declínio nos meados do século XIV. Efectivamente, nos reinados de D. João I e de D. Duarte parece ter-se esgotado o fulgor das cantigas de amigo e das cantigas de escárnio e maldizer, bem como da literatura satírica criada pela boémia jogralesca. Surge agora a prosa com grande esplendor, sendo através dela que D. João I e os príncipes seus filhos "... têm um propósito didáctico e moralista e pretendem ser úteis aos leitores"<sup>77</sup>.

Teófilo Braga considera, na Idade Média, dois períodos da literatura portuguesa. O primeiro decorre do século XII ao século XIV, tempo em que predomina o lirismo trovadoresco, com inspiração provençal, no tempo de D. Dinis. O segundo, correspondente ao século XV e é caracterizado pelas novelas de cavalaria e relatos dos cronistas<sup>78</sup>.

A educação era ministrada nas escolas eclesiásticas e nos conventos, onde os jovens nobres aprendiam a ler e escrever em latim, completando depois os estudos na Universidade de Coimbra, inicialmente instalada em

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 37. Tratava-se de um serviço militar, geral e obrigatório, que compelia os indivíduos com posses a sustentar um cavalo e o respectivo armamento.

<sup>76</sup> BEIRANTE, M., *op. cit.*, pp. 50 e 51.

<sup>77</sup> SARAIVA, A. J., *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, *op. cit.*, p. 216.

<sup>78</sup> Cf. BRAGA, T., *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*, Col. Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984, pp. 160 e 161.

Lisboa, e que iniciou os seus cursos em 1290<sup>79</sup>. Todavia, muitos jovens nobres frequentaram os estudos universitários noutros países europeus<sup>80</sup>.

Apesar de algumas pessoas advogarem que a educação literária não devia fazer parte das competências dos nobres, o rei D. Duarte tinha sobre este assunto uma opinião bem diferente. No seu entender, a preparação literária complementava e aprofundava a instrução guerreira dos nobres, não devendo, portanto, ser descurada. A este respeito, o monarca afirma o seguinte:

«E os da ensynança da guerra com as cronycas aprovadas he muyto perteecente leitura pera os senhores e cavalleiros e seus filhos, de que se tiram grandes e boos exemplos e sabedorias que muyto prestam, com a graça do senhor, aos tempos da necessidade»<sup>81</sup>.

Nessa linha de pensamento, o rei manifestou ainda a opinião de que os «os moços de boa lynhagem» deveriam, logo de novos, ser ensinados a ler, escrever e falar latim, «...contynuando boos livros per latym e linguagem...»<sup>82</sup>. Dada a sua erudição, apenas minimizada pela visão crítica de Oliveira Martins, não admira que o rei D. Duarte se preocupasse com o

---

<sup>79</sup> O *Estudo Geral* ou Universidade, num movimento de vaivém, ora se situou em Lisboa, ora funcionou em Coimbra. De início, em 1288, por proposta de D. Dinis, foi instalado em Lisboa, no bairro de Alfama. Em 1308, ou seja, vinte anos transcorridos sobre a abertura do Estudo Geral em Lisboa, o mesmo monarca transferiu a Universidade para Coimbra, após ter obtido, para o efeito, autorização do papa Clemente V. Em 1377, no reinado de D. Fernando, voltou uma vez mais a instalar-se em Lisboa e, a partir de 1537, passa a instalar-se definitivamente em Coimbra. Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H., *A Sociedade Medieval Portuguesa*, op. cit., p. 177 e ainda CARVALHO, R., *História da Educação em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar e Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, pp. 73 e 74.

<sup>80</sup> Sobre tudo as universidades de Oxford, Paris, Salamanca e Bolonha, havendo relatos de alguns jovens terem cursado Teologia e Artes em Colónia. *Idem, ibidem*.

<sup>81</sup> D. DUARTE, op. cit., p. 121.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 120.

conhecimento do latim e das obras clássicas, nesta fase prenunciadora do Renascimento.

No domínio das práticas lúdico-festivas, referindo-se às distrações dominantes em Portugal no final da Idade Média, Oliveira Marques, na sua obra *A Sociedade Medieval Portuguesa*, elucida-nos sobre os jogos e passatempos mais vulgarizados<sup>83</sup>. Este historiador destaca diversas práticas lúdicas e corporais que tinham como finalidade, além da distração, o treino para a guerra: as artes venatórias da *montaria* e da *cetraria* e bem assim as imitações mais ou menos exactas das batalhas, como as *justas* e os *torneios* e, com feição mais teatralizada, o jogo das *canas* e o *baforbo*, também conhecido por atirar a *tavolado*.

O autor apresenta ainda outros exercícios corporais que eram bastante valorizados na época, como brandir a espada, arremessar a lança e a barra de ferro, correr, saltar a pés juntos e realizar todo o tipo de destrezas a cavalo. Também o xadrez, a *péla* e os jogos de *tavolagem*, ou seja, as práticas lúdicas de fortuna ou azar constituíram passatempos bastante apreciados

Os trovadores, os jograis e os segréis ocupavam um lugar especial nos divertimentos dos nobres. As canções, as danças e a música, que era produzida em instrumentos de corda, de sopro e de percussão, alegravam grande parte dos serões da corte e dos solares da nobreza.

Dentre os instrumentos musicais de cordas utilizados na época foram referenciados a *viola*, a *cítola*, o *alaúde*, a *harpa*, o *saltério*, a *rota*, a *sinfonia*, o *arrabil*, a *giga*, a *baldosa*, a *bandurra* e o *manicórdio*. Dos instrumentos de sopro, Oliveira Marques mencionou as *longas*, as *trompas*, mais vulgares, e ainda a *exabeba*, o *anafil*, o *albogue*, a *flauta*, o *odrezinho*, a *pipia* e a *gaita*. Por sua vez, os instrumentos de percussão mais referidos foram o *tambor*, o *pandeiro*, o *adufe*, o *atabal* ou *atabaque* e as *castanholas*<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H., *A Sociedade Medieval Portuguesa*, op. cit., pp. 185-208.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 200.

Em termos sócio-económicos, a “ideologia senhorial” vigente é fielmente traduzida nas obras literárias da época. Nesses textos justifica-se a entrega aos senhores de bens vultosos, retirados do amanho dos campos. Os que trabalhavam as terras deviam pagar aos proprietários parte das colheitas, reconhecendo-se a estes o direito de posseção dessas propriedades e o poder de governarem aqueles<sup>85</sup>.

A grande dependência da agricultura veio agravar as situações de fome derivadas das diversas crises cerealíferas acontecidas na segunda metade do século XIV<sup>86</sup>.

As trocas comerciais, que na época eram quase exclusivamente realizadas nas feiras, constituíam, segundo Virgínia Rau, “... um dos aspectos mais marcantes da organização económica da Idade Média”. Além da sua evidente função económica, as feiras desempenharam um importante papel local e regional no desenvolvimento das relações jurídicas, sociais e culturais, inclusivamente no domínio das práticas lúdico-corporais<sup>87</sup>.

Embora se aceite que, na Europa, o século XIV constituiu um período de crise, em Portugal torna-se difícil explicar essa situação no âmbito económico, dado não serem conhecidos, como afirma Joel Serrão, os preços vigentes e os salários praticados<sup>88</sup>.

Em relação ao quadro político, João Gouveia Monteiro salienta que, na transição do século XIV para o século XV, Portugal era um país agitado e insatisfeito, fruto das diversas convulsões havidas nos últimos anos do reinado de D. Fernando. Efectivamente, nesses tempos, o reino português

---

<sup>85</sup> CASTRO, A., *As ideias económicas no Portugal Medieval (Séc. XIII a XV)*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1990.

<sup>86</sup> Como salienta OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pp. 257-264.

<sup>87</sup> RAU, V., *Festas Medievais Portuguesas: Subsídios para o seu estudo*, Editorial Presença, Lisboa, 2ª Edição, 1983, p. 33.

<sup>88</sup> Cf. SERRÃO, J., *op. cit.*, p. 97.

sofreu intensamente o efeito das guerras disputadas contra o vizinho castelhano, nas quais veio a ver-se envolvido por três vezes<sup>89</sup>.

Julgamos pertinente abordar, se bem que de forma concisa, esse período convulsivo, correspondente aos dezasseis anos do reinado de D. Fernando, "... tão cortados de acidentes e amarguras"<sup>90</sup>, que precede a Dinastia de Avis. Na verdade, foi a crise de 1383-1385, surgida após o falecimento deste rei de carácter volúvel, que abriu o caminho à coroação de D. João I de Portugal.

A situação inicial corresponde à tentativa do rei D. Fernando em tomar a corte de Castela, afirmando-se candidato ao trono, visto ser neto legítimo de D. Sancho IV. No entanto, a luta travada contra Henrique II acaba por não lhe ser favorável.

Após o desfecho desta primeira guerra com Castela, que foi muito desastroso para o reino de Portugal, D. Fernando conseguiu criar as condições políticas necessárias à melhoria das relações com o seu antigo inimigo. Para o efeito, o monarca português negociou a paz em Alcoutim, em 1371, tendo-se comprometido a contrair matrimónio com a infanta D. Leonor, filha de Henrique II de Castela, nos cinco meses posteriores à assinatura do tratado.

Além disso, o monarca português garantiu que se tornaria aliado do rei de França, amigo do soberano de Castela, passando Portugal a colocar-se, conseqüentemente, "...fora da órbita da Inglaterra"<sup>91</sup>.

No entanto, a esperada união matrimonial acabou por não se concretizar, uma vez que o rei português se enamorou de D. Leonor Teles, fidalga com quem veio a casar clandestinamente, perante a forte oposição

---

<sup>89</sup> MONTEIRO, J. G., "Orientações da cultura da corte na 1.ª metade do século XV ...», *op. cit.*, p. 89.

<sup>90</sup> ALMEIDA, F., *História de Portugal desde os tempos pré-históricos a 1580*, Bertrand Editora, Lisboa, 2003, 1º Volume, p.167.

<sup>91</sup> MARTELO, D., *A Dinastia de Avis e a Construção da União Ibérica*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005, p. 29.

do povo<sup>92</sup>. Não tendo honrado o acordo estabelecido, D. Fernando viu-se obrigado a mudar de aliados, aproximando-se do reino inglês. Estas relações com Inglaterra garantiram-lhe a segurança das trocas comerciais entre o porto de Lisboa e a Flandres.

Em 1372, depois de um curtíssimo período de paz, D. Fernando voltou a afrontar o rei Henrique II, ao apoiar as pretensões à coroa de Castela por parte do duque de Lencastre, com quem estabelece os acordos iniciais duma prolongada aliança. Todavia, conhecedor dessas intenções, o monarca castelhano, não vendo respondidas duas propostas de paz que enviara por emissários ao rei português, resolveu antecipar-se. Assim, o exército castelhano invadiu Portugal e, sem qualquer resistência, pôs cerco a Lisboa<sup>93</sup>.

Após este novo insucesso, e sem lograr obter reforços de vulto vindos de Inglaterra, D. Fernando aceitou nova oferta de paz, firmada em Santarém, em Março de 1373. Neste segundo tratado de paz, o rei português comprometeu-se a voltar a apoiar Castela na luta contra os ingleses.

Porém, em 1380, D. Fernando decide uma vez mais dar o dito por não dito. Resolveu apoiar a Inglaterra e defrontar o rei D. João I de Castela, filho do seu velho rival. E, tal como sucedeu nas situações anteriores, o soberano português não conseguiu levar a bom termo os seus intentos, saindo novamente derrotado.

Assim, cansado de acumular derrotas, e depois de ter sofrido o terceiro insucesso bélico, em 1383 o rei acabou por estabelecer relações de paz duradoiras com os castelhanos. Para selar o novo acordo, D. Fernando prometeu dar a mão de sua filha D. Beatriz ao segundo filho do rei de

---

<sup>92</sup> O matrimónio de D. Fernando com D. Leonor, celebrado clandestinamente em Janeiro de 1372, em Leça do Balio, só foi possível depois de o rei ter conseguido a anulação do anterior casamento desta com o fidalgo João Lourenço da Cunha. Cf. ALMEIDA, F., *op. cit.*, p 160.

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, pp. 161 e 162.

Castela, sem se preocupar com facto de já ter assumido o mesmo compromisso com o neto do rei de Inglaterra<sup>94</sup>.

A nova embrulhada em que D. Fernando se meteu não parece ter causado engulhos ao seu carácter inconstante, para quem a palavra dada parecia de pouca monta. Efectivamente, encontrando-se já numa fase avançada da doença que em breve o haveria de levar à morte, o rei conseguiu consumir o casamento de D. Beatriz, ainda criança, não com o filho do rei de Castela, mas com o próprio monarca, que entretanto enviuvara<sup>95</sup>.

O tratado de paz entre os dois reinos, reforçado pela consumação deste matrimónio, estabelecia que, à falta de um herdeiro varão, a sucessão de D. Fernando seria assegurada por sua única filha legítima, D. Beatriz, já convertida em rainha de Castela. Porém, a regência do reino seria entregue à rainha D. Leonor Teles, até que um filho de D. Beatriz pudesse subir ao trono português.

A uma política desastrada, abalada pelos já referidos inêxitos obtidos nas guerras com Castela, o rei D. Fernando juntou, como vimos, um casamento muito impopular. Com efeito, se à partida o povo já não aceitava a nova rainha, veio ao longo dos anos a acentuar a antipatia que ela lhe provocava. Para aprofundar esta sentimento de rejeição da massa popular muito contribuíram as relações amorosas que D. Leonor alegadamente mantinha com o conde galego João Fernandes Andeiro.

Esta situação conflituosa agravou-se ainda mais em 1383, após a morte de D. Fernando, dando origem a grandes tensões sociais que emergiram no reino português. Efectivamente, nos termos do tratado estabelecido com D. João I de Castela, a regência do reino português foi entregue à rainha D. Leonor Teles, em representação de sua filha, esposa do rei de Castela. Esta situação parecia agradar a grande parte do clero e da nobreza, para quem o casamento de D. Fernando com a filha de D. João I,

---

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, pp. 166.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, pp. 166 e 167.

rei de Castela, trazia perspectivas de estabilidade e manutenção dos seus privilégios.

No entanto, a regência de D. Leonor Teles, apoiada pelo seu amante, conde Andeiro, e também, como referimos, por muitos nobres portugueses, suscitou grande descontentamento no reino, quer entre a burguesia, quer nas classes populares.

Foi então que D. João, Mestre de Avis, filho ilegítimo de el-rei D. Pedro e, portanto, meio-irmão de D. Fernando, se perfilou como cabecilha da revolta<sup>96</sup>. Depois de, em conjunto com os seus mais directos apoiantes, ter morto o conde Andeiro, o Mestre de Avis expulsou Leonor Teles do paço real. Sem perder tempo, organizou devidamente a resistência interna contra as investidas de Castela e fez-se proclamar rei, em 1385, durante as Cortes de Coimbra<sup>97</sup>.

Com a coroação de D. João I e o advento da segunda dinastia portuguesa, dita “de Avis”, foi dada maior visibilidade a “...uma nobreza obscura e de memória vaga, até então arredada de qualquer aspiração ao exercício do governo”<sup>98</sup>.

Nas suas crónicas, a este respeito, Fernão Lopes salientou que o novo rei proporcionou a ascensão de gente do povo à classe da nobreza, através da concessão do estatuto de cavaleiro<sup>99</sup>. Deste modo, operou-se em

---

<sup>96</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal*, Palas Editora, Lisboa, 1978, p. 185.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 187. Nestas cortes desempenhou um papel de relevo o grande orador e jurista João das Regras, que conseguiu convencer os presentes da ilegitimidade dos descendentes de D. Inês de Castro e da própria D. Beatriz, que, em seu entender, nascera antes do primeiro casamento de Leonor Teles ter sido legalmente anulado.

<sup>98</sup> MONTEIRO, J. G., *op. cit.*, p. 89.

<sup>99</sup> BEIRANTE, M., *op. cit.*, p. 35.

Portugal uma mudança drástica na nobreza, como sublinha Rita Costa Gomes<sup>100</sup>.

Referindo-se a esta ascensão de estatuto social, Joel Serrão salienta:

“ ...a sociedade de ordens não é uma sociedade de castas e, por isso, elementos da base popular, conquanto em apertados condicionalismos, podiam ascender / e ascendiam, efectivamente à ordem dos *oradores*, e, em momentos de crise, como o de 1383-85 as portas férreas dos *defensores* eram abertas pelo poder político, quase de par em par, a pressurosos recém-chegados das bandas dos *manteedores*...”<sup>101</sup>.

Após a vitória alcançada sobre as tropas de Castela na batalha de Aljubarrota, em 1385, o reino português viveu finalmente um longo período de “paz vigilante” com o reino vizinho, seu principal antagonista, que colocara grande resistência à coroação do Mestre de Avis. Nesta batalha, como nas anteriores lutas contra os exércitos castelhanos, assumiu particular protagonismo a o condestável do reino, Nuno Álvares Pereira. A sua figura de guerreiro e homem de fé ficou perpetuada nas crónicas como o grande herói da refundação do reino<sup>102</sup>.

António Sérgio sublinha a elevada importância do sucesso de Aljubarrota para a independência de Portugal, ao mesmo tempo que chama a atenção para a reorganização social que lhe sucedeu. Na verdade, como já referimos, com a entrada em cena do jovem rei D. João I, verifica-se “...a

---

<sup>100</sup> GOMES, R. C., *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Lisboa, 1995.

<sup>101</sup> SERRÃO, J., *op.cit.*, p. 139.

<sup>102</sup> Segundo Helder Macedo, “Nuno Álvares Pereira, o herói cavaleiresco das crónicas, será o fundador da casa senhorial mais poderosa que jamais houve em Portugal”. Cf. MACEDO, H., *A poética da verdade d’Os Lusíadas*, in F. Gil e H. Macedo, *Viagens do olhar: Retrospecção, visão e profecia no Renascimento Português*, Campo das Letras, Porto, 1998, pp. 143-144.

queda de grande parte da nossa antiga aristocracia, substituída por gente nova”<sup>103</sup>.

Durante este interregno, Manuela Mendonça considera dois momentos principais: o primeiro, compreendido entre 1385 e 1411, que correspondeu essencialmente à consolidação do reinado de D. João I, pode entender-se como um tempo de “expectativa de guerra”; o segundo, que decorreu entre 1411 e 1431, respeita a uma situação de “...paz vigilante e activa em Portugal”<sup>104</sup>.

Tendo casado em 1387 com D. Filipa de Lencastre, filha de John de Gant, duque de Lencaster, e neta de Eduardo III, rei de Inglaterra, el-rei D. João I rapidamente se impôs no reino e ganhou um novo prestígio no exterior.

Os cronistas e historiadores deram o devido relevo às grandes virtudes morais e aos elevados conhecimentos da rainha D. Filipa. O seu carácter, virtuoso e prudente, aliado à educação refinada que recebera, produziram na corte portuguesa, segundo Francisco Esteves Pereira, “...diversos melhoramentos e reformas nos costumes”, colocando-a ao nível das mais requintadas da Europa<sup>105</sup>.

Em 1411, quando D. Duarte, seu filho primogénito, tinha apenas vinte anos, el-rei D. João I fê-lo acompanhar de perto as magnas questões da administração do reino. Deste modo, foi-o preparando paulatinamente para o desempenho das futuras funções régias.

Conseguida a paz com os vizinhos castelhanos, e imbuído de ambições expansionistas, D. João I foi organizando um plano estratégico para conquistar terras aos sarracenos, no Norte de África. Assim, muito

---

<sup>103</sup> SÈRGIO, A., *Obras completas: Breve interpretação da História de Portugal*, Livraria Sá da Costa, 13.ª ed., Lisboa, 1989, p. 35.

<sup>104</sup> MENDONÇA, M., “Introdução”. In D. João I, *Livro de Montaria feito por El-Rei D. João I de Portugal*, Introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras, Editora, Ericeira, 2003, p. XXI.

<sup>105</sup> PEREIRA, F. M., *op. cit.*, pp. XVII e XVIII.

incentivado pelos infantes, começou a pensar na conquista de Ceuta, praça-forte situada no estreito de Gibraltar, que lhe permitiria dilatar as fronteiras do reino português.

As motivações fundamentais para esta empresa podem ter sido de natureza simultaneamente financeira e religiosa. Com efeito, foram devidamente considerados os benefícios que adviriam para o reino português da conquista de riquezas existentes nessa praça, acrescidos da afirmação de superioridade sobre os infiéis, como atesta a descrição de Gomes Eanes de Zurara<sup>106</sup>.

Feitos os necessários preparativos, D. João I, seus filhos e o Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, rumaram a Ceuta à frente da armada portuguesa. Após a refrega, alcançaram o assinalável êxito da conquista desta praça de armas aos mouros, em 1415.

Este sucesso militar, que “surpreendeu a Europa Cristã”<sup>107</sup>, originou uma acalorada discussão na corte portuguesa, fazendo despertar então duas linhas de pensamento antagónicas. Alguns nobres entendiam que se deveria prosseguir o esforço expansionista em Marrocos, iniciado com a vitória obtida na praça de Ceuta. Neste sentido, aconselhavam a conquista de outras praças de armas. Outros, em contrapartida, opinavam que seria preferível abandonar a cidade de Ceuta, em virtude das muitas dificuldades que a sua manutenção colocava ao reino português, em dinheiro e homens<sup>108</sup>.

É neste momento que el-rei D. João I decide acalmar os ímpetos belicistas de uma das facções da nobreza, retardando a organização de novas surtidas às praças norte-africanas. E assim, encontrando-se já numa

---

<sup>106</sup> ZURARA, G. E. *Crónica da Tomada de Ceuta*, edição da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915, Cap. IX.

<sup>107</sup> Como frisa RUSSELL, P., *Henrique o Navegador*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p. 59.

<sup>108</sup> À descrição da conquista de Ceuta, o cronista Gomes Eanes de Zurara destina o capítulo III da sua *Chronica de El-Rei D. João I*, Escriptorio, Lisboa, 1899, pp. 18-23.

idade algo avançada, dedica grande parte do seu tempo à redacção do *Livro da Montaria*<sup>109</sup>.

José Pina Martins considerou a tomada de Ceuta como o primeiro acto da expansão portuguesa. Este autor salienta que, apesar das aparências e do sentido dos vocábulos “tomada” e “conquista”, esse acontecimento foi sobretudo uma empresa da burguesia nacional e não uma campanha da nobreza cavaleiresca<sup>110</sup>.

D. Duarte nasceu em 1391, num contexto de dificuldades políticas e financeiras que não prefiguravam o grande feito dos Descobrimentos, cujo auge se verificou algumas décadas depois. Efectivamente, o território português era então muito pouco povoado, contando apenas com cerca de um milhão de habitantes. Acresce o facto de o reino luso se debater com os surtos da peste e bem assim com a crise provocada pela prolongada resistência às tentativas expansionistas de Castela, a que anteriormente aludimos<sup>111</sup>.

Os infantes, filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, foram educados por um cavaleiro da Ordem Militar de Avis, que cedo lhes incutiu os nobres valores e virtudes da cavalaria e lhes ensinou as técnicas da equitação e da caça<sup>112</sup>.

Apesar das inegáveis capacidades intelectuais e literárias reconhecidas a D. Duarte, que levaram Carolina Micaëlis de Vasconcelos a apelidá-lo de “... prudente e douto monarca, apologista das boas e sadias

---

<sup>109</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História de Portugal*, Vol. I, *op. cit.*, pp. 189 e 190.

<sup>110</sup> António Borges Coelho considera que a conquista de Ceuta “...aliviou tensões internas e abriu caminho à diáspora portuguesa”. Cf. COELHO, A., *O tempo e os homens: Séculos XII-XIV*, in J. Medina (Dir.), *História de Portugal*, Ediclube, Alfragide, 2004, Volume III, p. 357.

<sup>111</sup> RUSSELL, P., *op. cit.*, p. 32.

<sup>112</sup> *Idem, ibidem.*

leituras”<sup>113</sup>, a sua imagem permaneceu na História, durante séculos, como a de um rei fraco e infeliz.

A este respeito, a maioria dos historiadores aponta o cronista Rui de Pina como o primeiro responsável pela divulgação da imagem negra imputada ao monarca. Esta ideia repercutiu-se em Oliveira Martins que, na sua obra *Os filhos de D. João I*, considerou D. Duarte como um rei “sem vontade”, “indeciso”, “triste” e “efeminado (...), a quem faltava a energia e a audácia do pai”<sup>114</sup>.

No entanto, diversos estudiosos mais recentes têm vindo a refutar tenazmente esta versão pouco abonatória do carácter do segundo rei da dinastia de Avis. Nesta linha, Luís Duarte, biógrafo do “rei eloquente”, contraria frontalmente a visão depreciativa da figura e das capacidades do monarca.

Na mesma óptica, Maria Helena Coelho, apesar de reconhecer que o nome do rei D. Duarte ficou irreparavelmente ligado ao malogro da expedição a Tânger, atribui o devido relevo às suas capacidades de escritor, bom administrador e legislador<sup>115</sup>.

A imagem negativa do monarca que, como aludimos, pairou durante séculos a fio, talvez tenha sido construída, em grande parte, devido ao “humor melancólico” de que padeceu durante três anos. O próprio rei declara que só conseguiu libertar-se dessa depressão após o falecimento de sua mãe, vítima da peste. Além disso, o gravoso “desastre de Tânger” e o trágico destino que aí encontrou seu irmão D. Fernando contribuíram, certamente, para aprofundar a faceta tristonha do seu carácter<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> VASCONCELOS, C. M., “Introdução” ao *Cancioneiro da Ajuda*, Vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1990, p. 129.

<sup>114</sup> OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 29, 129 e 145.

<sup>115</sup> COELHO, M. H., *op. cit.*, p. 124.

<sup>116</sup> DUARTE, L. M., *op.cit.*, pp. 17 e ss. O próprio D. Duarte, no *Leal Conselheiro* (Cap. XIX, pp 67-73), procura explicar como ficou doente e conseguiu sair desse sofrimento.

Como notámos, no início do seu curto reinado (de apenas cinco anos, de 1433, ano da morte de seu pai, a 1438), já D. Duarte tinha acumulado mais de duas décadas de experiência na administração do reino, prestando a ajuda que seu pai lhe pedira.

Em 1437, ou seja, quatro anos depois de ter sido coroado e um ano antes da sua morte, D. Duarte – como já frisámos – ficou profundamente marcado pela derrota na segunda grande expedição portuguesa ao Norte de África<sup>117</sup>.

Apesar de não ter participado directamente nessa luta, o rei sentiu-se responsável por tê-la permitido e pelas consequências advindas duma operação militar tão mal concebida e preparada. Com efeito, em Tânger pereceram várias centenas de portugueses e ficou para sempre prisioneiro o Infante D. Fernando, cujo nome, devido a este martírio, foi perpetuado na História de Portugal como o “Infante Santo”<sup>118</sup>.

Eis traçadas, necessariamente de modo conciso, as principais linhas que permitem contextualizar o quadro histórico, cultural, social e político em que se processaram os reinados de D. João I e de D. Duarte. Esta breve caracterização ajuda-nos a situar e compreender o objecto fundamental do nosso estudo.

## 2. REGER E MONTEAR: ENTRE O DEVER E O PRAZER

Da História de Portugal fazem parte diversos episódios relacionados com as actividades cinegéticas, especialmente com a falcoaria e a caça grossa. Já no reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185), o fundador da nação portuguesa, se verificou o conhecido “milagre” que poupou a vida ao fidalgo D. Fuas Roupinho. Na verdade, ficou marcado na tradição oral um curioso episódio de caça, cujo desfecho teria sido trágico, não fosse a intervenção divina.

---

<sup>117</sup> Assunto que retomaremos e desenvolveremos no Capítulo IV.

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*, pp. 222 e ss.

Conta a lenda que, quando D. Fuas perseguia um veado nos arredores da praia da Nazaré, em dia de fraca visibilidade, não se deu conta da proximidade de um acentuadíssimo declive. E, lançado a galope, viu-se repentinamente perante o iminente perigo. Embora parecesse não haver tempo para evitar o desastre, o seu cavalo estacou no último palmo de terra do cimo da escarpa do “Sítio”, local sobrelevado algumas centena de metros em relação aos rochedos da praia da Nazaré<sup>119</sup>.

Desses tempos, a pena de Frei António Brandão registou ainda outro acontecimento venatório, ao narrar o perigo corrido por Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, no momento em que se viu atacado repentinamente por dois ursos, no decorrer de uma caçada<sup>120</sup>.

Também nas crónicas dos reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, como salienta Francisco Esteves Pereira, são sucintamente referenciados diversos acontecimentos de caça, em que intervieram os monarcas ou os infantes seus filhos<sup>121</sup>.

No reinado de D. Afonso III (1248-1279) esteve em voga a cetraria, tipo de caça realizada a cavalo, por meio de aves de rapina amestradas<sup>122</sup>. Mais tarde, no tempo do rei D. Fernando, meio-irmão de D. João I, cujo reinado decorreu entre 1367 e 1383, ainda esta arte venatória teve grande importância, facto que foi devidamente referenciado por Fernão Lopes. Segundo este cronista, o rei D. Fernando era «...mujto caçador e monteiro,

---

<sup>119</sup> BRANDÃO, A., *Monarquia Lusitana*, Parte III, Edição fac-similada, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 259.

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

<sup>121</sup> Cf. PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*, p. XXXI.

<sup>122</sup> Segundo Francisco Maria Pereira, a caça com a utilização de aves de rapina amestrada era designada geralmente por *altanaria* (de *altanus*, alto) e *volataria* (de *volatilis*, que voa). Mais especificamente, denominava-se *cetraria* quando a ave de rapina utilizada era o gavião e *falcoaria* no caso de ser usado o falcão. Cf. PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*, p. XXXII.

em guisa que nenhum tempo aazado para ello leixava que o nom husasse»<sup>123</sup>.

Com efeito, o último monarca da primeira dinastia passava grande parte do tempo nestes «desenfadamentos» da cetraria e da montaria. Curiosamente, apesar do grande relevo que as práticas venatórias tiveram nas cortes medievais, o cronista não entendeu necessário descrever estas actividades de forma minuciosa. Esta omissão talvez se tenha devido às características rotineiras das caçadas, cujo relato, no seu entender, «...seria longo douvir»<sup>124</sup>.

Nas actividades venatórias o rei D. Fernando era acompanhado por um séquito de quarenta e cinco falcoeiros, montados a cavalo, além de outros que seguiam apeados, e por moços de caça.

Para sublinhar a grande importância que este monarca atribuía à caça com aves de rapina, Fernão Lopes acrescenta que era intenção de el-rei mandar povoar uma rua da cidade de Santarém com cem falcoeiros<sup>125</sup>. E, continuando a referir-se ao elevado interesse que o monarca nutria pela prática da falcoaria, o cronista escreve o seguinte:

«Quando mandava fora da terra por aves, nom lhe tragiam menos de çinquoemta antre açores e falcoões nevrís e girofalcos, todos primas. Com elle amdavom mouros que aprazavom garças e outras aves, e estes nadavom os peegos e apahues, se os falcoões cahiam em elles»<sup>126</sup>.

Maria Manuela Gomes, tendo consultado a documentação respeitante à prática da falcoaria no reinado do rei D. Fernando, confirma que, nessa

---

<sup>123</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, Livraria Civilização, Porto, 1979, p. 4.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>126</sup> LOPES, F., *op. cit.*, p. 4.

época, a caça com aves registava uma notória supremacia relativamente à actividade da montaria<sup>127</sup>.

Esta situação não é de estranhar, dado que em toda a Europa a volataria foi um exercício venatório muito generalizado e valorizado pelos nobres. Um facto elucidativo do elevado prestígio que este tipo de caça granjeou nos tempos medievais é a redacção de diversos manuais técnicos com ele relacionados<sup>128</sup>.

No entanto, após a coroação de D. João I, este panorama parece ter-se modificado bastante. Com efeito, no seu reinado deve ter findado o apogeu da volataria, uma vez que o monarca passou a atribuir bem maior relevo à caça ao porco-bravo, como facilmente se depreende da leitura do *Livro da Montaria*. Efectivamente, no prólogo desta obra, quando realiza os primeiros intentos para defender a importância e interesse supremos da montaria, o rei deprecia nitidamente a arte da volataria. Ao comparar os proveitos que aos reis e senhores podem advir destes dois tipos de caça, D. João I escreve o seguinte:

«algũus [homens] trabalharam de fazer liuros, assi como de Falcoaria, e de Cantigas, e doutras cousas e artes que muyto menos que esta [montaria] aproueitam»<sup>129</sup>.

A coroa portuguesa, desde tempos recuados, manteve como reservas largas extensões de montes e florestas exclusivamente destinadas à caça. Estas reservas eram vigiadas por um monteiro-mor, funcionário do reino que coordenava a acção de outros monteiros<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> GOMES, M. M., *op. cit.*, p. 27.

<sup>128</sup> DIAS, I., *op. cit.*, p. 36. A autora chama a atenção para a influência árabe que se fez sentir na actividade cinegética, sobretudo na publicação de livros técnicos sobre a caça com aves.

<sup>129</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 3.

<sup>130</sup> Ver, a este respeito, MENDONÇA, M., *op. cit.*, p. XXV e GOMES, M., *op. cit.*, pp. 10 e ss. Rita Costa Gomes salienta o facto de, já no séc. XV, se notar uma organização hierarquizada do serviço real respeitante à montaria, sendo a corte "...o centro de um sistema

Paralelamente, as populações rurais procuravam suprir as suas necessidades alimentares através da caça realizada fora das reservas, geralmente de modo clandestino, questão que motivou, ao longo dos tempos, diversas proibições régias.

É muito antiga, remontando a Xenofonte e à sua obra *Cyropaedia*, esta distinção entre a caça “vil” e a caça “nobre”. A primeira acepção reporta-se à actividade cinegética realizada furtiva e clandestinamente pelos populares, como meio fundamental para obterem suprimentos em carne e peles, ou mesmo como actividade regular e profissional. A segunda, por seu lado, reporta-se à caça praticada como desporto e recreação pelos reis e nobres, de um modo convivencial e prazenteiro. Esta prática servia também à nobreza como elemento claro de distinção e demonstração do seu elevado estatuto social<sup>131</sup>.

Em França, Jusserand refere que, por lei, o prazer da caça estava limitado ao rei e aos nobres proprietários das terras. No entanto, acrescenta o autor, apesar de toda a sorte de proibições e restrições colocadas ao livre exercício da caça pelos populares, em todos os tempos a prática sempre se manteve muito afastada da teoria<sup>132</sup>.

As prevaricações às normas legais do exercício cinegético aconteciam sobretudo por três motivos diferentes: primeiramente, pela facilidade de concretização do delito (caça furtiva); depois, pela grandeza da tentação a que estavam sujeitos os populares, mormente os que residiam

---

que tenderá a ligar-se por um processo celular, à periferia do reino”. Cf. GOMES, R. C., *op. cit.*, p. 33.

<sup>131</sup> Aspecto a que Riley atribui grande relevo. Cf. RILEY, C. G., *A caça na sociedade e na cultura medieval*, Relatório para uma aula teórico-prática apres. para as provas de apt. pedagógica e capac. científica, Univ. dos Açores, Ponta Delgada, 1988, p. 6. Sobre o mesmo tema pode ler-se ainda: COELHO, M. H. e RILEY, C. G., “Sobre a Caça Medieval”, in *Separata de «Estudos Medievais»*, Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, Porto, 1988, pp. 221-227.

<sup>132</sup> JUSSERAND, J.-J., *Les sports et jeux d'exercice dans l'ancienne France*, Ed. Champion – Slatkine, Genève, 1986.

em zonas rurais, rodeados de vegetação natural e de muita caça; por fim, pela ligeireza das penas que em geral eram aplicadas aos prevaricadores detectados pelas autoridades.

Além de tudo isto, acontecia uma outra situação. Ao mesmo tempo que surgiam múltiplas interdições determinadas pelas ordenações régias, estava prevista a concessão, embora a título excepcional, de permissões de caça a pessoas não nobres, “...seja por dinheiro seja por reconhecimento de um serviço”<sup>133</sup>. A este respeito, John Carter salienta que a caça constituiu na época medieval um conhecido passatempo e meio de subsistência do povo. Apesar de muitas vezes se pensar que a actividade cinegética era um privilégio exclusivo da nobreza, os populares também caçavam, num tempo em que os animais selvagens abundavam nas vastas matas e florestas<sup>134</sup>. Reportando-se à Inglaterra, o autor acrescenta que, não obstante as muitas restrições legais, os populares nunca deixaram de caçar<sup>135</sup>.

A elevada importância reconhecida por D. João I ao exercício da caça ao porco-bravo talvez possa explicar-se, pelo menos em parte, pela prolongada situação de intranquilidade decorrente da coroação do Mestre de Avis, posterior às grandes lutas com Castela, travadas por D. Fernando. Lembramos que, com a subida ao trono de D. João I, se viveram em Portugal, entre 1385 e 1431, tempos de uma paz instável. Esta situação de permanente insegurança exigia ao rei e aos nobres uma preparação física

---

<sup>133</sup> JUSSERAND, J.-J., *Les sports et jeux d'exercice dans l'ancienne France*, op. cit., pp 191-195. Apesar destas proibições, o autor refere que existem províncias francesas em que, desde tempos imemoriais até ao séc. XVIII, a caça foi sempre livre para todas as pessoas (p. 195).

<sup>134</sup> CARTER, J.M., *Medieval Games: Sports and recreations in Feudal Society*, New York, 1992, p. 87. Neste ponto, Carter corrobora e reforça a opinião que Marc Bloch expendeu em *Feudal Society*, Vol. 1, p. 72.

<sup>135</sup> *Idem, ibidem*, p. 87. O autor assemelha a situação da proibição da caça à do torneio. Com efeito, não obstante o torneio sofrer sucessivas proibições, continuou a ser uma actividade frequente e muito apreciada pelos cavaleiros nos tempos medievais.

constante, antevendo conflitos bélicos com Castela, que poderiam sobrevir a qualquer momento.

Assim, num tempo de grande indefinição nas relações com os vizinhos castelhanos, o rei português sentia a necessidade premente de se exercitar com regularidade numa actividade que, embora de carácter lúdico, lhe servisse como meio de preparação para a arte da guerra.

Neste quadro, nada melhor do que a caça grossa, realizada a cavalo e com as armas usadas nas batalhas, para proporcionar ao rei e aos nobres o desenvolvimento de faculdades mentais e, simultaneamente, de capacidades físico-motoras fundamentais em cenário de guerra: a exercitação da técnica da equitação, a estratégia de aproximação e ataque do porco-montês, a orientação espacial, o manejo da *ascuma*<sup>136</sup>, a entreajuda e o espírito de sacrifício, a observação do terreno, a velocidade de decisão e de movimento, a força e a resistência.

A descrição física de D. João I, como salientou Maria Helena Coelho, “...flutuou ao sabor da sensibilidade dos tempos”<sup>137</sup>. Com efeito, se por alguns historiadores o rei foi visto como um homem de avantajada estatura, outros o retrataram com o corpo mediano, questão que não é possível deslindar inteiramente. Ao certo, do monarca é apenas conhecido o retrato patente no Museu de Arte Antiga.

D. João I ficou conhecido na História de Portugal como o rei de «Boa Memória», epíteto que se justifica por três motivos fundamentais: por um lado, pelo seu carácter equilibrado e justo; por outro, pela mitificação que dele foi feita em virtude do importante papel que exerceu na resolução da crise política instalada em Portugal entre 1383 e 1385; e, finalmente, devido aos êxitos que registou nas campanhas de defesa e expansão do reino,

---

<sup>136</sup> A *ascuma* era uma espécie de lança curta, constituída pela *ponta*, *haste* e *conto*, arma com que os monteiros procuravam matar a caça grossa, podendo ser também arremessada. Cf. D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 229, 230, 336 e 337.

<sup>137</sup> COELHO, M. H., *op. cit.*, p. 11.

nomeadamente nas contendas com o reino de Castela e na conquista de Ceuta aos muçulmanos.

Na verdade, as vitórias obtidas pelos portugueses sobre os exércitos castelhanos nas batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, bem como a conquista da praça marroquina de Ceuta criaram a D. João I uma auréola de rei intrépido, esforçado e poderoso. No entanto, não deve esquecer-se (e Fernão Lopes não o fez) a contribuição muito relevante que para os sucessos bélicos havidos no início da segunda dinastia, deu o Condestável do reino, D. Nuno Álvares Pereira.

Por diversas vezes, no texto do *Livro da Montaria*, D. João I expendeu a ideia de que as capacidades necessárias para realizar a importante missão de defender o reino poderiam comprometer-se seriamente devido à grande inactividade corporal a que, em tempos de paz, o obrigavam os «desembargos» e outros assuntos rotineiros da corte. Efectivamente, como já salientámos, o estado de paz prolongada que no seu tempo se viveu em Portugal favorecia sobremaneira a burocracia, a rotina e a inactividade corporal. Este quotidiano sedentário e sempre igual, além de não proporcionar ao monarca a actividade física necessária, cansava-lhe o «entender». E, deste modo, nervoso e entediado, o rei reconhecia não possuir as condições psicológicas que lhe permitissem a concentração mental indispensável à resolução dos magnos assuntos da governação do reino<sup>138</sup>.

É curioso o facto de encontrarmos, em pleno século XV, esta alusão ao cansaço sentido pelo rei em virtude da burocracia da administração do reino e da rotina na corte. A questão parece continuar muito actual, tendo-se certamente agravado em virtude das condições de racionalização, normalização e burocratização decorrentes da Revolução Industrial e, nos tempos actuais, da chamada “revolução tecnológica”. Com efeito, cada vez mais se reconhece a fadiga nervosa decorrente da falta de exercício físico,

---

<sup>138</sup> JOÃO I, D., *Livro da Montaria*, op. cit., p. 4.

da rotina e da crescente burocratização – ou seja, o *stress* – como uma das doenças mais generalizadas nas grandes urbes.

O esgotamento ou fadiga do corpo e dos sentidos, a que D. João I profusamente se referiu na sua obra, poderá derivar directamente da gestão artificial do tempo no seu quotidiano. Com efeito, o programa diário de actividades do rei decorria de um modo linear e rotineiro, sem qualquer alteração. Ou seja, o seu tempo era preenchido pela repetição invariável de tarefas absorventes, desinteressantes e, por consequência, muito fastidiosas para o sistema nervoso.

Esta dimensão economicista do tempo, em que os minutos e as horas são gastos de um modo mecânico, acumulativo e invariável (que ainda hoje caracteriza muitas funções administrativas e burocráticas), é bem diferente da vivência natural que proporcionam as actividades de lazer realizadas em meio natural, nos montes e charnecas<sup>139</sup>.

A caça grossa servia também para os reis e senhores se confrontarem com territórios desconhecidos, fossem paus, montes ou extensos matagais. Perante esta grande imprevisibilidade originada pelos ambientes naturais, os caçadores, nas suas longas deambulações, corriam o risco de se perderem. Com efeito, as práticas cinegéticas realizadas em plena natureza, além de recrearem o espírito, proporcionavam aos titulares da nobreza um benéfico treino das suas capacidades de orientação, adaptação e resistência corporal.

Efectivamente, a referida imprevisibilidade que caracteriza os ambientes naturais quanto ao diferente tipo de vegetação, acidentes do terreno e configuração orográfica favoreciam o confronto com inúmeras dificuldades. Para a ultrapassagem desses obstáculos naturais, os cavaleiros deviam forçosamente possuir boa condição física, técnica do domínio do cavalo e sangue frio. Estas qualidades, como já salientámos,

---

139 Sobre este assunto pode ler-se KRUS, L., “A Vivência Medieval do Tempo”. In Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 343-355.

eram muito benéficas para os guerreiros, dado permitirem a resolução de situações imprevistas durante os conflitos bélicos.

Além de tudo isto, o confronto directo com um animal feroz e de grandes dimensões, como o urso, o touro ou o porco-bravo, requeria o denodo, o sangue frio e a adequada utilização das armas, com evidente transferência para as contendidas a disputar na situação ainda mais arriscada e exigente da guerra<sup>140</sup>.

A própria escolha do terreno considerado favorável ao estacionamento do grupo de cavaleiros era, para D. João I, um bom exercício de estratégia militar. Realmente, também na batalha o campo deve ser cercado por homens.

Além disso, numa situação bélica, considera-se um procedimento apropriado aproveitar tanto quanto possível a presença de grandes pedras, árvores ou outros obstáculos naturais nas pontas do campo, para que o inimigo não possa atacar senão de frente.

Os nobres cavaleiros ficavam assim postados à espera da saída da presa, na direcção da qual, mediante vozearias e sonantes batimentos no solo, os *moços* deveriam assustar e fazer debandar o javali.

Na sua curiosa argumentação, D. João I defendeu que era aos reis e aos que com armas deviam defender as terras que cumpria ter bons conhecimentos estratégicos para, no campo de batalha, saberem escolher o terreno que os colocasse em situação de vantagem<sup>141</sup>. Para o efeito, advogou que, tanto na caça grossa como na guerra, se deve escolher um local em que tenhamos o vento pelas costas, para o pó se levantar em direcção à presa ou à cara dos inimigos.

---

<sup>140</sup> Muitas baladas da tradição oral espanhola começam precisamente por situar o cavaleiro perdido nos montes, em plena actividade venatória. CUMMINS, J., *The Hound and the Hawk: The Art of Medieval Hunting*, Phoenix Press, London, 1998, p. 74.

<sup>141</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 21-25.

Também nas duas situações, na caça e no teatro de guerra, o rei recomenda que a «milhor gente» seja colocada nos locais mais importantes, ou seja, nas pontas e no meio, onde se requer «mayor trabalho». E, para melhor justificar o seu pensamento, acrescenta que é do senso comum que o acto de «filhar o monte» é semelhante ao de «filhar o campo para pelejar»<sup>142</sup>.

Na sua óptica, a montaria também se constituía como uma prática indispensável para que o homem de armas adquirisse vigor e resistência, isto é, «bão folego». Ora, sempre que os guerreiros se encontravam em tempo prolongado de paz, a rotina, a ociosidade e os excessos de comida e bebida faziam-lhes perder a resistência e a condição física que o seu mister exigia<sup>143</sup>.

O porco-bravo foi caçado com grande entusiasmo não apenas em Portugal como em toda a Europa. No entanto, John Cummins, após aturada leitura dos manuais cinegéticos da Idade Média, chegou à conclusão de que esse tipo de caça grossa foi mais valorizado na Península Ibérica e na Alemanha do que nos restantes países europeus<sup>144</sup>.

Concordando com a opinião de D. João I, Sílvio Lima reconheceu à montaria grandes virtualidades para a saúde e manutenção das capacidades físicas dos reis e dos nobres. Na sua perspectiva, todas as práticas corporais que integravam o “desporto” medieval podem ser entendidas como “...um exercício tónico, dinamogénico, anti-reumatizante, para conservar sempre em forma (como se diz em linguagem desportiva moderna) o corpo e a alma”<sup>145</sup>.

Acerca desta paixão incontrolável pela caça, deve salientar-se que alguns dos reis portugueses anteriores à Dinastia de Avis foram igualmente caçadores entusiastas. Segundo os cronistas, eles gastavam demasiado

---

<sup>142</sup> Idem, *ibidem*, pp. 23 e 24.

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, pp. 24 e 25.

<sup>144</sup> CUMMINS, J., *op. cit.*, p. 97.

<sup>145</sup> LIMA, S., *op. cit.*, p. 68.

tempo nas actividades cinegéticas, com nítido prejuízo das suas elevadas funções régias. Na verdade, para o exercício da actividade venatória, os monarcas ausentavam-se frequentemente da corte, suspendendo durante vários dias a sua intervenção na gestão dos assuntos respeitantes à governação do reino<sup>146</sup>.

Ao lermos o *Livro da Montaria* notamos claramente a intenção de D. João I em justificar-se dessas saídas habituais. Para o efeito, o rei procura explicar aos seus leitores os benefícios que delas poderão advir, para ele próprio e para a sua actuação régia, dessa prática corporal e recreadora realizada em locais afastados da capital do reino. Deste modo, o monarca não quer que quaisquer dúvidas parem no espírito dos leitores acerca do merecimento da sua actividade cinegética. Assim, afirma que, em consequência dessas empresas venatórias nunca resultou qualquer prejuízo para o «desembargo».

Todavia, conquanto enalteça claramente os méritos da *montaria*, o rei preconiza um certo comedimento e contenção nas saídas da comitiva real para a caça. E vai até mais longe, ao reconhecer e criticar os excessos em que alguns dos seus antecessores na coroa teriam incorrido, manifestando-se nos seguintes termos:

«Ora este joguo que tam saboroso he, em como de susso dissemos a quantos o usam, se deuem muyto os rreys de guardar, de usarem delle em tal guisa, que por ele perdessem as grandes cousas, que theudos som de fazer, ca muytas uezes algũus rreys aconteceo de o fazerem, de leixar de fazer as cousas que lhes eram proueitosas, por irem ao monte»<sup>147</sup>.

Isabel Dias, ao referir -se ao *Livro da Montaria*, salienta que pela primeira vez um tratado de conteúdo técnico escrito por um autor português

---

<sup>146</sup> Assunto desenvolvido por Maria Manuela Gomes, *O homem, o animal e a floresta...*, op. cit., p. 20.

<sup>147</sup> D. JOÃO I, op. cit., p. 38.

“...fundamenta de forma tão desenvolvida, em princípios teóricos e exemplos do passado, o saber pragmático, com o objectivo de valorizar uma parte importante do universo de referências aristocráticas”<sup>148</sup>.

No entanto, pensamos que o maior mérito que pode ser atribuído a D. João I, superior à redacção do *Livro da Montaria*, foi o exemplo de leitor e escritor incansável, que projectou nos seus filhos e, decerto, em muitos nobres da corte<sup>149</sup>. De facto, a preocupação do rei com a formação literária dos infantes é justamente reconhecida por Luís de Camões, na epopeia de *Os Lusíadas*, quando apelida os filhos de D. João I e de D. Filipa de “Íncлита geração, altos infantes...”<sup>150</sup>

Quer na vida, quer na morte, D. João I demonstrou sempre grande preocupação com os procedimentos que convinham não apenas a um rei, mas também a um bom cristão. O seu fervor religioso nota-se logo no início do texto do *Livro da Montaria*. No prólogo, o monarca refere que Moisés disse a verdade quando afirmou que Deus criou os céus, a terra e todas as criaturas, e quis que o homem fosse feito à sua «simildom» (semelhança)<sup>151</sup>. Depois, em diversas passagens do texto, o monarca defende que Deus criou os reis para regerem os outros homens, pelo que deveriam comportar-se de acordo com a sua «naçom», ou seja, com a sua condição<sup>152</sup>.

Assim, D. João I advoga que os reis e os senhores devem trajar, folgar (em actividades de «solaz e de prazer»), mas também exercitar-se em «jogos» e «manhas» consentâneos com o seu estatuto social superior.

---

<sup>148</sup> DIAS, I., *A arte de ser cavaleiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p. 35.

<sup>149</sup> D. João I mandou os seus três filhos mais velhos, ainda adolescentes, estudar para Inglaterra. Cf. SARAIVA, A., J. op. cit., p. 18, tendo como fonte um documento de 1405.

<sup>150</sup> CAMÕES, L. de, *Os Lusíadas*, Leitura, prefácio, e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972, p. 107.

<sup>151</sup> D. JOÃO I, op. cit., p. 2.

<sup>152</sup> Segundo José Mattoso, “...o que verdadeiramente exprimia os privilégios e o estatuto dos nobres era o nascimento, que o termo de «fidalgo» exprimia perfeitamente” e não o facto de serem defensores. Cf. MATTOSO, J., *Naquele tempo: Ensaio de História Medieval*, op. cit., p. 294.

Mesmo nos momentos que antecederam a sua morte, o rei não abdicou deste modo de ser e de estar próprio dos nobres.

A este respeito, Rui de Pina abre a *Crónica de D. Duarte*, explicando o modo como o primeiro rei da Dinastia de Avis fez questão de, nos seus momentos finais, não aparecer perante os seus súbditos, depois de morto, de modo «espantoso e disforme». A este respeito, o cronista escreveu que D. João I, «... Rey dos Regnos de Portugal, e do Algarve, e primeiro Senhor de Cepta foi um soberano virtuoso e vitorioso, que acabou «... sua bemaventurada vida com mui claros sinais de Salvaçam de sua alma, a quatorze dias d'Agosto, vespera d'Assumpçam da Virgem Maria Nossa Senhora»<sup>153</sup>.

### 3. O LIVRO DA MONTARIA. ESTRUTURA DA OBRA

Faz parte do acervo da Biblioteca Nacional um manuscrito do *Livro da Montaria* que se acredita ter sido copiado, nos finais do século XVIII ou XIX, de outra cópia escrita pelo punho do bacharel Manuel Serrão da Paz, em 1626. Esta última terá sido a transcrição do pergaminho do *Livro da Montaria*, que se encontrava numa biblioteca galega<sup>154</sup>.

Como já tivemos oportunidade de frisar, a partir do referido manuscrito a obra foi impressa pela primeira vez em Portugal em 1918, por intermédio de Francisco Esteves Pereira, que fez anteceder o texto de uma longa introdução.

No prólogo, D João I começa por justificar o interesse em verter para livro os conhecimentos que os homens vão adquirindo e transmitindo, de geração em geração, para que grande parte deles não corra o risco de cair no esquecimento. Com este propósito, o monarca alude ao elevado número de livros, de «muytas artes», que até ao seu tempo já tinham sido escritos. No entanto, salienta que, a seu ver, nenhum deles se referiu devidamente,

---

<sup>153</sup> PINA, R., *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, op. cit., pp. 489 e 490.

<sup>154</sup> MENDONÇA, M., op. cit., p. XIII.

com pormenor e intuito didáctico, à actividade da montaria, que considera uma arte algo desprezada.

O rei reconhece particular valia ao «...jogo de andar ao monte [porque] era tam bõo, e tam proveitoso, que em sua bondade passa todollos jogos, a que ora dizem manhas»<sup>155</sup>. Com efeito, como já referimos, atribui maior importância à montaria do que a outras actividades que foram tratadas em livros, tais como a falcoaria, as cantigas e outras artes menos proveitosas<sup>156</sup>.

Esta hipervalorização que D. João I faz da caça grossa, realizada nos montes, deve-se certamente à coragem, resistência e vigor corporal que a actividade da montaria requer e desenvolve, qualidades julgadas imprescindíveis à formação do nobre. Na opinião de el-rei, as deambulações dos caçadores por montes, vales, descampados e casais constituem uma empresa que, além de muito proveitosa, se torna deveras agradável. Além disso, como já referenciámos, essas actividades cinegéticas que têm como palco a natureza apresentam, segundo o monarca, a dupla vantagem de poderem recrear o espírito e reparar os sentidos.

Deste modo, o autor do *Livro da Montaria* sublinha acalorada e reiteradamente o completo afastamento entre a caça no monte e as tarefas rotineiras, realizadas pelo rei e pelos nobres no tempo regular. O monarca acrescenta que, através do seu livro, acha necessário divulgar e perpetuar a actividade da montaria, uma «tam boa cousa» a que os homens «bõos e grandes» se devem dedicar<sup>157</sup>.

A obra de D. João I está estruturada em três partes ou «livros», precedidas de um curto prólogo. Da análise do texto facilmente se verifica que os assuntos surgem propositadamente ordenados de uma forma lógica e sequencial, organizados num total de setenta capítulos. Na verdade, o autor evidenciou a imprescindibilidade de uma boa organização,

---

<sup>155</sup> D. JOÃO I, op. cit., p. 7.

<sup>156</sup> Idem, ibidem, pp. 2 e 3.

<sup>157</sup> Idem, ibidem, p. 3.

coordenação e sequência das fases, como reconhece, deste modo, Francisco Esteves Pereira:

“Nesta obra observa-se ainda a boa escolha dos assuntos tratados, que são os mais importantes da arte, e a regular coordenação e a natural (lógica) sucessão, de modo que pela leitura do livro se pode fazer completa e perfeita ideia da montaria”<sup>158</sup>.

O «Livro Primeiro da Montaria», que compreende trinta capítulos, é mais extenso do que qualquer dos dois restantes. Do seu texto ressalta, no capítulo I, a exposição das razões pelas quais, segundo o autor, as «manhas» e os «jogos»<sup>159</sup> foram «alevantados» (inventados) pelos homens. Além disso, o rei discorre sobre os dois principais objectivos dos soberanos: reger e defender.

Em seguida, D. João I faz a apologia do exercício de andar ao monte, que considera importante para recrear o «entender».

O capítulo II é reservado à descrição dos jogos que são benéficos para «o feito das armas» e dos que, na opinião do rei, servem essencialmente para «recrear o entender». Além disso, o autor condena com veemência o desregramento no comer e no beber, que afirma ser um comportamento vulgar em gente de baixa condição, assim como os restantes vícios ou formas de uso incorrecto do corpo. Em contraponto,

---

<sup>158</sup> PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*, p. XXI.

<sup>159</sup> Julgamos curiosa uma certa similitude verificada entre os vocábulos «jogos» e «manhas». Depreende-se, da explicação de D. João I, que a palavra jogo tem, no seu tempo, um sentido mais amplo, servindo para designar todas ou qualquer uma das actividades lúdicas e corporais. Em contrapartida, o termo *manha* não é aplicado pelo rei para nomear actividades complexas e organizadas, como as práticas sociais de cantar, dançar e tanger, a justa, o torneio e a montaria. Ao invés, o rei usa esse vocábulo apenas para designar exercícios ou técnicas corporais. Assim, escreve, por exemplo, «as manhas das ligeirices» (exercícios de destreza) e «as manhas da braçaria» (exercícios e técnicas de lançamento). Além destes vocábulos, D. João I utiliza ainda o termo «trebelhos», para significar folgança, folia, brincadeira.

enaltece a «temperança» (sobriedade), qualidade que entende fundamental para o guerreiro ganhar boa resistência, imprescindível ao exercício das armas.

Este capítulo constitui o trecho do *Livro da Montaria* onde surgem com maior abundância as informações directamente relacionadas com a nossa área de estudo: os jogos e as práticas corporais.

No capítulo III, o monarca procura demonstrar que o «jogo de andar ao monte», à caça de ursos<sup>160</sup> e porcos, é o melhor exercício para o corpo e para o espírito. Nesta acepção, a montaria suplanta nitidamente todas as outras *manhas* e *joguos*, quer como meio de preparação para as actividades bélicas, quer como simples recreação.

Os restantes capítulos desta parte do livro servem ao autor para continuar a fazer a apologia da prática da caça nos montes, actividade que considera muito adequada a reis, cavaleiros e escudeiros.

No capítulo IV nota-se a intenção de D. João I em evidenciar a grande utilidade da montaria para o treino das competências que o cavaleiro deve adquirir para se tornar um bom guerreiro. Deste modo, o monarca vai reiteradamente comparando e sobrevalorizando a prática da montaria em relação aos restantes jogos e exercícios corporais que entende por bem mencionar.

A redacção dos capítulos V e VI parece obedecer a propósitos essencialmente morais e religiosos. Através do texto, o monarca começa por advogar que, se o monteiro ouvir a palavra de Deus e realizar o exercício de correr monte sem vaidade, não corre o risco de cair em pecado. Neste contexto, entende que a prática da montaria é um exercício que Deus ofereceu aos reis, dado o seu estado e condição superiores, pelo que não

---

<sup>160</sup> No *Livro da Montaria*, D. João I alude quase exclusivamente à caça ao porco, fazendo poucas referências ao urso, talvez porque, como realça Maria Manuela Gomes (*op.cit.*, p. 13), este animal tivesse começado a rarear em Portugal a partir dos primeiros tempos da monarquia.

deve ser considerado nem como pecado, nem como prémio ou merecimento.

Continuando a explicar a sua ideia, no capítulo VI D. João I afirma que, se algum caçador tiver a desventura de ser mordido mortalmente pelo porco-bravo, a sua alma não será «perdida». E, a este respeito, acrescenta um exemplo curioso, embora referente a pessoas de condição social inferior. No seu entender, aqueles que ganham a vida no mar e morrem no exercício da pesca também não correm o risco da perdição das suas almas<sup>161</sup>.

Nos capítulos VII e VIII, o monarca aconselha os nobres e senhores, durante o exercício da caça no monte, a não caírem no erro de se misturarem, em demasia, com os plebeus. Para evitarem esse comportamento desacertado, o rei preconiza uma postura digna e equilibrada dos senhores. Na sua opinião, os nobres devem ter o cuidado de não mostrarem atitudes inapropriadas a «...gentes de pouco valor, a que não pertence aos reis de acompanhar»<sup>162</sup>.

Deste modo, o rei evidencia as suas preocupações com a postura distintiva que os nobres devem manter, no trajar, no falar, no comer e beber e no comportamento em geral.

Do capítulo IX ao XIV, D. João I explica como deve processar-se a criação e o treino dos cães de caça, para que venham a tornar-se formosos e bons, e possam ser auxiliares preciosos nas práticas venatórias. Neste quadro, o monarca particulariza o tratamento a dispensar aos sabujos e aos alãos<sup>163</sup>, assim como a forma de escolher e criar os melhores «cadelinhos». Aos cuidados a prestar aos pequenos cachorros, à alimentação

---

<sup>161</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 36.

<sup>162</sup> *Idem, ibidem*, pp. 39 e 40.

<sup>163</sup> Na montaria eram utilizados dois tipos de cães: os sabujos («sabuios»), rafeiros que farejavam e detectavam o rasto da caça, na fase inicial do processo e os alãos («allaãos»), cães de fila, de raça mais apurada, de maiores dimensões e com capacidade para perseguirem a presa. D. João I refere as características que devem ter os sabujos e os alãos no cap. XI do *Livro Primeiro*. Cf. D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 54-60.

recomendada e ao modo diferenciado de treino que deve ser ministrado às duas raças de cães destina o autor diversas páginas.

O rei refere ainda diversos procedimentos que considera mais adequados ao ensino dos *sabujos*, passado o seu primeiro ano de vida, para saberem correr, seguir à trela e «achar» o rasto da caça. Aos alãos, cães de raça superior que antecedem os monteiros no ataque ao porco-bravo, devem ensinar-se-lhes as técnicas de andar à trela e «enfilhar», ou seja, atacar o porco-bravo.

O interesse pelo adestramento dos cães deve-o ter herdado D. João I da família. Com efeito, já o seu meio-irmão e antecessor no trono, el-rei D. Fernando, ganhara fama de monteiro exímio e caçador que utilizava os préstimos de todo o tipo de aves (açores, falcões e gaviões) e de raças de cães: galgos para as lebres e raposas, bem como podengos e alãos para a montaria. Também o rei D. Fernando se preocupava muito com o treino dos seus cães de caça<sup>164</sup>.

Quando alude ao adestramento dos cães, D. João I deixa perceber nítidas preocupações de ordem pedagógico-didáctica, respeitantes à introdução gradual das dificuldades no seu «ensino».

Aos quinze capítulos restantes do primeiro «livro», o rei destina os assuntos directamente relacionados com a montagem e organização das primeiras fases da montaria.

Baseando-se em Santo Agostinho, D. João I faz, no capítulo XV, um discurso de natureza axiológica, defendendo que os moços e os monteiros, para praticarem o bem, devem conhecer as virtudes da alma.

Até ao capítulo XXII são dadas pelo monarca explicações teóricas e exemplos práticos relacionados com a actuação adequada durante as diversas fases da caçada. Além disso, são formuladas por D. João I diversas recomendações destinadas aos moços e aos monteiros, tendo em vista o (re)conhecimento dos rastos dos porcos-bravos, os lugares onde costumam

---

<sup>164</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 268 e 269.

andar ou comer e as características dos sítios onde habitualmente fazem a cama e «assentam».

Finalmente, até ao capítulo XXX, que é o último do *livro primeiro*, são tecidas pelo autor diversas considerações sobre a forma de «aprazar», ou seja, buscar, sinalizar, cercar e «alevantar» devidamente o porco-montês. Neste passo da obra, D. João I enuncia também os diversos procedimentos que devem ser seguidos pelos intervenientes da montaria para colocarem as «vozarias» e as «armadas».

Na primeira parte ou *livro primeiro*, como vimos, D. João I pretendeu descrever as fases do complexo processo de detectar, seleccionar, cercar, levantar e matar o porco. O conteúdo do *segundo livro*, por sua vez, refere-se aos conhecimentos técnicos e competências que os moços do monte e os monteiros devem adquirir para aprenderem a «fazer bem» durante o exercício da montaria. Com efeito, nos vinte capítulos que integram o *Livro Segundo da Montaria*, o monarca explica detalhadamente os comportamentos adequados que os diversos intervenientes devem assumir durante a caçada, referentes ao traje, à postura e à técnica de manobrar os cães.

Nos dois primeiros capítulos, o rei discorre sobre o modo como os moços devem conduzir ajustadamente os «cães de correr», na casa do seu senhor ou no monte, com ou sem trela, dar-lhes as devidas ordens<sup>165</sup> e indicar-lhes a peça de caça a perseguir. Além disso, explica o modo de fazer e colocar as trelas aos cães sabujos, bem como as características aconselháveis da ascuma que os «moços do monte» empunham, de forma a poderem defender-se de um ataque inesperado do porco-montês.

---

<sup>165</sup> É tão grande a importância atribuída por D. João I ao ensino e treino dos cães, que Mário Martins considera algumas partes do texto do livro como uma “cinopedia” ou “pedagogia canina”. Cf. MARTINS, M., “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria”, *Separata da Revista Portuguesa de Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Tomo XIII, Fasc. I, Braga, 1957, p. 7.

Até ao capítulo XI, D. João I pretende indicar o comportamento correcto dos moços para aprontarem os sabujos e ainda para acharem e correrem o porco escolhido. Refere ainda as características do vestuário recomendado para a caçada e, bem assim, a limpeza e as restantes obrigações dos moços que acompanham os monteiros.

Os capítulos que faltam estão mais relacionados com o término da montaria, ou seja, com a actuação esperada dos monteiros no momento do ataque e morte do porco. Assim, nos capítulos XII e XIII, o rei alude aos procedimentos técnicos que considera mais adequados para matar o porco-montês. Primeiramente, menciona a técnica *de través*, usada quando o monteiro ataca o porco de lado e o atravessa com a ascuma, aconselhando o local do corpo onde o animal deve ser atingido. Na descrição desta técnica, D. João I alude (como faz reiteradamente noutras partes do texto) a situações que viveu pessoalmente, mas declara basear-se sobretudo na experiência ímpar de Aires Gonçalves de Figueiredo. Este monteiro, segundo o rei, «...em esta cousa foy muyto usado e provado por bõ monteiro em todallas maneyras»<sup>166</sup>, pelo que, reconhecendo-o como o melhor perito, o ouviu sobre as técnicas de matar o porco.

Em seguida, explica quando e como deve aplicar-se o ataque *de remessa*. Para o efeito, o monteiro espera a pé firme a impetuosa arremetida do javali. Nesta técnica, deve aguardar-se, com um dos joelhos no solo, o ataque do porco-bravo, ferindo-o com a ascuma no momento certo. Curiosamente, trata-se duma técnica em tudo idêntica à utilizada pelos antigos romanos nas lutas contra os leões, nos anfiteatros, como salienta John Cummins<sup>167</sup>.

Além disso, o rei refere a técnica a usar pelo monteiro para «matar o porco de justa», em variadas circunstâncias, usando a ascuma por baixo da axila, à maneira dos justadores. Neste sentido, D. João I fornece ao leitor indicações precisas do modo como o monteiro deve segurar a lança,

---

<sup>166</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 390.

<sup>167</sup> CUMMINS, J., *op. cit.*, p. 101.

posicionar o corpo e atingir a peça de caça. Para o efeito, ciente de que a natureza humana só permite a concentração num único pormenor de cada vez, o rei sublinha a necessidade de, no preciso momento do ataque ao porco, se aliar a técnica do manejo da arma ao tempo próprio e ao alvo a atingir.

Finalmente, no *livro terceiro*, o primeiro monarca da Dinastia de Avis remete para o início do texto do livro diversos assuntos respeitantes ao tipo de relações que devem ser estabelecidas entre os senhores e os seus monteiros. Tal como já o havia feito anteriormente, ao dirigir-se de forma específica aos «moços do monte», o rei refere-se ao traje mais recomendável a ser usado na montaria pelos senhores e pelos seus escudeiros. É interessante notar que, neste domínio, D. João I não estabelece grande distinção entre o tecido da roupa de um escudeiro e de um grande senhor ou rei, mas, em contrapartida, parece bem mais exigente quanto à cor do respectivo vestuário, ao afirmar:

«... que assi como a hum pobre escudeyro nom lhe parecera mal de trager hum pano pardo, com tanto que o trajo seia bem feito, segundo compre pera o monte, a tambem pode trager hum rey, ou outro grande senhor que grande seia, qualquer uestido que cumpra pera tal officio, posto que seia de escarlata...»<sup>168</sup>.

Em seguida, o monarca passa a caracterizar pormenorizadamente os instrumentos necessários à prática da montaria. Dos diferentes apetrechos e arreios utilizados na caça ao porco-bravo, a ascuma e a sela merecem a D. João I um tratamento especial e mais detalhado, o mesmo acontecendo aos acessórios dos cães.

Noutros capítulos, o monarca advoga a grande importância dos cavalos e dos cães, especialmente dos alãos, cuja participação considera imprescindível ao êxito da montaria. Nesse texto é notória a maior

---

<sup>168</sup> D. João I, *op. cit.*, pp. 331 e 332.

preocupação que lhe merece esta raça de cães considerada de maior estirpe, a que especificamente dedica vários capítulos.

A constituição das «armadas», de que refere diversos tipos<sup>169</sup>, e a sua estratégia de actuação na montaria constituem o conteúdo de dois vastos capítulos da obra.

A parte final do *terceiro livro*, num total de oito capítulos, reservou-a D. João I ao tratamento pormenorizado das questões técnicas inerentes à captura e morte do porco-montês.

Ao caracterizar o *Livro da Montaria*, Maria Manuela Gomes chama a atenção para a existência do “...fio condutor da obra e a base de correlação das partes – a sequência da caçada com alusão progressiva aos diferentes intervenientes”<sup>170</sup>. Com efeito, da análise do texto ressalta a ordenação lógica e sequente dos assuntos nele versados, a que já aludimos, e que constitui uma das características mais notórias da obra de D. João I.

---

<sup>169</sup> A *armada* é o conjunto dos nobres, a cavalo, que, com funções específicas, intervêm na caçada, *correndo o porco* e contribuindo para o seu sucesso. Curiosamente, o mesmo termo era ainda utilizado, há poucos anos, nas terras de Idanha (Beira Baixa), para designar o *ranch* ou conjunto organizado de trabalhadores (homens e mulheres) que actuavam na safra da azeitona, num determinado olival. Cf. SERRA, M. C., *O Jogo e o Trabalho: Episódios lúdico-festivos das antigas ocupações agrícolas e pastoris colectivas*, Edições Colibri e INATEL, Lisboa, 2001, pp. 117, 119 e 120.

<sup>170</sup> GOMES, M. M.: *op cit.*, p. 119.



## CAPÍTULO II - DOS PEQUENOS JOGOS ÀS ACTIVIDADES REQUINTADAS DOS NOBRES

### 1. APRESENTAÇÃO

Ao contrário do que actualmente sucede, o monarca considera como jogos («jogos») todo tipo de actividades corporais referenciadas ao longo do texto. Esta alusão às diferentes práticas corporais e aos benefícios que podem resultar da sua exercitação, quer para a recreação do espírito, quer para o treino das armas, desenvolve-se nitidamente segundo um objectivo preestabelecido de valorização crescente. Com efeito, à progressiva ascensão que o rei vai fazendo na escala de valores referente à apreciação do préstimo das diferentes práticas corporais corresponde uma preocupação nítida em aumentar a adjectivação e o espaço que lhes reserva.

Este critério de seriação dos jogos e actividades corporais mencionados por D. João I no texto do livro fundamenta-se na crescente importância que cada uma das práticas lúdicas lhe merece, mas decorre também da maior ou menor antiguidade que o rei lhes atribui.

Primeiramente, é referenciado o xadrez, que o rei considera o jogo mais antigo; depois, surgem os jogos de *tavolagem*<sup>171</sup> e a *péla*; a seguir, menciona os jogos de «solaz e de prazer», como cantar, dançar e tanger<sup>172</sup>; depois, alude às «manhas das ligeirices», ou seja, diversas destrezas e exercícios corporais que compreendem saltos, bem como provas de habilidade realizadas a cavalo, e a «manha da braçaria», que integra

---

<sup>171</sup> Segundo Viterbo, considerava-se *tavolagem* «qualquer jogo de sorte» e *tavolageiros* «os que jogam jogo de sorte». Cf. VITERBO, Fr. J. S. R., 1798-1799, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, Edição crítica de Mário Fiúza, Livraria Civilização, Lisboa, Vol. II, 1983, p. 579.

<sup>172</sup> Verificamos, assim, que o sentido do vocábulo “jogo” era, nesse tempo, bem mais lato do que actualmente tem na língua portuguesa. Curiosamente, a maior amplitude do termo ainda se nota na língua francesa, ao dizer-se, por exemplo, *jouer le piano* (tocar piano).

variadas técnicas de força braçal, especialmente lançamentos; em seguida, são enaltecidos os «fermosos jogos» de justar e tornear e, finalmente, D. João I releva, sobremaneira, o jogo de «andar ao monte», conhecido como o «jogo dos rreys»<sup>173</sup>.

Contudo, da análise do texto do livro deve realçar-se esta evidente realidade: a única prática corporal que merece de D. João I minuciosa explicação é a montaria. Na verdade, a caça no monte é detalhadamente explanada, no que concerne: às diferentes fases do processo; à descrição do contexto natural e social em que a prática decorre; às atribuições de cada interveniente, seja homem ou animal; e, finalmente, à narração de episódios relacionados com experiências concretas.

Pelo contrário, as menções ou curtas alusões feitas pelo rei aos restantes jogos e práticas do corpo estão exclusivamente circunscritas ao capítulo II do «Livro primeiro». Ou seja, dos setenta capítulos que constituem as três partes do *Livro da Montaria*, só num, como referimos, surgem alusões a outras práticas que não sejam a da caça grossa.

Os *formosos* jogos da justa e o torneio, que segundo a apreciação de D. João I se situam, em mérito, imediatamente a seguir à montaria, merecem-lhe ainda pequenas referências, que são tecidas no capítulo IV do *livro primeiro*.

Todavia, apesar de lhes reconhecer grande valor, o monarca não deixa de alertar o leitor para o artificialismo desses jogos bélicos, quando postos em confronto com a caça no monte. Na verdade, este exercício venatório é uma actividade natural que, em sua opinião, consegue reunir harmoniosamente o conjunto das virtualidades de todos os restantes exercícios corporais que julga oportuno mencionar.

Em diversos capítulos, o monarca explica quais os procedimentos que devem ser adoptados na montaria. Deste modo, indica minuciosamente como pode ser feito o reconhecimento das pistas deixadas pelo porco-bravo,

---

<sup>173</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 29.

bem como a marcação do local onde se acolhe, o seu cerco e o «alevamento». Seguidamente, o monarca narra, sempre com muito pormenor, a colocação das «armadas» e «vozarias» e, por fim, apresenta as diferentes técnicas que considera mais adequadas, consoante as circunstâncias, para matar o porco-montês.

Colocados perante esta realidade, decidimos, perfilhando a perspectiva evidenciada pelo autor do *Livro da Montaria*, apresentar e analisar as práticas lúdicas e corporais mencionadas na obra segundo uma tipologia muito simples. Para o efeito, considerámos os *jogos* e *manhas* referenciados por D. João I no texto da obra agrupados em diversas categorias.

Nos pontos seguintes do presente capítulo apresentam-se: as práticas lúdicas a que o monarca reconhece somenos importância, dado não envolverem actividade física intensa, como o xadrez, os dados e outros exercícios de tavalagem, ou não estarem directamente relacionadas com o exercício das armas, como o jogo da péla; e o *jogo de «solaz e de prazer»*, ou seja, as actividades sociais de recreio e cortesia, como a dança, o canto e a música, que o rei recomenda vivamente aos nobres, sem lhes atribuir, porém, qualquer utilidade para as actividades bélicas.

O capítulo III, *As práticas corporais como preparação para a guerra*, prende-se com a análise das «manhas» e «jogos» mais enaltecidos por D. João I: as *ligeirices* e a *braçaria*, designação que o rei atribuiu a diversos exercícios físicos de agilidade, destreza e força braçal; a justa e o torneio, jogos equestres que representam fielmente os acontecimentos bélicos, sejam os confrontos entre dois cavaleiros, sejam as situações de verdadeira batalha; e, por fim, a montaria, o «jogo» que o monarca descreveu com muito pormenor e ao qual atribuiu o máximo valor, quer como actividade recreativa, quer como preparação para a guerra.

Com este procedimento, procurámos manter, numa escala de valor crescente, em tudo idêntica à que foi perfilhada por D. João I, as categorias de actividades lúdicas e corporais mencionadas pelo rei no *Livro da Montaria*.

## 2. OS PEQUENOS JOGOS

Como já referimos anteriormente, são diversos os jogos a que D. João I faz menção na sua obra. Porém, se a alguns deles dispensa grande atenção e lhes reconhece elevado interesse como exercícios recomendados a reis e nobres, outros há que não lhe merecem os mesmos encómios, por não os considerar muito úteis ao desenfadamento do espírito ou à preparação dos nobres para o exercício das armas.

Ao jogo de xadrez, mencionado no capítulo II do *livro primeiro*, dirige o autor comentários laudatórios, visto que entende a sua prática muito útil, quer para «...que o uso das armas nom se perdesse», quer para recrear o espírito<sup>174</sup>. Na opinião do monarca, o xadrez, além das suas características lúdicas, representava fielmente uma batalha travada entre dois exércitos, mantendo-se nessa luta a hierarquia social vigente. Efectivamente, tanto neste jogo como na situação real, o *rei* e a *rainha* ocupam a cúpula da pirâmide social, sendo ainda reservados lugares de grande relevo ao clero (*bispo*) e aos guerreiros (*torre* e *cavalo*). Ao povo, isto é, à infantaria (*peões*), em contrapartida, apesar desta tropa apeada constituir o grosso de todo o “exército”, é-lhe atribuída uma importância nitidamente inferior, à semelhança, aliás, do que sucede na vida real.

No entanto, nas suas considerações finais sobre o «jogo do axadrez», D. João I, apesar de reconhecer que este exercício convinha a ambas as finalidades (reparar o espírito e preparar para a guerra), evidencia alguma dificuldade em distinguir claramente os aspectos positivos e negativos da sua prática. No entender do monarca, era difícil «departir o joguo bõo do maa», talvez devido à inactividade a que pode conduzir o tempo exagerado consagrado a esta actividade lúdica, que afastaria os nobres de exercícios mais exigentes do ponto de vista das capacidades corporais<sup>175</sup>.

---

<sup>174</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 8.

<sup>175</sup> *Idem, ibidem*, p. 8.

O xadrez é uma prática lúdica e desportiva muito antiga, pois o seu aparecimento é reportado ao século VI a. C.<sup>176</sup>. Aludindo à sua importância no período medieval, por pôr em prática, embora de modo simulado, estratégias e táticas bélicas, o historiador Oliveira Marques afirma que "...o objectivo do jogo, as regras básicas, a planificação indispensável aproximavam-se da estratégia militar"<sup>177</sup>.

Reconhecendo o interesse deste jogo, o rei Afonso X de Castela, o Sábio (1221-1284), escreveu o *Libro de los juegos de ajedrez, dados y tablas*, que compôs quase até ao momento da sua morte<sup>178</sup>.

Mais tarde, em Portugal, as *Constituições synodales do Bispado de Coimbra*, realizadas em 1548, proíbem firmemente a prática dos jogos de fortuna e azar. Apesar disso, estes regulamentos episcopais reservam um lugar de excepção ao xadrez, visto ser considerado um jogo de estratégia. Assim, o referido texto constitucional consagra a permissão da prática deste exercício lúdico para o entretenimento moderado dos clérigos, mesmo a dinheiro, mas de tal forma que nela não se ultrapasse a soma de trezentos reais<sup>179</sup>.

Os jogos de mesa ou de *távolas*, baseados essencialmente na sorte ou no azar, geralmente precedidos de apostas, são também referenciados por D. João I no *Livro da Montaria*. Todavia, porque estas práticas com

---

<sup>176</sup> Dagoberto Markl refere que, de acordo com o historiador H. J. R. Murray, a primeira versão do xadrez teve a sua origem na Índia, cerca de 570 a.C., embora apresentasse algumas variações relativamente à forma actual. Era conhecida por *chaturanga* ou "jogo dos quatro exércitos, ou, mais correctamente, o das quatro componentes de uma força militar". Cf. MARKL, D., "Breve contribuição para o estudo do jogo de xadrez da Biblioteca Nacional", *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional*, nº 2, 1998.

<sup>177</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, p. 194.

<sup>178</sup> Cf. VICENTE PEDRAZ, M., "El juego en el medievo", *op. cit.*, p. 49 e BUESCU, A., "A educação de príncipes e *niños* generosos. Um modelo quinhentista peninsular", *Revista de História das Ideias*, Vol. 19, 1997, p. 271.

<sup>179</sup> BUESCU, A., I., "A educação de príncipes e *niños* generosos...", *op. cit.*, Vol. 19, 1997, p. 270.

características aleatórias realizadas nas *tavolagens* eram jogadas a dinheiro e não requeriam qualquer actividade física, capacidade de estratégia, faculdade mental ou esforço da inteligência, é notório que o rei lhes dispensa uma reduzida atenção<sup>180</sup>. Com efeito, o monarca até as deprecia, considerando que os antigos, quer os do passado longínquo, quer os mais recentes os tiveram sempre «por maaos jogos», reconhecendo que deles advinham muitas *manhas* más<sup>181</sup>.

No final da Idade Média, segundo Oliveira Marques, os jogos disputados a dinheiro sofrem, em Portugal, diversas proibições. O jogo de dados, praticado por nobres e plebeus, é o mais perseguido, sendo condenado pelas autoridades administrativas e religiosas<sup>182</sup>. No entanto, é curioso registar que, apesar do elevado número de obstáculos e proibições que lhe foram impostos, este exercício aleatório conseguiu perpetuar-se até aos nossos dias.

O aspecto condenável da prática destes jogos tinha a ver com a obrigação de os perdedores entregarem aos vencedores, em dinheiro, a quantia previamente apostada. Noutros casos, nos termos do que ficasse antecipadamente estabelecido, os derrotados eram obrigados a fazer entrega de um determinado tipo de géneros (carne, peixe, cereais, água, vinagre, sal, frutos e todo o tipo de objectos) ou procederem ao pagamento em vinho.

---

<sup>180</sup> As *tavolagens* podem considerar-se “...antepassados dos «casinos» ou dos «cabarés» de hoje, onde se bebia, se jogava a dinheiro e se encontravam mulheres de má vida”. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *op. cit.*, p. 194.

<sup>181</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 8.

<sup>182</sup> Nas *Ordenações Afonsinas*, compiladas em 1446, é referido que já as leis de D. Dinis proibiam o uso de dados chumbados ou viciados. Cf. *Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Livro V, pp. 146 e 147.

A adopção de um destes dois tipos de procedimento nas práticas lúdicas de carácter aleatório era conhecida, na época, pelas expressões de jogar a «dinheiros secos» ou a «dinheiros molhados»<sup>183</sup>.

No jogo dos dados disputado «a molhados», D. João I, através de diploma legal, permite excepcionalmente o pagamento de «rodadas» de vinho, se for, no entanto, «...para beber logo e pagar, desde que não passe quantia de vinte soldos»<sup>184</sup>.

O rei faz ainda referência ao jogo da péla, divertimento muito generalizado no final do período medieval, que, tal como o xadrez, considera que já os antepassados o tinham por bom. Apresentando um exemplo concreto da Antiguidade Clássica, o monarca refere que Catão recomendava firmemente ao filho que evitasse as *távolas* e jogasse a péla<sup>185</sup>.

D. João I enaltece este jogo, por considerar que a sua prática é benéfica para a tonificação dos membros, assim como para o treino do «folego», ou seja, da resistência corporal. Deste modo, o rei reconhece a péla como um exercício bastante adequado ao mister das armas.

A este respeito, o monarca refere que certos guerreiros, em tempo de folga, «...jogam alguns dias a pella, porque este jogo lhes faz tender os membros, e outrosi o folego fazlho fazer bõ...». No entanto, um pouco mais adiante, adverte que, apesar dos benefícios que são reconhecidos ao jogo da péla, a sua prática convém mais aos moços do que aos homens.

A opinião que o rei emitiu sobre um jogo de bola que, nos séculos seguintes, atingiu grande expressão, sobretudo em França, parece-nos algo curiosa. Com efeito, nesse país o jogo foi, durante muito tempo, um dos principais exercícios, muito generalizado, praticado pelos nobres e,

---

<sup>183</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *op. cit.*, p. 196.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem*, p. 194.

<sup>185</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 8 e 9. Catão (234-149 aC.) foi um romano que ficou célebre pela sua austeridade. Ainda hoje se denomina “homem Catão” aquele que demonstra austeridade ou virtude. Cf. LELLO & IRMÃO, *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro em 2 Volumes*, Vol. I, Porto, p. 499.

inclusivamente pelos reis. No entanto, talvez a consideração pouco valorativa de D. João I em relação à péla se deva ao facto de a prática deste jogo ter apresentado, no período medieval, contornos muito violentos, que deverão ter sido progressivamente sublimados, opinião que é sustentada por vários autores<sup>186</sup>.

O jogo da péla foi conhecido em França pelos vocábulos *paume* ou *palme*, que no século XIII designavam uma pequena bola, um modo de jogar e, também, o local onde a prática lúdica se realizava. Este exercício era tão valorizado que foi considerado o “rei dos jogos e [o] jogo dos reis”, tendo sido o ascendente directo do ténis<sup>187</sup>.

Na Idade Média praticaram-se certamente diversas variantes do jogo da péla, transformadas ou adaptadas segundo os gostos e costumes locais e regionais<sup>188</sup>.

É provável que este jogo tenha sido realizado sobretudo pelos nobres. Contudo, a mesma ou outra versão poderá também ter constituído um divertimento, pelo menos ocasional, das classes populares, que assim imitavam os senhores<sup>189</sup>.

---

<sup>186</sup> Michel Bouet e Carlos Riley relevam o carácter violento e perigoso da péla. Aquele autor francês refere-se ao elevado número de fracturas que aconteciam durante as partidas de *péla*. Cf. BOUET, M., *Signification du Sport*, Paris: Editions Universitaires, 1969, Cap. III e RILEY, C. G., “As cavalhadas: Raízes medievais ...”, *INSVLANA*, Vol. L., nº 2, 1994, p. 319.

<sup>187</sup> BONHOMME, G., *De la paume au tennis*, Gallimard, Paris, 1991, p. 13.

<sup>188</sup> SERRA, N., *O Ténis, no Desporto Escolar, Em Portugal*, Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Porto, 2004, pp. 8 e 9.

<sup>189</sup> Das referências que Gaspar Frutuoso faz à péla, jogada nos Açores nos finais do século XVI, nota-se que o jogo surge junto a outras práticas com características nitidamente rurais, como *correr as pedras*, *as lutas de touros* e *os jogos dos ovos*. Esta ideia é reforçada pela indicação dos nomes e proveniências dos melhores jogadores de péla das ilhas, que parecem pertencer às classes populares ou aos proprietários rurais. Cf. FRUTUOSO, Gaspar (1522, 1591), *Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005, Livro II, p. 148 e

Em França, como refere René Alleau, os populares pugnaram sempre pelo direito de jogar à *courte paume*,

”...imitando assim a fidalguia, que entendia reservar para ela a prática deste exercício aristocrático. À luz desta restrição, em 1452, uma decisão do Parlamento francês condenou vários *vilãos*, culpados de terem esquecido as regras da segregação social”<sup>190</sup>.

Jean Floc’hmoan confirma a opinião de Alleau, afirmando que, nos finais do período medieval, os jogos de *paume* também eram realizados pelos plebeus. Contudo, apenas o poderiam praticar com a mão nua, ao passo que os nobres, para baterem a bola, utilizavam já um acessório, uma luva ou, mais tarde, uma raqueta<sup>191</sup>.

Em qualquer dos casos, tratava-se de uma competição colectiva, disputada entre dois grupos de jogadores, disposto cada um deles no seu espaço próprio. Os dois campos eram separados por uma corda ou rede, podendo a bola ser batida ou devolvida com a mão ou com a ajuda de um acessório.

---

Livro IV, pp. 255 e 256. Em diferentes regiões portuguesas, no litoral e no interior, foi muito praticado até aos anos 50 e 60 do séc. XX, sobretudo na quadra da Quaresma, um jogo colectivo denominado *péla*. A variante mais generalizada consistia no batimento de uma bola de pano, pela equipa de *cima*, de modo alternado, procurando os elementos do outro grupo (dito *de baixo*), dispersos pelo campo, apanhar a bola directamente no ar, vinda do serviço (eliminando assim o batedor) ou fazendo-a rolar no solo, de forma a acertar no *marco*, *pino*, *pelo* ou *pelão*, alvo situado à frente do batedor. Cf. CABRAL, A., *Jogos Populares Portugueses*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1895, p. 182 e ainda VEIGA DE OLIVEIRA, E., *Festividades Cíclicas em Portugal*, D. Quixote, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1995, pp. 293-302 e 315-318.

<sup>190</sup> ALLEAU, R., *Dicionário dos Jogos*, INOVA, Porto, 1974, p. 380.

<sup>191</sup> FLOC’HMOAN, J. *La génesis de los deportes*, Editorial Labor, Barcelona, 1969, p. 68. Segundo este autor, a raqueta surgiu apenas no séc. XV. Todavia, a sua utilização generalizou-se somente no Renascimento. Cf. BONHOME, G., *op. cit.*, p. 17.

O objectivo do jogo era fazer *chasses*, quer dizer, obter pontos. Assim, consoante os casos, os intervenientes procuravam enviar a bola para um local determinado ou devolvê-la através de um um batimento, sendo permitido um segundo ressalto da bola dentro do espaço de jogo.

A equipa que ocupava o campo mais desfavorável só poderia mudar para o outro após ter conseguido obter uma ou duas *chasses*, conforme o contrato lúdico previamente estabelecido<sup>192</sup>. Em 1553, Cristóbal Mendéz escreve a este respeito, no seu *Libro del exercicio corporal*, que durante o jogo da péla se deve ter em atenção «...si hay chaza, si se há de dar recio o quedito», ou seja, se deve haver muda ou permanência de campo. Este médico faz diversas alusões ao jogo da péla e, na esteira de Galeno<sup>193</sup>, defende que a sua prática constituía um exercício proveitoso para a saúde, visto pôr em acção todas as partes do corpo.

Ao descrever diversos aspectos técnicos do jogo da péla, Cristóbal Mendéz escreve, a dado passo:

«...porque si el que espera la pelota después que la sirvió no mira com atención si viene recia o flaca, o donde há de parar, y no está advertido a si le há de dar de bote o de botivoleo, o de reves o com entrambas manos, o com la izquierda, o echada sobre la cabeza, o por debajo del brazo; o si no es para botarla, guardarse para que no lo toque, porque no sea falta dado por perdido, ha de tener mucha viveza, muy grande atención y solicitud»<sup>194</sup>.

Apesar de mencionarem a péla, nem D. João I nem os cronistas que perpetuaram os seus feitos explicam minimamente as características e o

---

<sup>192</sup> Cf. Bonhomme, *op. cit.*, e Gillet, *História breve do Desporto*, Editorial Verbo, Lisboa, 1961, pp.55-61.

<sup>193</sup> Escreve Mendéz: «La verdade es que al gran griego pone algo de esto en el Livro que hizo del juego de pelota». MENDÉZ, C., *op. cit.*, p. 287. Galeno (131-201), conceituado médico grego da Antiguidade Clássica, escreveu um pequeno livro sobre «el juego de la pequeña pelota». Cf. Mercurial, J, *Arte Gimnástico*, INEF, Madrid, 1973, p. 84.

<sup>194</sup> MÉNDEZ, C., *op. cit.*, p. 283.

desenvolvimento deste jogo, tal como no seu tempo era praticado em Portugal.

No final do século XVI, a péla também era praticada na ilha da Madeira, nomeadamente nas casas nobres. O conde da Calheta, junto à sua residência, «...mandou fazer dos muros adentro, um jogo de péla, em que gastou mais de quinhentos cruzados, onde iam folgar muitos da cidade e de toda a ilha...»<sup>195</sup>. No mesmo século, no arquipélago dos Açores, mais concretamente na ilha de São Miguel, este jogo constituiu um divertimento muito apreciado, como Gaspar Frutuoso narra na sua obra monumental «Saudades da Terra». O autor refere que a péla era jogada «...por riba da corda», e ao enaltecer a destreza corporal de Belchior Baldaia, acrescenta o seguinte:

«Jogando a pela com o Infante D. Luís, acabado o jogo, com uma pequena corrida, saltou a corda por cima sem bulir o cascavel, o que vendo o Infante lhe mandou dar vinte mil réis»<sup>196</sup>.

No entanto, o autor açoriano afirma que o melhor jogador de péla que existiu em todo o arquipélago dos Açores «...» foi Brás Dias, da Ribeira Grande, e a seguir, António Roiz e Fernão Martins, ambos moradores no lugar da Maia. Curiosamente, Brás Dias era admirado pela sua ambidestria na prática da péla porque, «...jogando de ambas as mãos, tanto lhe dava jogar com uma, como com outra<sup>197</sup>».

Para percebermos o desenvolvimento e os objectivos da péla temos que chegar ao período da transição do século XVII para o século XVIII. Nessa altura, o filologista Padre Rafael Bluteau (1638-1734), no seu *Vocabulário*, além de mencionar os termos da gíria usada pelos intervenientes na prática da péla descreve, embora de modo muito sucinto, duas variações deste jogo:

---

<sup>195</sup> FRUTUOSO, G., 1522-1591, *op. cit.*, Livro II, p. 148.

<sup>196</sup> *Idem*, Livro IV, p. 255.

<sup>197</sup> *Idem, ibidem*, p. 256.

«Jogam seis parceiros, três de cada parte, com pela de couro, que se enche de vento com uma seringa, & ganha o jogo, que se chama Tendo, ou Envite, quem primeiro faz quatro vezes quinze. Ha hum jogo de pela mais pequeno com diferentes leis, & tem no meio huma corda. Os termos deste jogo pequeno são, Cadoz, colherete, raqueta, rechaço, &c»<sup>198</sup>.

Em termos de síntese, ressalta do texto do *Livro da Montaria* a importância moderada atribuída por D. João I a diversas actividades lúdicas, nomeadamente o xadrez e a *péla*. Em contrapartida, o rei depreciou nitidamente os jogos de fortuna e azar, desvalorizando também, por omissão, actividades lúdico-corporais que deverão ter sido praticadas na sua época.

### 3. O JOGO DE «SOLAZ E DE PRAZER»

Depois de se referir ao xadrez, aos jogos de tabolagem e à péla, D. João I chama a atenção para a importância do «jogo de solaz e de prazer», designação que atribui a diversas práticas sociais de natureza estética e recreativa, que regularmente aconteciam nos paços reais e nos solares da nobreza: cantar, tanger e dançar. Estas práticas requintadas, muito valorizadas pelos estrangeiros, são enaltecidas pelo autor, acrescentando que elas são, há muito, passatempos dos reis, que nelas demonstram a sua «ledice» ou galanteria<sup>199</sup>. Nestes termos, D. João I parece reconhecer-lhes um grande valor social de cortesia e convívio requintado, recomendando-as aos cavaleiros e escudeiros.

---

<sup>198</sup> ALMEIDA, F. de, *História de Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, 629.

<sup>199</sup> O termo poderá também significar contentamento, alegria, prazer. Cf. VITERBO, *Elucidário...*, *op. cit.*, Vol. II, p. 361.

O monarca preconiza que, no canto, na música e na dança, os nobres devem comportar-se de um modo galante, demonstrando conhecer e dominar os comportamentos adequados a essas situações. Deste modo, aconselha-os a aprenderem a agir, nos salões, segundo as maneiras que aos gentis-homens cumpre adoptar.

A demonstração pública deste saber estar – alegre, divertido, mas refinado – tinha ainda como finalidade «honrrar seu senhor». A este respeito, o autor do *Livro da Montaria* alude a uma expressão corrente na época, que espelha claramente esta realidade: «dime com quem uiuieste, e direyte que manhas as»<sup>200</sup>.

D. João I faz ainda referência à apatia e moleza que, no seu tempo, caracterizava o comportamento de alguns nobres do reino. Neste sentido, lamenta que, por preguiça, vergonha ou medo, esses senhores deixassem de fazer o que lhes era requerido pela sua elevada condição social<sup>201</sup>.

A dança, em particular, servia ao nobre para afirmar, perante os seus pares, a postura correcta, a elegância e a cortesia, condutas consideradas consentâneas com o seu estatuto social.

Procurando caracterizar os costumes sociais palacianos do século XV, Oliveira Marques refere, sobre as danças que estavam em voga, o seguinte:

“As danças requintadas do século XV não iriam para além de alguns passos lentos, ao som de suaves instrumentos de corda, que cavalheiro e a dama, ou o cavalheiro com duas damas, faziam frente a frente, segurando-se por uma mão, com cópia de medidas e de cumprimentos. Ao lado destas, havia danças mais populares, tipo «rodas», que não estavam ausentes dos saraus palacianos. Seria aí que se cantava, ou pelo menos

---

<sup>200</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 10. Ou seja: *Diz-me com quem viveste, dir-te-ei que manhas tens*, que, numa versão próxima, ainda se mantém como adágio popular corrente: “Diz-me com quem andas (ou vives), dir-te-ei quem és”.

<sup>201</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 12 e 13.

se entoavam alguns estribilhos, com música mais alegre e rápida, onde intervinham trompas, bombos e outros instrumentos de sopro e percussão”<sup>202</sup>.

O rei entendia que as práticas recreativas e sociais realizadas nos salões da corte eram úteis como contraponto às fastidiosas tarefas quotidianas do paço, as petições e audiências. Na sua opinião, estas actividades de «solaz e de prazer» recreavam o entender pela visão das salas bem decoradas, dos trajes belos e faustosos das damas e fidalgos e ainda pela audição dos «doces tangeres».

O rei continua a explicar, de um modo bastante sugestivo, que a dança é um exercício que, quando bem feito, se torna mais prazenteiro do que o trabalho burocrático e repetitivo da corte. A este respeito, afirma que acha maior prazer em «...tomar hũa fermosa dona ou donzella polla mão e dançar com ella...» do que tocarem-lhe na mão rogando a concessão duma audiência<sup>203</sup>.

Pelo que ficou exposto, podemos perceber que D. João I aconselhava com veemência os nobres portugueses a praticarem actividades lúdicas diversas. Umas, porque permitiam uma transferência directa para o exercício das armas. Estas práticas traziam vantagens aos guerreiros, no campo de batalha, quer por proporcionarem *bom fôlego*, quer ainda por permitirem o treino adequado do uso das armas. Os benefícios doutras, como as actividades palacianas «de solaz e de prazer», advinham de, na óptica do soberano, serem exercícios muito úteis ao recrear do «entender».

Por que razão as actividades sociais, da música instrumental, da canção e da dança e das conversas palacianas, eram, como vimos, tão louvadas pelo rei? Por um lado, estas práticas proporcionavam grande prazer aos nobres e senhores, reparando-lhes o espírito, cansado da burocracia da corte. Por outro, eram actividades socialmente reconhecidas como procedimentos requintados e demonstrações de cortesia, atributos que

---

<sup>202</sup> OLIVEIRA MARQUES, *op. cit.*, pp. 198 e 199.

<sup>203</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 12.

distinguiam dos homens comuns aqueles que se consideravam bafejados pela superior condição da nobreza.

Notámos ainda que, exceptuando as funções acessórias que alguns moços plebeus poderiam desempenhar na caça ao porco-bravo, não se registam, no texto do *Livro da Montaria*, quaisquer alusões feitas por D. João I às actividades corporais e jogos realizados pelo povo<sup>204</sup>.

---

<sup>204</sup> Iremos, mais à frente, regressar a esta questão e desenvolvê-la no ponto 3 do capítulo VI, referente aos jogos mencionados e omitidos nas obras de D. João I e D. Duarte.



## CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS CORPORAIS COMO PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

### 1. AS LIGEIRICES E A BRAÇARIA

Outros exercícios corporais que, na opinião de D. João I, se tornam muito importantes para os homens de armas manterem as capacidades físicas necessárias ao bom desempenho nas batalhas são as «manhas das ligeirices». Percebe-se, da análise do texto do *Livro da Montaria*, que o termo «ligeirices» significa o conjunto das destrezas ou habilidades corporais realizadas de um modo rápido (ligeiro), considerado proveitoso para o eficaz desempenho nos confrontos bélicos<sup>205</sup>. Porém, verificamos que, desse universo, nem todos os exercícios corporais são recomendados pelo monarca. Com efeito, embora afirme a existência de muitas *ligeirices*, el-rei, de um modo restritivo, afirma que poucas são benéficas ao treino dos cavaleiros e fidalgos. Destas, porém, D. João I salienta notoriamente algumas destrezas corporais e habilidades gímnicas que considera muito proveitosas.

Entre os variados saltos de mãos que o monarca entende adequados ao treino dos cavaleiros, é advogada com maior veemência a prática do que consiste em «...poer a mão na coma e no arçom, e saltar em cima do cauallo»<sup>206</sup>.

Outras *ligeirices* há que, na óptica do rei, podem ser benéficas aos marinheiros, «...ca todos som tombos e reuoluimentos de braços, que os mareantes fazem pollas cordas dos nauios...», mas não aos guerreiros. Negando desta forma a utilidade desses movimentos, que considera

---

<sup>205</sup> *Ligeirice* é um substantivo derivado de ligeiro, séc. XIV. Cf. MACHADO, J. P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Conferência/ Horizonte, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 1413.

<sup>206</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 12. A coma significa a crina ou penacho do cavalo. Cf. MACHADO, J. P., *Idem, ibidem.*, Vol. I, p. 659.

desadequados, supérfluos e desnecessários, menciona ainda outras *ligeirices de saltos*, que recomenda no treino dos homens de armas, tais como «...correr bem, saltar bem, e de corredilhas, e outrosi com palanca de corredilhas»<sup>207</sup>.

Estas *manhas* corporais, aconselhadas por D. João I, que as considera como «ligeirices de saltos», deixam-nos alguma dificuldade de interpretação, já sentida por Oliveira Marques. Com efeito, este historiador afirma desconhecer o significado de *corredilhas*, termo que, a nosso ver, talvez possa referir-se a corridas curtas ou deslocação através de saltos sucessivos<sup>208</sup>. No entanto, dado que o vocábulo *palanca* também significa uma vara ou tranca, podemos interrogar-nos se a *palanca de corredilhas* não se referirá, a saltos realizados com o apoio em bastões ou varas, como, aliás, há muito se praticam em Espanha<sup>209</sup>.

Parece-nos muito provável que o rei tenha bebido em obras de autores clássicos a tendência para valorizar os saltos e as corridas na preparação militar. Efectivamente, Vegécio, cuja influência, como já salientámos, se fez sentir em D. João I e D. Duarte, refere no livro primeiro do seu tratado de Ciência Militar que os recrutas devem marchar, correr e saltar sobre valas e barreiras. Na sua perspectiva, o treino intensivo destes exercícios proporciona aos soldados, quando se encontrem em situação de guerra, a agilidade e a resistência necessárias à ultrapassagem dos mais variados obstáculos, sem nisso despenderem grande esforço<sup>210</sup>. Também Egidio Romano, na esteira de Vegécio, valoriza sobretudo dois exercícios

---

<sup>207</sup> D. JOÃO I, *op cit.*, p. 12.

<sup>208</sup> A nossa opinião é confirmada pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 7, *op. cit.*, p. 741, ao referir que *corredilha* significa pequena corrida. *Palanca de corredilhas* poderá significar saltos de obstáculos, tal como Oliveira Marques entende. Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H., *op. cit.*, p. 193.

<sup>209</sup> Cf. ÁLVAREZ DEL PALACIO, E., “El juego en el Renacimiento”. *VII Simposium Historia de la Educación Física*, Universidade de Salamanca, Salamanca, 1999-2000, p. 75.

<sup>210</sup> VEGÉCIO, *op. cit.*, p. 37.

corporais, o saber correr e o saber saltar, práticas utilitárias que considera fundamentais para a formação de um bom guerreiro<sup>211</sup>.

D. João I afirma que, com excepção dos já referidos, os outros exercícios de *ligeirices* não têm grande valor para que os homens de armas deles possam retirar bom proveito.

Apesar de o rei parecer limitar-se, na sua narração, apenas a alguns tipos de saltos, pensamos que estes exercícios, em geral, devem ter constituído, no período medieval, uma das práticas corporais mais vulgarizadas. Já no século VII, São Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias*, preconizou que um jovem nobre devia exercitar-se em vários jogos ginásticos: lançar o dardo, montar a cavalo, lutar, caminhar nos bosques e caçar, correr e saltar grandes distâncias<sup>212</sup>. Álvarez del Palácio também sublinha a importância reconhecida aos saltos, quando se refere aos jogos realizados em Espanha durante o Renascimento. A este respeito, o autor afirma que "...a especialidade original consistia no salto partindo da posição estática, a pés juntos, e devendo cair de pé"<sup>213</sup>.

Em Portugal, o salto aos pés juntos<sup>214</sup>, ou *pulo*, realizado em extensão ou altura, sem corrida de balanço, dada a sua simplicidade, foi um exercício frequentemente praticado por crianças, jovens e adultos, até aos anos setenta do século passado, sobretudo nos meios rurais. Com

---

<sup>211</sup> Cf. AMADO, T., *op. cit.*, p. 109.

<sup>212</sup> SAN ISIDORO DE SEVILLA, «Institutionum Disciplinæ», In Miguel Piernavieja del Pozo, "El Deporte en la Literatura Latina (Antología)", *Revista Citius, Altius, Fortius*, Vol. II, 1960, pp. 405 e ss. Segundo Mercurial, os gregos, na Antiguidade Clássica, consideravam o salto, a que chamavam *alma*, imprescindível na preparação militar dos jovens, dado que os preparava para passar fossos e transpor qualquer obstáculo. MERCURIAL, J., *Arte Gimnástico*, Madrid, INEF, 1973, pp. 137 ss.

<sup>213</sup> ÁLVAREZ DEL PALACIO, E., "El juego en el Renacimiento", *op. cit.*, p. 75.

<sup>214</sup> D. Duarte faz referência a «saltar a pees juntos» que, no entanto, conjuntamente com o «lançar barra», desvaloriza relativamente à arte de bem cavalgar, dando a ideia de que aquelas actividades devem dar mais prazer a pessoas de baixa condição social. Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 8-9.

pequenas variações no tempo e no espaço, o salto deu origem a diversos jogos tradicionais, como sucedeu em versões do salto ao eixo e combinações de corrida e salto. As crianças e jovens ainda hoje vão realizando muitos destes exercícios de saltos, seja como actividades lúdicas simples, seja como componentes motoras de outros jogos tradicionais, que se foram perpetuando no tempo, passando de geração em geração<sup>215</sup>.

Além das *manhas das ligeirices*, também alguns *jogos de braçaria* foram considerados por D. João I como exercícios muito importantes para os guerreiros. Como o seu nome indica, estas práticas exigiam, desenvolviam e demonstravam o vigor braçal.

Já o rei D. Fernando, que o antecedeu no trono, ficou para a História como um homem «muito braceiro que não achava homem que mais fosse»<sup>216</sup>. Na esteira do seu meio-irmão, D. João I opinou que o exercício de *braceria* mais útil para o homem de armas era o arremesso da lança, mas sobretudo no caso de ser realizado a cavalo. A este respeito, o monarca referiu que a *manha da braçaria* não valia muito aos homens de armas senão:

«...quanto he lançar bem hua lança, e este lançar de lança mais faz de bem ainda aos ginetes que aos homees darmas, ca nunca em nossos dias uimos, nem ouuimos dizer, que hum homem que de todo ponto fosse armado acabasse grande feito por remessar lança: assi que este joguo de braceria nom acharom que muyto ualesse a guardar que nom perdesse o uso das armas, como quer segundo susso dissemos, que nom esta mal aos homees saberem fazer todallas manhas da braçaria»<sup>217</sup>.

D. João I foi um exímio atirador de lança, a cavalo, facto que é atestado por seu filho D. Duarte.

---

<sup>215</sup> Cf. SERRA, M. C., *Os Jogos Tradicionais em Portugal. As relações entre as práticas lúdicas e as ocupações agrícolas e pastoris*, Tese de Doutoramento, UTAD, Vila Real, 1999, Vol. 1, pp. 416 e ss.

<sup>216</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, op. cit., p. 3.

<sup>217</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 13.

A lança constituiu, nas actividades bélicas medievais, uma das armas mais importantes, que servia mesmo para contabilizar os efectivos de um exército. A lança compreendia três partes: *conto* ou *conreira*, *haste* e *ferro* ou *cúspide*. A haste, feita de madeira forte, atingia três a quatro metros de extensão. Mas nem só estas *lanças-de-armas* eram utilizadas. Com efeito, usavam-se na época outras lanças, de tamanho mais curto, as *ascumas*, com dois a três metros de comprimento, destinadas sobretudo ao combate apeado e, como salientámos, ao jogo da montaria<sup>218</sup>, para matar o porco-bravo. Efectivamente, quando alude à «azcuma», D. João I apresenta as características que esta arma deve possuir. Nestes termos, o rei preconiza que ela deve ter a vara «bem longa, e direita» e o ferro «bem talhado», aconselhando ainda que o ferro seja bem agudo na ponta, como uma navalha. Além disso, é recomendável, na sua opinião, que a lança não seja nem muito leve nem muito pesada, pois deste modo beneficiará o monteiro e o cavalo<sup>219</sup>.

Tal como sucedeu em Portugal, também em Espanha, no século XVI, os jogos de lançamento de barra, lança e dardo constituíram práticas lúdicas que mereceram grande aceitação, como refere Álvarez del Palacio<sup>220</sup>.

Pelo que ficou exposto, não restam dúvidas acerca da grande importância que o primeiro monarca da segunda dinastia portuguesa reconheceu a vários exercícios corporais: aos saltos para o cavalo, às corridas e saltos diversos e aos exercícios que, na sua óptica, tinham o mérito de desenvolver a força do braço, nomeadamente o arremesso da lança.

## 2. OS FORMOSOS JOGOS DA JUSTA E DO TORNEIO

---

<sup>218</sup> BARROCA, M., “Armamento Medieval”. In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *História Militar de Portugal*, Vol I, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, p. 138.

<sup>219</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 19.

<sup>220</sup> ÁLVAREZ DEL PALACIO, E. “El juego en el Renacimiento”, *op. cit.*, p. 73.

O autor do *Livro da Montaria* sublinha o facto de ter cabido aos antepassados a responsabilidade de levantar outros jogos «muyto mais fermosos» do que os anteriormente mencionados: o justar, e o tornear. Neste quadro, aos homens que defendem a Pátria, para além da utilidade da prática das actividades corporais já referidas, recomenda que, preferencialmente, devem «usar» estes dois últimos exercícios, por serem melhores. Com efeito, D. João I acredita que, em tempos de paz, quando os senhores se encontram nos seus domínios, ao justarem e tornearem, relembram os grandes feitos de armas.

O exercício que estas actividades proporcionam, além de treinarem o domínio do cavalo, também permitem aos cavaleiros o correcto uso das armas e a sua manutenção («trazerem bem e apostamente suas armas») em períodos de longo desuso. Além disso, a prática destes jogos equestres «...repara as manhas dos corpos», fazendo-os manter a condição física necessária ao seu mister<sup>221</sup>.

Já mencionámos o facto de D. João I apresentar os jogos pela ordem em que foram «alevantados». Todavia, o mesmo critério cronológico parece não ter sido aplicado pelo rei a estas práticas equestres de representação do confronto bélico. Com efeito, o rei refere sempre a justa antes do torneio, ao passo que os autores que mais aturadamente estudaram esta temática salientam o facto de, pelo contrário, o torneio preceder a justa<sup>222</sup>.

Barber e Barker salientam que o conceito de torneio evoluiu no tempo. Na sua forma primitiva, este termo teve um sentido restrito, querendo significar apenas um combate entre grupos de cavaleiros, semelhante a uma guerra campal. Posteriormente, em pleno século XV, o torneio adquiriu um sentido mais vasto, passando a enquadrar no seu âmbito festejos diversos, entre os quais se integravam geralmente as justas<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p 14.

<sup>222</sup> Ver, entre outros, BARBER, R. e BARKER, J., FLORI, J. e CROUCH, D., obras referenciadas na bibliografia.

<sup>223</sup> BARBER, R. e BARKER, J. , *Les tournois*, Éd. C<sup>ie</sup>12, França, 1989, pp. 16 e17.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes referenciou, no âmbito dos festejos do casamento deste monarca, celebrados no Porto, além de danças e cantares, a prática de «jogos e trebelhos e matinadas de noute» e a realização de justas. Nestes jogos entraram pessoas de condição superior, «...grandes fydalgos e cavaleiros que o bem sabião fazer, e outra gente não»<sup>224</sup>. O cronista relata ainda outras manifestações de júbilo que tiveram lugar em Lisboa, no dia do casamento do Infante D. Afonso com a filha do Condestável, D. Nuno Álvares Pereira. Estes grandiosos festejos foram muito concorridos pelos nobres do reino e, tal como os anteriormente referenciados, compreenderam justas e torneios, bem como matinadas e outros jogos<sup>225</sup>.

É conhecido o gosto de D. João I pelas justas e torneios, que certamente foi adquirindo no seio familiar. Com efeito, Fernão Lopes atesta-o, ao referir que, ainda jovem, o mestre de Avis participou «huñas grandes justas». Também o seu irmão D. João de Castro, de quem o Mestre de Aviz era muito amigo, ficou famoso pelos êxitos obtidos em justas e torneios, tal como o seu meio-irmão, o rei D. Fernando, a quem Fernão Lopes enalteceu as qualidades de torneador e grande justador<sup>226</sup>.

A paixão do rei por estas actividades, que foi herdada pelos infantes, era de tal ordem que ele pretendeu organizar grandiosas festas de justas e torneios durante um ano inteiro<sup>227</sup>.

A prática da justa, do mesmo modo que a do torneio, servia de demonstração e treino dos cavaleiros e escudeiros na arte de bem cavalgar e servir-se da montada nas situações bélicas. Tratava-se da representação

---

<sup>224</sup> LOPES, F., *Crónica de D. João I*, Vol. II, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1983, p. 223. Nestas palavras do cronista estão bem patentes as finalidades de distinção social que eram cometidas aos jogos equestres, em cuja prática apenas os fidalgos se mostravam hábeis.

<sup>225</sup> LOPES, F., *Crónica de D. João I*, *op cit.*, p. 461.

<sup>226</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 3 e 4.

<sup>227</sup> ZURARA, G. E., *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. I-III, Escritorio, Lisboa, 1899, p. 41.

de um combate real entre dois cavaleiros, armados de lança, que, cavalgando em sentidos opostos, se cruzavam, procurando cada um deles derrubar o seu opositor.

Nota-se, no *Livro da Montaria*, que D. João I não teve a intenção de descrever pormenorizadamente estas práticas<sup>228</sup>. Efectivamente, ele pretendeu apenas situá-las na escala de valoração com que ponderou, em termos de utilidade, todos os jogos e actividades corporais que aos nobres convinham. Porém, a comparação que o rei estabeleceu entre estas duas práticas e a montaria, no que concerne especificamente à sua importância para o treino das armas, permite-nos conhecer algumas das suas características.

O exercício de justar proporcionava aos intervenientes o desenvolvimento das habilidades de cavalgar e «encontrar bem», isto é, saber atingir correctamente um alvo móvel, que, ressaltando as diferenças, tanto acontecia nessa actividade lúdica como na guerra. No entanto, além de permitir aos jovens cavaleiros alcançarem todos os objectivos da justa, a prática do torneio, segundo D. João I, tinha a vantagem de ensinar a «ferir bem dalto», com espada, sobre uma «capellina»<sup>229</sup>, técnica que considerava muito importante para o campo de batalha.

Na justa, para reforçar a sua estabilidade e permitir um melhor uso das armas, os lidadores iam presos ao cavalo, o que não acontecia na montaria e na guerra, em que os cavaleiros iam soltos sobre a montada. Ao descrever estes «atamentos» usados durante a justa, D. João I refere o seguinte:

«... [aos justadores] sempre lhe entroxam as sribeyras, e lhas atam por fundo do uentre do cauallo, e

---

<sup>228</sup> Esta omissão deve-se, decerto, ao facto de os torneios e justas serem actividades corriqueiras e muito conhecidas na época.

<sup>229</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 14 e 28. A capelina era uma das peças da armadura, um capacete que servia para proteger a cabeça. Cf. Manuela Mendonça, *op. cit.*, p. 196.

desi poemlhe faxas nas pernas arredor dos giolhos, ainda atamse de alguns atamentos...»<sup>230</sup>.

Pela narrativa do rei ficamos a saber que as justas tinham lugar em piso regularizado, como por exemplo «a rua noua de Lisboa», não sendo organizadas em espaço natural. Deste modo, os justadores não se confrontavam com acidentes naturais e obstáculos diversos, como sucede nos campos de batalha.

Alguns anos mais tarde, no tempo de D. Duarte, as justas continuaram a ser actividades reconhecidas e frequentes no reino de Portugal. Este monarca deu-lhes ainda mais relevo do que o seu pai, como se depreende do elevado número de referências que lhes teceu no texto do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*. Tal facto justifica, a nosso ver, que façamos às justas uma abordagem mais pormenorizada na segunda parte, dedicada precisamente ao rei D. Duarte.

Ao contrário das justas, os torneios eram competições colectivas, autênticos simulacros de batalhas. Disputavam-se num ambiente ruidoso, entre duas equipas de cavaleiros, "...cada uma com as suas cores e com o seu capitão"<sup>231</sup>, aspectos que assemelham os torneios aos desportos colectivos surgidos na onda da Revolução Industrial.

Barber e Barker chamam a atenção para o facto de as primeiras referências às palavras torneio e justa só terem surgido, na Península Ibérica, em meados dos séculos XIII. Este aparecimento tardio de palavras já tão usadas no resto da Europa leva os autores a lançar a hipótese do referido atraso se dever aos confrontos quase permanentes com os mouros durante a reconquista. Com efeito, nesta óptica, os jovens cavaleiros estariam suficientemente ocupados com a guerra, não tendo por isso

---

<sup>230</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 26.

<sup>231</sup> DUBY, G., *Uma Batalha na Idade Média*, Editorial Terramar, Lisboa, 2005, p. 99.

necessidade de se exercitar nas práticas lúdicas e competitivas da justa e do torneio<sup>232</sup>.

Contudo, o poeta Bertan de Born refere que, já em 1181, se realizou um torneio perto da cidade de Tolouse, ao qual acorreram também cavaleiros aragoneses e catalães. A organização deste torneio nos finais do século XII leva David Crouch a afirmar que o exercício destas práticas corporais aquém-Pirinéus deve ter acontecido pouco tempo antes. Efectivamente, procurando justificar a sua opinião, aquele poeta comentou a inépcia demonstrada por esses cavaleiros peninsulares, bem como o pobre equipamento de que eram portadores<sup>233</sup>.

Estes torneios, difundidos a partir do Nordeste de França, seu berço de origem, devem mais tarde ter-se generalizado em toda a Península Ibérica, passando a constituir actividades habituais como exercitação dos nobres.

Pelo exposto, não parece possível determinar ao certo quando e onde surgiu a prática do torneio. Todavia, uma versão tradicional defende que a primeira referência a esta forma de representação de um verdadeiro combate surgiu em França, na Crónica de S. Martinho de Tours. Este texto esclarece que, no ano de 1066, foram mortos vários nobres, perto de Angers, e que um deles, Geoffroy de Preully, sofreu um acidente mortal durante um «torneamentum». No entanto, Georges Duby e Jean Flori não abraçam esta tese, defendendo que o hábito dos combates simulados poderá ser bem mais antigo, devendo ter-se radicado em sociedades que muito valorizavam a guerra. Como exemplo, ambos estes autores citam um texto do historiador Nithard, que descreve um enfrentamento simulado, organizado no ano de 842, aquando da entrevista de paz havida entre Carlos, «O Calvo», e Luís, «O Germânico»<sup>234</sup>.

---

<sup>232</sup> BARBER, B e BARKER, J., *op. cit.*, p. 31.

<sup>233</sup> CROUCH, D., *Tournament*, Londres, Hambleton and London, 2005, p. 9.

<sup>234</sup> Cf. DUBY, G., *op. cit.*, pp. 93 e 94 e FLORI, J., *La Chevalerie*, Éditions Gisserot, France, 2004, pp. 62 e 63.

A origem etimológica do vocábulo “torneio” tem sido objecto de análise por parte de vários autores. David Crouch defende que a palavra vem do francês antigo, *turner*, que significa virar, rodar, tornar. Ora, na primeira forma de torneio, tipo *mêlée*, os cavaleiros de cada banda formavam lado a lado e combatiam frente aos adversários. E, uma vez que estes também se encontravam dispostos em idêntica formação, os dois partidos rodavam esta *mêlée*, “como se fosse um tornado”<sup>235</sup>. Jean Flori, grande especialista nesta temática, corrobora da perspectiva de Crouch. Porém, acrescenta que aquele termo se refere ao “...movimento efectuado pelos cavaleiros depois do seu ataque para preparar o próximo”<sup>236</sup>. Além deste esclarecimento, Flori informa que uma outra perspectiva tem sido evocada para explicar a origem da palavra torneio. Neste sentido, defende que este termo pode ter derivado do tipo de vida errante dos cavaleiros medievais, que “torneavam” (giravam, isto é, mudavam) constantemente, de localidade para localidade.

A palavra «torneamentum» foi permanecendo no tempo, para designar estas batalhas simuladas. O vocábulo quer significar que os cavaleiros de um dos grupos, depois de carregarem sobre os seus oponentes, rodam em conjunto, esgrimindo as espadas (como já referimos), acepção que nos parece mais plausível<sup>237</sup>.

Contudo, no século XIII, o sentido dos vocábulos “torneio” e “torneamento” era bem distinto, como salienta Afonso X, o Sábio, rei de Castela e Leão, avô de D. Dinis, rei de Portugal. No texto de *Las Siete Partidas*, o rei D. Afonso explica claramente que o «torneamento» era uma luta simulada, ao passo que o «torneo» consistia num verdadeiro combate de guerra. Referindo-se concretamente ao torneio, este monarca escreve o seguinte:

---

<sup>235</sup> Cf. CROUCH, D., *op.cit.*, p. 3.

<sup>236</sup> FLORI, J., 2005, *op. cit.*, p. 99.

<sup>237</sup> Cf. CROUCH, D., *op. cit.*, p. 3. Este autor afirma que «torneamentum» foi uma palavra criada com a intenção de distinguir o torneio de uma velha e diferente forma de combate a cavalo, com a utilização de dardos, que os latinos denominavam por «hastiludum».

«Pero non tengan los homes que este torneo se entiende por los torneamientos que usan los homes en algunas tierras nom para matarse, mas para facerse á las armas que las non olviden, porque sepan cómo han á facer con ellas en los fechos verdaderos et peligrosos»<sup>238</sup>.

Afonso X acrescenta que, ao contrário do «torneamento», o torneio era uma forma de combate que se estabelecia quando um exército inimigo montava o cerco a um castelo ou cidade. Na altura considerada oportuna, o exército da praça sitiada saía da fortaleza e, numa sortida rápida, contra-atacava e combatia os atacantes, retornando depois ao seu local de segurança, ou seja, ao interior das muralhas.

Supõe-se, porém, que os dois referidos vocábulos começassem a ser utilizados indistintamente. Com efeito, em 1130, nos concílios conjuntos de Reims e de Clermont, a Igreja condena as “reuniões ou feiras”. E, no concílio de Latrão, em 1179, são indicadas concretamente as práticas que constituem o objecto dessa desaprovação, “que se chamam vulgarmente torneios”, e costumam ser frequentados pelos cavaleiros<sup>239</sup>. Georges Duby alude a esta estreita ligação existente entre os torneios do século XII e as feiras, actividades que parecem ter todas as características daqueles. Com efeito, ambas as ocasiões originavam deslocação de pessoas e ajuntamentos. Para acolher os feirantes eram improvisadas tendas, locais de jogo e apostas. Noutras tendas estabeleciam-se taberneiros, ferradores, saltimbancos e traficantes, como, em parte, ainda hoje acontece nas feiras

---

<sup>238</sup> AFONSO X, “Las Siete Partidas”: in Teresa Amado (Coord.), *A Guerra até 1450*, Editorial Quimera, Lisboa, p. 140. Foram encontrados códices em algumas bibliotecas nacionais que, no todo ou em parte, pertenciam ao texto das *Sete Partidas*, obra que fazia parte da biblioteca de D. João I, tendo passado depois para a de D. Duarte. Cf. LOPES, A., “Considerações sobre Afonso X e Las Siete Partidas”: in Teresa Amado (Coord.), *op. cit.*, p. 148. Também a obra *Cantigas de Santa Maria*, escrita na corte de Afonso X faz referência ao primeiro torneio realizado em Espanha, em 1272. Cf. BARQUER e BARQUER, *op. cit.*, p. 104.

<sup>239</sup> Cf. DUBY, G., *op. cit.*, p. 94. Sobre este assunto, ver ainda FLORI, J., *La chevalerie*, *op. cit.*, p. 67.

realizadas nos meios rurais. Esta semelhança com as feiras fez com que, antes de surgir o termo «torneamentum», os torneios fossem denominados *mundinae*, ou seja, feiras<sup>240</sup>.

Apesar de o torneio ter uma origem obscura, pode afirmar-se que as primeiras referências que surgiram a esta prática remetem para regiões como Flandres, Picardia, Brabante e Hainault. Este facto está em concordância com o surgimento das primeiras manifestações heráldicas, que se reportam precisamente a essas regiões<sup>241</sup>, evidenciando assim a característica colectiva e de facção nobiliárquica dos torneios. Com efeito, estas práticas corporais eram disputadas entre dois grupos perfeitamente identificados por uma cor determinada, bem como por um braço, pendão e bandeiras.

Nos primórdios do torneio, a forma adoptada era a denominada «mêlée», a que já aludimos<sup>242</sup>. A prática de tornear era considerada muito importante para os cavaleiros poderem treinar o manejo da espada ou da lança, na recente técnica de «lance couchée» (ou «de soo-braço», como lhe chamou D. Duarte), procedimento de difícil execução técnica<sup>243</sup>.

No centro do campo formava-se uma batalha cujo choque envolvia centenas ou milhares de cavaleiros, lutando numa área circunscrita, com grandes dimensões, como numa situação bélica real<sup>244</sup>. O torneio consistia num confronto entre cavaleiros que utilizavam a lança e, depois de esta se quebrar, combatiam com a espada, podendo ainda utilizar outras armas adequadas a esse fim.

---

<sup>240</sup> DUBY, G., *op cit.*, p. 101. De igual modo, muitas outras práticas lúdicas e corporais que actualmente se designam por “jogos tradicionais” encontravam nas festas e nas feiras os seus cenários privilegiados.

<sup>241</sup> Cf. CROUCH, D., *op. cit.*, pp. 5 e 8.

<sup>242</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>243</sup> DUBY, G., *op. cit.*, pp. 95 e 99 e MONTEIRO, J. G, J., G., *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998, p. 419.

<sup>244</sup> CROUCH, D., *op. cit.*, p. 1.

Embora, como referimos, os torneadores fossem nobres que combatiam a cavalo, outros soldados apeados podiam interferir nessas batalhas simuladas, armados por vezes com arcos e flechas<sup>245</sup>.

Segundo Duby, os cavaleiros lutavam geralmente agrupados numa formação denominada «conroi». Consistia num conjunto formado por dez, vinte ou trinta cavaleiros, quase encostados ombro a ombro, que actuavam colectivamente, até se atingir o desfecho da contenda. Esse momento exigia, por vezes, “...longas horas de espera”. O final destas batalhas simuladas constituía uma boa oportunidade para os elementos do partido vencedor fazerem capturas de cavaleiros perdedores, que fugiam desgarradamente<sup>246</sup>.

Acerca do procedimento tático a adoptar por cada partido de torneadores, e da coesão exigida ao grupo de lidadores, Gouveia Monteiro escreve o seguinte texto:

“Importava, acima de tudo, assegurar a coesão da equipa, evitar a sua dissolução na *mêlée*, refrear os instintos de perseguição individual, que punham em causa a unidade do «conroi»”<sup>247</sup>.

Apesar de existirem menos riscos nestes combates simulados do que nos recontros de guerra, mesmo assim registou-se durante a Idade Média um elevado número de mortes nas *mêléés*. No entanto, compreensivelmente, o número de acidentes mortais acontecidos no torneio, embora considerável, era bem menor do que aquele que ocorria em pleno campo de batalha.

Não obstante os riscos que o torneio podia comportar, esta prática surgia, aos olhos dos cavaleiros, como a melhor possibilidade para

---

<sup>245</sup> MONTEIRO, J. G., *op. cit.*, p. 419, refere algumas dessas armas: a maça, a facha ou a porra.

<sup>246</sup> DUBY, G., *op. cit.*, pp. 102 e 103.

<sup>247</sup> MONTEIRO, J. G., *op. cit.*, p. 420.

demonstrarem em público as suas capacidades guerreiras, numa situação muito semelhante à de uma verdadeira batalha. Efectivamente, o torneio permitia-lhes o treino do uso das armas e a aplicação de novas tácticas, em situação semelhante à real. Além disso, propiciava aos cavaleiros a melhoria das técnicas do manejo da espada e da lança e facultava-lhes a possibilidade de se furtarem às investidas dos oponentes ou pará-las com o escudo.

Na óptica de Barber e Barker, a única diferença existente entre a primeira forma de torneio e a verdadeira batalha residia no facto de, no torneio, não se matar deliberadamente. No entanto, não existiam regras nem árbitros, mas apenas refúgios, sendo a regra de ouro a captura dos oponentes, que deveriam depois pagar o seu resgate<sup>248</sup>.

Curiosamente, desta batalha simulada derivaram jogos tradicionais, com a designação bem elucidativa de *barra*, *barra corrida*, *barra bandeira* ou *jogo da guerra*, que as crianças e jovens praticaram até há pouco tempo nas escolas<sup>249</sup>. No seu desenvolvimento, estes exercícios lúdicos representam, bastante fielmente, uma batalha entre dois exércitos.

Crónicas da época relatam que nos torneios, com frequência, alguns cavaleiros se “tornavam loucos”, dando violentos golpes de espada e lança nos seus adversários. Assim, não conseguindo controlar a sua excitação exagerada, estes intervenientes pareciam sentir-se na situação de uma verdadeira guerra<sup>250</sup>.

Notam-se aqui, nestes actos de violência incontrolada e exacerbada entre indivíduos ou grupos – muito para além do que era esperado encontrar-se sob os cânones da cavalaria –, situações algo semelhantes, embora de maior gravidade, às que surgem com frequência nalguns desportos colectivos da actualidade.

---

<sup>248</sup> BARBER, R e BARKER, J., *op. cit.*, pp. 24 e 25.

<sup>249</sup> O P.<sup>e</sup> Alloy referencia este jogo como uma das práticas lúdicas realizadas nos recreios escolares em 1882. Cf. ALLOY, P., *op. cit.*, pp. 1-3.

<sup>250</sup> FLORI, J., *La chevalerie*, Paris, Editions Jean-Paul Gisserot, 1998, p. 67.

Ao referir-se a estas práticas competitivas, Georges Duby tornou célebre a figura de Guilherme, «o Marechal». Este torneador exímio, que viveu no século XII, foi considerado o “melhor cavaleiro do mundo”, tendo capturado, no total, mais de quinhentos adversários, com as respectivas montadas e equipamentos<sup>251</sup>.

A carreira de cavaleiro, como refere Bernard Gillet, exigia, além de bens materiais, um valor excepcional, que nem todos os nobres possuíam, pelo que estava reservada a um escol<sup>252</sup>. Para a prática dos torneios, segundo este autor, os capitães de cada grupo procuravam recrutar os melhores torneadores em diversas regiões e países, pagando-lhes devidamente para defenderem o seu bando, debaixo das suas cores e do seu emblema<sup>253</sup>.

A ambiência que rodeava os torneios caracterizava-se pela policromia das vestimentas, estandartes e emblemas pintados nos elmos e nos escudos. As bandeiras, emblemas, fitas e cores ajudavam a identificar e homogeneizar cada grupo, ao mesmo tempo que transmitiam um maior brilho a esta prática competitiva e lúdico-festiva. A importância atribuída ao torneio era de tal ordem, que justificou a celebração de contratos e transferências dos melhores praticantes, de uns partidos para outros. O quadro descrito parece constituir, uma vez mais, um prelúdio do desporto profissional dos nossos dias...<sup>254</sup>

Além da motivação hedonística relacionada com a demonstração de destreza, força e valentia nestas guerras simuladas, para deste modo os jovens cavaleiros se tornarem conhecidos, os torneios também eram

---

<sup>251</sup> DUBY, G., *op. cit.* Grande parte desta obra de Duby refere as façanhas desse cavaleiro que participava nos circuitos dos grandes torneios, dos quais saiu vencedor.

<sup>252</sup> GILLET, B., *História breve do Desporto*, Lisboa, Editorial Verbo, 1961, p. 54.

<sup>253</sup> DUBY, G., *op. cit.*, pp. 99 e 100. Também neste procedimento se notam semelhanças com alguns desportos profissionalizados.

<sup>254</sup> A este respeito, Riley afirma que se verificou uma transformação do *ethos guerreiro* em *ethos desportivo*. RILEY, C. G., *op. cit* p. 323.

encarados como uma fonte de riqueza. Este ambiente utilitário e mercantil do torneio é assim caracterizado por Duby:

«Como no final das feiras, entre vencedores e vencidos instaurava-se então um processo de compensações, de contratos, de transferências, de dívidas adiadas até ao próximo encontro, de promessas cujos firmes alicerces tinham que ver com uma moral da honra»<sup>255</sup>.

A situação descrita, embora pareça ter surgido mais tardiamente, repetiu-se em Portugal. Exemplo elucidativo desta feição materialista dos torneios é a vida de Afons'Eanes de Coton, que "...ganhava a vida em torneios e duelos, onde despojos e resgates constituíam atractivo importante"<sup>256</sup>.

Os torneios tornaram-se uma espécie de tradição colectiva da nobreza. Na verdade, muitos jovens cavaleiros portugueses deslocavam-se a Castela, para aí «...se provarem pelos corpos, quando em Portugal mesteres nom havia»<sup>257</sup>.

A realidade que acabámos de descrever está bem distante da imagem romântica que, no final do século XIII, foi construída em torno da figura do cavaleiro errante, como frisa o historiador José Mattoso. Na verdade, o cavaleiro era visto como um simples aventureiro, romântico e preservador dos valores éticos e do culto da galanteria, batendo-se denodada e graciosamente pela sua dama e defendendo os fracos e os oprimidos. Paradoxalmente, nem sempre se confirmou esta visão romântica, pois parece que muitos destes cavaleiros andantes "...nem sequer são fiéis ao mesmo senhor", agindo "...como bons mercenários [que] podem pôr-se ao serviço de quem mais dá"<sup>258</sup>.

---

<sup>255</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>256</sup> MATTOSO, J., *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 365.

<sup>257</sup> Segundo o *Livro de Linhagens*, apud MATTOSO, J., *op. cit.*, p. 366.

<sup>258</sup> MATTOSO, J., *op. cit.*

Como vimos, dada a violência dos golpes, o torneio podia provocar muitas mortes e ferimentos graves. Jean Flori afirma que, no sentido de minimizar estes resultados, foram feitas tentativas para limitar a gravidade dos ferimentos. Para o efeito, foi introduzido o «béhourd» na competição, ou seja, as armas passaram obrigatoriamente a ser embotadas e acolchoadas as couraças que protegiam os cavaleiros<sup>259</sup>.

Desde os seus primórdios até ao final da Idade Média o torneio sofreu várias transformações, nomeadamente através da redução progressiva do número de intervenientes. Ao mesmo tempo, as armas foram tipificadas e embotadas e o objectivo da contenda deixou de ser a captura do cavaleiro ou cavalo e o seu posterior resgate. Com efeito, o torneio transformou-se num espectáculo e a principal motivação dos intervenientes passou a ser a conquista de prémios, bem como a demonstração de proficiência técnica e valentia, face a uma plateia de nobres e damas da corte<sup>260</sup>.

Nota-se, assim, que os torneios disputados na Península Ibérica nos finais da Idade Média se tornaram actividades essencialmente lúdicas, que, juntamente com as justas e as *canas*, passaram a fazer parte integrante dos habituais festejos da nobreza<sup>261</sup>. Deste modo, verificamos que, de uma autêntica batalha, que nos primeiros tempos era realizada num espaço amplo e pouco limitado, o torneio foi sendo expurgado dos episódios mais violentos e desregrados, derivando assim para uma actividade simulada e um espectáculo.

Embora pudessem ter sido inicialmente confundíveis, as justas e os torneios, no início do século XIV, tornaram-se práticas bem diferenciadas<sup>262</sup>. A este respeito, David Crouch refere que as justas ou combates singulares se foram desenvolvendo a par dos torneios. Contudo, no começo do século

---

<sup>259</sup> FLORI, J., *O tempo dos Cavaleiros*, Cascais, Editorial Pergaminho, Cascais, 2001, p. 52.

<sup>260</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>261</sup> MONTEIRO, J., G., *op. cit.*, pp. 421 e 422.

<sup>262</sup> Como indica o poeta Jean de Condé. Cf. CROUCH, D., *op. cit.*, p.1.

XIII, as justas começaram gradualmente a ser preferidas pelos cavaleiros<sup>263</sup> e, a partir de 1350, passaram mesmo a fazer parte integrante dos programas dos torneios<sup>264</sup>.

A normalização e regulação mais estrita do torneio foi progressivamente acontecendo. Neste quadro, no século XV, os torneios assumiram “...foros de representação teatral ou de concurso de elegância, com os cavaleiros vestidos por vezes de maneira exótica e disputando um prémio estabelecido”<sup>265</sup>. Já no século XVIII, Melchor de Jovellanos, ao fazer a descrição do torneio medieval, começa por referenciar o espírito de galanteria que presidia a estas competições. Com efeito, diz-nos o autor, «...no había caballero entonces que no tuviese una dama a quien consagrar sus triunfos, ni dama que no graduase por el número de ellos el mérito de un caballero»<sup>266</sup>.

Acerca do torneio, ficou célebre, na História de Portugal, o episódio dos «Doze de Inglaterra», ocorrido no reinado de D. João I, que, mais de um século depois, foi perpetuado e transformado em lenda por Luís de Camões, em *Os Lusíadas*.

Reza a pormenorizada descrição do poeta que doze cavaleiros ingleses, «...soltando palavras graves de ousadia», terão afrontado profundamente a honra e a fama de outras tantas damas, suas compatriotas. Após cometerem tal aleivosia, cheios de arrogância, os cavaleiros ingleses desafiaram publicamente todos os que, «com lança e espada», ousassem acudir à «feminil fraqueza» e aceitassem reparar pela força das armas tamanha ignomínia. Deviam ser bem fortes e possantes os jovens

---

<sup>263</sup> CROUCH, D., *op. cit.*, p. 1. A este respeito, Georges Duby afirma que as justas, combates singulares entre dois cavaleiros armados de lança e separados pela *teia* não aconteciam com frequência antes do século XIV. DUBY, G., *op. cit.*, p. 99.

<sup>264</sup> CROUCH, D. *op. cit.*, p. 1. Um exemplo desta convivência entre os dois tipos de prática é o dos festejos do casamento de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, no Porto, descrito por Fernão Lopes, a que já aludimos. Cf. LOPES, F., *op. cit.*, pp. 223 e 224.

<sup>265</sup> OLIVEIRA MARQUES; A. H., *A sociedade medieval portuguesa, op. cit.*, p. 191.

<sup>266</sup> MELCHOR DE JOVELLANOS, G., *op. cit.*, p. 90.

caluniadores, pois que, no reino de Inglaterra, ninguém se ofereceu para tal empresa: «...nem parentes, nem férvidos amantes...»<sup>267</sup>. Efectivamente, não houve vozes que os refutassem, nem braços com força e intrepidez suficiente para castigar a aludida infâmia, de forma a repor a manchada honra das chorosas donzelas.

Da extensa narrativa camoneana referente aos feitos épicos dos «Doze de Inglaterra», inserta no canto VI<sup>268</sup>, vamos respigar algumas passagens mais significativas, que pintam, com mestria, a ambiência do torneio. Começemos pela descrição dos preparativos da viagem a empreender pelos doze cavaleiros lusitanos:

«...Apercebem-se os doze, em tempo breve,  
D'armas e roupas de uso mais moderno,  
De elmos, cimeiras, letras e primores,  
Cavalos, e concertos de mil cores...»

Equipados e ataviados, e depois de obtida a autorização de ei-rei D. João I, onze destes heróis lusitanos fazem-se ao mar, a partir do Douro, rumo a Inglaterra. Ao invés, o seu intrépido capitão, o famoso *Magriço*, D. Álvaro Gonçalves Coutinho, prefere realizar uma longa jornada através das terras de Castela, Leão e Navarra, transpondo depois os Pirinéus e atravendo a França. Na laboriosa Flandres toma um barco, aporta à costa inglesa chega a Londres e, já sobre a hora do início da contenda, apresenta-se no local da luta, tal como aos companheiros havia prometido. O colorido e

---

<sup>267</sup> CAMÕES, L. de, *Os Lusíadas*, op. cit., canto VI. 46, p. 160.

<sup>268</sup> *Idem, ibidem*, canto VI. 53 a 68, pp. 159-166. Camões começa por se referir ao *Magriço* e aos *Doze de Inglaterra* no canto I. 12, p 4. Álvaro Pimpão, nas notas a *Os Lusíadas*, lança algumas dúvidas sobre a historicidade do episódio dos Doze de Inglaterra, não podendo, no entanto, pôr em causa a veracidade da figura do magriço, Álvaro Coutinho na corte da Flandres. Cf. PIMPÃO, A., “Notas”, p. 397. Além de Camões, também Alexandre Herculano procurou caracterizar a vida dos fidalgos e cavaleiros no tempo de D. João I. Cf. HERCULANO, A., *O Monge de Cister*, Tomo 1, Cap. X, Livraria Bertrand, Lisboa, 23ª edição, s.d.

a azáfama dos momentos que antecedem o torneio são assim descritos por Camões:

«Chega-se o prazo e dia assinalado  
De entrar em campo já cós doze Ingleses,  
Que pelo Rei já tinham segurado;  
Armam-se d'elmos, grevas e de arnezes.  
Já as damas têm por si, fulgente e armado,  
O Marvoto feroz dos Portugueses;  
Vestem-se elas de cores e de sedas,  
De ouro e de jóias mil, ricas e ledas. (...)»<sup>269</sup>

O poeta, na sua epopeia, procede então ao relato do violento embate entre os doze ingleses e os antagonistas lusos:

«Dos cavalos o intrépido parece  
Que faz que o chão debaixo todo treme;  
O coração no peito que estremece  
De quem os olha, se alvoroça e teme.  
Qual do cavalo voa, que não dece;  
Qual, co cavalo em terra dando, geme;  
Quais vermelhas as armas faz de brancas;  
Quais cos penachos do elmo açouta as ancas.

Algun dali tomou perpétuo sono  
E fez da vida ao fim breve intervalo;  
Correndo, algum cavalo vai sem dono,  
E noutra parte o dono sem cavalo.  
Cai a soberba Inglesa de seu trono,  
Que dous ou três já fora vão do valo.  
Os que de espada vão fazer batalha,  
Mais acham já que arnês, escudo e malha»<sup>270</sup>.

Findo o combate, e tendo conquistado os cavaleiros portugueses a «... palma da vitória [tornando assim] as damas vencedoras e com glória»,

---

<sup>269</sup> *Idem, ibidem*, VI., 58, p. 163.

<sup>270</sup> *Idem, ibidem*, VI., 64 e 65, p. 165.

são em terras inglesas cumulos de homenagens, festas e banquetes, até retornarem, como relata o poeta, à sua «doce e cara terra»<sup>271</sup>.

É difícil, senão impossível, distinguir a realidade da ficção nesta narrativa de Camões, apesar de não restarem dúvidas sobre os actos de bravura do *magriço*, Álvaro Gonçalves Coutinho. Os mesmos vêm atestados num manuscrito anónimo guardado na biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, que deve ter sido redigido no final do século XV. Este documento foi estudado por Carlos Riley e Ana Maria Rodrigues e enaltece os feitos de armas de D. Álvaro Coutinho em terras de França.

Correspondendo ao pedido que lhe foi endereçado pela infanta D. Isabel, filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre (conhecida como Isabel de Borgonha)<sup>272</sup>, o Magriço representou-a numa justa, tendo como antagonista o cavaleiro escolhido pelo rei de França. Iniciado o confronto e depois de os cavaleiros terem caído ao solo, como resultado da luta à lança, prosseguiram o duelo à espada. O *Magriço* venceu a contenda e desobrigou os Condes da Flandres da sujeição ao rei de França<sup>273</sup>.

As justas e os torneios, dada a sua vulgarização crescente, já no final do reinado de D. João I devem ter começado a perder importância social, como advoga João Gouveia Monteiro<sup>274</sup>. Na verdade, um facto narrado por Gomes Eanes de Zurara, no qual o cronista põe el-rei D. João I a falar na primeira pessoa, vem confirmar esta tese. Conta Eanes de Zurara que, numa altura em que os monarcas de Portugal e Castela tinham acabado de firmar um tratado de paz, como celebração do acto, D. João I proclama o seguinte:

---

<sup>271</sup> *Idem, ibidem*, VI., 66 e 67, p. 165.

<sup>272</sup> A infanta D. Isabel tornou-se condessa da Flandres pelo seu casamento com Filipe o Bom, duque de Borgonha e conde da Flandres.

<sup>273</sup> RILEY, C. e RODRIGUES, A. M., “Les joutes D’Alvaro Gonçalves Coutinho à paris: un épisode portugais du conflit entre les Maisons de Valois e de Bourgogne“, in *115º Congr. Nat. Soc. Sav., Théâtre au Moyen Âge*, Avignon, 1990, pp. 305-319.

<sup>274</sup> MONTEIRO, J., G., *A Guerra em Portugal...*, *op. cit.*, p. 427.

«... eu queria ordenar umas festas reaes, que durem todo um anno, pera as quaes mandarei convidar todos os fidalgos e gentis homens (...) e ordenarei que nas ditas festas haja notáveis justas e grandes torneios (...). E em fim d'estas cousas farei meus filhos cavalleiros»<sup>275</sup>.

Proferidas estas palavras reais, o cronista explica-nos que, apesar dos generosos intentos de D. João I, os infantes não se mostraram muito entusiasmados com a investidura. Com efeito, os jovens responderam ao pai afirmando que, por melhores que fossem as festas, nunca seriam suficientemente honrosas, mas apenas manifestações de riqueza e espavento. Nota-se, assim, que os infantes já não atribuíam tanto valor às justas e torneios, actividades lúdicas às quais os filhos dos mercadores começavam a ter acesso<sup>276</sup>.

Dos torneios e justas medievais permaneceram ao longo do tempo resquícios da gíria utilizada e dos pormenores das práticas. Como exemplo das reminiscências dessas antigas batalhas simuladas, o padre jesuíta Pedro Aloy, em 1882<sup>277</sup>, dentre os exercícios lúdicos que eram realizados pelos alunos nos recreios dos colégios, enuncia o desenvolvimento do jogo da «durindana», cujo objectivo, em qualquer das cinco variações apresentadas, era perseguir e fazer prisioneiros elementos do «bando» contrário. Nestes divertimentos do tempo de recreio, os protagonistas eram portadores de *durindanas*, ou tiras de pano dobrado, que serviam para «dar pranchadas», ou seja, bater nas costas dos opositores. Acerca da origem do vocábulo *durindana*, o padre Aloy explica que:

«[era esse] o nome da espada do celebre Roldão de Oliveiros, sobrinho do imperador Carlos Magno. Foram tantas e taes as façanhas praticadas com essa espada por

---

<sup>275</sup> ZURARA, G. E., *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. I-III, Escriptorio, Lisboa, 1899, p. 41.

<sup>276</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>277</sup> ALOY, P.º P. *Recreios Colegiaes por meio de toda a espécie de jogos excepto os de cartas e de armas*, Tipographia Universal, Lisboa, 1882.

varão tão esforçado que assombraram toda a terra. Para se avaliar quanto foi fallada a dita espada, basta lembrar que nas festas das justas e torneios ficou-se chamando duridana a todo o instrumento que serviu para estimular e fustigar os cavallos»<sup>278</sup>.

A própria palavra torneio perpetuou-se no tempo e serve hoje para designar uma competição desportiva com duração mais curta do que um campeonato ou liga.

Podemos registar, em suma, que da breve alusão feita por D. João I à prática da justa, constatamos que esta decorria num local regularizado e sem obstáculos. Contudo, o rei não se referiu à *teia*, ou seja, à paliçada ou barreira que separava na corrida os dois contendores. Além disso, nunca é mencionado o facto de os cavaleiros irem devidamente seguros às montadas e armados de lança e escudo, nem referidas as características destas armas. Em relação aos torneios, D. João I informa que se praticavam com espada, permitindo o treino da técnica de «ferir d'alto», considerada muito adequada ao cenário de guerra.

### 3. O JOGO DOS REIS: A MONTARIA

Verificámos que D. João I faz referência a diversas práticas lúdicas de estratégia, destreza e força, mas releva sobretudo os *formosos jogos* das justas e torneios, que considera muito úteis, seja para recrear o espírito, seja para treinar o manejo das armas. Porém, o rei entende que estas práticas lúdicas e corporais – apesar de imitarem quase fielmente os confrontos bélicos –, são limitadas e insuficientes, dado acontecerem em ambiente artificial, previamente regularizado. De facto, elas comportam sempre um maior ou menor artificialismo, uma simulação da realidade bélica, que as distancia sobremaneira dos episódios efectivamente vividos nos campos de batalha. Deste modo, D. João I entende que o torneio e a justa, conquanto

---

<sup>278</sup> ALLOY, P., *op. cit.*, p. 50.

práticas importantes para os cavaleiros, não são os exercícios mais aconselhados para treinar todas as capacidades que a arte das armas verdadeiramente requer.

Ao chamar a atenção dos leitores para esta insuficiência, el-rei, à guisa de advertência preambular, prepara a apresentação da solução ideal para exercitar o ofício das armas em tempo de paz. Para o efeito, acrescenta, torna-se necessário juntar numa mesma actividade corporal todas as virtualidades reconhecidas aos jogos e *manhas* por ele anteriormente referenciados. Na verdade, D. João I acredita que, em relação ao valor de todos os jogos mencionados, a soma das partes é menor que o todo. Quer assim afirmar que a prática da totalidade das *manhas* corporais anteriormente referenciadas não será suficiente para treinar cabalmente o guerreiro, dado que «...a uirtude ajuntada he mais forte que as que som espargidas»<sup>279</sup>. Deste modo, o monarca defende que o arquétipo do bom guerreiro exige todas as qualidades que estão associadas aos jogos e *manhas* mencionadas: resistência (*folego*), agilidade e destreza (*ligeireza*), força (*ser braceiro*), boa técnica no uso das armas (*saber ferir de justa e de facha e espada*) e bom domínio do cavalo<sup>280</sup>.

Depois de discorrer sobre esta teoria, D. João I procura demonstrar a elevada pertinência da prática do sublime «jogo da montaria», um exercício que considera holístico, global, integrador das vantagens de todos os outros jogos e *manhas*. Além disso, o rei julga impossível que os homens possam realizar todas as práticas corporais simultânea ou sucessivamente, devido à falta de tempo e ao facto de, despendido tal esforço físico, poder sobrevir o «fallecimento da força dos corpos»<sup>281</sup>. Acrescidas do contacto directo com a natureza e da possibilidade de reparar o espírito, foram estas as razões que

---

<sup>279</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 15.

<sup>280</sup> *Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>281</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

o monarca apresentou, com veemência, procurando assim justificar a necessidade de praticar a caça, no monte, ao porco-bravo e ao urso<sup>282</sup>.

Com efeito, este exercício venatório, na opinião de D. João I, para além de servir melhor do que qualquer outro já «alevantageado» pelos homens os reiterados objectivos de preparar o corpo do cavaleiro para as exigências da guerra, também proporciona «...folgança, e recreamento a todollos sentidos»<sup>283</sup>. De um modo recorrente, el-rei salienta que, «...o que cada um dos jogos faz apartadamente por si, o jogo da montaria o faz juntamente...»<sup>284</sup>.

Um dos objectivos da prática da montaria que o monarca enuncia na sua obra é «corregger o entender», quer dizer, expurgar o espírito das suas possíveis inquietações e repará-lo do cansaço derivado da vida burocrática e rotineira da corte. Segundo D. João I, o restabelecimento do espírito, através do uso correcto dos sentidos, é proporcionado pelo regresso às coisas simples da natureza. Nesta óptica, o monarca procede à defesa circunstanciada dos méritos da arte da montaria, tendo em conta os benefícios que dela podem advir para os cinco sentidos. Efectivamente, segundo o autor do *Livro da Montaria*, a caça no monte «corregge», ou seja, repara o espírito através do sentido da visão, por permitir aos monteiros a observação das vestes coloridas e sumptuosas dos fidalgos, dos luxuosos adereços dos cavalos e da fuga espavorida dos javalis, perseguidos pela matilha de cães e pelo tropel dos cavaleiros. Ademais, este sentido é reparado através da apreciação dos movimentados episódios de caça e, também, das belas paisagens naturais, por ele descritas com enlevo, de que

---

<sup>282</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>283</sup> *Idem, ibidem.* "Folgança", substantivo derivado de folgar, já documentado em 1214: «...e todas quellas cousas ... sten en paz e en folgancia», no testamento de D. Afonso II. É mais habitual, hoje, o substantivo *folgado*. *Folgadio* ou *folgaz* são adjectivos, de *folgar*. Cf. MACHADO, J. P. (Coord.), *Dicionário Etimológico...*, *op. cit.*, Vol. II, p. 1063.

<sup>284</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 16.

os monteiros desfrutavam nas suas deambulações por montes e vales, bosques, charnecas e paus<sup>285</sup>.

Por outro lado, a caça grossa «correge» o espírito por intermédio do sentido da audição, dado o prazer que advém da multiplicidade de sons que se misturam durante essa prática. Aos silvos das buzinas – instrumentos que serviam, na montaria, como meio de comunicação, organização e comando, mas sobretudo de ruído para fazer encaminhar o porco na direcção pretendida – associam-se as vozes dos moços no incitamento aos cães, os latidos destes, o relinchar dos cavalos e os guinchos de raiva e roncões de agonia dos javalis. El-rei, num ímpeto de grande entusiasmo, chega a comparar as cenas de caça – mormente a cadência de «tanger» o rasto do porco, das vozes dos moços e do latir dos cães –, à sincronia duma partitura musical, ao afirmar que «...Guilherme de Machado nom fez tam fermosa concordança de melodia»<sup>286</sup>.

Particularizando, o rei descreve e enaltece estas sensações auditivas, o som do tropel dos cães a perseguir a presa, o silvo das buzinas e os gritos dos moços quando avistam o porco e exclama: «eylo vai, eylo vai». Para o monarca, a acção destes sons é tão reparadora do entender «...como o ruybarbo para correger o figado»<sup>287</sup>.

Notamos assim que a caça no monte era entendida por D. João I quase como um verdadeiro medicamento. Segundo o monarca, a montaria também repara o espírito através do tacto, pois afirma que é bem melhor sentir na mão uma boa ascuma do que, durante o desembargo, ser tomado pela mão pelos requerentes, pedindo-lhe que os ouça<sup>288</sup>. Curiosamente, na

---

<sup>285</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>286</sup> Idem, *ibidem*, pp. 18 e 19. Segundo Oliveira Martins (*op. cit.* pp. 60 e 61), após o casamento do rei com D. Filipa de Lencastre, a corte portuguesa tornou-se ainda “mais cosmopolita”. Um exemplo deste facto é a apreciação da música de Guillaume de Machaut (1303-1377), conhecido em Portugal como Guilherme de Machado.

<sup>287</sup> Idem, *ibidem*, p. 19. O ruybarbo é uma planta medicinal muito utilizada na Idade Média. Cf. VIGARELLO, G., *História das Práticas de Saúde*, Notícias Editorial, Lisboa, 1999, p. 26.

<sup>288</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 19.

mesma linha, outros autores também estabelecem comparações semelhantes entre os sons característicos da caça no monte e a música cortês<sup>289</sup>.

Na abalizada opinião de D. João I, o jogo da montaria «correge» também através do sentido do olfacto. E o rei exemplifica, invocando o odor das flores silvestres, da erva tenra, das árvores dos bosques e da humidade matinal. Com efeito, acrescenta, quando o monteiro atravessa «...algũs prados, e por so algũas aruores, que cheirem bem, algũa cousa de bem podem fazer ao entender...»<sup>290</sup>.

A montaria «correge» ainda o espírito através do gosto. Segundo o monarca, a sensação de «enfadamento» que aparece na vida da corte, quando o gosto está «...com fastio por mingua de exercício, o andar ao monte lho faz perder». Quer isto dizer que, depois de o caçador calcorrear montes, vales e florestas, bem como de transpor pedras e valados, o exercício corporal intenso lhe faz retornar o apetite. Realmente, ao ar livre e em plena natureza, na hora de comer, num animado e saudável convívio, o monteiro «...nada acha que lhe mal saiba»<sup>291</sup>.

Como notámos, o rei reconhece o elevado interesse, em termos convivenciais, dos jogos de «solaz e de prazer», enaltecendo o contacto dos guerreiros com as damas. Nestas actividades sociais, os comportamentos de cortesia e galanteria para com as mulheres devem imperar. Porém, é interessante notar que, nas actividades da montaria, o rei nunca se refere à participação das damas. Esta omissão é ainda mais estranha se considerarmos, na esteira de John Cummins, que na Europa medieval era comum estas assistirem à caçada, geralmente de um local mais elevado. A

---

<sup>289</sup> Cf. CUMMINS, J., op. cit., p. 160.

<sup>290</sup> D. JOÃO I, op. cit., p. 20.

<sup>291</sup> Idem, ibidem.

este respeito, Cummins afirma que algumas chegavam mesmo a participar activamente na caça<sup>292</sup>.

Embora saliente por diversas vezes os benefícios da montaria para o restabelecimento do espírito, através do bom uso dos sentidos, el-rei admite que a caça no monte é uma actividade que, em contrapartida, pode acarretar diversos perigos e originar alguns acidentes<sup>293</sup>. Contudo, D. João I consegue suavizar os riscos do exercício da caça grossa, afirmando claramente que pode morrer-se mil vezes mais no mar do que na prática da montaria.

Na verdade, é redundante a forma como o iniciador da dinastia de Avis, em grande parte da sua obra, e por diversas vezes, defende e justifica a tese de que a montaria é uma prática perfeita e completa, para o corpo e para o espírito. Nesse sentido, reafirma que o «entendimento» se cansa, no quotidiano, ao observar muitas coisas difíceis de separar, pesadas e maçadoras. Porém, nesta parcela do seu texto, D. João I não se limita simplesmente a detectar e manifestar o problema. Com efeito, o rei vai bem mais longe ao prescrever reiteradamente a melhor solução para o restabelecimento dessa debilidade psicológica. Deste modo, apresenta o remédio que ele próprio testou, afirmando que a «...sua folgança era ueer cousas ligeiras de passar com prazer», como sucedia quando andava à caça, no monte<sup>294</sup>. Como exemplos dos episódios agradáveis adstritos à actividade da montaria, o monarca menciona a visão, a que já aludimos, de

---

<sup>292</sup> CUMMINS, J., *op. cit.*, p.7. Em Portugal, apesar de D. João I não o ter referido, a participação das damas na caça não era inédita. A este respeito, Mário Gonçalves Viana refere que a esposa de D. Sancho II, D. Mécia, acompanhava o rei e outros cavaleiros na montaria. Cf. VIANA, M. G., “A caça na poesia e na vida medievais”, in M. Sérgio e N. Feio, *Homo Ludicus: Antologia de textos desportivos da Cultura Portuguesa*, Editorial Compendium, Lisboa, 1978, pp. 162 e 163.

<sup>293</sup> Talvez seja este o motivo pelo qual o monarca não inclui as damas na actividade da montaria.

<sup>294</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 16. Jusserand salienta que a caça oferecia aos reis e aos nobres diversos prazeres: “ar livre, exercício violento e manejo das armas”. JUSSERAND, *op. cit.*, p. 191.

muitos cavaleiros e escudeiros montados em bons cavalos e bem vestidos, «como compre pera tal mister». Contudo, referindo-se ao traje que o nobre deve usar, o rei afirma que é aconselhável que esteja de acordo com o local, a ocupação e as circunstâncias. Deste modo, o monarca esclarece que o cavaleiro deve estar bem vestido, como cumpre para o mister da montaria, não lhe parecendo adequado que, para essa actividade cinegética, de um modo exagerado, envergue «...panos douro pera dançar em sala...»<sup>295</sup>.

Uma outra situação que o autor do *Livro da Montaria* considera excelsa, elevando-a quase ao nível do sagrado, é o espectáculo proporcionado pela matilha de cães ao perseguirem a presa. Com efeito, num impulso de configuração mística, ao mesmo tempo que procura desculpar-se pelo amor exaltado que nutre pela montaria, el-rei compara as imagens de algumas cenas da caça grossa «...com a uista da gloria de Deus»<sup>296</sup>.

O monarca reconhece ainda à caça no monte a vantagem de poder oferecer ao cavaleiro óptimas oportunidades para o melhor conhecimento dos bosques e dos acidentes do terreno natural. Além disso, aprender a cavalgar em todo o tipo de terrenos poderá proporcionar ao cavaleiro muitos benefícios no campo de batalha<sup>297</sup>.

Os episódios vividos na montaria, na opinião de d. João I, mostram-se úteis ensinamentos para a arte da guerra, por permitirem o treino da ultrapassagem de cursos de água, pedras e zonas densamente arborizadas ou com grossa vegetação arbustiva. De facto, a aproximação à peça de caça, a escolha da presa, a decisão de ferir o porco e a escolha da técnica mais adequada à utilização da *ascuma* exigem estratégias semelhantes às que os cavaleiros devem pôr em prática nos «encontros em guerra». De igual modo, a resolução que o porco toma de fugir em lugar «embargoso»

---

<sup>295</sup> *Idem, ibidem*, p. 16

<sup>296</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>297</sup> *Idem, ibidem*.

pode assemelhar-se, segundo o rei, à retirada estratégica em cenário de guerra, seguida de perseguição.

O monarca reconhece e exalta os benefícios das actividades de justar e montear para atingir duas competências imprescindíveis aos homens de armas: o «bem encontrar» e o «bem cavalgar». Contudo, considera a caça no monte preferível como treino para a arte da guerra, ao apontar aspectos menos vantajosos dos jogos equestres. Entre eles, realça o facto de, no torneio, o terreno ser delimitado e regularizado e de, na justa, o cavaleiro visar apenas um alvo único e de grandes dimensões (escudo e elmo), que já é previamente conhecido. Em seu entender, esta característica da justa limita sobremaneira o «bem encontrar», ao passo que, na montaria, do mesmo modo que na guerra, o cavaleiro confronta-se com situações imprevistas e incontrolláveis. Além disso, o alvo a atingir é mais pequeno e mexe-se de modo constante e imprevisível, o que requer decisões ajustadas e variáveis, tendo em vista o melhor desempenho.

O rei de Portugal quer assim advogar que o êxito em matar o porco no monte depende do saber apontar e usar a *ascuma*, assim como da experiência já adquirida nesta função. As palavras empregues pelo monarca, neste domínio, parecem-nos bastante esclarecedoras:

«Demais quando o porco assi uem ao homem, elle mostra tam pequeno lugar pera o homem lhe poder dar, que se o homem nom for tam ponteiro, e outrosi auendo muy usado este joguo, nunca o bem poderia encontrar»<sup>298</sup>.

Ora, no decorrer da justa, como já referimos, cada um dos dois contendores vai preso à sela, o que não sucede no exercício da montaria, facto que dificulta o «encontrar». Além disso, naquela prática lúdica, habitual no tempo de paz, o cavalo desloca-se numa só direcção e em superfície preparada e regularizada. Pelo contrário, o terreno do monte nunca é igual e apresenta outros desafios à montada, dada a extrema variabilidade de

---

<sup>298</sup> Idem, *ibidem*, p. 27.

acidentes que podem surgir: inclinações, fendas, obstáculos diversos e tipo de vegetação. Ou seja, como escreve o rei, é mais à maneira dos que andam na guerra<sup>299</sup>.

Quando procede à comparação da utilidade dos jogos do torneio e da montaria relativamente ao exercício das armas, el-rei enaltece o tornear<sup>300</sup>. Contudo, em seu entender, a caça grossa é preferível, porque ensina ainda melhor o cavaleiro quando este decide atacar um porco-bravo com uma arma «de sobremaão» ou «de justa»<sup>301</sup>.

Na opinião de D. João I, a montaria proporciona assim óptimas ocasiões de exercitação das técnicas do manejo das armas, mas também propicia uma boa condição física. Além disso, esta actividade venatória também constitui um óptimo treino físico para o cavalo, que, além de ser um meio de transporte, se torna um auxiliar precioso e fundamental na arte da guerra durante a Idade Média.

Acresce que os momentos passados no monte, as decisões que devem ser tomadas durante a perseguição e ataque ao porco-bravo e a ultrapassagem das dificuldades e barreiras naturais constituem, segundo o rei, experiências indispensáveis ao aprofundamento do conhecimento mútuo entre o cavaleiro e a respectiva montada. Ora, como parece evidente, esta interacção e entreajuda apresenta evidentes proveitos para se obterem êxitos nos cenários da guerra medieval. Com efeito, as virtualidades da prática da montaria, que D. João I foi louvando em diferentes locais do livro, tornavam esta actividade lúdica e corporal bastante próxima das exigências colocadas pelo confronto no campo de batalha. Porém, o rei salienta outros aspectos, que tanto são proporcionados pela caça como pela guerra. A este respeito, refere que a aproximação e o cerco ao porco, a gestão do conjunto de homens envolvidos na empresa, a pé e a cavalo, a percepção da

---

<sup>299</sup> D. João I, *op. cit.*, pp. 26 e 27.

<sup>300</sup> Aspecto que já havíamos salientado. D. João I reconhece que a prática do tornear ensina o cavaleiro a «ferir bem dalto», com a espada.

<sup>301</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 21.

direcção do vento e do pó levantado e a análise dos acidentes do terreno são experiências vividas na prática da montaria, directamente transferíveis para a actividade bélica. Também a escolha criteriosa do terreno propício para «filhar» o porco, no monte, facultava ensinamentos que podem tornar-se muito úteis para seleccionar um local considerado vantajoso para a concretização duma batalha.

Além de proporcionar aos nobres todos os benefícios referentes à condição física, ao mútuo conhecimento do cavalo e do cavaleiro, à melhoria da técnica do manejo das armas e à adopção da melhor estratégia, a montaria possuía uma outra virtude, que o monarca achou por bem encarecer: a formação do carácter. Neste sentido, a grande apologia que o D. João I faz da montaria leva-o a afirmar que não conhece nenhum rei que, sendo um monteiro experimentado no exercício de «de correr monte», seja mau<sup>302</sup>.

Da leitura da obra, é notória a perspectiva elitista do rei, natural na sua época, quando considera o jogo da montaria uma actividade destinada a reis e infantes e não a «gente refece»<sup>303</sup>. Nesta linha de pensamento, exprime a opinião de que, só pessoas de condição, de quem se espera a capacidade de saber reger e defender, devem aprender e praticar a arte de caçar no monte. Para não restarem dúvidas acerca da sua perspectiva, o rei afirma textualmente que «...os bõos folgam com os bõos, e os maos com os maos»<sup>304</sup>, ou seja, os jogos e actividades corporais definem a condição social de quem os pratica.

---

<sup>302</sup> D. JOÃO I, *op. cit.* pp. 30 e 31. Curiosamente, segundo Jusserand, a história da realeza em França parece contradizer esta afirmação de D. João I. Na verdade, o autor refere que, com poucas excepções, tanto os reis mais ajuizados como os mais loucos, os mais robustos como os mais doentes estiveram de acordo na paixão que nutriram pela caça. *Op cit.*, pp. 214 e 215.

<sup>303</sup> *Idem, ibidem*, p. 31. *Gente refece*, no sentido de pessoas de baixa condição, ordinária, pobre. Cf. LELLO & IRMÃO, *Dicionário Enciclopédico, op. cit.*, Vol. 2, p. 718.

<sup>304</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 42.

Continuando a discorrer, de um modo doutrinário, sobre os méritos e o carácter selectivo da montaria, o rei de Portugal lamenta que, no seu tempo, o exercício da caça ao porco-bravo se tenha generalizado de tal sorte que já seja praticada por indivíduos não pertencentes à nobreza. Com efeito, o monarca lastima-se pelo facto de a montaria se ter tornado uma actividade tão aberta e banal, que todos a querem e podem realizar, seja qual for a sua condição social. Perante este cenário, acha deplorável que não exista ninguém no reino, seja vaqueiro, clérigo ou homem «astroso», que já não aspire a ser monteiro<sup>305</sup>. Nesta óptica, D. João I chega mesmo a afirmar textualmente que os reis deviam proibir a caça ao porco e ao urso a qualquer pessoa que não merecesse a aludida prerrogativa, por nascimento, segundo a graça conferida por Deus.

Neste quadro, apesar de em algumas passagens do livro o rei elevar a montaria a um domínio quase sagrado, julga necessário dedicar o capítulo V, da primeira parte, a retirar eventuais dúvidas sobre os pecados que podem impender sobre a acção de andar ao monte. D. João I começa por criticar alguns reis, seus antecessores, afirmando que não deviam deixar os seus afazeres régios, por se dedicarem exaustivamente ao exercício da montaria. Com isto, o monarca quer significar que, em termos de prioridades, devem colocar-se as obrigações e os deveres régios em primeiro lugar e só depois as actividades recreativas. E, não querendo deixar quaisquer dúvidas ao leitor quanto ao seu pensamento, acrescenta que a actividade de «andar ao monte» não deve ser tomada «...senom pollo que he, ca elle nom foi aleuantado senom por joguo, e os rreys por tal o deuiam de teer»<sup>306</sup>. Ora, sendo a caça um jogo de reis, D. João I alerta para o perigo

---

<sup>305</sup> *Idem, ibidem*, p. 31. O rei usa o termo *astroso* querendo significar um indivíduo de baixa moral e condição social. Acerca da presença de pessoas do clero na montaria, Jusserand refere que, em França, tal como o torneio e a justa, a caça inspirava muitas paixões, afastando os monges e os abades, que nela se exercitavam frequentemente, do sentido do dever, furtando-se às repetidas proibições das autoridades eclesiásticas. Cf. JUSSERAND, J.-J., *op.cit.*, p. 192.

<sup>306</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 38.

que pode advir, para monarcas e senhores, na convivência com os monteiros e moços nas actividades da montaria. Se assim acontecer, pensa o rei, uns e outros correm o risco de adquirir costumes que não são próprios da sua condição. Deste modo, para que seja evitada esta influência nefasta, o monarca aconselha as pessoas de valor a não irem demasiado cedo para o monte, como fazem os moços com os sabujos, sem antes assistirem à missa matinal. Além disso, recomenda às «gentes boas» e aos «grandes de seu reyno» que não estabeleçam demasiada convivência com os plebeus, andando de casal em casal, a vangloriar-se, como usam os populares, dos pequenos êxitos da caça<sup>307</sup>.

E, nesta linha, el-rei clarifica o seu pensamento ao afirmar que aos reis e aos nobres cumpre apenas falar dos grandes feitos da guerra, não devendo beber e comer em circunstâncias menos próprias, sem o requinte exigido a pessoas da sua estirpe.

Um dos maus costumes que as pessoas de «pouco valor» que colaboram na montaria podem transmitir aos senhores é o «maao» costume que têm de beber a qualquer hora do dia. Acerca deste desregramento dos costumes dos plebeus, o monarca afirma que esse mau hábito

«os faz beuer polla manhã, que dizem que faz quentura, beuamos que faz sol quente; e se faz frio, beuamos e esquentarnos emos; (...) e este costume he muy maaos pera qualquer homem que seia, demais pera os rreys<sup>308</sup>.

Mais à frente, D. João I recomenda aos reis que durante a montaria e depois dela tenham comportamento frugal: que comam pouco (posto que as iguarias sejam muitas, como cumpre a suas majestades), tenham temperança no beber e, quando ingerirem vinho, que seja terçado ou meado com água.

---

<sup>307</sup> Idem, ibidem, p. 39.

<sup>308</sup> Idem, ibidem, p. 40.

Passemos agora à análise da descrição técnica da caçada ao javali no *Livro da Montaria*.

A partir da narrativa de D. João I é possível compreender as diversas fases da caça ao porco. Aos intervenientes na actividade, devidamente agrupados por estatuto e função, são atribuídas tarefas bem definidas e diferenciadas que, no entanto, concorrem harmoniosamente para a mesma finalidade. O rei explica esta organização com bastante pormenor. Tal como sucedeu na apresentação dos diferentes «jogos», pode notar-se na sua descrição uma intensidade e adjectivação crescentes, consoante o nível de satisfação que as operações venatórias proporcionam ao monarca. Na verdade, com a sua narrativa, o autor faz-nos sentir como se estivéssemos a escutar uma orquestra, em cuja actuação fosse progressivamente aumentando a intensidade do som, o entusiasmo dos músicos e, até, o número de intérpretes envolvidos no trecho, antes de se atingir, finalmente, o auge da peça.

Transpondo esta metáfora para a montaria, o enredo da narração vai subindo de tom e evoluindo, desde a descrição dos preparativos, momento no qual o autor não parece ainda muito entusiasmado, passando depois por diferentes fases, até ao momento crucial, sublime e mais vivamente sentido - a aproximação e morte do porco-bravo.

Imbuído de profundo sentimento religioso, D. João determina que, antes do início dos labores da montaria, os nobres actores envolvidos na empresa se desobriguem dos seus deveres cristãos matinais.

Logo que surgem os primeiros alvares, os *moços* saem para o monte, acompanhados dos seus *sabujos*, cães rafeiros especializados em descobrir o rasto da caça grossa. O seu objectivo é detectar o porco-montês ou os vestígios por ele deixados no mato. Apesar de declarar que esta actividade preliminar é imprópria para ser realizada por nobres e reis, o autor do *Livro da Montaria* não a considera uma tarefa secundária.

Alguns monteiros seguem a pé, acompanhados pelos seus cães. Outros, de condição social superior, deslocam-se a cavalo e têm por função

coordenar todas as tarefas e zelar para que a estratégia da «armada» conduza ao desfecho pretendido<sup>309</sup>.

Podemos notar claramente, através da narração feita por D. João I, as funções específicas cometidas a cada um dos grupos de intervenientes, bem como compreender a dificuldade que deveria existir na coordenação de tão complexa empresa.

A procura dos rastos da passagem dos javalis baseia-se sobretudo no conhecimento que os homens têm do terreno, bem como da familiarização com os hábitos destes animais, que é fruto de longa experiência. Logo que os moços descobrem qualquer vestígio do porco-bravo devem estimular os cães sabujos a seguir o rasto da presa. D. João I explica então os procedimentos mais adequados que se espera dos moços quando tal sucede. Nestas circunstâncias, o rei aconselha que, para o cão poder «...enxergar o rastro, metase o mais cerca do monte que puder, e nom meta o sabuio diante, (...) e como o achar, façao cheirar ao sabuio, e como o cheirar logo lhe tire a treela...»<sup>310</sup>.

A capacidade do monteiro para retirar informações de um rasto, ou seja, saber se é recente, se é da madrugada ou já da noite anterior, se o animal perseguido é macho ou fêmea, grande ou de dimensões mais reduzidas, vai-se adquirindo com o tempo e a experiência acumulada nas caçadas. No entanto, o monarca não deixa de aconselhar regras que ao longo dos anos foi testando e adoptando. A finalidade da montaria é sempre *filhar* e matar a presa cujo rasto se está a seguir, isto é, terminar a obra iniciada, e não transferir a atenção para qualquer outro animal. Para o efeito, torna-se necessário observar com atenção a passagem recente do porco e as marcas, mesmo que subtis, que ele foi deixando na natureza durante a sua deslocação. Nestes termos, o rei recomenda que se tenham em devida

---

<sup>309</sup> Não é fácil, no texto do Livro da Montaria, distinguir os diferentes tipos de «monteiro» a que D. João I vai aludindo, como reconhece Manuela Mendonça. Realmente, esta designação é atribuída aos guardas das coutadas e, também, aos senhores que se integram na montaria. Cf. MENDONÇA, M., op. cit., pp. XXV-XXVI.

<sup>310</sup> D. JOÃO I, op. cit., pp. 87 e 88.

conta, entre outros indícios, as fresquidões nos paus, quando o porco passa por cima deles. E, pormenorizando, D. João I acrescenta que, se num pequeno ramo quebrado, «...a casca fica uerde, se mostra que he da manhã, e quando acontece que esta casca assi tirada, que se mostra que he negra, ou seca, assi como se faz no trilhar das heruas, entam se mostra que he do seraão, ou de alta noite...»<sup>311</sup> .

Aos moços e aos cães *sabujos* apenas incumbe detectar a caça. Depois de atingido este objectivo, devem recuar, de forma a não *levantarem* o animal selvagem. Em seguida, o rei recomenda-lhes que deixem um sinal identificador do sítio onde o porco se encontrava ou do respectivo rasto. Esta marca é considerada muito importante, dado ser necessária para indicar aos caçadores a situação exacta da presa.

A tarefa de *meter o porco no monte*, como se compreende, é particularmente perigosa, requerendo, como alerta D. João I, grandes cautelas. Tais precauções devem manter-se quando, em seguida, se cerca a zona.

Nestas operações, é aconselhável que os monteiros tenham um especial cuidado em determinar previamente qual a melhor direcção para se aproximarem da presa. Nesse caso, devem saber «...por onde lhe uem o uento...», para que o odor e o ruído que os homens possam fazer ao aproximar-se do porco-montês (maior ou menor, tendo em conta se o terreno que pisam é de erva ou de pedras) não venha a ser detectado pelo javali<sup>312</sup>. Conhecida portanto a direcção do vento, é benéfico que os sabujos o apanhem de frente, para deste modo captarem o cheiro da presa e esta, em contrapartida, não conseguir detectar a presença dos perseguidores. Com evidentes intenções pedagógicas, o monarca chama a atenção para a necessária prevenção de acidentes que poderão sobrevir durante os exercícios da montaria. Assim, defende que é preferível o cerco não ser

---

<sup>311</sup> Idem, *ibidem*, pp. 114 e 115.

<sup>312</sup> Idem, *ibidem*, p. 190.

completo, bastando *meio cerco*, por acarretar um menor perigo para os participantes na caçada<sup>313</sup>.

Após a concretização do cerco prepara-se a etapa seguinte, ou seja, o *levantamento* do porco. Trata-se de uma operação complexa, que exige grande organização e interacção, em cujo desenvolvimento e desfecho os moços representam o papel principal. O que se pretende nesta fase é dirigir o porco-montês para um terreno aberto, para que se possa correr e matar<sup>314</sup>. Para o efeito, os monteiros a pé são responsáveis pela organização das *vozarias*, isto é, o conjunto de moços que, através de ruídos, vociferações gerais lançadas em direcção à presa e batimentos no mato, obrigam o porco a fugir em direcção à «armada».

Pelo que se percebe da descrição feita por D. João I, «a armada» integra os cavalos e os alãos que esperam a chegada do javali, depois de encaminhado pelas «vozarias», num local largo e plano, propício portanto para correr o porco.

Decorrido todo este trabalho preparatório realizado pelos moços e monteiros apeados, é chegado o momento mais emocionante e espectacular da caçada. Esta fase capital, que corresponde ao desfecho da montaria, está exclusivamente destinada ao rei e aos restantes nobres que o acompanham na empresa da montaria.

O tropel de cavaleiros, envergando garridos trajes, acompanhados dos seus alãos, grandes cães de raça adestrados no ataque à caça grossa, constitui uma cena narrada com enlevo por D. João I, que também pode ser observada em inúmeros quadros e tapeçarias da época.

O autor do *Livro da Montaria* não é parco em palavras ao descrever as estratégias que devem adoptar-se na perseguição e ataque à presa. De igual modo, enche páginas e páginas na narração de episódios relacionados com essas operações.

---

<sup>313</sup> Idem, *ibidem*, p. 191.

<sup>314</sup> A este respeito, o rei define concretamente a actuação esperada de cada interveniente, inclusivamente dos cães. Idem, *ibidem*, p. 120.

Através dessa descrição percebe-se que a morte do javali não é imediata, carecendo de cuidada preparação. Na verdade, enquanto os cães rodeiam e atacam o porco, os monteiros devem permanecer em silêncio, escutar os ruídos da refrega e evitar a todo o custo qualquer *abalada* da presa.

No texto da obra, D. João I procura caracterizar como costuma processar-se a investida do porco-montês, no momento em que este decide atacar frontalmente um dos monteiros. Para o efeito, o rei descreve ao pormenor o modo como se altera a fisionomia do animal acossado: ele ladra, baixa o focinho, tomba as orelhas sobre os olhos, ergue-as de novo, aguça os dentes, rola os olhos furiosos, e ataca bruscamente. Nota-se que o propósito do rei, com esta descrição, é aconselhar os caçadores a perceberem e anteciparem a investida do javali, evitando assim o perigo de serem apanhados desprevenidos. Nestes termos, acrescenta o monarca, desde que o animal se *levanta* até ao início do ataque ao monteiro decorrem apenas brevíssimos momentos.

Torna-se evidente que, na opinião do rei, o «correr do porco» corresponde ao momento mais elevado das emoções proporcionadas pelo «jogo da montaria». Essa excitação, que considera única, parece derivar de dois factores:

- 1º - Permite a comprovação da excelência da estratégia utilizada e do desempenho dos velozes alãos, dos cavalos e dos monteiros.
- 2º - Proporciona a oportunidade aos nobres de demonstrarem a sua coragem e destreza na morte do porco-montês.

As dificuldades acrescidas, colocadas no decorrer da acção pelos acidentes do terreno e bravura do porco-bravo, provocam ainda maior exaltação aos nobres caçadores.

O porco é mortalmente atingido pela *ascuma* dos cavaleiros, que, das técnicas mencionadas por D. João I, devem, segundo as circunstâncias, utilizar a mais adequada: ferir de *remessa*, de *través* ou de *justa*. A maior

honra da montaria era concedida ao nobre que primeiro lograsse ferir de morte o javali.

Da longa descrição que D. João I faz da caça no monte percebe-se claramente a existência, decerto consuetudinária, de regulamentação estrita respeitante à actuação dos diferentes grupos de homens, cujas tarefas estavam prévia e especificamente atribuídas, de acordo com a sua categoria social. Efectivamente, aos elementos das classes populares, pequenos proprietários rurais e funcionários da reserva venatória, eram destinadas as funções inferiores de moço e de monteiro apeado, de quem se esperava o melhor desempenho em diversas operações preliminares ou secundárias<sup>315</sup>: detectar e seguir o rasto da caça, orientar os sabujos, *meter o porco no monte*, cercá-lo e actuar de um modo síncrono na *vozeria*, para fazer sair o porco da *cama*, fazendo-o deslocar na direcção certa. Deste modo, a estratificação social projectava-se de forma nítida nas diversas fases do processo, quer nas funções cometidas a cada elemento, quer nos direitos reconhecidos aos diferentes actores que participavam na montaria.

De um modo bastante curioso, o rei refere, nestes termos, as responsabilidades superiores que os membros da nobreza tinham na montaria:

«E porque os senhores, que som cabeça, e autoridade de todos aquelles que monteiros som, que com elles andam, segundo nosso estimamento lhe escreueremos

---

<sup>315</sup> A montaria necessitava de um número considerável de participantes. D. Duarte, no seu Livro dos Conselhos, fornece uma lista do pessoal que os seus irmãos, os infantes D. Pedro e D. Fernando, tinham ao serviço, exclusivamente para a caça: 30 moços de estrebaria, incluindo caminheiros, 24 moços do monte, sendo 4 de busca e outros de correr, 19 caçadores e 6 moços de caça. Cf. D. DUARTE, Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), edição diplomática de João José Alves Dias, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 179 e 180.

as cousas em como elles em si am de seer, e a regerem aquelles que com elles ouuerem de andar ao monte...»<sup>316</sup>

Também a prévia preparação e adestramento dos animais que colaboravam com os caçadores requeria decerto conhecimentos adequados, para que o respectivo treino lhes possibilitasse atingir o nível de excelência pretendido. Aos próprios cães, sabujos ou alãos, consoante o nível de pureza da respectiva raça, eram entregues missões diferentes na actividade da montaria. Consoante essas funções, permitia-se aos cães uma maior ou menor proximidade em relação à operação mais valorizada, a morte da presa, exigindo assim, cada uma das raças, um treino específico<sup>317</sup>.

No texto do livro é também notória a necessidade de o rei e os monteiros dominarem conhecimentos estratégicos de comando, aproximação, dissimulação, perseguição e ataque, tão semelhantes às capacidades exigidas na arte da guerra.

A actividade complexa da montaria continha diversas características de um jogo muito organizado, que requeria conhecimentos e competências concretas. Algumas destas competências diziam respeito à criação e ao treino dos cães e dos cavalos e outras aos procedimentos técnicos a adoptar durante a caçada. Além disso, a caça no monte exigia dos moços conhecimentos específicos da “leitura” das pistas e sinais deixados pelos javalis e, dos cavaleiros, técnicas específicas referentes ao domínio do cavalo e ao manejo da *ascuma*. Assim, segundo as recomendações do monarca, num espaço circunscrito e num tempo mais ou menos limitado, os

---

<sup>316</sup> D. JOÃO I, op. cit., p. 325. Carla Silvério refere que, a partir do século XIII é frequente, em textos letrados, surgir uma metáfora corporal associada à sociedade terrena. Esta linguagem alegórica reproduzia o modo como a sociedade era vista, ou seja, “...a imagem de um corpo regido por uma única cabeça e onde todos os membros cooperam e são necessários para a sua saúde”. SILVÉRIO, C. S., Representações da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa, Lisboa: Edições Colibri e FCSH/UNL, 2004, p. 23.

<sup>317</sup> Aos aspectos inerentes à escolha, criação e treino adequado dos cães, reserva D. João I vários capítulos da primeira parte da obra, como anteriormente referimos.

nobres monteiros deviam adoptar a técnica mais aconselhada, conforme as circunstâncias, para atacar e matar o porco-bravo.

Nas ideias profusamente expendidas por D. João I ao longo de todo o texto do livro ficou bem expressa a necessidade de os reis e os senhores se empenharem activamente na prática da caça no monte. Verificámos, assim, que o monarca considerou este exercício corporal como um jogo excelso e supremo, capaz de, por si só, reunir todas as virtualidades parcialmente reconhecidas às diversas actividades lúdicas e corporais que também referenciou. Com efeito, em todo o texto do *Livro da Montaria* o autor sobreleva, apaixonadamente, o exercício de caçar o porco-montês. Deste modo, a caça grossa é colocada por D. João I nos píncaros das actividades mais meritórias dos homens de elevada condição social, quase elevada ao nível transcendente do sagrado.

Embora tenha constituído um exercício frequente, em Portugal, até meados do século XV, a montaria começou depois a entrar em declínio<sup>318</sup>. O seu decréscimo parece ter-se acentuado quando o esforço de guerra na defesa das praças africanas afectas ao reino passou a exigir a presença de elevado número de fidalgos e de cavaleiros.

Todavia, para este ocaso também deverá ter contribuído a perda da importância da equitação, a escassez progressiva, na natureza, dos animais de grande porte e a crescente ociosidade dos nobres, tendência que os dois primeiros reis da Dinastia de Avis procuraram contrariar. Todavia, essa tendência acaba por se verificar também noutros reinos europeus. Guy Bonhomme salienta que é no final do século XVI (pouco mais de um século volvido, portanto), que se torna nítido o declínio do papel do cavalo na guerra. Na realidade, segundo o autor, é sensivelmente entre 1450 e 1520 que se assiste à mudança de uma técnica militar que liga o homem e o cavalo com finalidade guerreira para uma nova equitação. Neste novo papel cultural reservado à nobreza, as destrezas sobre o cavalo de madeira ou

---

<sup>318</sup> Cf. PEREIRA, A. M. E., *op. cit.*, p. XLII.

*voltige*, já sem o recurso às armas de guerra, passam a desempenhar um lugar de relevo na aprendizagem da equitação<sup>319</sup>.

---

<sup>319</sup> BONHOMME, G., “Le cheval comme instrument ...”, in J. Ceard, M.-Madeleine Fontaine e Jean-Claude Margolin (Dir.), *Le corps à la Renaissance: Actes du XXX Colloque de Tours, Aux Amateurs des Livres, Paris, 1990*, pp.338 e 349.

**PARTE II** - D. Duarte e as  
Actividades Equestres



## CAPÍTULO IV - DE UMA LONGA REGÊNCIA A UM CURTO REINADO

### 1. UM REINADO FERIDO PELO “DESASTRE DE TÂNGER”

Rui de Pina, no capítulo III da sua *Chronica do senhor Rey D. Duarte*, traça o retrato deste rei de um modo bastante perceptível. Efectivamente, o cronista afirma que este monarca era um homem vigoroso, que desenvolveu as suas qualidades corporais nas *manhas* da luta, da equitação, da caça e da montaria. Além disso, caracteriza-o como folgazão, que sabia estar e agir de um modo perfeito em qualquer circunstância, quer nas situações de guerra, quer de paz, bem como comportar-se correctamente em diferentes ambientes e contextos sociais.

Em contraponto, o cronista aponta ao rei, como já referenciámos, atributos menos apreciados, que acabaram por projectar a sua imagem, durante séculos, como a de um rei melancólico e indeciso.

Apesar de ter despendido muito tempo nas actividades equestres, na luta e na montaria, herdando assim os hábitos e interesses do seu pai, este monarca nunca descurou as atribuições administrativas da regência do reino, tarefa a que D. João I cedo o *associou*<sup>320</sup>.

Segundo a narrativa minuciosa de Rui de Pina, D. Duarte foi

«...homem de boa statura do corpo, e de grandes e fortes membros; tynha o acatamento de sua presença muy gracioso, os cabelos corredios, ho rosto redondo e alguñ tanto enrrugado, os ollos moles, e pouca barba; foi homem desenvolto, e costumado, em todalas boas manhas, que no campo, na Corte, na paz, e na guerra a hum perfeito Principe se requeressem: cavalgou ambalas sellas da brida, e de ginêta melhor que nenhuu de seu tempo: foy muy humano a todos, e de boa condiçam: prezou-se em sendo

---

<sup>320</sup> A este respeito Oliveira Martins apelida-o de “príncipe burocrata”. Cf. OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 29.

mancebo de boão lutador, e assy o foy, e folgou muito com os que em seu tempo bem o faziam: foi caçador, e Monteiro, sem myngua nem quebra do despacho e avyamento dos negócios necessarios...»<sup>321</sup>.

Já salientámos a grande influência exercida pela rainha D. Filipa de Lencastre e por D. João I na educação dos seus filhos. Mas, se relativamente a este monarca devemos reconhecer o seu pioneirismo na redacção de um dos primeiros tratados europeus sobre a caça grossa, em D. Duarte, além da faceta de escritor, somos tocados pela sua erudição e pelas preocupações éticas e didácticas que manifestou. Com efeito, D. Duarte foi autor de três das mais importantes obras da literatura medieval portuguesa: o *Leal Conselheiro*, o *Livro dos Conselhos*, também conhecido por *Livro da Cartuxa*, e o *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*.

Os dois primeiros livros podem considerar-se sobretudo apontamentos de natureza pessoal, contendo preocupações filosóficas, éticas e deontológicas. O conteúdo destas obras refere-se essencialmente aos comportamentos esperados por parte de um nobre, que, advoga D. Duarte, além de ímpoluto nos planos moral e cívico, deve ser simultaneamente “um bom cristão”<sup>322</sup>.

Já o *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* é um manual de arte equestre, com vincadas preocupações técnicas e pedagógico-didácticas. No entanto, além desta faceta, o livro contém muitas reflexões de natureza filosófica, assim como a frequente defesa e justificação de normas e princípios morais, cujo merecimento não é menor.

Dada a finalidade do nosso estudo, é essencialmente sobre o conteúdo de natureza didáctica-pedagógica desta obra, ou seja, sobre as preocupações demonstradas com a «ensinança» da arte de cavalgar, que iremos realizar uma análise mais detalhada.

---

<sup>321</sup> PINA, R., *Chronica do senhor Rey D. Duarte*, Tesouros da literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto 1977, pp. 494 e 495.

<sup>322</sup> SARAIVA, A. J., *op. cit.*, pp. 226.

Além das obras literárias que pessoalmente redigiu, D. Duarte, ainda infante, encomendou a Fernão Lopes a *Crónica dos Reis de Portugal*<sup>323</sup>. Seu irmão, o infante D. Pedro, conhecido devido à sua erudição e ao seu gosto de viajar pelos principais reinos da Europa, escreveu o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Esta obra pode considerar-se uma análise social hierarquizada, versando essencialmente os favores ou graças que são concedidos pelo rei e pelos nobres aos seus súbditos<sup>324</sup>.

Apesar de não se lhes reconhecer a autoria de qualquer obra literária, os infantes D. João, D. Fernando e D. Henrique notabilizaram-se também pela sua educação e eloquência<sup>325</sup>. D. Fernando ficou imortalizado, na História de Portugal, como o «Infante Santo», por ter ficado prisioneiro em Tânger e acabado os seus dias no cativoiro. D. Henrique, por sua vez, conhecido pelo cognome de «o Navegador», foi o grande impulsionador da navegação intercontinental que, como diz Camões, «...abriu novos mundos ao mundo»<sup>326</sup>.

Além desta faceta de principal estimulador das descobertas marítimas, o infante D. Henrique, tal como seus irmãos, foi grandemente influenciado pelos ideais da cavalaria, tendo ficado registada nos anais da História a sua actuação corajosa na tomada de Ceuta.

No que concerne ao gosto de D. Duarte pelas letras, parecem ter-se gravado no seu carácter alguns traços comportamentais dos seus

---

<sup>323</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

<sup>324</sup> D. PEDRO, Infante, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, introdução e notas de Joaquim Costa, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1946.

<sup>325</sup> D. Fernando possuía uma pequena biblioteca, D. Henrique foi um dos personagens idealizados por frei André de Prado para o diálogo do livro *Relógio da Fé*, e D. João “...é um espírito muito afinado e cheio de humor...”. Cf. SARAIVA, A. J., *op. cit.*, pp. 218.

<sup>326</sup> Peter Russell opina que foi criado um mito à volta das qualidades de geógrafo e intelectual de D. Henrique, considerando a sua contribuição na gesta dos Descobrimentos menos decisiva do que alguns cronistas fazem crer. Apesar disso, não parecem restar dúvidas de que o infante foi uma das figuras mais importantes do século XV em Portugal. Cf. RUSSELL, P., *op. cit.*, pp. 17 e ss.

antepassados, nomeadamente dos reis poetas D. Sancho I e D. Dinis. No entanto, também è notória a influência exercida por seu pai e pelos tios, D. Fernando e D. João de Castro, na paixão pela arte equestre e, bem assim, pela montaria.

Mas, em relação ao carácter de D. Duarte, não pode ser negligenciado o papel educativo desempenhado pela mãe, D. Filipa de Lencastre, filha de John de Gaunt. Com efeito, foi D. Filipa que, com a sua educação requintada, incutiu em D. Duarte e nos infantes seus irmãos a nobreza dos ideais da cavalaria e o orgulho na sua ascendência Plantageneta.

D. Duarte e os irmãos devem ter sentido alguma incomodidade pelo facto de o pai, apesar de reconhecido cavaleiro e principal interveniente e herói nas lutas pela independência contra Castela, ser filho bastardo. Assim, para obviar esta situação causadora de algum desconforto, é justificável que todos os infantes quisessem dar o devido realce ao seu sangue azul, herdado da família materna, proveniente da corte inglesa, uma das mais prestigiadas da Europa<sup>327</sup>.

Um facto que marcou o reinado de D. João I e no qual D. Duarte teve participação meritória foi, como vimos, a conquista de Ceuta. Neste sentido, Peter Russell chama a atenção para a associação que parece existir entre o desejo de afirmação pública de feitos cavaleirescos<sup>328</sup>, demonstrada pelos infantes e por muitos jovens pertencentes à nobreza, e a organização das cruzadas contra os infiéis, nas praças do Norte de África.

Foi precisamente essa motivação, ou seja, o impulso de travar luta com os mouros, para através desses feitos ganhar merecimento junto de

---

<sup>327</sup> Como preconiza RUSSELL, P., *op. cit.*, p. 36.

<sup>328</sup> *Idem, ibidem*, p. 53. Segundo Russell, é curiosa a grande importância que D. João I e seus filhos ainda atribuíam à manifestação dos ideais de cavalaria, numa altura em que estas práticas já se encontravam em notório declínio no resto da Europa. D. João I e seus filhos pertenceram à *Ordem da Jarreteira*, a mais famosa ordem de cavalaria. *Idem, ibidem*, pp. 318 e 358.

Deus e da Igreja, que justificou as expedições a Marrocos, nomeadamente às cidades fortificadas de Ceuta e Tânger<sup>329</sup>.

Numa primeira fase, D. João I tinha-se mostrado bastante renitente em mandar avançar a esquadra portuguesa em direcção à praça de Ceuta. Esta hesitação manteve-se até o rei ter obtido a certeza de que uma campanha contra os marroquinos seria considerada em serviço de Deus. Ou seja, no entender do rei a campanha só deveria concretizar-se no caso de poder enquadrar-se na categoria de guerra justa<sup>330</sup>.

Além do desejo de mostrar valor nas cruzadas contra os sarracenos, duas outras características estão directamente relacionadas com os ideais de cavalaria. A primeira corresponde ao gosto da nobreza pela teatralização de episódios bélicos, sob uma ambiência vistosa e colorida, pejada de flâmulas e vestes requintadas. A segunda, que com aquela se encontra correlacionada, respeita à necessidade de o rei e os senhores gastarem grandes somas pecuniárias na realização de magníficas cerimónias públicas<sup>331</sup>.

Estes dois últimos aspectos, que poderão ter ganho inspiração em ideias aristocráticas, estão bem patentes na organização de grandes festejos, que aconteciam em datas do calendário religioso ou nos dias do nascimento ou casamento de príncipes e reis. Os acontecimentos festivos a que aludimos encontram-se documentados nas crónicas da época, não faltando nos seus programas os torneios, as justas, o jogo das canas, o bafordo e outras manifestações de perícia equestre. Estas práticas

---

<sup>329</sup> Huizinga advoga que, desde sempre, a principal motivação para a guerra não respeita à sede de poder e aos interesses materiais, mas sim ao “desejo de alcançar prestígio e toda a pompa de superioridade. Cf. HUIZINGA, J., *Homo Ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*, Edições 70, Lisboa, 2003, p. 112.

<sup>330</sup> ZURARA, G. E. Crónica da Tomada de Ceuta, *op. cit.*

<sup>331</sup> Segundo RUSSELL, *op. cit.*, p. 49, esta ostentação e necessidade de gastos “pródigos e conspícuos” estava inspirada na filosofia de Aristóteles, veiculada na *Ética a Nicómano*, que considerava estes gastos como uma prova de nobreza.

corporais, de natureza lúdico-festiva, estavam quase totalmente reservadas aos nobres.

É reconhecida a importância do papel desempenhado por D. Duarte, durante o reinado do seu pai, no exercício das funções de «associação» ao governo do reino, que lhe foram atribuídas aos vinte e dois anos<sup>332</sup>. A contribuição que deu à administração dos magnos assuntos do reino foi particularmente relevante na preparação e organização minuciosa da armada que havia de conseguir a tomada de Ceuta.

A experiência administrativa adquirida por D. Duarte serviu de verdadeiro tirocínio para as suas futuras atribuições reais, que no entanto só viria a assumir vinte anos depois do início daquelas funções.

Devemos salientar o facto de este monarca ter sido infante durante quarenta e dois anos, reinando apenas cinco, até ao momento da sua morte. A longa espera pela cerimónia da coroação pode ter sido, em certa medida, responsável por alguma ansiedade sentida pelo futuro rei e pela depressão que caracterizou o seu temperamento. No entanto, o cronista Gomes Eanes de Zurara encontrou no fastidioso e prolongado serviço burocrático da corte o principal motivo para o aparecimento, em D. Duarte, da doença de humor melancólico<sup>333</sup>.

Tendo estudado esta faceta depressiva que caracterizou o temperamento deste monarca, o psicanalista Carlos Amaral Dias afirma que a doença sofrida pelo D. Duarte, durante três anos, se deveu ao complexo de Édipo, originado pela educação rígida e absorvente que lhe foi dada pela mãe. O conflito edipiano ter-se-á agudizado durante a sua regência do reino, a partir da altura em que começou a ocupar o lugar do pai junto da rainha, sua mãe. Deste modo, segundo aquele psicanalista, D. Duarte só conseguiu

---

<sup>332</sup> Zurara afirma textualmente que o rei «... mandou outrossim ao Infante Dom Duarte seu filho, que tivesse por ele inteiramente cargo e regimento da justiça e da fazenda de todo o reino». ZURARA, G. E., *op. cit.*, pp. 88 e 89.

<sup>333</sup> ZURARA, G. E., *op. cit.*

superar o humor melancólico após o falecimento de D. Filipa de Lencastre<sup>334</sup>.

A coragem deste rei, apesar de depreciada por Oliveira Martins, não deve ser posta em causa. Efectivamente, não deixa dúvidas quanto à sua determinação e destemor a Crónica de Gomes Eanes de Zurara, que narra a tomada de Ceuta. Reza o cronista que, na hora do desembarque, D. Duarte foi o primeiro a pôr pé em terra, iniciando em seguida o assalto à praça-forte<sup>335</sup>.

Não obstante esta acção corajosa do futuro rei, conquistou maior fama, nessa luta, o seu irmão D. Henrique.

Nesse dia glorioso para a armada portuguesa, el-rei D. João I aproveitou a oportunidade para armar cavaleiros os três filhos mais velhos, condecorando-os assim pela coragem que haviam demonstrado no campo de batalha. Na investidura utilizou, com elevado simbolismo, as espadas que a esposa, D. Filipa de Lencastre, jazendo já no leito da morte, havia oferecido aos filhos<sup>336</sup>.

Após o regresso de Ceuta, D. João I concedeu o título de duques aos seus filhos D. Pedro e D. Henrique. Porém, em relação a D. Duarte, declarou que essa honraria seria desnecessária, uma vez que Deus já lhe havia outorgado a glória suprema de vir a ser rei de Portugal<sup>337</sup>.

O rei D. João I veio a falecer em 1433, depois do seu longo e bem sucedido reinado, que, como vimos, lhe mereceu o epíteto de «o de Boa Memória». Foi nesta altura que D. Duarte alcançou finalmente o trono.

---

<sup>334</sup> DIAS, C. A., D. “Duarte e a depressão”, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 1, 1995, pp. 69-88. Segundo o rei, curiosamente, os médicos da corte receitaram-lhe, como remédio para a depressão, beber mais, andar com mulheres e aliviar o trabalho.

<sup>335</sup> ZURARA, G. E., *Crónica da Tomada de Ceuta*, *op. cit.*

<sup>336</sup> RUSSELL, P., *op. cit.*, p. 60.

<sup>337</sup> ZURARA, G. E., *op. cit.*, p. 267.

Continuando a revelar-se um metódico legislador e curador das coisas jurídicas e administrativas do reino, o novo monarca viu-se na necessidade de honrar a vontade que seu pai lhe manifestara, de não deixar descurar a luta contra os infiéis. Além disso, o irmão mais novo, D. Fernando, deu-lhe conta do seu grande descontentamento por ainda não ter podido encontrar uma oportunidade para evidenciar o seu valor guerreiro e, desta forma, mostrar-se inteiramente merecedor da honra de pertencer à cavalaria. Efectivamente, no entender do infante D. Fernando, esse merecimento só deveria ser conquistado – como aconteceu com os seus irmãos mais velhos –, depois da demonstração de bravura no campo de batalha e não em situações simuladas, ou seja, em meras actividades cinegéticas, lúdicas ou festivas<sup>338</sup>.

Ora, devido ao prolongado período de paz que na altura se vivia no reino, por motivo da interrupção das guerras com Castela, os jovens fidalgos não dispunham de oportunidades válidas para evidenciar a sua coragem. E, sem lograrem afirmar a valentia em teatro de guerra, não se consideravam dignos de serem armados cavaleiros.

Depois de muito instar junto do rei seu irmão, utilizando para o efeito a referida argumentação, D. Fernando ganhou como forte aliado o infante D. Henrique, que, tal como ele, não tinha responsabilidades familiares. Todavia, para demover a inflexibilidade de D. Duarte, ainda mais decisiva se veio mostrar a acção exercida pela rainha D. Leonor. Efectivamente, depois de tomar o partido dos seus cunhados, favorável à tentativa de novas conquistas no Norte de África, a rainha intercedeu com tal vigor e capacidade de persuasão junto do rei D. Duarte, que conseguiu finalmente convencê-lo a permitir uma nova incursão às terras sarracenas<sup>339</sup>.

No entanto, uma segunda expedição armada às praças africanas, depois da conquista e manutenção da praça de Ceuta, colocava, na opinião de D. Duarte e de alguns dos seus conselheiros, dois grandes problemas ao

---

<sup>338</sup> Deste modo, o Infante seguiu o pensamento dos seus irmãos mais velhos.

<sup>339</sup> PINA, R., *op. cit.*, Cap. X, XI e XII, pp. 512-518.

reino português. Em primeiro lugar, o risco inerente do confronto bélico com os mouros criava um grave problema financeiro, dado envolver avultadas despesas, que não podiam ser suportadas devido ao estado depauperado em que se encontravam os cofres da coroa portuguesa. Além disso, o reino luso era na época muito pouco povoado, tendo apenas cerca de um milhão de habitantes. Ora, dada esta pequena dimensão populacional, o reino sentia já sérios problemas em manter a praça de Ceuta, dificuldades que seriam naturalmente redobradas no caso de a cidade de Tânger cair nas mãos dos portugueses.

Neste quadro, a tarefa de reunir, equipar e transportar por via marítima, em mais de cem embarcações, um exército de 14000 homens, dos quais 4000 montados, colocava ao país, efectivamente, um novo e difícil problema<sup>340</sup>.

A decisão do rei ficou pendente da chegada da autorização papal, imprescindível para que esta nova incursão em terras marroquinas, combatendo o Islão, fosse considerada uma «guerra santa», isto é, feita ao serviço de Deus. No início de 1436, chegou de Roma a tão esperada bula papal, que deu a necessária permissão ao reino português para desencadear uma nova cruzada contra os infiéis.

Assim se criaram as condições favoráveis às intenções belicistas dos infantes D. Fernando e D. Henrique, que nesse intento eram acompanhados por muitos jovens nobres, ansiosos por porem à prova o seu valor. Perante o novo cenário surgido com a anuência papal, o infante D. Henrique conseguiu finalmente demover o rei seu irmão que, depois de ter ainda efectuado diversas consultas, lhe concedeu, na Primavera de 1436, a devida autorização para iniciar os preparativos necessários ao ataque à praça marroquina de Tânger<sup>341</sup>.

Momentos antes da largada das naus, em Agosto de 1437, el-rei deu a sua bênção aos seus irmãos, D. Henrique e D. Fernando. Considerando o

---

<sup>340</sup> Aspectos desenvolvidos por RUSSELL, P., *op. cit.*, pp. 151 en ss.

<sup>341</sup> PINA, R., *op. cit.*, pp. 535-537.

elevado risco da empresa, o rei entregou ao infante D. Henrique um «regimento», escrito pelo seu próprio punho, que o receptor prometeu cumprir. Nesse documento, D. Duarte traçava minuciosamente as linhas fundamentais da estratégia de ataque à fortaleza de Tânger. A solução preconizada pelo rei consistia exactamente em entreter, com alguns ataques, as guarnições militares das praças de Alcácer e Arzila, ao mesmo tempo que decorreria o verdadeiro assalto à cidade de Tânger.

Para que este plano fosse efectivamente concretizado, o rei recomendou a D. Henrique que dividisse a frota disponível em três partes. Deste modo, duas dessas forças atacariam os portos de Alcácer e Arzila, evitando assim, com esta manobra, que aquelas cidades próximas pudessem enviar socorros a Tânger, reforçando as suas capacidades de defesa.

Toda a restante gente de armas deveria seguir por terra, precedida de quinhentos cavaleiros, que procurariam atingir a praça sem ser pressentidos pelas respectivas sentinelas. Além disso, D. Duarte aconselhou os infantes a transportarem boa artilharia e a disporem o arraial, cercado de paliçadas de madeira, de tal forma que os dois extremos chegassem ao mar. Porém, no caso de isso não ser possível, pelo menos uma das extremidades do acampamento deveria confinar com o oceano.

Esta grande preocupação com a situação exacta do acampamento justificava-se, segundo o monarca, porque deste modo se criariam todas as condições para, se necessário fosse, viabilizar a retirada dos soldados portugueses. Além do mais, o referido dispositivo facilitaria sobremaneira a recepção de mantimentos e reforços, evitando o perigo que adviria de um cerco cerrado que os infiéis, num contra-ataque, pudessem eventualmente lançar às forças lusitanas<sup>342</sup>.

D. Duarte recomendou ainda aos infantes D. Henrique e D. Fernando que atacassem rijamente a fortaleza de Tânger três dias após o assentamento do arraial. Deu-lhes também por conselho que, se nessa

---

<sup>342</sup> *Idem, ibidem*, pp. 537-538.

primeira investida não fosse possível vencer totalmente a resistência dos mouros, os infantes deveriam organizar mais uma ou mesmo duas sortidas, mas sempre com o mesmo intervalo de três dias. Contudo, se esta terceira arremetida ainda não fosse suficientemente forte e decisiva para derrubar a resistência da praça de Tânger, defendia D. Duarte que os infantes deveriam, de imediato, dar ordem de embarque a toda a gente e, por mar, fazer regressar a armada portuguesa ao porto de Ceuta. Aí atracariam as naus e, toda a armada, devidamente protegida, se deveria manter entre muros até à chegada do rei.

Todavia, algumas destas prudentes recomendações feitas pelo rei D. Duarte não foram tidas em devida conta pelos infantes, demasiado ansiosos por desferir o ataque à fortaleza norte-africana. A esta falha na estratégia de ataque deve adicionar-se a inesperada força dos mouros, cuja guarnição tinha sido reforçada com muitos besteiros oriundos da guarnição de Granada, pelo que a sua resistência foi bem superior à que era esperada pelos comandantes portugueses.

A este respeito, Peter Russell, biógrafo do Infante D. Henrique, chama a atenção para a deficiência da informação prévia que os comandantes das forças lusitanas tinham acerca da fortaleza de Tânger e do verdadeiro poder da respectiva guarnição. Acresce, continua aquele autor, a falta de equipamento apropriado e de homens que se fazia sentir na armada portuguesa, deficiência que foi agravada pelos erros estratégicos cometidos no ataque.

Estas considerações de Russell permitem-nos perceber que, se duas das falhas cometidas não houvessem existido e o infante D. Henrique tivesse posto em prática as ponderadas recomendações formuladas pelo rei D. Duarte no seu «regimento», o desfecho da luta poderia ter sido bem diferente. Esses erros perpetrados pelo exército português estão relacionados, por um lado, com a falta de construção de um corredor entre as paliçadas do acampamento e a praia e, por outro, com a retirada do acampamento após oito dias de cerco, que não aconteceu, contrariando

assim frontalmente as ordens dadas pelo rei<sup>343</sup>. Deste modo, as tropas portuguesas, depois de sofrerem elevadas perdas, acabaram por ser desbaratadas pela força muçulmana. Colocado perante a derrota da armada lusa e a «...desventura do sucedido do cerco de Tanger...», causada pela perda de vidas e bens, acrescida ainda da prisão do seu irmão D. Fernando, o rei parece ter sido possuído de grande tristeza e sentimento de culpa.

Foi neste estado de espírito – triste e roído de remorsos, por ter acedido ao pedido de D. Henrique e da rainha D. Leonor –, que el-rei D. Duarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta veio a falecer, vítima de «febre muy aguda» ou «pestenença»<sup>344</sup>. Notamos assim que a sua morte, ocorrida no ano de 1438, aconteceu pouco tempo depois daquela humilhante e penosa derrota.

Curiosamente, no rigor das ideias estratégicas vertidas por D. Duarte no «regimento» do ataque a Tânger, entregue previamente ao infante D. Henrique, pressente-se a influência de Vegécio<sup>345</sup>, grande estratega romano, a cuja arte o rei se refere no *Livro da Ensinança*.

Não restam dúvidas, pois, que D. Duarte foi, como salienta Helder Macedo, um homem de acção e pensamento, “...o primeiro letrado português que, nos alvares do Renascimento, tentou reconciliar vida activa e vida contemplativa, razão e sentimento, armas e letras”<sup>346</sup>.

---

<sup>343</sup> *Idem, ibidem*, pp. 168 e 169.

<sup>344</sup> PINA, R., *op. cit.*, p. 573.

<sup>345</sup> Como refere RUSSELL, P., *op. cit.*, p. 160. D. Duarte foi beber àquele especialista romano da arte bélica, seguindo assim a importância que já seu pai lhe atribuíra. A tradução do livro de Vegécio, *Institutorum Rei Militaris* para português está atribuída a D. Pedro, irmão de D. Duarte. Cf. PINA, R., *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, in *Crónicas de Rui de Pina*, col. Tesouros da Literatura e da História, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão-Editores, Porto, 1977, p. 754.

<sup>346</sup> MACEDO, H., *op. cit.*, p. 171.

## 2. O LIVRO DA ENSINANÇA. ESTRUTURA DA OBRA

O manuscrito que congrega os textos do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e do *Leal Conselheiro*, escritos por D. Duarte, foi oferecido a sua esposa, rainha D. Leonor. Sem se saber ao certo como, esse códice foi parar à Biblioteca Nacional de Paris, onde o abade José Correa da Serra o encontrou, em 1804<sup>347</sup>. Este sacerdote procedeu à cópia manual do texto que, no entanto, deve ter sido pouco publicitado, uma vez que o seu nome não é normalmente associado a esta descoberta. Assim, somente em 1820 Cândido Xavier o insere nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, publicados em Paris<sup>348</sup>.

Pelos motivos expostos, o *Livro da Ensinança* esteve durante vários séculos inacessível à leitura dos interessados no conhecimento da cultura e do pensamento vigentes na coroa portuguesa do século XV. Consequentemente, nesse lapso de tempo devem ter sido de pouco préstimo os princípios pedagógicos e os ensinamentos da arte de bem cavalgar apresentados, com grande rigor didáctico, por D. Duarte. Com efeito, não são conhecidos relatos de cavaleiros ou senhores que tenham declarado beneficiar da leitura deste manual de equitação para aprenderem ou aperfeiçoarem as suas técnicas de cavalgar.

O *Livro da Ensinança* foi redigido numa altura em que o cavalo ainda possuía algum interesse bélico. Devemos lembrar, baseando-nos em Mário Barroca, que até ao século XI a guerra era feita sobretudo através de

---

<sup>347</sup> Cf. DIAS, I., *op. cit.*, pp. 41-48. O códice terá chegado à Biblioteca aragonesa de Nápoles por intermédio de D. Leonor, como sugeriu, no séc. XIX, o Visconde de Santarém. Em 1495, Carlos VIII de França conquistou Nápoles, tendo-se verificado a deslocação dos manuscritos para Blois. Num inventário feito em 1544, *O Leal Conselheiro* já fazia parte do acervo desta biblioteca, o que não acontecia em 1518. Segundo Isabel Dias, tal não invalida porém a hipótese de este ter dado também entrada nessa biblioteca, durante o primeiro quartel do século XVI.

<sup>348</sup> *Idem, ibidem*, pp. 41-48.

“...incursões militares rápidas e devastadoras”<sup>349</sup>. A cavalaria ligeira (armada de arco e flecha e fazendo pouco uso da espada), introduzida na Península Ibérica pelos mouros, teve então grande sucesso.

Em pleno século XI, porém, assiste-se à prevalência da cavalaria pesada, com a introdução do estribo nos adereços do cavalo e a adopção de grossas armaduras. A maior estabilização do cavaleiro permitida pelo estribo facilitou o melhor manejo da espada, que transitou da infantaria para a cavalaria, inversamente ao que sucedeu com o arco e a flecha.

O estribo proporcionou ainda outras mudanças no modo de cavalgar e no uso da lança<sup>350</sup>. Em relação ao cavalgar, que anteriormente era realizado com as pernas flectidas e apertadas contra o cavalo, surgiram com a introdução do estribo novas técnicas de equitação referenciadas por D. Duarte: à *brida*, «dos que andam firmes e alto nas strebeiras», e à *gineta*, «com as pernas encolhydas»<sup>351</sup>. Parece de sublinhar que este tipo de equitação à *gineta* foi sempre o preferido pelos cavaleiros portugueses até determinada altura, como refere a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião*, nos anos setenta do século XVI: «Mas com a mudança do antigo costume de Portugal, que na guerra não soia usar gente de cavalo se não (...) da gineta, como é dos mouros de África...»<sup>352</sup>. Relativamente à lança, a utilização do estribo na equitação à *brida* possibilitou ao cavaleiro a mudança do manuseamento desta arma, que anteriormente funcionava em pequenos e frequentes golpes, desferidos de cima para baixo, como um estoque.

A partir daí, como explica Vicente Pedraz, a investida da lança passou a ser feita em *lance couchée*, sendoou seja, a arma ficava segura por baixo da axila e dirigida horizontalmente ao opositor. Deste modo, o cavalo e o

---

<sup>349</sup> BARROCA, M., *op. cit.*, p. 122.

<sup>350</sup> *Idem, ibidem*, pp. 124 e 125.

<sup>351</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 17 e 18. Segundo o rei, cavalgar à *brida* era a técnica mais usada na justa e no torneio.

<sup>352</sup> *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião* (1573-1578), introdução e notas de Sales Loureiro, Europress, Odivelas, 1987, p. 87.

cavaleiro pareciam formar um autêntico “bloco”, conhecido por “projectil humano”. O autor acrescenta que o uso desta arma em *lance couchée* (a que D. Duarte chama de «soo-braço» ou de «sobre mão») só foi possível pelo aparecimento do estribo<sup>353</sup>.

Com o surgimento das armas de fogo<sup>354</sup>, a cavalaria foi deixando de a importância que ainda lhe reconheceu o rei D. Duarte. Todavia, se o cavalo foi perdendo o seu grande préstimo como instrumento de guerra, a equitação continuou a ter elevada importância, em actividades de natureza recreativa e desportiva, além de permanecer como meio de demonstração de um elevado estatuto social.

Pelo que ficou exposto, pensamos que o *Livro da Ensinança* merece ser mais conhecido, não apenas enquanto manual de conteúdo estritamente técnico, mas também como precioso repositório de princípios pedagógicos e valores morais que, em grande parte, ainda são aplicáveis nos tempos presentes.

Tal como seu pai o fez em relação ao *Livro da Montaria*, D. Duarte concebeu o *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, que também designou por *Livro do Cavalgar*, estruturado em três partes, antecidas de um prólogo. Neste preâmbulo, o rei advoga que ser «bo cavalgador» é uma das *manhas* que os senhores, cavaleiros e escudeiros devem dominar na perfeição. Assim, o rei começa por advertir os leitores para o facto de que, apesar de todos poderem ler e pôr em prática o que vai escrever, a técnica de bem cavalgar alcança-se quando se reúnem cumulativamente as seguintes condições: por linhagem («naçom»); pela escolha acertada de uma boa besta; pela correcta aprendizagem; e, por fim, por «continuada husança»<sup>355</sup>. Além destes pré-requisitos, D. Duarte considera que também pode facilitar a aprendizagem o facto de o iniciando residir num local onde

<sup>353</sup> VICENTE PERAZ, *op. cit.*, p. 115.

<sup>354</sup> Segundo o Gen. Ferreira Martins, os espingardeiros e artilheiros já existiam no tempo de D. Duarte. Cf. MARTINS, F., *História do Exército Português*, Edição Inquérito, Lisboa, 1945, pp. 89 e 90.

<sup>355</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

haja bons executantes, valorizando deste modo a importância da observação de um modelo.

Antecipando-se a possíveis descrentes que não venham a acreditar na necessidade de lerem o tratado para aprenderem a ser bons cavaleiros, o autor reafirma que a maior parte deles terá grande vantagem na leitura da obra. Neste contexto, desaconselha que o *Livro do Cavalgar* seja lido de um modo «ryjo e muyto juntamente», ou seja, de maneira rápida e seguida, como se costuma fazer a um livro de histórias. Ao invés, recomenda aos aprendizes da arte de bem cavalgar que façam do texto uma análise pausada, por partes, devendo tomar apontamentos dos aspectos considerados mais difíceis e regressar às passagens já lidas, para melhor as compreenderem.

Com estes «avysamentos» prévios, D. Duarte pretende que o leitor não se desinteresse ou enfade por não perceber ou lembrar algumas partes do texto. Neste sentido, aconselha-o a proceder a uma análise profunda do conteúdo do livro, «...como se devem leer todollos livros dalgũa sciencia ou enssynança»<sup>356</sup>.

Em termos estruturais, o *Livro da Ensinança* está construído com nítidas preocupações do seu autor na arrumação dos assuntos em três partes sequentes e complementares: «da voontade», «do poder» e dos «XVII avysamentos principaaes ao boo cavalgador»<sup>357</sup>. Estas denominações permitem, por si sós, perceber com clareza que, na opinião do monarca, para alcançar a mestria o bom cavaleiro necessita, antes de tudo o resto, querer fazê-lo.

D. Duarte considera imprescindível que o candidato tenha «grande voontade» em saber fazer melhor, certamente por acreditar que só aprende bem uma arte quem a quer verdadeiramente fazer. Depois, manifesta a opinião de que o futuro cavalgador só aprende se tiver «poder abastante». Com esta afirmação, o rei refere-se a capacidades psicológicas e físicas,

---

<sup>356</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 3.

<sup>357</sup> *Idem, ibidem*, pp. 1-3.

inatas e endógenas, necessárias para o aperfeiçoamento das técnicas da equitação, além de algum poder económico. Finalmente, reunidos os dois pré-requisitos anteriormente mencionados, é indispensável, segundo D. Duarte, que o candidato a cavaleiro emérito aprenda os «avysamentos principaes», ou seja, os diferentes saberes: de natureza preventiva (da segurança), técnica e prática.

O *Livro da Ensinança* começou a ser redigido por D. Duarte quando ainda não era rei. Esta informação surge de modo bem explícito no título do prólogo, que reza o seguinte:

«Em nome de nosso senhor Jesu Cristo, com sua graça e da virgem Maria, sua muy sancta madre, nossa senhora: Começasse o livro da ensynança de bem cavalgar toda sela, que fez Elrey dom Eduarte de Portugal e do Algarve, e senhor de Cepta, o qual começou em sendo lffante».

Todavia, logo no capítulo I da primeira parte, o autor faz referência à morte do pai<sup>358</sup>, ao referir quão «...longo seria de contar quantos em as guerras delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja...»<sup>359</sup>.

Um aspecto que, de imediato, fere a atenção do leitor do *Livro da Ensinança* diz respeito à desigualdade de tratamento das partes, quer no que concerne à dimensão do respectivo texto, quer no número de capítulos que as integram. É curiosa esta notória disparidade atribuída por D. Duarte aos assuntos versados nas três partes concebidas.

Com efeito, a primeira parte, que trata da «vontade», referente à “utilidade da *manha* de cavalgar e às razões pelas quais ela se deve praticar”<sup>360</sup>, compreende apenas quatro pequenos capítulos.

---

<sup>358</sup> Ocorrida, segundo Zurara, a 14 de Agosto de 1433. Cf. AZURARA, G. E. de, *op. cit.*, p. 130.

<sup>359</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 4.

<sup>360</sup> PIEL, J., “Prefácio”. In D. DUARTE, *op. cit.*, p. VII.

A segunda parte respeita ao «poder» e é ainda mais reduzida, sendo constituída apenas por dois pequeníssimos capítulos. Trata essencialmente das questões referentes às capacidades corporais e à condição económica do futuro cavaleiro.

Por fim, a terceira parte que, como dissemos, respeita aos «avysamentos pryncypaaes ao boo cavaleiro», compreende sete secções<sup>361</sup>. Esta parte é bem mais extensa que as anteriores, integrando um total de sessenta capítulos.

Paradoxalmente, apesar das reduzidíssimas dimensões que deu às duas primeiras partes do livro<sup>362</sup>, D. Duarte considerou-as como sendo as «principaaes». Parece-nos empresa difícil saber qual o critério que justifica esta valoração. A nosso ver, esta aparente contradição talvez possa ter a seguinte explicação: a extensa terceira parte respeita aos aspectos didácticos e técnicos do cavalgar, que só são importantes se estiverem resolvidos dois pré-requisitos fundamentais, a que o rei deu grande relevância: «a vontade» (o querer) e o «poder» (capacidades físicas e económicas).

Contudo, relativamente ao poder corporal, é o próprio soberano que suaviza a força deste factor, ao considerar que poderão ser «razoavelmente boos cavaleiros» os que tiverem «myngua da desposiçom do corpo». E, a esta argumentação o rei aduz que, com vontade e saber, «a poucos fallecerá o poder» de comprar e governar boas bestas<sup>363</sup>.

Outra possível explicação para a sobrevalorização do conteúdo das duas primeiras partes, não obstante a pequeníssima dimensão do texto, é

---

<sup>361</sup> D. Duarte continua a designar por «partes» as três parcelas em que entendeu subdividir a terceira parte do *Livro da Ensinança*. Por considerarmos que esta terminologia, dada a repetição do mesmo vocábulo para âmbitos diferentes, se pode tornar confusa, decidimos designar as sete subpartes por “secções”.

<sup>362</sup> Lembramos que D. Duarte lhes atribuiu apenas um décimo dos capítulos que integram a terceira parte.

<sup>363</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 11 e ss.

porque a principal finalidade do autor consistiu na motivação das gerações futuras, ou seja, de novos candidatos a cavalgadores. Com efeito, reconhecendo a diminuição do interesse pela equitação entre escudeiros e cavaleiros, D. Duarte terá pensado que os ensinamentos didácticos e técnicos vertidos na terceira parte só interessariam se continuasse a haver, entre os nobres, candidatos a bons cavalgadores, ou seja, quem fizesse uso desses conselhos.

É na terceira parte que D. Duarte enuncia criteriosamente os cuidados que os bons cavalgadores devem ter com a segurança, avisando os leitores para os perigos que podem sobrevir durante a acção de cavalgar. Também descreve neste ponto as características das boas montadas, os diferentes tipos de selas que podem usar-se e todo o restante equipamento necessário à arte de bem cavalgar.

Além disso, o rei apresenta nesta parte os princípios pedagógicos e as recomendações didácticas que, em seu entender, devem ser utilizados no ensino das *manhas* da equitação, explicando ainda, com detalhe, os elementos técnicos que considera mais relevantes.

Através da leitura aprofundada da obra percebe-se que o conteúdo final da terceira parte parece ter sido redigido de um modo apressado, visto o texto surgir incompleto ou mais abreviado. Deste modo, o autor dá a nítida impressão de, certamente devido à doença que o vitimou, não lhe ter restado o tempo suficiente para abordar devidamente todos os temas a que, de início, se tinha proposto<sup>364</sup>. A este respeito, o próprio D. Duarte, na apresentação da terceira parte, afirma categoricamente que pretende enunciar XVI «avysamentos», quando afinal acaba por desenvolver apenas sete<sup>365</sup>.

Acresce ainda que a sétima secção, constituída por um único capítulo, titulado «Dalgua enssynança pera dos periigos e cajoões que a cavallo acontecem nos podermos com a graça de deos guardar», parece terminada

---

<sup>364</sup> Aspecto salientado por Joseph Piel, *op. cit.*, p. XI.

<sup>365</sup> Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 12 e 13.

de um modo algo abrupto. Na verdade, a sua leituta dá-nos a ideia de que o autor, em virtude do repentino ataque de peste, não dispôs do tempo necessário para a devida ultimização da obra<sup>366</sup>.

O que ficou referido talvez possa explicar o facto de, apesar de pretender ser uma obra de equitação, o *Livro da Ensino* não dispensar qualquer atenção à *dressage* ou treino das habilidades do cavalo. Com efeito, no texto da sua obra D. Duarte não alude às figuras equestres que mais tarde virão a ser utilizadas nas paradas<sup>367</sup>.

Richard Barber e Juliet Barker, no seu reconhecido estudo sobre os torneios, dão grande relevo a esta obra de D. Duarte, considerando que “é muito raro encontrar um texto medieval que aborde, de maneira tão clara, as questões práticas” da equitação<sup>368</sup>. Na opinião destes autores, apesar de o rei português se parecer interessar sobretudo pela arte equestre, acabou por reservar muitos capítulos do livro à prática da justa.

A grande diferença que aqueles estudiosos encontram entre o *Livro da Ensino* e as obras de arte equestre dos mestres napolitanos de 1550 reside na evolução dos torneios para os espectáculos realizados a cavalo, dando origem ao «carrousel» ou «ballet equestre»<sup>369</sup>.

Nota-se, assim, que as qualidades do bom justador, enaltecidas por D. Duarte, irão ceder o seu lugar ao espectáculo constituído pelo manejo do cavalo: movimentos, posturas, voltas e saltos.

Analisemos agora um pouco mais detalhadamente os capítulos que integram as partes e as sub-partes (que denominámos secções) constitutivas do *Livro da Ensino*.

---

<sup>366</sup> Questão a que já havíamos feito referência na Introdução.

<sup>367</sup> Opinião realçada por Pereira. Cf. PEREIRA, C. M., *op. cit.*, p. 47, 86 e 87.

<sup>368</sup> BARBER, R. e BARKER, J. , *Op. cit.*, p. 211.

<sup>369</sup> *Idem, ibidem*, p. 219. Georges Vigarello também assinala esta transição entre “...a arte do cavalo tendo como referência a guerra, para a do espectáculo”. Cf. VIGARELLO, G., *Passion Sport: Histoire d'une culture*, paris: Éditions Textuel, s.d., p. 38.

Na primeira parte («da vontade»), o capítulo inicial serve para o autor apresentar as razões pelas quais, no seu entender, os cavaleiros e escudeiros «...devem de seer boos cavalgadores», dada a honra que tal *manha* lhes transmite.

O capítulo seguinte serve para o rei indicar as vantagens de os senhores praticarem esta arte em tempo de paz e, no terceiro capítulo, D. Duarte antecipa-se a refutar as críticas negativas que possam ser lançadas a esta prática corporal.

No último capítulo da primeira parte do livro o rei refere-se aos benefícios da arte equestre como «folgança», ou seja, como exercício recreativo e prazenteiro<sup>370</sup>.

No que concerne à segunda parte («do poder»), o primeiro capítulo aborda sucintamente as qualidades de que o aprendiz da arte de bem cavalgar deve ser portador, mesmo que não possua boa capacidade física e a idade considerada ideal. No segundo, o autor faz alusão à disponibilidade financeira que é necessária para adquirir um bom cavalo e praticar a arte da equitação. Apesar de reconhecer importância à questão material, D. Duarte refere, a este respeito, que com vontade e saber poderão ultrapassar-se eventuais dificuldades sentidas neste domínio<sup>371</sup>.

A terceira parte do *Livro da Ensinança* («XVII avysamentos pryncypaaes ao boo cavalgador»), dada a sua vastidão, não poderá ser analisada com igual pormenor, capítulo a capítulo. Ainda assim, iremos abordar, embora de modo sucinto, os aspectos que consideramos mais relevantes das sete secções («partes») em que o seu texto se encontra dividido.

A primeira secção, «do seer forte», compreende vinte e um capítulos. Neles são abordados, essencialmente, os procedimentos técnicos que devem ser utilizados na equitação, em diferentes tipos de selas. Além disso, o autor preconiza o modo como deve ser feito o uso correcto dos apetrechos

---

<sup>370</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 4-10.

<sup>371</sup> *Idem, ibidem*, pp. 10-12.

necessários ao exercício de cavalgar: as *estribeiras*, o freio e «todo outro adereço»<sup>372</sup>.

Na segunda secção, titulada do «seer sem receo», e ao longo dos dez capítulos que a constituem, D. Duarte procura ensinar o aprendiz a perder o medo que pode sobrevir por «myngua de saber». Na sua opinião, para que o aluno consiga perder o medo, torna-se necessário ganhar conhecimentos e atrevimento<sup>373</sup>.

O autor do *Livro da Ensino* menciona, na terceira secção, ao longo de sete capítulos, as principais preocupações de segurança que devem estar presentes na arte equestre<sup>374</sup>.

Nos três capítulos que constituem a quarta secção, o rei ensina o praticante de equitação a ser «assessegado» e a manter-se calmo sobre a sela<sup>375</sup>, ao passo que, nos dezasseis capítulos que compõem a quinta, enuncia aspectos técnicos referentes à elegância do cavaleiro.

Além disso, D. Duarte explica o modo como se deve dirigir o cavaleiro durante a prática da justa, desenvolvendo os seguintes conteúdos: a importância de procedimentos técnicos a utilizar no exercício das armas, tais como arremessar a lança e *ferir de espada*; o interesse das *manhas da ligeirice* e da *braçaria*; e, ainda, possíveis erros que poderão ser cometidos no exercício da luta<sup>376</sup>.

Na sexta secção, que tem apenas dois capítulos, o soberano refere-se aos vários tipos de esporas e ao modo de com elas ferir a montada, bem como ao uso do pau e da vara, para «corregger as bestas»<sup>377</sup>.

---

<sup>372</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 12-42.

<sup>373</sup> *Idem, ibidem*, pp. 42-56.

<sup>374</sup> *Idem, ibidem*, pp. 57-65.

<sup>375</sup> *Idem, ibidem*, pp. 65-68.

<sup>376</sup> *Idem, ibidem*, pp. 69-127.

<sup>377</sup> *Idem, ibidem*, pp. 127-134.

Finalmente, na sétima secção da terceira parte do *Livro da Ensinança*, que, qual obra inacabada, compreende apenas um capítulo, D. Duarte alerta para os perigos e acidentes que podem ocorrer na prática da equitação.



## CAPÍTULO V - OS JOGOS E AS ACTIVIDADES CORPORAIS NO *LIVRO DA ENSINANÇA*

### 1. INTRODUÇÃO

Na sua obra, D. Duarte menciona e explica o interesse que a exercitação em diversos jogos e *manhas* do corpo apresenta para a preparação dos cavaleiros. Contudo, nota-se, pelo espaço que lhes dedica, que estas questões não constituem a sua principal preocupação.

Como era de esperar, perpassa por todo o texto do livro a grande importância atribuída pelo rei ao exercício de cavalgar, que sobrevaloriza e destaca em relação a todas as restantes práticas corporais. Na sua opinião, posto que o nobre deva sempre combater a cavalo, admite que todos os restantes exercícios corporais e jogos mencionados podem concorrer para fortalecer a arte e a ciência de bem cavalgar.

Assim, concedida por D. Duarte uma nítida prevalência às técnicas e ao ensino da equitação, justifica-se, a nosso ver, que dispensemos ao assunto atenção especial. É este o motivo porque o iremos abordar, separadamente e com o devido detalhe, no capítulo VI, titulado *D. Duarte e o Ensino da Arte da Equitação*.

Também é notória a consideração que merecem ao rei as práticas lúdicas realizadas a cavalo, como o torneio e, sobretudo, a justa. Efectivamente, em diversas ocasiões, embora de modo breve, o rei alude laudatoriamente à importância do torneio na primeira e terceira partes do livro<sup>378</sup>.

No entanto, é no capítulo XIV da quarta secção, da terceira parte, titulado «*Da maneira de ferir de spada*», que D. Duarte lhe concede um

---

<sup>378</sup> Cf. D. DUARTE, *op cit.*, pp. 6, 51 e 113-115.

maior espaço. De facto, em sua opinião, saber ferir com a espada constitui um requisito fundamental para obter um bom desempenho no torneio e na guerra, considerando o torneio como uma boa preparação para o campo de batalha.

Curiosamente, notamos no texto que D. Duarte apenas alude aos torneios realizados com espada e não com lança, que somente refere na justa. Pelo contrário, a prática da justa é objecto de referência e louvor em diversas passagens do livro<sup>379</sup>, nomeadamente na terceira parte, em vários capítulos<sup>380</sup>.

Ao jogo das *canas*, D. Duarte reserva apenas algumas brevíssimas alusões<sup>381</sup>. Nota-se que em nenhuma circunstância o rei descreve esta prática, talvez por nela não serem usadas armas reais e, deste modo, lhe reconhecer características essencialmente lúdicas e festivas, com pouca transferência para o exercício das armas<sup>382</sup>.

O arremesso da lança, dardo, barra de ferro, pau ou cana, como exercício simples que pode servir de boa preparação para a montaria e a guerra merece ao autor do *Livro da Ensinança* diversas referências<sup>383</sup>. A este exercício dedica D. Duarte um capítulo, com o título bem elucidativo: «*Do ensynamento do remessar*». O monarca advoga que arremessar a lança a cavalo é uma *manha* muito útil no campo de batalha. Além disso, defende que esta prática, com «braçaria» e «certeza», «...como se jugasse

---

<sup>379</sup> *Idem, ibidem*, pp. 6, 17, 28 e 99.

<sup>380</sup> *Idem, ibidem*, pp. 74-89 e 107-109. Esses capítulos têm as seguintes designações: «Do ensynamento de trazer a lança de soo-mão, na perna e ao collo», «Do ensynamento do reger», «Da enssynança de bem encontrar», «Da enssynança de endereçar bem o cavallo na justta», «Como os que justam erram per deshordenança de voontade, todo aas quatro voontades suso scriptas» e «Do ensynamento de feryr com lança de sobremaão»

<sup>381</sup> *Idem, ibidem*, pp. 6, 73, 99, 113 e 129.

<sup>382</sup> Ou ainda porque as canas passaram a integrar o programa dos torneios, como referimos anteriormente.

<sup>383</sup> *Idem, ibidem*, pp. 8, 110-114 e 129.

o dardo...», pode ser utilizada com eficácia na montaria, sobretudo na caça ao veado<sup>384</sup>.

Apesar de D. Duarte mencionar e enaltecer em diversas ocasiões as práticas da montaria<sup>385</sup>, ao porco, veado, urso e touro, é notório que não lhes dedica a mesma atenção que o seu pai. Efectivamente, no *Livro da Ensino* não surge qualquer descrição do respectivo desenvolvimento ou da ambiência que rodeava este tipo de caça.

Ao salto, à péla e às habilidades ou destrezas corporais, as *ligeirices*, o monarca também não dispensa grande espaço. Todavia, o mesmo não sucede com os exercícios de *braçaria*, que o rei entende serem muito importantes para desenvolver a força do braço, aprender a arremessar a lança e ferir bem com a espada<sup>386</sup>.

O rei D. Duarte destinou um capítulo do *Livro do Cavalgar* às técnicas da luta corpo a corpo, que denominou «*Dos erros da luyta, brevemente scyptos*». No texto, além de reconhecer a importância desta actividade corporal para o guerreiro, desenvolveu sobremaneira as técnicas que devem ser utilizadas na luta<sup>387</sup>.

Entre todas as «boas manhas do corpo», o monarca considera que as práticas de cavalgar e lutar são as mais importantes e fundamentais para os nobres<sup>388</sup>.

Apresentar-se-ão, de seguida, as práticas corporais e *manhas* a que D. Duarte fez menção ou desenvolveu no *Livro da Ensino*, considerando-

---

<sup>384</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>385</sup> *Idem, ibidem*, p. 6-7, 102, 106, 109 e 111-113. D. Duarte apenas alude aos alãos por três vezes (pp. 26, 43 e 108).

<sup>386</sup> O salto é referenciado uma única vez (p. 8), tal como as *ligeirices* (p. 118) e a *péla* duas (pp.115 e 118). Mas, em contrapartida, à *braçaria* são feitas várias alusões (pp. 40, 51, 110-113 e 118), especialmente no capítulo denominado «Do enssynamento do remessar».

<sup>387</sup> *Idem, ibidem*, pp. 122-127.

<sup>388</sup> *Idem, ibidem*, p. 121.

se, para o efeito, dois pontos: *As Justas, os Torneios e outros Jogos Equestres*; e *Outras Actividades Lúdicas e Corporais*.

## 2. AS JUSTAS, OS TORNEIOS E OUTROS JOGOS EQUESTRES

Na primeira parte do nosso estudo, demos o devido relevo ao facto de D. João I procurar, com grande veemência, demonstrar a superioridade da montaria relativamente a todas as outras práticas corporais. Tivemos oportunidade de notar que, apesar de ter manifestado essa preferência, o primeiro monarca da segunda dinastia também reconheceu um particular interesse às justas e torneios. Na sua óptica, estes combates de armas, embora realizados numa situação artificial, serviam para os cavaleiros manterem a condição física e porem em prática os requisitos técnicos que a guerra exigia.

Na sua breve alusão a essas práticas, D. João I, mesmo assim, concede maior espaço e detalhe ao torneio, razão pela qual, desenvolvemos anteriormente esta forma de combate colectivo simulado.

No que concerne a D. Duarte, nota-se no *Livro da Ensinança* que atribui maior relevo às justas do que aos torneios. Com efeito, este monarca vai fazendo menções frequentes à justa ao longo do texto, facto que aconselha, a nosso ver, um tratamento mais pormenorizado a este tipo de prática lúdica equestre.

Já sublinhámos, também, o facto de a participação nas justas e torneios, acontecimentos lúdico-festivos com elevada repercussão social e económica, fazer parte integrante das ocupações dos nobres no século XV, tanto em Portugal como em toda Europa.

Na sua obra *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Gouveia Monteiro aduz importantes informações respeitantes às justas e aos torneios, que considerou como modalidades de “desporto paramilitar”. Na opinião deste autor, os dois tipos de prática, baseados no confronto corporal com armas, em que os nobres muito se exercitaram, mantiveram-se e

conviveram, no Ocidente medieval, quase até aos alvares do mundo moderno<sup>389</sup>.

A justa, como aludimos quando procedemos à análise da obra de D. João I, era basicamente um combate singular entre dois cavaleiros, montados e armados de lança, realizado numa ambiência de espectáculo, competição e festa. Os cavaleiros acorriam a essa cerimónia trajando ricos vestidos de seda.

A sua realização acontecia em recinto apropriado, devidamente circunscrito e balizado com vedações, denominado *liça*. Este espaço dividia-se geralmente em duas partes, por intermédio de uma *teia*, divisória de madeira ou paliçada situada ao longo de todo o campo de luta. Cada um dos dois justadores tomava lugar num dos topos longitudinais da *teia*, a boa distância, esperando o sinal de início. Logo que fosse dada essa ordem, cada um dos oponentes galopava paralelamente à *teia*<sup>390</sup> e, ao cruzarem-se, procuravam atingir o adversário, no escudo ou no elmo, com a ponta da lança, da forma mais contundente.

Estas justas encontravam-se geralmente associadas às festas palacianas. Eram conhecidas por «justas reais» ou «justas de paz» (denominadas, também, «à outrance» ou «a ultranza», como se dizia em trnaça e em Castela, respectivamente) e disputadas com lanças emboladas, em que a ponta do ferro da arma era substituída por um «ruquete»<sup>391</sup>.

---

<sup>389</sup> MONTEIRO, J., G., A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média, op. cit., p 423.

<sup>390</sup> Segundo Gouveia Monteiro, esta divisória foi introduzida em Itália, em 1420, sendo inicialmente uma corda com roupa, que foi ficando cada vez mais regulamentada e tipificada, até atingir a forma de um tapume de madeira, com 1,50 m a 1,80 m de altura, tendo como objectivo suportar o forte encosto de um cavalo em velocidade. Cf. MONTEIRO, J., G., op. cit., p 429. D. Duarte lembra que, antes da introdução da teia, as liças não tinham qualquer divisória, o que provocava muitos ferimentos em cavalos e cavaleiros. D. DUARTE, op. cit., pp. 100 e 101.

<sup>391</sup> D. Duarte faz referência ao «...assentar os ruquetes no lugar onde elle quer dar». Joseph Piel afirma que o «ruquete» era um ferro de lança de torneio que terminava em três ou quatro pontas separadas. Cf. D. DUARTE, op. cit., p. 100.

Porém, além destas, realizavam-se outras lutas com lança, geralmente a cavalo, que Fernão Lopes denomina «correr pontas». Com menor frequência também estes combates podiam disputar-se a pé, à espada, consistindo em verdadeiros combates de morte<sup>392</sup>. Efectivamente, estes duelos, disputados entre inimigos, eram bem mais perigosos do que as manifestações lúdico-festivas «de paz»<sup>393</sup>.

Rui de Pina relata assim um destes duelos de morte, realizado em Castela, perante o rei, para o qual o português Gonçalo Rodrigues foi desafiado por Martim Gil, «...bom cavaleyro Castellano, que vivia no estremo de Aragão...», que pretendia vingar com «justiça em campo» a morte do seu irmão:

«...a ora de terça [nove horas da manhã] sêdo elRey presente entraraõ com padrinhos, & doze bons Cavaleiros por seguradores, & com arautos, & passauantes, & trombetas, segundo ordenança do tal auto: & sendo ambos juntos, & apè armados de todas armas começaraõse de ferir muy duramête, & sem muyta tardança Gonçalo Rodrigues por força de sua espada fez sair fora do capo Martĩ Gil.& no encalso lhe deu por sima do elmo taõ grande golpe, que deu com elle morto em terra...»<sup>394</sup>.

Existem bastantes referências dos cronistas portugueses às justas medievais, que, como aludimos, eram organizadas por ocasião de casamentos e festas. Fernão Lopes, na *Crónica do Senhor Rei D. Fernando*, ao descrever as bodas do Conde D. Sancho, irmão de el-rei D. Henrique, com a Infanta D. Beatriz, refere que:

«...aos dous dias seguintes lhe foram feitas grandes festas e justas (...) nas quaes justou o dito comde Dom Samcho, com Martim Affonso de Mello, emcontrouho

---

<sup>392</sup> Cf. LOPES, F., *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., pp. 232-235 e 250-251. O cronista apresenta, nesta obra, diversos exemplos de justas de «correr pontas».

<sup>393</sup> MONTEIRO, J., G., *A Guerra em Portugal...*, op. cit., p. 426.

<sup>394</sup> PINA, R., *Chronica D'El Rei D. Affonso IV*, op. cit., p. 367.

Martim Affonso, de guisa que deu com elle e com o cavallo em terra”<sup>395</sup>.

Muitos destes jogos realizavam-se em dias de festa e faziam parte do programa comemorativo de algumas efemérides, como o nascimento ou casamento de um príncipe, ou a sua visita a uma determinada localidade. O cronista Gomes Eanes de Zurara escreveu que, na recepção a D. Duarte, na altura em que ainda era infante, foram organizados em Viseu grandes festejos, nos quais:

«... houve justas mui grandes, nas quaes justou o infante D. Duarte e aquelles gentis homens que com elle vieram, e da outra parte justaram os infantes e os mais d’aquelles fidalgos e gentis homens que eram alli com elle, e todo aquelle dia se despendeu em justas e danças e outros desenfadamentos (...). Alli houve momos de tão desvairadas maneiras que a vista d’elles fazia mui grande prazer a quantos alli eram, e ainda a muitos de fora que o souberam»<sup>396</sup>.

Nestas actividades festivas tinham lugar de destaque os momos<sup>397</sup>, muitas vezes acompanhados de espectáculos teatralizados e danças, culminando o programa nas justas e torneios propriamente ditos.

Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso V*, filho de D. Duarte, narra com algum pormenor os momos e os desafios realizados entre os contendores de uma justa, na qual o próprio monarca tomou parte. Na descrição que o cronista faz dos preliminares da competição percebemos que os

---

<sup>395</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, Livraria Civilização, Porto, 1979, p. 221. Numa breve referência, inserida no verso da capa desta crónica, redigida entre 1436 e 1443, Robert Southey afirma que Fernão Lopes foi “...o maior cronista de todas as épocas e nações”.

<sup>396</sup> ZURARA, Gomes E. de, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. 1-3, Escriptorio, Lisboa, 1899, p. 115.

<sup>397</sup> Acerca da função grotesca e humorística dos bobos ou momos e do papel artístico-recreativo dos jograis e segréis nas cortes medievais pode ler-se: SABUGOSA, C., *Bobos na Corte*, Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, Casal de Cambra, 2007.

contendores, a começar pelo rei, foram representados por um momo, que exercia as funções de arauto. Este orador, com «...riqueza, graça e gentileza», anunciou solenemente a condição do representado e, em seu nome, dirigiu breves palavras à princesa D. Isabel, homenageando-a pelo seu casamento<sup>398</sup>. Na mesma obra, o cronista refere que, por altura do casamento da Imperatriz D. Leonor de Portugal, filha de el-rei D. Duarte, com o Imperador Frederico III, da Alemanha, em meados do século XV, houve banquetes, entremeses, momos, danças, touros<sup>399</sup> e *canas*. O cartaz dos festejos indica que tiveram lugar as «justas Reaaes», competições em que foram atribuídos prémios «...pêra quem mais galante viesse aa tea, e assy mellor justasse». O cavaleiro considerado o melhor justador, o Infante D. Fernando, recebeu, nessa ocasião, «huma rica copa»<sup>400</sup>.

Nas práticas lúdico-festivas que mais se assemelhavam aos episódios bélicos, como as justas, torneios, *canas* e *bafordo*, os cavalos desempenhavam um papel importante e central em todo o programa. Mesmo no início das cerimónias preliminares, as montadas e os cavaleiros eram motivo de grande atracção e interesse, pois surgiam devidamente engalanados, «...envistydos e cubertos de figuras e cores d'allymarias conhecidas»<sup>401</sup>.

As justas eram realizadas em locais devolutos, com piso e dimensões apropriadas, devidamente demarcados, podendo ter como

---

<sup>398</sup> PINA, R, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Tesouros da Literatura e da História, Lello & Irmãos Editores, 1977, p. 204.

<sup>399</sup> Apesar de D. João I e D. Duarte não aludirem às corridas de touros, elas constituíram, como refere Ana Rodrigues, uma prática habitual no Portugal medievo. Cf. RODRIGUES, A. M., “Festas de touros no Portugal Medievo”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 4, 1991, pp. 343-358. Carlos Riley defende a coexistência de dois tipos de tourada: a cavalo, realizada pela nobreza, como sucedâneo da montaria. Na tourada à espanhola, esta semelhança ainda é notória na lide dos picadores; apeada, derivada das formas mais populares. Cf. RILEY, C. G., *op. cit.*, pp. 320 e 321.

<sup>400</sup> PINA, R. de, *op. cit.*, p. 761.

<sup>401</sup> PINA, R., *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, *op. cit.*, p. 761.

cenários ruas, rossios e praças das cidades. A sua duração era variável, chegando a demorar quatro dias, decorrendo por vezes à noite, com a ajuda de luminárias e candeeiros. Através da seguinte descrição, feita por Gouveia Monteiro, com base na narração de Rui de Pina, podemos perceber como era o local onde a justa se realizava, bem como o ambiente geral dos festejos, antes do início da contenda:

“A disputa travava-se num terreno plano (uma praça pública, um descampado nas imediações de um castelo, uma horta), de dimensões generosas, mas não excessivamente amplo (talvez algo situado entre os 50 e os 100 metros de comprimento), conhecido por «liça» e limitado por estacas de madeira cravadas no chão em quase todo o seu perímetro; livres, ficavam apenas duas entradas principais, uma em cada topo da liça, por onde se fazia o acesso dos justadores. Em volta do recinto edificavam-se alguns cadafalsos ou palanques, nos quais tomavam assento, de acordo com uma hierarquia e um protocolo rigorosos, os reis e os grandes senhores, as damas e as suas acompanhantes, os cavaleiros estrangeiros, os próprios competidores (antes ou depois das respectivas actuações) e o público em geral, quase sempre em número elevado”<sup>402</sup>.

Tal como seu pai, D. Duarte considerava que, em tempo de paz, para além de «...todas outras manhas que a cavallo se fazem...», tinham grandes vantagens os exercícios de justar, tornear, jogar canas, bem como utilizar uma lança e sabê-la lançar<sup>403</sup>.

Apesar de, nas justas, os combates serem disputados de modo individual entre um elemento de cada partido, muitas vezes eram organizadas duas formações. Uma delas era constituída por cavaleiros *da casa*, conhecidos por «mantenedores» (*tenants*, como se dizia em França), e a outra pelos de fora, também denominados «aventureros» (ou

---

<sup>402</sup> MONTEIRO, J. G., *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, op. cit., pp. 423 e 424.

<sup>403</sup> D. DUARTE, op. cit., p. 6.

venants)<sup>404</sup>. Por vezes, o número de *mantenedores* era inferior ao efectivo dos *aventureros*. Esta desproporção aconteceu numa justa referida pelo cronista Rui de Pina, na qual tomaram parte nove *mantenedores*, entre os quais o Príncipe D. Afonso (mais tarde coroado como o rei D. Afonso V), que competiram contra mais de cinquenta *aventureiros*<sup>405</sup>.

D. Duarte, no *Livro da Ensinança*, propõe um plano bastante rigoroso para o ensino das técnicas de «reger» a lança, na justa, para «bem encontrar». Neste sentido, aconselha textualmente aos iniciandos que sejam acompanhados por um mestre. Além disso, preconiza uma série de progressões pedagógicas, de forma a que evoluam desde os exercícios mais simples até aos mais complexos<sup>406</sup>.

O rei explica, ainda, que a lança pode ser transportada pelo cavaleiro, utilizando três técnicas diferentes: debaixo da mão (ou «de soo-mão»), ou seja, com o braço estendido e a mão em pronação<sup>407</sup>; na perna, «onde é nosso costume», numa bolsa, posta nas pratas ou no arção ou entre a perna e o arção; e junto ao peito («no collo»).

A descrição que D. Duarte faz da justa é tão seque e clara que nos permite imaginar com grande realismo o modo como se processava este jogo equestre, ou seja, parece colocar-nos frente a um filme que mostre a disputa entre dois cavaleiros oponentes, aproximando-se a galope, de cada um dos lados da *teia*.

---

<sup>404</sup> MONTEIRO, J., G., op. cit., p. 424.

<sup>405</sup> Rui de Pina usa as designações de «manteedores» e «ventureiros». Cf. PINA, R., *Chronica D'El Rei D. João II*, op. cit., pp. 978 e 979.

<sup>406</sup> Como teremos ensejo de retomar, de modo mais desenvolvido, no Capítulo VI.

<sup>407</sup> D. Duarte acrescenta que neste tipo de pega podem utilizar-se quatro técnicas diferentes: a primeira, com o braço estendido; a segunda corresponde à pega um pouco mais alta, atravessada sobre a «coma» do cavalo; a terceira, «lançada» sobre a mão ou braço esquerdo; e, finalmente, outra, com a lança apertada no cinto ou acima. Cf. D. DUARTE, op. cit., pp. 74 e 75.

O autor do *Livro da Ensino* explica que o cavaleiro deve justar a galope, «segundo nosso costume», tirar a lança da perna, pô-la no *riste*, colocá-la «de soo-braço» e, finalmente, «alevanta-la» para o «encontro» com o rival.

A lança podia ser *regida* com ou sem *riste*, sabendo-se que quem o bem fizesse na primeira versão, melhor o faria na segunda. O *riste*, inventado em 1389, era um acessório metálico que servia de suporte à lança, permitindo ao cavaleiro um melhor domínio da arma quando o cavalo ia lançado a galope<sup>408</sup>.

O rei aconselha ainda o cavaleiro a usar as esporas no cavalo apenas duas vezes, uma ao iniciar a corrida e a outra depois de manter a lança debaixo do braço<sup>409</sup>. No sentido de complementar as suas explicações técnicas, o rei informa os leitores que, embora existam diversas formas de cavalgar, o galope deve ser feito à «nossa maneira», quer dizer, como na altura se usava em Portugal. Para o efeito, aconselha o cavalgador a manter-se firme nos estribos, com as pernas estendidas, bem «dentro da sela», com alguma ajuda dos arções e dos joelhos<sup>410</sup>.

Na opinião do rei, não é conveniente que a lança seja demasiado grande e pesada, mas antes de tamanho equilibrado, que «...chegue ao mais que bem poder reger».

A arma podia estar munida de «arondella» – uma espécie de copo fixado no «conto» da lança, destinada a proteger a mão –, bem como de

---

<sup>408</sup> MONTEIRO, G. “Torneios, justas e feitos de armas: Escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”, Separata das Actas do V Colóquio “Do Infante Tordesilhas, Com. Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1994, p. 18.

<sup>409</sup> D. DUARTE, pp. 78-80. D. Duarte informa ainda que se pode justar com o braço direito ou esquerdo.

<sup>410</sup> Idem, ibidem, pp. 17 e 28. Embora D. João I refira que o cavaleiro ia atado ou «atroxado» na sela, D. Duarte explica que pode ir ou não, acrescentando, porém, que, segundo o «nosso costume», aconselha o cavaleiro a ir «atroxado» um pouco alto e com os «atroxamentos folgados». Idem, ibidem, p. 84.

«gozete» ou «rodagem de coyro»<sup>411</sup>. Estes apetrechos permitiam ao justador segurar mais firmemente a lança.

Para sua protecção, tanto na justa como na guerra, além de pesada armadura, o cavaleiro utilizava um escudo e um elmo. Esta última peça da armadura, embora lhe defendesse a cabeça, tinha o inconveniente de lhe dificultar consideravelmente a visão. A este respeito, D. Duarte aconselha que, «segundo o nosso costume», estando a lança na altura em que «deve encontrar», o justador veja sempre metade dela ou, pelo menos, um terço. Além disso, preconiza que, quando o cavaleiro transportar a lança debaixo do braço, se o seu rival não estiver muito perto, deve tê-la ligeiramente mais baixa do que o sítio onde o quer «encontrar», mantendo os olhos bem abertos até ao momento do impacto.

Das palavras do rei pode depreender-se que, durante a carreira, de um modo pouco recomendável, alguns cavalos podiam afastar-se da *teia*, ao passo que outros corriam «atravessados», erros que prejudicavam o sucesso na competição.

Para evitar estas incorrecções D. Duarte fornece diversas instruções aos justadores, com o objectivo de conseguirem manter as montadas em boa corrida. Nesse sentido, prescreve os comportamentos que considera mais importantes durante a justa, referentes ao modo correcto de cavalgar com e sem rédea. Discorre, além disso, sobre as técnicas mais adequadas ao apoio e o uso da lança<sup>412</sup>. Na óptica do monarca, é conveniente que o cavaleiro, ao entrar na liça, momentos antes de iniciar a justa, se faça acompanhar de três ajudantes. Um deles deve permanecer no meio e, os restantes, nos topos. Estes elementos têm como função dar o necessário apoio ao justador a partir do momento em que ele entra no recinto da luta,

---

<sup>411</sup> Idem, ibidem, pp. 77 e 78. O justador calçava na mão direita o «gante ou luva da mão direita» que, segundo Piel, era uma luva de [malha de] ferro (p. 87).

<sup>412</sup> Idem, ibidem, pp. 76 e ss.

devendo por isso manter-se atentos e prontos para o socorrer sempre que tal se verifique necessário<sup>413</sup>.

Conquanto, no passado, as justas tenham sido exercícios violentos, o rei afirma que, no seu tempo, estes combates a cavalo já não ocasionavam demasiados perigos. A este respeito, acrescenta que podiam acontecer mais acidentes noutras actividades, como jogar canas, caçar no monte e praticar luta, do que nas justas.

Nas muitas referências feitas por D. Duarte ao ensino das técnicas a empregar na justa são mencionados os erros mais frequentes que podem ser cometidos pelos cavaleiros, que, conseqüentemente, os devem procurar evitar. Na sua opinião, os justadores «leixam de bem encontrar», ou seja, não atingem correctamente o alvo, por um ou mais motivos: por «myngua» de vista; por mau «governo» (domínio) da lança; por falhas dos cavalos e falta de segurança; e ainda devido às «suas vontades», ou seja, à exagerada ansiedade ou receio.

Vemos, assim, que o autor aborda no texto referente à justa algumas questões referentes à ansiedade e ao receio, que actualmente pertencem à área da psicologia das actividades corporais<sup>414</sup>. Este aspecto é ainda mais saliente e desenvolvido no ensino da arte de bem cavalgar, como adiante veremos.

Para ensinar a evitar os referidos erros cometidos pelo justador, o rei aconselha procedimentos diversos, que insere nos capítulos VI, VII e X da quinta secção da terceira parte do *Livro da Ensinança*.

No capítulo VI, titulado «Da enssynança de bem encontrar», o autor presta diversas informações tendentes a remediar eventuais faltas de precisão, que possam provocar o afastamento da lança em relação ao alvo. O capítulo VII, «Da enssynança de endereçar bem o cavalo na justa»,

---

<sup>413</sup> Além disso, estes servidores deviam ficar-lhe com a lança, no final, e recolher alguma guarnição que pudesse cair durante o encontro. Idem, *ibidem*, p. 101.

<sup>414</sup> Idem, *ibidem*, p. 83.

contém explicações referentes sobretudo à boa condução e orientação do cavalo durante a aproximação ao adversário.

O capítulo X, «Como os que justam erram per deshordenança de voontade, apropriando todo aas quatro voontades suso scriptas», serve a D. Duarte para efectuar uma nova incursão no domínio da psicologia. Neste âmbito, procura caracterizar os estados psicológicos essencialmente relacionados com a vontade, o receio e a tomada de decisão. Em seu entender, interessa sobremaneira melhorar estes aspectos, de forma a obter os melhores resultados na justa<sup>415</sup>.

O autor do *Livro da Ensinança* faz diversas alusões a torneios, muito semelhantes a outros em que seu pai participara, e sobre os quais já antes nos debruçámos. No entanto, entendemos que importa reter algumas considerações que o rei teceu acerca do torneio, nos domínios estratégico, tático e técnico.

A leitura dessas referências deixa-nos a impressão de que o objectivo de D. Duarte é dar um novo ânimo ao torneio, certamente já em fase de algum declínio em Portugal. Na verdade, o monarca considera este jogo equestre uma actividade nobre e muito adequada a quem tem por mister a defesa do reino.

No que concerne à estratégia individual, defende que o torneador não deve dar «voltas curtas», nem lutar apenas contra um adversário, salvo se sentir que está em situação de superioridade, podendo feri-lo por trás ou de lado. Pelo contrário, entende ser mais vantajoso que o cavaleiro se situe numa das extremidades do campo, evitando choques que o possam fazer cair do cavalo sem grande razão, situação desastrosa, que afirma ser bastante usual.

Na opinião de D. Duarte, o cavaleiro perito no exercício de tornear, após ter feito a primeira ida, deve regressar ao ponto de partida. Nesse percurso, depois de ferir o primeiro adversário, procura fazer o mesmo a

---

<sup>415</sup> *Idem, ibidem*, pp. 82-89 e 96-101.

outros, mas sem dar voltas. E assim sucessivamente, até que o cavaleiro atravessasse todo o campo, preferindo sempre os lugares das «principaes vistas». Durante o trajecto, se o torneador verificar que um ou mais companheiros estão cercados por opositores, deve correr na sua direcção, «...ferindo ryjo antr'elles, spalhandoos...»<sup>416</sup> ao passar, de forma que, continuando o seu percurso, possa ferir outros rivais.

São várias as vantagens que D. Duarte reconhece em todo este procedimento táctico. Em primeiro lugar, pelo facto de o cavaleiro poder observar melhor os seus opositores e, ao mesmo tempo, tornar-se mais visto. Depois, porque os seus golpes podem atingir maior amplitude e, além disso, o cavalo consegue andar mais folgadamente. E, por fim, ao espaçar mais os golpes, o torneador pode recuperar do esforço, pelo que não cansa tanto o braço, problema que costuma acontecer àqueles que combatem num local fixo.

Ainda no que respeita à boa actuação no torneio, o autor do *Livro de Cavalgar* advoga que, para o cavaleiro desferir «fremosos golpes», deve preferencialmente utilizar duas técnicas de ferir de espada: de «talho travesso» e «de revés», por lhe parecerem as mais eficazes. Além destas duas técnicas, o rei refere mais duas, «fendente de cima pera fundo» e «de ponta», não parecendo atribuir-lhes, porém, grande relevância.

Na opinião, de D. Duarte, para que o cavaleiro possa desferir um grande golpe «de talho», é necessário que aproveite bem todo o movimento, quer o do cavalo, quer o de todo o seu próprio corpo, beneficiando também da «soltura do braço»<sup>417</sup>.

Os torneios, ao logo dos séculos, foram assumindo algumas variações, no que concerne à forma e organização da sua prática. Com efeito, no século XII, como refere Riley<sup>418</sup>, estas competições equestres

---

<sup>416</sup> D. Duarte, *op. cit.*, p. 114.

<sup>417</sup> *Idem, ibidem*, pp. 113 e 114.

<sup>418</sup> RILEY, C. G., *op. cit.*, p. 322.

entre homens armados eram disputadas à *outrance*, em campo aberto, como se fossem autênticas guerras.

Stephen Hardy, ao abordar a evolução dos torneios, sublinha as opiniões diferenciadas que, sobre esta matéria, têm sido defendidas pelos especialistas. No entanto, acerca da origem desta actividade corporal, a maioria dos estudiosos defende que o torneio do tipo *mêlée*, disputado entre dois grupos numerosos de cavaleiros, se encontrava já muito difundido no século XIII.

Apesar de o torneio ser considerado uma prática paramilitar, o seu objectivo essencial não consistia em matar os oponentes, mas apenas em capturá-los<sup>419</sup>. No entanto, no século XV, os torneios derivaram para actividades com características mais urbanas, reguladas e festivas, muito mais preocupadas com a sumptuosidade e a aparência do que as antecedentes<sup>420</sup>.

Uma outra prática lúdica na qual os fidalgos se exercitavam, na Idade Média, era o jogo das canas. D. Duarte refere-se a este exercício, afirmando que, em tempo de paz, as *canas*, juntamente com os exercícios de justar, tornear, e arremessar lança, podem trazer grandes vantagens aos que neles se exercitam<sup>421</sup>.

Esta actividade lúdica vem, do seguinte modo, referenciada no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende:

«Vi-o já canas jugar,  
Vi grande prazer em vê-lo,

---

<sup>419</sup> Cf. HARDY, S., “The medieval tournament: A functional sport for the upper class”, *Journal of Sport History*, 1974, pp. 91-105.

<sup>420</sup> RILEY, *op. cit.*, p. 322.

<sup>421</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 6. Segundo Ana Maria Alves, “...a hospitalidade envolve festas que podem durar vários dias. Estas são em geral constituídas, durante o século XIV, por danças e trebelhos, folias, touros e canas, iluminações nocturnas e formas mais ou menos generosas de cocanhas”. ALVES, A. M., *As Entradas Régias Portuguesas*, Livros Horizonte, Lisboa, s.d., p. 15.

Vi-o mal arremessar  
E vi-o logo tornar...»<sup>422</sup>.

João Gouveia Monteiro, o principal estudioso do tema da guerra em Portugal, afirma que, em toda a Península Ibérica, o jogo das canas foi bastante referenciado em fontes históricas da primeira metade do século XV. Na sua opinião, a prática das *canas* terá constituído uma das variações dos torneios. Com efeito, neste jogo, os cavaleiros participantes empunhavam canas aguçadas, que arremessavam aos adversários, como se fossem lanças<sup>423</sup>.

Na ilha da Madeira, o jogo das *canas* foi praticado, de 1455 a 1700, sendo também conhecido por *escaramuças*. No século XVI, Gaspar Frutuoso, refere-se também à prática das *canas* nas ilhas Canárias e na Madeira<sup>424</sup>.

A prática do *jogo das canas* parece ter persistido até ao século XVII e, tal como o torneio e a justa, decorria “...com grande aparato de trajos vistosos e despertava entusiasmo”<sup>425</sup>.

Na sua obra *Um ano na Corte*, Andrade Corvo descreve assim a ambiência, as preocupações de aparato e a etiqueta que caracterizava os momentos que antecediam o jogo propriamente dito:

---

<sup>422</sup> RESENDE, G., *op. cit.*, Vol. III, p. 329.

<sup>423</sup> MONTEIRO, J., G., *A Guerra em Portugal*, *op. cit.*, p. 441. Gouveia Monteiro refere ainda “que o autor anónimo da «Crónica de Don Álvaro de Luna» descreve umas festas organizadas, em 1435, pelo condestável castelhano, por ocasião do nascimento de um seu filho, nas quais 30 cavaleiros da Casa do Rei e outros tantos da Casa do Luna «jugaron aquel día cañas, los unos vestidos de blanco e los otros de amarillo, e ansí los que en la corte eran fueran muy alegres»”. *Idem, ibidem*, p. 441.

<sup>424</sup> ARAGÃO, António, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700)*, Funchal, Edição da DRAC, 1981, p. 94-95. Cf. FRUTUOSO, G., *op. cit.*, Livro I, p. 46 e Livro IV, pp. 73, 293 e 294.

<sup>425</sup> ALMEIDA, F., *op. cit.*, vol. II, p. 130.

«Logo que a praça ficou despejada (de gente curiosa) duas espadas de pajens fidalgos, uma vestida de violeta outra de vermelho, sem chapéus, e conduzindo à mão azémolas carregadas de caixotes com canas e alcanzias para servirem nos jogos, entraram lentamente na praça; e foram, separando-se ao chegarem ao meio da arena, depor os cofres das munições nos pontos opostos em que estavam marcados os dois castelos das quadrilhas que deviam combater naquela tarde.

Dispostas as coisas na praça para os jogos poderem começar, entraram logo em duas linhas, uma de que era mourão El-Rei, e outra de que era mourão o Infante, seis cavaleiros. Os que acompanhavam El-Rei vinham da direita, todos vestidos de vermelho, chapéus de plumas, polainas presas com fitas da cor dos vestidos, e os cavalos enfeitados também de vermelho: os que acompanhavam D. Pedro traziam como este vestidos cor de violeta.

As duas quadrilhas caminharam a passo até ao meio da praça, com as espadas na mão, e de modo que os dois reais irmãos formavam a primeira parelha: aí todos tiraram os chapéus, que meteram debaixo do braço da rédea, saudando logo depois a Rainha com as espadas. Feito este cumprimento, as duas linhas afastaram-se uma da outra ladeando, e, depois de terem saudado em roda todos os espectadores, foram postar-se junto aos cofres onde tinham guardado as canas e as alcanzias, que lhes deviam servir para o combate»<sup>426</sup>.

Também em Espanha o jogo de *las cañas* constituiu uma prática comum. Referindo-se a esta prática lúdica equestre, Fray Diego de Arce, em 1606, escreve o seguinte:

«Se entiende por cañas lanzas, porque, en realidad, no eran las de las fiestas aquello que verdaderamente y en primer término entendemos por cañas, porque jugar com estas más hubiera sido diversión de muchachos que no de

---

<sup>426</sup> ANDRADE CORVO, J., *Um ano na Corte*, Lisboa, 1859, Tomo VI, pp. 19-21.

jinetes, como cosas tan flacas y quebradizas sino de maderas fuertes, y además en su forma eran largas»<sup>427</sup>.

Verifica-se, deste modo, que o jogo das canas era uma competição que, tal como os torneios, representava a guerra, mas de um modo ainda mais suavizado. Efectivamente, o desenvolvimento desta competição entre dois partidos de nobres cavaleiros foi sublimado e expurgado de todos os episódios violentos, não pressupondo qualquer contacto físico entre os oponentes.

O jogo evoluía como um concurso de lançamentos sucessivos na direcção dos cavaleiros antagonistas, utilizando-se para o efeito canas de ponta afilada, em substituição das lanças de guerra. Deste modo, a competição, precedida por vistosos desfiles equestres, constituía um espectáculo de ostentação e cor, tornando o evento quase festivo.

Esta nova narrativa de Andrade Corvo permite-nos compreender o modo como se processava o jogo das canas, que, no caso concreto, foi seguido pela realização do jogo das alcanzias. Vejamos como o autor descreve o desenrolar da actividade:

«Colocadas as quadrilhas em dois postos opostos da praça destinada para o jogo das canas, saía de uma delas um cavaleiro armado de uma cana verde a desafiar os da outra quadrilha. Ao chegar à esquerda dos contrários o quadrilheiro, que ia levar o desafio, ladeava até vir colocar-se em frente destes, e então lançava ao ar a cana, tirava imediatamente a espada, para varrer os arremessos do inimigo, e levantando o cavalo ao galope voltava para junto dos seus. Da quadrilha desafiada, porém, saía um cavaleiro a persegui-lo; arremessando-lhe uma ou duas canas, e buscando tocá-lo.

---

<sup>427</sup> ÁLVAREZ DEL PALACIO, E., “El juego en el Renacimiento”, *op. cit.*, p. 69. Segundo este autor, “...ficou famoso e muito celebrado um jogo de canas que teve lugar em Zaragoza em 1585, no casamento da Carolina de Áustria com o Duque de Sabóia em que participaram quarenta e oito cavaleiro zaragozanos, divididos em quatro quadrilhas, tendo o festival durado toda a noite do dia 12 para 13 de Março desse ano”.

O que se passava com os dois primeiros cavaleiros repetia-se com todos os outros; o jogo terminava ordinariamente correndo os cavaleiro de ambas as quadrilhas, parelhas, isto é, galopando aos pares até ao meio da praça, e remando depois a passo, sem se afastarem um do outro que formavam a mesma parelha e sem descruzarem as espadas»<sup>428</sup>.

Era habitual que, nos festejos, a prática das *alcanzias* acompanhasse o jogo das canas. D. Duarte e os seus cronistas não a mencionam, talvez porque a considerassem parte integrante deste. Apesar disso, dado o seu interesse, parece-nos justificar-se a sua descrição sucinta, uma vez mais através das palavras de Andrade Corvo:

«Alcanzias eram umas bolas muito frágeis de barro seco ao sol, do tamanho de laranjas, dentro das quais se metiam flores ou confeitos. Os cavaleiros neste jogo vinham armados de escudozinhos de metal ou de coiro, em que traziam pintadas as suas armas e emblemas: e atiravam uns aos outros as alcanzias, que traziam no bolso. A destreza neste jogo era acertar no corpo ou no cavalo do adversário, e aparar no escudo todos os golpes»<sup>429</sup>.

Manuel Carlos Andrade explica que as *alcanzias* eram secas no forno, com calor moderado, para que, embora ganhando alguma consistência, pudessem quebrar-se facilmente. Muitas vezes, depois de irem ao forno, as

---

<sup>428</sup> ANDRADE CORVO, *op. cit.*, pp. 19-21.

<sup>429</sup> *Idem, ibidem*. O escritor e viajante açoriano GASPAR FRUTUOSO, *op. cit.*, menciona o «jogo das laranjadas», realizado nos Açores, nos inícios do século XVI, na qual os participantes procuravam acertar nos oponentes com laranjas, e nos parece conter reminiscências das *alcanzias*. Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, op. cit.*, Vol. 1, p. 790, as *alcanzias* eram «... formas finíssimas de barro, ocas, do tamanho de uma laranja, dentro das quais se pões geralmente flores, fitas ou papéis recortados de cores várias». EDMUNDO, L., *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, p. 138. Na Enciclopédia surge ainda a seguinte explicação: “O cavaleiro quebrava a *alcanzia* com uma pancada da sua lança e caíam-lhe em cima as flores ou fitas”. Pensa-se que o vocábulo *alcanzia* tem origem no árabe al-kanziá, de al-kanz, «tesouro escondido; o que serve para esconder um tesouro; cofre forte». Cf. MACHADO, J. P., *op. cit.*, Vol. I, p. 180.

bolas de barro eram pintadas de várias cores, dando-lhe assim um aspecto mais festivo. O mesmo autor, no século XVIII, explica o jogo pormenorizadamente, apresentando também um fólio ilustrativo desta prática lúdica equestre que, conjuntamente com as *escaramuças*, o jogo da *argolinha*, os *vasos*, os *pombos* e o *estafermo* integrava os «divertimentos próprios para se adefrarem os Cavallos na arte da Cavallaria»<sup>430</sup>.

Como se nota, estamos perante um jogo em que, de modo muito refinado, se procura representar a luta directa entre cavaleiros de duas facções, um pouco à semelhança do que sucedia nas *canas*. Porém, nas *alcanzias*, eram utilizados como projecteis «frágeis bolas de barro» e não, como acontecia nas *canas*, varas que substituíam ou simulavam lanças.

### 3. OUTRAS ACTIVIDADES LÚDICAS E CORPORAIS REFERENCIADAS POR D. DUARTE

Como já tivemos oportunidade de referir aquando da abordagem ao torneio, o rei D. Duarte refere que, a cavalo, se pode ferir de espada de quatro maneiras distintas. Ao desenvolver este assunto, alude em primeiro lugar às técnicas de «talho travesso» e de «revês», que opina serem as mais adequadas para atacar um opositor a cavalo, pelo que as considera muito eficazes no torneio.

Para delas tirar o melhor rendimento, o cavaleiro deve aproveitar, de forma sincronizada, o movimento do corpo e do braço, assim como o balanço do cavalo.

Já a terceira técnica, denominada «fendente de cima pera fundo», que consiste em desferir golpes de cima para baixo, é considerada pelo momarca como a mais eficiente para atingir animais ou homens que se encontrem apeados.

---

<sup>430</sup> ANDRADE, M. C., *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, op. cit., p. 411.

Por último, D. Duarte faz referência ao golpe de «ferir de ponta». A técnica inicia-se com o movimento do braço, para depois «carregar com o corpo», como quando se usa um estoque<sup>431</sup>.

Gouveia Monteiro defende que esta forma de utilizar a espada para desferir estocadas, procurando que a arma penetre no corpo do oponente pelos espaços das armaduras, passa a tornar-se cada vez mais habitual. E, nesta evolução, para conseguir dar ainda maior eficácia à técnica descrita, as espadas foram-se tornando mais afiadas e pontiagudas, deixando de ser as armas largas e pesadas de outros tempos<sup>432</sup>.

Relativamente ao arremesso da lança, o rei defende uma aprendizagem faseada e progressivamente mais complexa, princípio de natureza pedagógica que perpassa por grande parte do texto do livro. Deste modo, preconiza a passagem de uma primeira etapa, feita a pé, para a seguinte, já realizada a cavalo. Esta preocupação manifestada por D. Duarte, da passagem do desempenho motor fácil para o difícil, é perfeitamente perceptível quando preconiza que, «...nom spere lançar bem de cavallo o que de pee primeyramente nom filhar o geito»<sup>433</sup>.

Existem, explica el-rei, duas técnicas de lançar na situação de apeado: com a «lança baixa ao correr» e com a lança «alta». No entanto, se o lançador está a cavalo, dá-lhe mais jeito utilizar a segunda técnica, explicando a este respeito que ele próprio obteve arremessos da lança mais longos feitos a cavalo do que apeado<sup>434</sup>.

---

<sup>431</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 113-117

<sup>432</sup> Cf. MONTEIRO, G., “Castelos e Armamento”. In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *História Militar de Portugal*, Vol I, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, p. 184.

<sup>433</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 110.

<sup>434</sup> O rei afirma ter obtido arremessos de dezasseis lanças, a cavalo, e somente onze, correndo a pé. Referindo-se a esta «braçaria de cavallo», tem a humildade de reconhecer que, indo montado, não conseguia lançar por cima. Deste modo, inicialmente transportava a lança em cima, armava o braço, e, depois movimentava «abaixo o braço e corpo, e surdo com ella sem

Para o iniciando, o rei aconselha o lançamento de uma barra<sup>435</sup> de ferro que não seja leve nem pesada, para não dar origem a lesões no ombro. Além disso, preconiza que sejam usadas barras sem pontas agudas, por motivos de segurança.

Também Vegécio, especialista em Ciência Militar, já advogara, na sua conhecida obra, que o recruta efectuasse lançamentos sucessivos, em direcção a um poste, mas com um dardo mais pesado do que o utilizado na guerra. Este exercício favoreceria, portanto, o desenvolvimento da força braçal e, ao mesmo tempo, a perícia do lançador, requisitos que, obviamente, se tornam fundamentais no campo de batalha<sup>436</sup>.

Este autor romano, que, como já vimos, D. Duarte parecia ter em grande apreço, aconselha ainda, no treino dos recrutas, o lançamento de dardos chumbados, projecteis de tamanho reduzido que seriam arremessados com a ajuda de uma tira de couro, ao estilo grego<sup>437</sup>. Egidio Romano, em concordância com as ideias de Vegécio, também preconiza, na instrução dos soldados, o treino do lançamento de armas diversas, reconhecendo a sua elevada importância em situações de guerra. Neste sentido, aquele autor afirma que o soldado devia acertar em estacas presas no solo, de curta ou longa distância, arremessando lanças e dardos, bem como maçãs e setas<sup>438</sup>.

Não é de estranhar, pois, que D. Duarte, na esteira destes autores, especialistas da arte bélica, continue a defender, como já seu pai o fizera, o

---

deteença», lançando-a por baixo, numa técnica que, a nosso ver, parece corresponder ao remate de andebol *em báscula*. *Idem, ibidem*, pp.110 e 111.

<sup>435</sup> Todavia, o lançamento da barra é aconselhado somente nesta fase inicial da aprendizagem, por ser um exercício plebeu. Na opinião de D. Duarte, devem sentir-se satisfeitos todos os que são bons cavalgadores, bem mais que os que sabem lançar barra, ou saltar a pés juntos, actividades que o rei considera não pertencerem aos senhores. Cf. D. DUARTE, *Idem, ibidem*, pp. 8 e 9.

<sup>436</sup> VEGÉCIO, *op. cit.*, p. 40.

<sup>437</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>438</sup> Cf. AMADO, T., *op. cit.*, p. 110.

elevado interesse do arremesso da lança, realizado sobretudo a cavalo, como treino muito adequado às actividades bélicas. Acerca deste exercício, o rei acrescenta que, quem o fizer apeado e sem balanço deve executá-lo «...de cima e folgado, como sse jugasse dardo, o qual jogo achey muyto boo pera se homem avezar a rremessar certo, de pee e de cavallo»<sup>439</sup>.

Percebe-se das explicações de D. Duarte que o instrutor deve, através da informação de retorno fornecida ao aprendiz, ir corrigindo a sua técnica de arremesso. Deste modo, o rei defende que, através da repetição e da correcção dos erros, o instrutor consegue que o aluno passe a efectuar o lançamento com maior força e precisão, de forma a melhorar a pontaria e a acertar no alvo.

Para além de relevar o interesse do arremesso de dardos e lanças para o exercício das armas, o autor do *Livro da Ensinança* chama a atenção para a boa transferência que estas práticas, realizadas a pé e a cavalo, podem ter para os jogos das *canas* e da montaria.

O rei preconiza, no exercício da caça grossa, o uso de lanças grandes e pesadas, baseando-se na sua própria experiência. Em forma de auto-elogio, vangloria-se da sua superioridade, no monte, sobre aqueles que trazem lanças leves<sup>440</sup>.

Depois de enaltecer as referidas actividades, atribui muito menor importância à prática ao jogo da péla para fortalecer o braço. Referindo-se a este jogo, recomenda, do seguinte modo, que o mesmo não se realize em local demasiado amplo:

«E conselho, a quem pera esto quiser teer boo braço, e pera lançar lança, que nom huse jogo da peella em

---

<sup>439</sup> *Idem, ibidem*, p. 112. A este respeito, Gouveia Monteiro salienta que a forma de arremessar o dardo usual na Península Ibérica foi referida por Froissart, um conhecido cronista francês da segunda metade do século XIV, que muito a apreciava. Cf. MONTEIRO, J., G., “Castelos e Armamento”. In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *História Militar de Portugal*, Vol I, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, p. 186.

<sup>440</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 109.

logar largo, nem lançar cousa muyto leve ou pesada; ca ligeiramente se perde com estas manhas de pouco proveito»<sup>441</sup>.

Com estas palavras, o rei D. Duarte quer significar que a melhor estratégia para a aprendizagem das técnicas de arremesso da lança consiste no treino prolongado do lançamento de objectos semelhantes, como o dardo ou a barra de ferro, e não o batimento de uma bola, no jogo da péla. No entanto, noutra passagem do seu livro, o monarca considera a prática da péla, juntamente com as preocupações sociais que devem ter os escudeiros e cavaleiros, como vestir, calçar, cantar, dançar e conversar com as mulheres, exercícios valiosos pra os nobres, mas demasiado repousantes e inactivos. Ou seja, na sua óptica, o jogo da péla situar-se-ia no âmbito das actividades recreativas que seu pai designou como «jogo de solaz e de prazer», práticas associadas ao comportamento galante e cortês que distinguia o nobre do plebeu. Prosseguindo a exposição das suas ideias, o monarca condenou com veemência o quase abandono de actividades físicas intensas, como as justas, os torneios e outras *manhas* que considerava de grande interesse para a profissão das armas, e cuja prática já fora tão enaltecida por seu pai.

Também à luta D. Duarte reconheceu grande mérito, tendo-lhe dedicado o capítulo XV, da 5ª secção, da terceira parte, que tituló «Dos erros da luyta, brevemente scriptos». Neste texto, o rei discorreu sobre os ensinamentos que afirmou ter recolhido directamente da sua experiência pessoal e da observação do desempenho de bons lutadores. A importância atribuída por este monarca à prática da luta é compreensível, dado que se trata de uma actividade intemporal e universal, tendo estado sempre presente em todas as épocas e civilizações. Com efeito, é bem conhecida a importância que os egípcios, os gregos, os romanos, os japoneses, os chineses e outros povos, na Antiguidade, já atribuíam aos vários tipos de luta.

---

<sup>441</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

No século VII, São Isidoro de Sevilha aconselhava aos jovens nobres uma preparação física com características naturais e ecléticas. No vasto rol de actividades mencionadas por São Isidoro, está incluída a luta<sup>442</sup>, como já referenciámos. Nas *Etimologias*, o autor revela a proveniência latina da palavra «luctatio» (luta), que significava o abraço dorsal dos dois oponentes<sup>443</sup>.

Por toda a Idade Média, esta prática corporal continuou a ser muito apreciada. Na Bretanha, como revela Bernard Gillet, “...nenhuma festa bretã se realizava sem um campeonato de luta”<sup>444</sup>.

Notamos, assim, que as ideias expressas por D. Duarte no *Livro da Ensino* vêm na esteira do pensamento de autores e civilizações de épocas precedentes. De igual modo se verifica, neste domínio, que a importância atribuída à luta, no século XV, antecipa sobremaneira as preocupações humanistas de Rabelais e de outros teóricos do Renascimento.

O interesse reconhecido à luta, quer como prática lúdica e agonística, quer como meio de autodefesa e preparação para as actividades bélicas continuou até aos nossos dias. Efectivamente, além de constituir uma modalidade desportiva e de estar sempre presente na preparação dos recrutas, não há muitos anos ainda se praticavam, nos meios rurais portugueses, diversas formas tradicionais de luta.

A *luta* ou *maluta* era um jogo tradicional disputado em muitas aldeias portuguesas do Norte e Centro, nas eiras, lojas do gado ou nos locais de trabalho agrícola e pecuário. O objectivo desta prática, realizada por

---

<sup>442</sup> SAN ISIDORO DE SEVILLA, «Institutionum Disciplinae», in Miguel Piernavieja del Pozo, “El Deporte en la Literatura Latina (Antología)”, Rev. *Citius, Altius, Fortius*, Vol. II, 1960, pp. 405 e ss.

<sup>443</sup> SAN ISIDORO DE SEVILLA, *Etimologías*, Edición Bilingüe, com Texto Latino, Version Española y notas de J. Reta y M. C. Diaz y Diaz, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2004, p. 1239.

<sup>444</sup> GILLET, B., *op. cit.*, p. 63.

crianças, rapazes e homens, é a demonstração de *valentia* e superioridade física sobre o oponente<sup>445</sup>. Uma outra forma de luta, a *galhofa*<sup>446</sup>, é ainda realizada em Portugal nalgumas aldeias do nordeste transmontano. Consiste numa prática ritual que acontece no dia de Santo Estêvão, na quadra natalícia, integrada no programa da “festa dos rapazes”, em Grijó, Parada e Freixedelo, localidades do concelho de Bragança<sup>447</sup>. Também em Espanha a luta, como exercício tradicional, foi adoptada por várias federações regionais de *juegos autóctonos*. A *lucha leonesa*, por exemplo, possui regulamentos e competições próprias, tal como a *lucha canária*, uma prática ancestral muito popular nas ilhas homólogas<sup>448</sup>.

---

<sup>445</sup> Esta forma de luta, muito rudimentar, realizou-se até aos anos sessenta ou setenta do século passado em quase todas as aldeias da Beira Interior, com diferentes designações: *cambalhota*, em Miuzela do Côa (Almeida), *jogar às lutas*, em Penela da Beira (Penedono), *louta*, *luta*, *bulha ou atira ao ar*, na zona do Alvão (Vila Real), *jogar ou andar à louta*, em Vilar de Perdizes (Montalegre), e *briga*, em Fornelos (Santa Marta de Penaguião). Cf. SERRA, M. C. e SERRA, N., *Os Jogos de Força na Tradição Portuguesa*, Editorial Colibri, Lisboa, no prelo. Ainda permanecem hoje em Espanha (León, Canárias, País Basco) e em França (Béarn, Bretanha) formas tradicionais de luta que, enquanto desportos autóctones, continuam a despertar grande interesse.

<sup>446</sup> Curiosamente, segundo descrição de um padre italiano, no séc. XVII os marinheiros portugueses, antes de o navio cruzar a «linha» (equador), jogavam à «galhofa», no tempo de maior calor, «...combatendo sentados em bacias de água». Cr. VELOSO, C. R., “Festas em terra e no mar em honra do Divino Espírito Santo”: in C. G. Silva (Coord.), *História das Festas*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras e Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, p. 190.

<sup>447</sup> Cf. POMBO, A. A., “Os jogos populares do nordeste transmontano”, in Cameira Serra et al. (Org.), *Os jogos tradicionais em Portugal. Homenagem a Noronha Feio*, IPG e DGD, Guarda, 1990, pp. 13-24.

<sup>448</sup> Acerca desta prática, podem ser consultados, entre outros: ANTEQUERA AMOR, F., “Análisis de la Estructura técnica y regulamentaria de la lucha canaria (...)”, pp. 61-69”; GONZÁLEZ, J. M. M., “Síntesis histórica de la lucha canaria”, pp. 71-78; “Reglamento de Lucha Leonesa”, in *Reglamentos de los Deportes Autóctonos de Castilla y León*, pp. 97-106; *Los deportes autóctonos de Castilla y León*, pp. 11 24 e MORENO PALOS, C., *Juegos y deportes tradicionales en España*, pp. 194-202.

D. Duarte entendeu que a abordagem da luta fugia ligeiramente do âmbito de uma obra essencialmente preocupada com o ensino da equitação e dos assuntos com ela relacionados. Apesar disso, o monarca explicou que decidiu incluir a luta no *Livro da Ensinança do bem cavalgar toda sela*, devido à «... grande afeição e boa husança que desta manha houve, a qual vejo tam esquecida, antre a gente de stado e de boa linhagem»<sup>449</sup>.

Parece-nos que a inclusão pormenorizada do ensino da luta num tratado de equitação preocupado com a formação de nobres guerreiros se justifica plenamente, dado que, para os os homens de armas, uma arte completava a outra.

O rei passou em seguida a enumerar os grandes benefícios que, para o cavaleiro, podem advir da prática da luta, tendo em vista o seu bom desempenho na guerra. Em primeiro lugar, refere que este exercício proporciona o aumento do vigor corporal, sobretudo da força nas mãos, braços e pernas. Nestes termos, D. Duarte defende que, em virtude de melhorar a capacidade física do cavaleiro, a luta também se torna um meio de preparação necessário ao acto de cavalgar e, conseqüentemente, aos confrontos bélicos. Acrescenta ainda que a prática da luta é muito benéfica para aumentar a força anímica, uma vez que transmite um ganho de confiança fundamental para um cavaleiro disputar, com sucesso, qualquer combate corpo a corpo.

Em seguida, passando para conteúdos mais específicos, o rei chama a atenção para diversos aspectos que devem ser tidos em conta na aprendizagem das técnicas de pega e projecção. Neste capítulo, dispensa particular atenção, durante a prática da luta, aos erros dos pés e do corpo, que devem ser evitados a todo o custo.

Por fim, o monarca defendeu a ideia de que a luta pode servir para aumentar o reconhecimento social dos bons executantes, quer por parte de amigos, quer de desconhecidos. Neste sentido, recusou-se a aceitar que os nobres e senhores entendessem a luta como uma prática corporal pouco

---

<sup>449</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 125.

digna da sua condição. A este respeito, como se o seu exemplo não bastasse, acrescentou que já o seu falecido pai, el-rei D. João I, «...husou della muito bem»<sup>450</sup>.

Baseando-se nesta alusão de D. Duarte aos tempos do reinado do seu pai, Rogério Fernandes considera que estamos perante uma “concepção *circular* da História”. Com efeito, dado que o pai e os infantes seus irmãos se exercitaram em jogos de luta e equitação, ele acreditava que, quando fosse a sua vez de assumir o trono, essas práticas ainda se usassem, como naqueles tempos áureos<sup>451</sup>.

No texto do seu livro, o monarca pormenorizou inúmeros procedimentos técnicos cuja adopção recomenda na prática da luta. No entanto, não iremos apresentar esses aspectos técnicos com detalhe, por dois motivos: em primeiro lugar, porque esse procedimento tornaria demasiado extensa a nossa exposição; depois, pela extrema dificuldade de compreensão de uma grande parte da terminologia utilizada pelo rei. Com efeito, muitos termos técnicos referidos na obra já não são perceptíveis, por não serem usados nos tempos actuais.

Apesar deste contratempo, notamos claramente que é feita no livro a alusão a diferentes técnicas que podem usar-se na prática da luta. Primeiramente, o rei discorre sobre o uso da «travessa», ou seja, da técnica de meter a perna, procurando projectar o oponente, agarrando-o pelo braço ou pescoço. Refere-se depois ao uso da rasteira ou «ssacallinha»<sup>452</sup>, lançando o pé, de calcanhar, bico ou lateralmente. Também a esquiva ou «desvyo do corpo», e respectivas variantes, bem como a projecção ou «cambadella», efectuada para a frente ou para trás merecem a sua atenção. O monarca passa então a abordar o derrube, que pode ser provocado de diversos modos («maneiras de derribar»), e, finalmente, explica o modo de

<sup>450</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>451</sup> Ideia expendida por Rogério Fernandes. Cf. FERNANDES, R., “D. Duarte e a Educação Senhorial”, *Separata de Vértice*, nº 37, Coimbra, 1978, p. 15.

<sup>452</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 122. O crítico da obra, Joseph Piel refere que *ssacallinna* é o mesmo que *sancadinha* ou, em espanhol, *zancadilla*.

aplicar diversas *chaves* ao oponente. A finalidade destas últimas técnicas, a utilizar consoante o ditarem as circunstâncias do momento, é provocar situações dolorosas no adversário, provocando a sua imobilização ou fazendo-o dar-se por vencido<sup>453</sup>.

A referência às *chaves* é feita de um modo curioso. D. Duarte denomina-as «jogo periigoso de grande vantagem», dado que, recorrendo a elas, o lutador pode provocar nos seus rivais «...tal door e padecimento que poucos se poderám teer...»<sup>454</sup>.

A quantidade de técnicas mencionadas pelo monarca, os pormenores aduzidos, bem como a sistematização didáctica com que essas *manhas* são descritas e recomendadas são indícios de que, no seu tempo, a luta já constituía uma matéria com um âmbito e um método devidamente reconhecidos.

Além dos conhecimentos derivados directamente da experiência pessoal, os aprendizes deveriam submeter-se ao ensino proporcionado por mestres especializados na transmissão das técnicas mais eficazes da luta. O monarca não deixa quaisquer dúvidas a este respeito, ao afirmar categoricamente:

«Pollas razões adiante declaradas, mandey screver somariamente estes erros da luita, os quaaes se algũu bem os quiser saber, pergunte a algũu boo mestre desta manha que lhos ensyne»<sup>455</sup>.

Pode notar-se, deste modo, que apesar de alguma pormenorização colocada na descrição das técnicas da luta, o rei reconhece que o conhecimento teórico é insuficiente para o ensino e aprendizagem desta *manha*. Com efeito, D. Duarte entende que, tal como na equitação e noutras artes do corpo, para atingir a mestria, além das boas leituras se torna

---

<sup>453</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 124.

<sup>454</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>455</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p.122

necessário um ensino prático. O rei faz também a apologia da experiência repetida e acompanhada por um mestre, que permita ao aprendiz a correcta aplicação dos conhecimentos teóricos.

Verificamos assim que o rei desaconselha os jovens que pretendam ser cavaleiros ou os «que em stado de cavallaria forem» a aprenderem as técnicas da luta através da mera intuição e experiência pessoal. Ao invés, exorta-os a procurarem aprender correctamente esta *manha do corpo*, bem como a arte de bem cavalgar, com a ajuda de peritos na matéria. Deste modo, D. Duarte traça, por mais de uma vez, uma clara e estreita ligação entre as artes fundamentais de cavalgar e de lutar.

Na opinião do autor do *Livro da Ensinança*, essas aprendizagens devem preocupar-se com a finalidade a que se destinam, ou seja, podem ser feitas com intuítos meramente recreativos, com finalidade de preparação física ou com propósitos utilitários, no caso dos guerreiros. A este respeito, o monarca aconselha os praticantes que «...ajam della [da luta] boa herança segundo a cadahuu perteeecer»<sup>456</sup>.

Tal significa que, em seu entender, no caso concreto dos homens de armas e dos seus escudeiros, não é concebível que um cavaleiro não seja, simultaneamente, um exímio cavalgador e um bom lutador. Esta perspectiva assenta no facto de ambos os saberes e capacidades se tornarem imprescindíveis no campo de batalha. O rei D. Duarte advoga que as artes da luta e do cavalgar devem ser aprendidas e treinadas na mocidade pois, caso assim não suceda, dificilmente se poderão atingir «na mayor ydade» níveis de proficiência muito elevados<sup>457</sup>.

Ao descrever as técnicas da luta, o rei nunca alude ao vestuário aconselhável a esta prática. Assim, faz-nos crer que a luta deveria ser executada sem roupa ou com vestimenta reduzida. Efectivamente, D. Duarte apenas se referiu uma vez ao modo de lutar vestido, usado por outros fora

---

<sup>456</sup> *Idem, ibidem*, p. 126.

<sup>457</sup> *Idem, ibidem*, p. 121.

da terra (de Portugal), que agarravam o vestuário do oponente, técnica conhecida por «travar pella roupa»<sup>458</sup>.

---

<sup>458</sup> *Idem, ibidem*, p. 124.

## CAPÍTULO VI - D. DUARTE E O ENSINO DA ARTE DA EQUITAÇÃO

### 1. DA APOLOGIA DA EQUITAÇÃO AO ENSINO DAS TÉCNICAS

Parece notório, no texto do *Livro da Ensinança*, o lamento de D. Duarte pela alteração que, na sua época, estava a verificar-se no comportamento dos nobres. Realmente, na sua opinião, os jovens nobres pareciam querer afastar-se cada vez mais das actividades corporais e das técnicas da equitação. E, se o seu pai já denunciara com veemência, no prólogo do *Livro da Montaria*, o desprezo a que «os boos e grandes» estavam a votar a «bõa cousa» da caça no monte, D. Duarte é ainda mais enérgico nessas críticas ao «abrandamento» dos costumes. Com efeito, na terceira parte do *Livro da Ensinança*, na quinta secção, denominada «De seer solto», e, mais concretamente, no XV capítulo, titulado «Do louvor das manhas», essas mudanças sociais merecem ao rei o seguinte comentário:

«E esso medês das manhas outras de força, ligeirice e braçaria que os cavalleiros e scudeiros en esta terra muyto avantejadamente sabiam e husavam de fazer, de que agora os vejo mynguados, que muyto me despraz, nom prestando dictos nem conselhos com alguma parte densynança e avisamentos que lhe sobr'elle per mym som mostrados»<sup>459</sup>.

Das razões invocadas por D. Duarte para a diminuição do gosto dos nobres pela prática das actividades corporais e equestres, uma delas, a «myngua de voontade», é de natureza essencialmente individual. Porém, o monarca apresenta um outro motivo, de ordem essencialmente social, passível de contagiar o reino português. A este respeito, referiu-se à mutação das ideias e costumes verificada nos outros países, «... voltas do

---

<sup>459</sup> D. Duarte, *op. cit.*, p. 118.

mundo que anda dando estas manhas em cada terra e Reynos per tempos desvairados ...»<sup>460</sup>.

O monarca critica a entrada em cena de um tipo de vida palaciana, mais sedentário e aburguesado, preocupado sobretudo com as boas maneiras, o vestir, o calçar e a prática de jogos que considera menores (entre os quais inclui a *péla*), afirmando textualmente:

«[Os fidalgos] que tanto costumaram a falla das molheres e poserom todas suas tenções com gram desejo em se trabalharem de bem trazer, calçar, jugar a peella, cantarem e dançarem, que lhes seguirem as vontades que mostram principalmente destas manhas, que de todas outras leixararam a mayor parte»<sup>461</sup>.

Como se verifica, é aqui desaconselhado por D. Duarte o exercício exclusivo de diversas práticas, como cantar, dançar, jogar a péla, cortejar as mulheres, vestir e calçar bem, exercícios que o seu pai quis nitidamente enaltecer. Devemos lembrar, no entanto, que o rei «de Boa Memória» nunca lhes atribuiu um nível de importância tão elevado como às *ligeirices* e à *braçaria* e, muito menos, às justas, torneios e montarias.

D. Duarte parece lamentar que, durante o seu reinado, ele próprio possa ter influenciado negativamente os nobres, ao ter deixado de realizar regularmente as «...manhas outras de força, ligeirices e braçaria». A justificação aduzida pelo monarca para este alheamento das actividades corporais diz respeito à falta de tempo com que passou a confrontar-se, em virtude da rotina absorvente dos assuntos relacionados com a administração do reino. E, de facto, a partir do *Livro dos Conselhos de D. Duarte*, é

---

<sup>460</sup> Também em Inglaterra, nos finais do século XV, William Caxton reconhece e lamenta o declínio da cavalaria, facto que o leva a fazer uma petição aos nobres: «O ye Knyghtes of Englonnd where is the custom and vsage of noble chyualry that was vsed in tho dayes». CLAXON, W., “The boke of the Ordre of Chivalry”, in Alfred Byles (Ed.), *Early English Text Society*, London, 1926, p. 122.

<sup>461</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

possível perceber que o horário de trabalho semanal do rei, estabelecido sem quaisquer interrupções, de segunda-feira a sábado, era muito preenchido e esgotante. Logo de manhã, bem cedo, o monarca recebia informações de gente da corte e ouvia missa, começando a despachar os assuntos da justiça às oito horas e trinta minutos.

Assim, de modo invariável e sempre fastidioso, decorria o seu trabalho diário, até às vinte e uma horas, ouvindo requerimentos e tratando dos despachos jurídicos e da fazenda<sup>462</sup>.

Por este rigoroso e amplo programa quotidiano de trabalho podemos perceber que o rei era uma pessoa muito metódica. Efectivamente, ao fazer questão de planear a sua actividade e de trabalhar de maneira exaustiva, o rei não deixava tempo para se dedicar aos divertimentos e à actividade física. Notamos, assim, que enquanto seu pai conseguia encontrar, sempre que necessário, períodos de folgança para rumar aos montes e reparar o «entender» no interessante exercício da montaria, D. Duarte não conseguia geralmente fugir à dominação burocrática dos assuntos da administração do reino. Com efeito, depois de submetido a um programa de trabalho diário tão intenso e ininterrupto, como e quando poderia o monarca pôr em prática os conhecimentos da arte equestre e os exercícios lúdicos e corporais que tanto valorizou no seu *Livro da Ensino*? Talvez apenas nalguns domingos, depois de cumpridos os deveres religiosos e familiares...

Ao lermos esta obra literária facilmente percebemos que a principal intenção do autor, ao escrevê-la, é evitar que se mantenha entre os nobres da corte portuguesa o estado de letargia ou de crescente «...minguamento das boas manhas do corpo»<sup>463</sup>. Todavia, os lamentos que o próprio D. Duarte verteu para o texto do livro parecem indicar que, apesar das suas boas intenções, o monarca não conseguia regularmente concretizar essas recomendações de uma prática física intensa. Não obstante, o rei acredita

---

<sup>462</sup> Como se depreende da leitura do *Livro da Cartuxa*. Cf. D. Duarte, *Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa)*, *op. cit.*

<sup>463</sup> *Idem, ibidem*, pp. 106-111 e 119.

que, através da sua obra literária, poderá estimular ou voltar a motivar os jovens nobres para as técnicas da equitação, da luta e doutros jogos e exercícios do corpo.

No que concerne especificamente à equitação, o monarca reconhece que a importância social atribuída na época à posse e domínio de um bom cavalo poderia constituir um forte estímulo para que os nobres quisessem voltar a aprender e treinar as técnicas de bem cavalgar.

Baseando-nos no texto da obra, e tendo em conta a elevada atenção dispensada por D. Duarte às actividades lúdicas e corporais, iremos considerar a análise ao conteúdo do *Livro da Ensinança* assente nos seguintes pontos:

- Do querer ao poder;
- A postura de um bom cavaleiro;
- D. Duarte e o conceito de medo;
- Preocupações com a segurança e os perigos;
- O ensino da técnica de bem cavalgar.

O primeiro destes pontos corresponde à incursão feita por D. Duarte na área da Psicologia, ao referir-se, com o carácter de precocidade que já assinalámos, à importância da vontade na aprendizagem da arte de bem cavalgar. No segundo ponto, salientaremos a importância atribuída pelo rei à correcta postura corporal no acto de cavalgar os diversos tipos de montada. No terceiro ponto, abordaremos uma outra matéria do foro psicológico: o medo de afrontar as práticas corporais. Como é óbvio, este tema encontra-se directamente relacionado com a segurança e a pedagogia, assuntos versados nos dois pontos subsequentes. Assim, no terceiro ponto são tratados os cuidados preventivos que no entender de D. Duarte devem ser assegurados aos aprendizes da arte de bem cavalgar, para evitarem acidentes e lesões que nesta prática podem sobrevir. Notamos aqui a preocupação do rei em aliar as actividades corporais à segurança, à higiene e à saúde, questão que continua a suscitar as maiores atenções nos tempos actuais.

No quarto ponto analisaremos os princípios pedagógico-didáticos preconizados pelo autor do *Livro da Ensino* para o ensino-aprendizagem dos diversos procedimentos técnicos que a seu ver se tornam necessários à formação do bom cavaleiro em qualquer tipo de montada.

## 2. DO QUERER AO PODER

Logo no prólogo do *Livro da Ensino*, D. Duarte adverte o leitor para o facto de as faculdades do *poder* e do *querer* não serem, fundamentalmente, adquiridas por um processo de ensino. Com efeito, o rei salienta que estas qualidades são inatas, ou seja, alcançam-se «...per natureza e graça special»<sup>464</sup>.

Avançando na análise do texto da obra, da primeira para a segunda parte, notamos que D. Duarte começa por enaltecer, no domínio do *querer*, o prestígio que advém para os nobres da arte de bem cavalgar. O autor parece, neste ponto, muito preocupado em reforçar a motivação dos jovens senhores para esta aprendizagem. Em seguida, enuncia as grandes vantagens que o domínio da *manha* de bem cavalgar proporciona aos fidalgos em tempo de paz. Com este propósito, o rei parece querer antecipar-se a eventuais críticos e refutar a possível argumentação dos depreciadores da arte da equitação, passando a deter-se na «folgança» que esta prática possibilita.

Na segunda parte, respeitante ao *poder*, o monarca relativiza a importância, quer das capacidades físicas, quer do poder económico que a aprendizagem da arte equestre exige. Em sua opinião, a arte de bem cavalgar pode ser acessível a quase todas as pessoas, desde que possuam condição física e capacidade económica normais.

No que concerne ao *querer*, o autor do *Livro da Ensino* defende que ser bom *cavaleiro* é uma qualidade socialmente importante para os fidalgos. Com efeito, entende que o bom desempenho nesta arte pode

---

<sup>464</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensino*, *op. cit.*, p. 2.

possibilitar-lhes múltiplas *honras* e *famas*, e, além disso, vantagens de «bem parecer». Deste modo, o soberano procura motivar os jovens nobres para a aprendizagem das técnicas de bem cavalgar, exercício considerado consentâneo com uma elevada estirpe e atributo demonstrativo de uma educação refinada.

Mais uma vez se nota no pensamento de D. Duarte (tal como no de seu pai) a grande preocupação em valorizar as técnicas corporais e as actividades condizentes com o elevado estatuto social e económico dos nobres. Nesta atitude, é perceptível o importante papel distintivo destas práticas, que no final do período medieval constituíam uma “imagem de marca” dos jovens e adultos pertencentes à nobreza.

Os benefícios que, segundo o rei, advêm da afirmação social decorrente da demonstração de agilidade e destreza na arte da equitação também se manifestam em tempo de paz. Contudo, D. Duarte reconhece que é sobretudo em situações de guerra que, aos melhores cavalgadores, montados em bons cavalos, essas *manhas* podem trazer grandes vantagens em relação a outros cuja técnica de cavalgar seja rudimentar. Com efeito, é no campo de batalha que o préstimo da arte de bem cavalgar se torna fundamental, por permitir a defesa da própria vida<sup>465</sup>.

O monarca advoga que, também nos jogos equestres, o correcto domínio do cavalo se repercute muito positivamente no desempenho dos nobres nas actividades de justar, tornear ou jogar *canas*. Porém, em total sintonia com seu pai, defende que é no exercício da montaria – certamente devido à imprevisibilidade causada pelos acidentes do terreno –, que a importância do domínio do cavalo se torna mais relevante, como se depreende do seguinte trecho:

«E pera seerem boos monteiros, lhe faz  
conhecimento grande vantagem em poderem melhor sofrer

---

<sup>465</sup> *Idem, ibidem*, pp. 4 e 6. D. Duarte afirma, a este respeito, que embora haja bons cavalgadores numas selas que o não são noutras, opina que os maus cavalgadores continuarão a sê-lo mesmo se usarem boas montadas (p. 5).

os grandes encontros e seerem soltos e avysados para bem ferir, e fortes em suas sellas, e sabedores em sofrerem bem seus cavallos e saberemsse delles ajudar onde e como compre, e se guardarem de muytos perigoos»<sup>466</sup>.

Nota-se aqui uma certa contradição nas ideias expressas por D. Duarte relativamente ao mérito do processo de ensino-aprendizagem da equitação. Por um lado, de início, o autor dá a entender que a motivação e a capacidade de execução técnica não constituem, em grande parte, qualidades ensináveis. Efectivamente, o rei considera-as sobretudo capacidades inatas, que variam consoante a condição social específica de cada indivíduo. Mas, por outro lado, afastando-se nitidamente desta concepção inatista, admite que «...se voontade e saber houvermos...», alcançaremos o necessário poder. Com esta argumentação, D. Duarte quer afirmar que a motivação e o saber conduzirão natural e inevitavelmente o aprendiz até ao saber fazer e, mais importante ainda, ao ser capaz de fazer<sup>467</sup>.

Ao valorizar a capacidade para vencer o medo e fortalecer a vontade, o autor do *Livro da Ensinança* afasta-se do conformismo determinista vigente na época. Na sua perspectiva, é o indivíduo, mais do que o poder dos astros ou a nobreza de sangue, que tem a possibilidade de se aperfeiçoar, de forma a evoluir nos domínios físico, ético, técnico e estético.

Sílvio Lima, conceituado ensaísta e professor de Letras na Universidade de Coimbra, fez na primeira metade do século XX ligeiras mas importantes abordagens às obras literárias de D. João I e D. Duarte. Em sua opinião, esta máxima defendida por D. Duarte (de que o querer e o saber conduzem ao poder) é tão importante e actual, que deveria ser afixada “...na sala de honra de todos os clubes desportivos portugueses”<sup>468</sup>.

---

<sup>466</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 6 e 7.

<sup>467</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>468</sup> Lima, S., 1937, “Ensaio sobre o Desporto”: in *Antologia de Textos*, Colecção Desporto e Sociedade, 2ª Edição, ME/DGD, Lisboa, 1987, p. 40.

Segundo o autor do *Livro da Ensinança*, ninguém pode atingir a excelência, em qualquer arte, se não possuir três virtudes principais: primeiro, ser temente a Deus e virtuoso nas coisas terrenas; depois, ter boa constituição física, que designa por «fortalleza de corpo»; e, além disso, ser sabedor de boas experiências e dos conhecimentos que naturalmente pertencem a seu estado e ofício. Assim, acrescenta o rei, aquele que do conjunto destas três virtudes não for abonado, bem poderá ser homem serviçal ou jogral que nunca chegará a dominar qualquer *manha* inerente a um estatuto social mais elevado, seja ela cavalgar, justar ou dançar. D. Duarte entende, deste forma, que todos os nobres deverão esforçar-se por alcançar tais virtudes, para mais tarde tirarem delas «...muyta folgança e proveito»<sup>469</sup>.

Ou seja, para a formação profissional do nobre, segundo D. Duarte, não basta aprender a cavalgar na perfeição. Com efeito, na sua opinião, o que distingue o bom cavaleiro é, para além dos conhecimentos técnicos, a educação corporal e a formação moral.

No quarto capítulo do *Livro de Cavalgar*, dedicado à satisfação ou «folgança» que advém desta arte, são apresentadas pelo rei algumas vantagens que, para o nobre, advém de ter bons cavalos e saber bem cavalgar. Em primeiro lugar, porque o bom cavalgador se torna mais lesto a servir o seu senhor e a acorrer rapidamente em sua ajuda, nas situações que exijam os seus préstimos. Além disso, o bom domínio das técnicas da equitação permite-lhe andar folgado, descontraidamente, sem esforços exagerados, com graciosidade e sem problemas de segurança. Ou seja, o correcto domínio da montada possibilita ao nobre um cavalgar mais confortável, menos cansativo, preventivo de possíveis acidentes e, bem assim, esteticamente mais correcto. Por fim, a actividade equestre, praticada de modo regular, poderá também servir para o executante não se deixar

---

<sup>469</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 8.

engordar, mantendo assim, de modo prazenteiro, uma boa condição física, tão necessária ao exercício das armas<sup>470</sup>.

Relativamente ao *poder*, o autor do *Livro da Ensino* considera esta importante condição dividida em duas outras, a saber: o *poder do corpo*, isto é, a força corporal e a resistência física; e o *poder da fazenda*, ou seja, a disponibilidade financeira que permita ao cavalgador custear as despesas inerentes à posse, manutenção e uso da montada, bem assim como de todos os apetrechos e acessórios imprescindíveis à actividade da equitação. E, explicitando melhor o seu pensamento, o rei D. Duarte acrescenta que, se um jovem não possuir, numa dimensão suficiente, essas duas condições prévias, pode correr o risco de se desmotivar. Deste modo, o iniciando na arte da equitação esmorece e chega a deixar de querer aprender a cavalgar.

Embora atribua grande importância ao vigor corporal e às capacidades financeiras do *bom cavalgador*, o monarca não considera que estes factores sejam imprescindíveis. Desta forma, ao referir-se directamente aos aprendizes da arte de bem cavalgar, afirma que facilmente se poderão observar na sociedade pessoas que, apesar de não possuírem grandes capacidades físicas ou financeiras, se tornam, pelo esforço e perseverança, bons executantes.

Acerca do «poder da fazenda», D. Duarte valoriza dois aspectos relacionados com o cavalo, que entende requererem conhecimentos e experiência. Primeiramente, entende que é importante saber comprar e obter «boas bestas» e, depois, se tornam necessários alguns recursos para as governar.

No sentido de reduzir em grande parte as despesas inerentes à aquisição de cavalos, o rei aconselha a compra e criação de potros. Assim, defende que, se for seguido este procedimento, não acredita que haja muitas pessoas que não tenham a possibilidade de adquirir e manter um bom cavalo. Deste reduzido número, o monarca exceptua os que se deixam

---

<sup>470</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 9.

acorrentar e arruinar por vícios, como por exemplo os jogos praticados a dinheiro ou o consumo exagerado de vinho, cuja situação lamenta<sup>471</sup>.

Devemos lembrar, na esteira de Gouveia Monteiro, que na época se tornava muito dispendiosa a compra e a manutenção de cavalos. Perante esta dificuldade, muitas pessoas decidiam adquirir «besta muar» para transporte próprio, visto os seus custos serem menos elevados<sup>472</sup>.

No *Livro da Ensinança*, quando enunciou a progressão que deve verificar-se na aprendizagem do acto de bem cavalgar, D. Duarte aconselhou o uso restrito de outras montadas para além do cavalo. Nestes termos, recomendou que «...nom lhe consentam andar ameude em mullas, nem facas, nem outras bestas...»<sup>473</sup>.

Ao fazer as aludidas incursões na área dos gastos a despendar com a aquisição e manutenção da montada, o rei parece imbuído da clara intenção de promover, entre os nobres, o aumento do número de cavalos e dos respectivos utilizadores. Tal posição prende-se com os visíveis benefícios que do pretendido aumento adviriam em situações de guerra.

Foi certamente com este intuito que, ainda infante, D. Duarte entendeu redigir o *Regimento dos Coudéis*<sup>474</sup>.

### 3. A POSTURA DO BOM CAVALEIRO

Na primeira secção da terceira parte do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, com o título «Do seer forte», D. Duarte aborda o tema da postura do corpo no acto de cavalgar utilizando diversos tipos de sela. Também as possibilidades de surgirem quedas do cavalo, por incorrecção

---

<sup>471</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 11.

<sup>472</sup> Este facto é verificável pelo elevado número de pedidos de isenção do pagamento da licença de uso “...de bestas muares de sela e freio”. Cf. FERNANDES, A., *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*, *op. cit.*, p. 38.

<sup>473</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 50.

<sup>474</sup> *Idem, ibidem*, pp. 20 e ss.

da atitude postural, mereceram o tratamento por parte do autor, o mesmo sucedendo aos procedimentos que o cavaleiro deve adoptar para evitar ser derrubado da montada.

Um dos principais atributos do bom cavalgador, alerta o rei, é o de «seer forte» sobre o cavalo. Para desenvolver esta capacidade, o cavaleiro deve procurar manter uma postura direita, apertando as pernas sobre o ventre da montada e fincando bem os pés nos estribos.

É curioso verificar que a posição ideal do cavaleiro preconizada por D. Duarte é idêntica à que será adoptada mais tarde pelos instrutores clássicos de equitação (*écuyers*), nas principais casas reais da Europa. Com efeito, tal como o monarca português, também estes advogam que o cavaleiro mantenha “...pernas e calcanhares no prolongamento da coluna vertebral”<sup>475</sup>.

Outro procedimento aconselhado pelo monarca é o bom conhecimento das diferentes maneiras de cavalgar, atendendo ao tipo de selas utilizadas e ao «geito que a besta tem», ou seja, às características específicas dos acessórios e da própria montada.

Relativamente às diferentes espécies de sela e modos de montar, D. Duarte evidencia um grande conhecimento dos costumes usados por outros povos. Neste domínio, faz questão de enumerar as cinco principais maneiras de montar, considerando que todas as restantes lhes estão associadas<sup>476</sup>:

- os que cavalgam à maneira das selas de bravante;
- os que fazem pouco uso dos estribos;
- os que andam «firmes e alto» nos estribos;
- os que cavalgam com as pernas «encolhidas»;

---

<sup>475</sup> Cf. SCALI, M., *Mestre Nuno Oliveira*, Edições INAPA, Lisboa, 2007, p. 11.

<sup>476</sup> A este respeito, D. Duarte afirma textualmente que «...todallas outras maneiras de cavalgar se encostam a estas cynquo». Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 19.

- e os que cavalgam «em ousso e bardom», sem estribos<sup>477</sup>.

A primeira e terceira técnicas de cavalgar, ao modo das *selas de bravante* e *andar alto e firme nos estribos*, correspondem ao tipo de equitação *à brida*, realizada com as pernas mais estendidas e usual nos países do Norte da Europa. A segunda maneira de cavalgar, tendo em conta as indicações fornecidas pelo rei, é a forma mais usada em Inglaterra e Itália, ao passo que a quarta modalidade, caracterizada pela manutenção das pernas flectidas, se denomina equitação *à gineta*. A quinta técnica mencionada no texto do *Livro da Ensino* respeita ao modo de cavalgar em pêlo ou em albardão («bardom»), sem recurso a qualquer tipo de sela. É óbvio que este procedimento exige do cavalgador uma acção mais forte das pernas. Assim, o rei aconselha o executante a “fechar” os membros inferiores sobre o ventre do cavalo, apertando-o fortemente com os joelhos e as coxas.

Dado o pouco relevo que lhe foi dispensado por D. Duarte, acreditamos que a esta técnica não era reconhecida grande utilidade, quer nos jogos equestres, quer na guerra. Provavelmente, dada a sua rusticidade, era uma forma de cavalgar mais usada por moços e tratadores de cavalos do que por nobres.

Na opinião de Michel Henriquet, a origem do modo de “equitação bélica” resultou do choque de diversas influências, entre as quais devem salientar-se as técnicas específicas dos cavaleiros sarracenos e as utilizadas pelos povos da Península Ibérica, a partir do século VIII<sup>478</sup>. A este respeito, referindo-se concretamente às especificidades do processo de cavalgar dos guerreiros mouros, D. Duarte alude à situação hipotética de um agareno que seja obrigado a cavalgar numa sela de *bravante*, ou seja, *à brida*. É evidente que, tendo de adoptar uma maneira de cavalgar estranha, usada pelos ingleses e franceses, o cavaleiro sarraceno não o saberia fazer com a

---

<sup>477</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 15-20.

<sup>478</sup> HENRIQUET, M., *op. cit.*, p. 10.

mesma mestria. Do igual modo, um cavaleiro francês ou inglês que tivesse de montar à *gineta*, ou seja, à maneira mourisca, confrontar-se-ia com idênticas dificuldades e, certamente, demonstraria uma grande falta de perícia<sup>479</sup>.

Cumprе recordar que o modo de cavalgar à *brida*, mantendo as pernas estendidas e exercendo um maior apoio sobre o arção traseiro, era o processo usado pelos cavaleiros portugueses nas justas e nos torneios. A sua adopção deve ter acontecido em fase posterior à do método de cavalgar à *gineta*, tendo permanecido em Portugal até ao século XV, como defende Carlos Pereira<sup>480</sup>.

As duas referidas técnicas de andar a cavalo são claramente distinguidas por D. Duarte, que, a este propósito, escreve:

«...bem vemos que o forte cavalga[r] da sella gyneta he dapertar os geolhos [e a cerca] delles pera fundo (...). E [d]os que cavalgam em sella de Bravante, dos geolhos acyma recebem grande ajuda»<sup>481</sup>.

Na tentativa de caracterizar melhor estas duas modalidades de cavalgar, o rei acrescenta que a técnica de equitação à *gineta* exige as pernas encolhidas, devendo o cavalgador ir sentado no meio da sela. Em contrapartida, a adopção da maneira de cavalgar à *brida* pressupõe que os membros inferiores estejam estirados, ficando o cavaleiro mais levantado nas estribeiras.

Além de aludir aos dois exemplos já referenciados (do cavaleiro sarraceno e do inglês ou francês), D. Duarte não deixa dúvidas ao defender que o bom cavalgador deve saber ajustar a sua técnica a qualquer tipo de

---

<sup>479</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 20.

<sup>480</sup> PEREIRA, C. H., *op. cit.*, p. 89. O autor, baseando-se numa iluminura do séc. XV, existente no British Museum, referente à Batalha de Aljubarrota, afirma que, nesse tempo, os portugueses cavalgavam à *brida*.

<sup>481</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 28. O trecho contém algumas correcções introduzidas por Joseph Piel.

sela. Ao advogar este procedimento, quer significar que o bom executante obterá grande vantagem se beneficiar duma formação técnica ampla e variada, de tipo eclético. Por conseguinte, na sua perspectiva, o cavaleiro emérito tanto deve saber montar *à brida* como *à gineta*, seleccionando a melhor técnica a adoptar, tendo em conta as características do cavalo e as circunstâncias do momento.

Esta concepção do autor do *Livro do Cavalgar* é bastante perceptível quando afirma que não existe uma técnica que, por si só, possa considerar-se a mais adequada para todas as pessoas e, por isso, deva ser adoptada em quaisquer circunstâncias. Neste sentido, através de palavras bastante sugestivas, o rei advoga que «...cada hũu cavalgue como tener geito e lhe requerer a sella em que andar, e estrebeiras que trouver, e as cousas que a besta ou el faz»<sup>482</sup>.

Em relação aos tipos de quedas que podem sobrevir quando se anda a cavalo, o rei indica os quatro seguintes: queda para diante, para trás, ou para cada um dos lados. Seguidamente, D. Duarte procura, em diversos capítulos, explicar as razões que podem originar cada uma das possíveis quedas. Ao mesmo tempo, prescreve aos leitores a melhor solução para as evitarem, recorrendo a situações concretas derivadas da sua experiência pessoal, que achou «muyto certa».

Quando alude a estas situações problemáticas com que ele próprio se debateu, o monarca indica também as melhores vias para o cavalgador ultrapassar as dificuldades que, em qualquer circunstância, lhe poderão surgir.

Outras recomendações técnicas expendidas pelo monarca dizem respeito essencialmente a aspectos que estão mais ligados aos apetrechos usados na arte da equitação. Neste contexto, explica com detalhe a razão e o modo pelos quais o cavalgador deve verificar sempre o estado dos acessórios, passando depois a referir-se às características e à forma de usar o traje e o calçado no exercício da equitação.

---

<sup>482</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 28.

Com este propósito, D. Duarte opina que o calçado mais apropriado para a equitação deve ser «...apertado no meo do pee, e nos dedos delgado, longo razoadamente, folgado, e sem ponta»<sup>483</sup>, apresentando em seguida as razões que justificam essas indicações. Aconselha ainda que a roupa seja «...curta razoadamente (...), de nom grandes mangas, e leve». O autor do *Livro da Ensinança* alude também aos detalhes do gibão e ao armamento a usar, que deve ser leve, para permitir a presteza do cavaleiro em tudo o que tiver de fazer<sup>484</sup>.

A insistência do rei na leveza do traje e do armamento do cavaleiro é notória, chegando a prescrever ao cavaleiro que não use na cabeça «grande capello ou carapuça», para deste modo evitar peso ou embaraço durante o exercício de cavalgar.

Mais à frente, D. Duarte fornece um novo «avysamento», respeitante à maneira de travar proveitosamente as «mãos do cavallo». Trata-se de uma técnica bastante específica, conquanto, segundo o rei, «poucas vezes aconteça», por considerar que está somente ao alcance de bons e fortes executantes. O objectivo deste procedimento, a adoptar durante o torneio ou mesmo em situação real de guerra, é conseguir derrubar um cavaleiro adversário ou o respectivo cavalo. Para o efeito, o monarca aconselha o cavaleiro a adoptar a técnica de equitação à *gineta*, firmando-se bem na montada, através do aperto das pernas e da fixação de uma das mãos no arção traseiro da sela. Deste modo, ele deve conseguir travar o opositor, agarrando-o o mais alto que puder «ou ao menos pello braço», para assim o derrubar melhor, puxando-o para fora.

No sentido de explicar como o cavaleiro pode fazer cair o cavalo do rival, empresa que parece de difícil execução, D. Duarte recomenda que, ao alcançá-lo, deve segurar fortemente o respectivo freio, levantando-lhe a cabeça<sup>485</sup>.

---

<sup>483</sup> *Idem, ibidem*, p. 34.

<sup>484</sup> *Idem, ibidem*, pp. 35 e 36.

<sup>485</sup> *Idem, ibidem*, pp. 39 e 40.

Um dos exemplos mais curiosos das recomendações feitas pelo rei, que podem considerar-se simultaneamente de natureza técnica e moral, está contida no início do capítulo XI da primeira secção («*Do seer forte*») da terceira parte do *Livro de Cavalgar*, intitulado «*Da semelhança que de tal andar dereito podemos filhar*»<sup>486</sup>. De modo curioso – certamente com a intenção de articular, no texto, a ética e a estética – o rei decidiu incluir este capítulo, sem quaisquer alterações, quer no *Livro da Ensinança*, quer no *Leal Conselheiro*<sup>487</sup>.

Referindo-se à postura direita e equilibrada que o cavalgador deve manter sobre a sela, através do saber e da vontade, o rei D. Duarte compara-a à forma de um homem se comportar na vida, defendendo, a este respeito:

«Tal geito como este dandar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais dos nossos feitos para seermos no mundo boos cavalgadores ...»<sup>488</sup>.

Quando alude às diferentes maneiras em que o executante pode perder a verticalidade e cair do cavalo, por míngua de saber e de vontade, o monarca também associa estes insucessos da equitação à queda em desgraça, na vida. Neste sentido, continuando a denotar uma grande

---

<sup>486</sup> Referimo-nos, evidentemente, à «Terceira Parte, em que se dam XVI avysamentos pryncypaes ao bõo cavalgador». Cf. D. DUARTE, *Livro da Ensinança...*, *op. cit.*, pp. 12 e ss.

<sup>487</sup> Em contrapartida, como refere Piel, os capítulos VIII e IX da 5.<sup>a</sup> secção da terceira parte do *Livro da Ensinança* foram integralmente transcritos do *Leal Conselheiro*. Cf. PIEL, J., *Livro da Ensinança...*, *op. cit.*, p. XIII.

<sup>488</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 24 e ss. e 41. O recurso a este argumento moral do andar direito, quer em cima do cavalo, quer na vida, é bastante comum durante a Idade Média, como sublinha Georges Vigarello. Porém, no séc. XVI, nos livros de ética cortesã, as posturas corporais começam a ser vistas numa perspectiva higiénica. Cf. VIGARELLO, G., “El adiestramiento del cuerpo desde la edad de la caballeria hasta la urbanidad cortesana”: in M. Feher, R. Naddaff y N. Taz, *Fragments para una Historia del cuerpo humano*, Taurus, Madrid, 1991, p.152.

preocupação em louvar os valores éticos e as virtudes humanas, D. Duarte explica que alguns homens, por falta de fé ou de esperança, caem derrubados por «mallicias» diversas: tristeza, vingança, ódios, roubo e «semelhantes malles»<sup>489</sup>.

O ênfase com que pretende chamar a atenção do leitor para a insegurança e a fraqueza da vontade, como impedimentos à postura correcta do homem, tanto «na besta» como na vida, leva D. Duarte a voltar ao assunto no capítulo XXI<sup>490</sup>.

Uma vez mais nos parece muito curiosa a linguagem metafórica usada pelo autor do *Livro da Ensinança* quando procura assemelhar a arte de cavalgar à prática de marear. Nessas imagens, afirma que o cavalo é como um pequeno barco, que pode virar-se no caso de os tripulantes não se manterem sossegados, movendo-se muito. Deste modo, o monarca afirma que também na arte de bem cavalgar, para o cavaleiro tirar o melhor partido da montada, «...o assesego fará grande vantagem...», pelo que não deverá exagerar no uso das esporas, pau ou vara<sup>491</sup>.

#### 4. O CONCEITO DE MEDO EM D. DUARTE

À aprendizagem de qualquer tarefa que exija movimento e risco está sempre associado algum receio, justificado pela possibilidade de sobrevir um desequilíbrio ou queda. Assim sucede nas primeiras experiências em actividades motoras de alguma complexidade, como andar a cavalo ou realizar práticas tão usuais na actualidade como esquiar, patinar e andar de bicicleta, entre outras.

Ao longo do texto, D. Duarte estabelece nítidas relações entre o medo, a segurança e a «soltura» (descontracção) no exercício de bem cavalgar. Na óptica do monarca, o medo de cavalgar constitui um obstáculo

---

<sup>489</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 25 e 41.

<sup>490</sup> *Idem, ibidem*, pp. 40-42.

<sup>491</sup> *Idem, ibidem*, p. 133.

psicológico que o aprendiz deve ir ultrapassando. Assim, vencer o medo é considerado pelo rei como um pré-requisito fundamental para o avanço na técnica da equitação realizada em segurança.

Dado o elevado interesse que reconheceu à relação pedagógica na ultrapassagem do medo, o monarca dispensou-lhe toda a segunda secção da terceira parte do *Livro da Ensino*. Atendendo a este facto, Sílvia Lima defende que D. Duarte pode considerar-se um precursor, por ter percebido a grande importância do medo como entrave à aprendizagem de qualquer actividade física ou desporto<sup>492</sup>.

O rei defende que o receio na arte de cavalgar cria dois tipos de problemas. Por um lado, como já referimos, inibe o bom desempenho do cavaleiro e, por outro, esse estado transmite-se à montada. Ora, como realça Carlos Pereira, o cavalo pode considerar-se “um espelho” de quem o monta, ou seja, é um animal muito sensível, que percebe facilmente o estado mental do cavaleiro, reflectindo a sua atitude, negativa ou positiva<sup>493</sup>.

Segundo o autor do *Livro da Ensino*, existem várias situações em que o medo pode ou não manifestar-se durante a aprendizagem da arte de cavalgar. Embora refira a existência de doze destas situações, o rei acaba por abordar apenas onze.

Primeiramente, considera que há pessoas que nascem sem receio e sem vergonha, ou seja, que são audazes por natureza. Depois, o monarca refere-se aos que têm medo, mas apenas em determinadas actividades e circunstâncias, mas não noutras. A respeito deste medo específico, D. Duarte apresenta como exemplo as pessoas que têm receio de se envolverem em lutas, mas, pelo contrário, conseguem destemidamente afrontar o mar, empresa que se apresenta bem mais difícil e perigosa. De igual modo lembra os que receiam o mar e as lutas, mas, em contrapartida, não temem os males de saúde, como as doenças e as «grandes pestellencias».

---

<sup>492</sup> LIMA, S., *op. cit.*, p. 38.

<sup>493</sup> PEREIRA, C. H., *op. cit.*, p. 51

Finalmente, o rei refere aqueles que têm receio e vergonha de realizar determinadas actividades quando se encontram em público, entre as quais considera as habilidades da equitação<sup>494</sup>.

Conquanto admita que possa existir sempre algum receio quando se sobe para o dorso de um cavalo, D. Duarte defende que, no exercício de cavalgar, o medo deve ser quanto baste, isto é, nem muito nem pouco. Assim, no sentido de ilustrar a dimensão equilibrada que esse temor deve ter, usa um conhecido ditado popular, afirmando textualmente que «...a virtude bem se mostra que he no meo...»<sup>495</sup>.

Depois destas considerações, o rei passa a prescrever o modo como, na aprendizagem da arte de bem cavalgar, o medo pode ser ultrapassado.

Em primeiro lugar, faz referência à condição ou dom que o aprendiz herdou dos seus progenitores, de forma genética (a «sua naçon em cavalgar»), ou seja, a sua personalidade. O monarca admite que o jovem iniciando nesta arte deve possuir algum atrevimento que o incite a cavalgar – qualidade que quase todos os jovens possuem –, mas numa dimensão moderada. Para melhor ilustrar este aspecto, estabelece a comparação entre os aprendizes desta arte e os cães de raça superior, os alãos. Com efeito, na sua óptica, estes cães, por «inclinação natural», conseguem ultrapassar todos os obstáculos sem demonstrarem receio, ao passo que, em circunstâncias idênticas, os rafeiros se mostram cobardes e incapazes em qualquer situação perigosa<sup>496</sup>.

Em segundo lugar, D. Duarte alude à importância da «presunçom» ou autoconceito elevado que o iniciando na equitação deve possuir. Segundo o monarca, este atributo pode considerar-se um valor ou pré-requisito imprescindível para os jovens que dão os primeiros passos na *ciência* do

---

<sup>494</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 42 e 43.

<sup>495</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>496</sup> *Idem, ibidem*, pp. 43 e 44.

cavalgar serem capazes de ultrapassar o medo surgido nas situações de aprendizagem<sup>497</sup>.

Seguidamente, o autor do *Livro do Cavalgar* apresenta como muito positivo o desejo de não ter medo, ou seja, a força de vontade para vencer o receio em determinadas situações. A este respeito, dá o exemplo prático dos que, por essa força de vontade, não temem os mares ou a justiça.

O outro factor que, na perspectiva de D. Duarte, faz com que o iniciando não tenha medo da actividade é o desconhecimento dos riscos, ou «myngua de ssaber». Este estado de inconsciência torna o jovem aprendiz muito mais destemido<sup>498</sup>. O rei acrescenta que esta ausência de medo devido à inconsciência e desconhecimento dos riscos é muito característica das crianças.

É evidente que, depois de o aprendiz se confrontar com situações arriscadas e de perigo eminente, depressa perde este estado de destemor inconsciente. Para melhor ilustrar esta situação, o monarca utiliza o adágio «ave scarmentad[a] o laço recea», versão que deve ter sido corroída pelos anos e entrado em desuso, mas que poderá substituir-se pela fórmula *gato escaldado de água fria tem medo*, muito usual nos nossos dias.

Esta ausência de receio, a que D. Duarte alude de modo tão curioso, pode ter duas origens: derivar do desconhecimento do perigo da equitação, por ausência de experiências anteriores do iniciando, isto é, por nunca ter montado a cavalo (dificuldade que o rei atribui ao «intendymento»); ou, por outro lado, ter origem no «coração», surgindo em consequência de insucessos anteriores<sup>499</sup>.

Face ao exposto, como defende Rogério Fernandes, o ensino da equitação não deve evitar ou esconder os perigos comuns à tarefa. Este

---

<sup>497</sup> Segundo o autor, tudo quanto voluntariamente realizamos está subordinado a um destes quatro fins: «folgança», isto é, divertimento, «proveito», honra e honestidade. *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>498</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 47.

<sup>499</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

procedimento é perfeitamente justificável, pois, se o aprendiz conhecer de antemão, no exercício do cavalgar, as possibilidades de surgirem diferentes perigos, “o «coração» não aprende inadvertidamente à sua custa, o que pode ser negativo”<sup>500</sup>. No entanto, um pouco à frente, o rei parece contradizer-se, quando considera especificamente algumas situações que podem envolver desequilíbrios dinâmicos e sensação de vertigem<sup>501</sup>. Nestas circunstâncias, defende que o desconhecimento do perigo poder favorecer nas crianças, embora de modo controlado, grandes avanços na aprendizagem, o que não sucede em adultos ou idosos.

Com nítido intuito pedagógico, D. Duarte menciona depois o benefício que advém para o ensino das técnicas de bem cavalgar quando o mestre recorre a boas sequências. Neste quadro, preconiza a utilização duma boa progressão pedagógica como estratégia adequada para fazer diminuir ou ultrapassar o medo sentido pelo aprendiz, questão que, a nosso ver, ainda mantém actualidade.

Depois, o rei opina que também a «husança», isto é, o conjunto das experiências vividas e o treino de situações diversificadas de aprendizagem, cada vez mais exigentes, conduzem o formando à etapa subsequente de *fazer sem receio*. Desta forma, parece perceptível que o autor pretende que o aprendiz tenha algum medo na execução do exercício de cavalgar. Todavia, esse medo somente deve existir numa dimensão equilibrada, de tal modo que possa ser controlado e ultrapassado. Para o efeito, o rei preconiza que o aprendiz beneficie do máximo de experiências, tão diversificadas quanto possível, nas quais, de modo alternado, ora colherá êxitos, ora obterá insucessos.

Deste modo, D. Duarte reconhece que todo o tipo de resultados obtidos na prática, sejam positivos ou negativos, se tornam benéficos para o

---

<sup>500</sup> FERNANDES, R., *op. cit.*, p. 22.

<sup>501</sup> Roger Caillois, na sua tipologia de jogos, considera as práticas de vertigem (*ilinx*) como uma das quatro componentes ou estruturas lúdicas para as quais tendem todos os jogos e desportos. Cf. CAILLOIS, R., *Os Jogos e os Homens. A máscara e a vertigem*, Editorial Cotovia, Lisboa, 1990.

progresso do iniciando. Com efeito, o rei entende que é a partir dos sucessos e dos inêxitos alcançados que o jovem cavaleiro poderá retirar as respectivas conclusões. Verificamos, assim, que já no século XV eram devidamente consideradas as virtualidades do princípio da aprendizagem obtida “por tentativas e erros”.

D. Duarte menciona seguidamente mais quatro condições que julga indispensáveis para o aprendiz evoluir na arte de cavalgar, parecendo atribuir-lhes o mesmo relevo que havia dispensado aos factores já enunciados.

Em primeiro lugar, D. Duarte faz uma referência especial à importância da razão na aprendizagem da equitação, ou seja, da capacidade mental de o executante antecipar, discernir e ajuizar sobre a adequação e o risco das tarefas que deve realizar<sup>502</sup>. Na perspectiva do autor do *Livro da Ensino*, na equitação, como na vida, os homens podem agir pela razão e pela vontade. Neste quadro, o monarca adverte que, quando a vontade, por ser exageradamente elevada e incontrolada, ou seja, quando comanda a acção e se sobrepõe à razão, os homens tornam-se cegos. E, se assim sucede, não conseguem intuir e antecipar os perigos, os erros e as consequências das suas decisões e procedimentos. Desta forma, o rei reconhece que esta exacerbação da vontade e, simultaneamente, o obscurecimento da razão pode criar sérios obstáculos à aprendizagem do cavalgar, bem como, decerto, de outras tarefas motoras.

Apesar de, como já salientámos, considerar que o poder económico não é uma condição imprescindível para a aprendizagem desta arte, D. Duarte admite agora alguma vantagem, em termos materiais, respeitante à boa qualidade do cavalo e dos respectivos arreios. Efectivamente, na sua opinião, se dispuserem de boas montadas, alguns aprendizes podem tornar-

---

<sup>502</sup> Esta capacidade de antecipação das acções motoras e a decisão correcta que lhe deve suceder foi devidamente enaltecida por Friedrich Mählö. Cf. MAHLÖ, F., *L'acte tactique en jeu*, Éditions Vigot Frères, Paris, 1974.

se mais seguros nas acções e, deste modo, perderem mais facilmente o receio sentido durante a prática do cavalgar.

O rei alude ainda à fúria, impulsividade ou «sanha» que certos indivíduos, por temperamento, possuem. Estes traços de carácter impelem-nos a arrostarem situações de risco sem receio, quantas vezes de modo inconsciente, dado que a razão não tempo para actuar.

E, finalmente, D. Duarte atribui grande relevo a um factor de natureza mística e transcendente, que induz o jovem iniciando na arte de cavalgar a ultrapassar o receio. Trata-se da graça especial ou favor concedido por Deus, que leva o indivíduo, com a força da sua fé, a vencer naturalmente o medo. Assim, o crente, em situações arriscadas, sente a força do amparo divino.

Curiosamente, o recurso a esta argumentação referente à ajuda divina que o bom cristão espera obter nas actividades corporais, mais concretamente na actividade da caça grossa, já tinha sido utilizado por D. João I, no texto do *Livro da Montaria*.

Em suma, D. Duarte preconiza que no início da aprendizagem da arte de cavalgar é positivo que o jovem possua um receio moderado e alguma capacidade de se confrontar com situações que envolvam risco. Além disso, considera proveitoso que o iniciando tenha um bom conceito de si próprio e acredite nas suas capacidades. De facto, segundo o rei, a força de vontade do principiante levá-lo-á a vencer o medo que venha a despontar na aprendizagem das práticas da equitação.

O desconhecimento dos riscos que podem surgir na actividade equestre ajuda certamente o jovem nobre a vencer o medo de cavalgar, mas deve ser controlado e tratado com a prudência que a razão aconselha. Com efeito, acrescenta o autor do *Livro da Ensino*, uma certa dose de impulsividade ou cólera sentidas pelo executante nos momentos que antecedem a tarefa motora a realizar podem ajudá-lo a vencer o medo.

O rei preconiza ainda que o ensino se baseie na repetição e na experiência, através da utilização de uma boa progressão, avançando do

mais simples para o mais complexo, evitando-se assim o medo causado por saltos bruscos na aprendizagem. É óbvio que a melhoria da qualidade do cavalo e dos respectivos adereços poderá ajudar o iniciando a ultrapassar o receio inerente à actividade e constituir, assim, uma mais-valia no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, percebemos claramente das ideias expressas por D. Duarte que, em qualquer situação, o aprendiz deve ter a capacidade de raciocinar e discernir sobre as melhores soluções e procedimentos. Para o efeito, entende que é fundamental conhecer e prever os riscos que se encontram associados às práticas de bem cavalgar.

Consideramos muito interessante que, há mais de quinhentos anos, D. Duarte se tenha debruçado sobre uma questão que, na actualidade, é considerada pela Psicologia do Desporto como um dos principais entraves ao início de uma determinada actividade física. Efectivamente, a ansiedade e o medo sentidos pelo aprendiz nos primeiros contactos com a prática duma modalidade desportiva, derivados da baixa auto-estima, dos possíveis insucessos, do confronto com o público e dos adversários (a que se dá o nome de ansiedade pré-competitiva), constitui um dos assuntos centrais da investigação actual em Psicologia do Desporto.

## 5. AS PREOCUPAÇÕES COM A SEGURANÇA E OS PERIGOS

Evidenciando uma clara preocupação com a manutenção da segurança no exercício de cavalgar, D. Duarte menciona cinco condições que, no seu entender, podem provocar situações perigosas, e, por esse motivo, devem ser evitadas ou corrigidas: cavalgar *com receio*; fazê-lo demasiado rápido («trigosamente»); estar contraído; actuar ou reagir tardiamente; e, por fim, colocar demasiado empenho ou esforço na aprendizagem<sup>503</sup>.

---

<sup>503</sup> Precisamente no primeiro capítulo da terceira secção da terceira parte do *Livro da Ensino*. Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 57 e ss.

Em seguida, o rei procura explicar com algum detalhe as causas e consequências das atitudes e decisões inapropriadas assumidas pelo jovem aprendiz, que são causadoras de insegurança durante a actividade equestre. Assim, começa por demonstrar que tanto o receio exagerado como a pretensão de ir demasiado depressa na aprendizagem são atitudes prejudiciais à segurança do executante. E acrescenta que, se alguém cavalgar com medo ou vergonha, «...certo he que a voontade já nom he segura»<sup>504</sup>.

Nestas circunstâncias, ou seja, se o principiante cavalgar com receio ou vergonha, D. Duarte afirma que facilmente se lhe percebe a falta de segurança, através das expressões da cara ou das posturas do corpo. Em contrapartida, não deixa de alertar para o facto de a demasiada rapidez na execução, sobretudo em situação de dificuldade ou perigo, também conduzir geralmente a um mau resultado. A este respeito, o monarca afirma concretamente que o querer fazer muito depressa «faz mal obrar» e provoca falta de segurança<sup>505</sup>.

O autor, em diversos capítulos, continua a referir-se de modo particular aos factores que, na sua opinião, podem originar a «myngua de segurança» no acto de cavalgar. Um deles diz respeito à actuação preguiçosa, vagarosa, indolente e tardia do cavaleiro, que notoriamente reprova. Quando, acrescenta D. Duarte, o aprendiz das técnicas de bem cavalgar «...tarde e pryguçosamente acude ao que compe em as obras que faz...», tal procedimento demonstra que o exercício foi realizado com falta de segurança<sup>506</sup>.

Finalmente, o rei alude às situações em que o aprendiz de cavalgador realiza os exercícios com demonstração de «femença», ou seja, através de um esforço exagerado («uma muito sobeja delligencia»). Deste modo, quando a força e o empenho são superiores ao «que o feito requer», D.

---

<sup>504</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>505</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>506</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

Duarte considera que esse comportamento evidencia falta de segurança, tal como nas situações anteriores<sup>507</sup>.

Os três últimos capítulos reservados pelo rei à segurança no acto de cavalgar são de natureza essencialmente prescritiva. Num deles, o monarca pretende mostrar como o aprendiz das técnicas de cavalgar pode ganhar, manter e mostrar segurança, aconselhando o aprendiz, para o efeito, a adoptar os procedimentos mais adequados.

Na sua linha de pensamento, para obter «grande melhoria», o jovem deve pôr em prática os preceitos anteriormente expostos, e, ao mesmo tempo, realizar um esforço de introspecção, de autoscopia<sup>508</sup>. As tentativas que faz para “conhecer-se a si próprio”, nos termos da famosa recomendação socrática, têm em vista perceber quais são as suas virtualidades. Através deste procedimento psicológico, o aprendiz pode aprofundar e desenvolver a sua técnica e, ao mesmo tempo, reconhecer os defeitos ou «falcimentos», que procurará doravante emendar, corrigir ou minimizar. Deste modo, o monarca advoga que um procedimento errado deve corrigir-se pelo abandono («desavesamento») desse hábito e, bem assim, pela simultânea adopção do estado ajustado («virtude») que lhe deve suceder.

Para além desta reflexão e conseqüente decisão, de natureza individual, o autor do *Livro da Ensino* preconiza a «...husança em boas bestas e geitosas, segundo a pessoa for...», ou seja, o uso de boas cavaladuras, adequadas às características do executante<sup>509</sup>.

De um modo curioso, D. Duarte apresenta a seguinte imagem com o intuito de mostrar como o candidato a cavaleiro emérito pode remediar as suas *mínguas de segurança*:

---

<sup>507</sup> *Idem, ibidem*, pp. 59 e 60.

<sup>508</sup> Também no *Leal Conselheiro*, D. Duarte expõe este pensamento, ao escrever que «...para saber, convem perguntar a si primeiro...». Cf. D. DUARTE, *Leal Conselheiro, op. cit.*, p. 14.

<sup>509</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 61.

«... assy como se faz querendo alguu pao ou vara torta endireitar, o torcem aa parte contraira, que per esta guisa devemos fazer se conhecemos que nom guardamos em algua virtude o meyo e nos derribamos em cada huu dos cabos em que a erro»<sup>510</sup>.

Em seu entender, o comportamento inadequado deve ser contrariado e vencido através de uma actuação em sentido oposto, como se usava antigamente nas técnicas de ginástica correctiva, derivadas sobretudo das tendências da ginástica sueca.

Para concluir este tema, D. Duarte defende de um modo inequívoco que o bom executante deve dar mostras de segurança mesmo nos casos em que estas manifestações sejam mais fictícias do que verdadeiras. Efectivamente, conquanto na sua óptica esses fingimentos ou representações, a que chama «mostranças contrafeitas», não apresentem grande valor prático e funcional, eles podem considerar-se benéficos em termos estéticos («ao parecer de fora»). Além disso, estas demonstrações de proficiência e elegância simuladas acabam por se tornar muito proveitosas. Na verdade, entende o rei, o próprio cavalgador, através de destre e estratégia, poderá paulatina e verdadeiramente ganhar uma maior segurança.

Mesmo em situações de correcção difícil (ou seja, se o cavalo se empina, salta, anda à roda ou faz algo bruscamente), o rei aconselha o *cavalgador* a evidenciar sempre uma boa postura, sem mostrar que essa atitude é simulada. Neste sentido, D. Duarte acha aconselhável que o aprendiz da arte de cavalgar dissimule possíveis falhas, quer sejam da sua própria responsabilidade, quer sejam originadas pela inépcia do cavalo. Na sua perspectiva, ao utilizar este procedimento, o iniciando demonstrará que domina a situação na perfeição, não atribuindo, portanto, uma grande importância a esses aspectos, como facilmente se percebe na seguinte afirmação:

---

<sup>510</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.

«... que por cousa que a besta faça, ora seja per nosso prazer, ora per o sseu della, se tal nom forque se de todo deva mostrar que nos parceiramente as fazemos, sempre devemos mostrar que auello tam pouco sentimos, nem nos torva, como se fossemos passeiando»<sup>511</sup>.

Ao rematar as questões respeitantes à segurança no exercício de bem cavalgar, o rei alude a possíveis críticas que, no plano ético, alguns puristas possam fazer para condenar esta simulação ou representação por si aconselhada aos praticantes da arte da equitação. Em seu entender, esta pequena mentira, que deve desculpar-se por ser devida a uma boa causa, não é susceptível de se generalizar e estender a todo o comportamento do aprendiz, que, por via dela, não fica com problemas de consciência. No mesmo tom desculpabilizante, D. Duarte afirma categoricamente que não é por, de um modo ocasional, adoptar tais «mostranças» que um «... boo homem (...) filhará costume de mentir em cousa que nom deva»<sup>512</sup>.

Nestas passagens do seu livro, o rei evidencia uma vez mais a grande preocupação em estabelecer relações entre a arte de bem cavalgar e os valores éticos.

Ao perigo de acidentes que podem sobrevir durante a prática da equitação e bem assim do modo como o executante os pode prevenir é reservada pelo autor a sétima e última secção da terceira parte do *Livro da Ensinança*<sup>513</sup>. D. Duarte começa por lembrar que o exercício de cavalgar pode ocasionar perigos e desastres («cajoões»), em relação aos quais «...todo avysamento dos homees nom val cousa que preste, se per graça special do senhor deos nom for ajudado»<sup>514</sup>.

O monarca acredita, assim, que os conselhos transmitidos ao leitor serão sempre proveitosos, uma vez que se baseiam na sua experiência

---

<sup>511</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 64.

<sup>512</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

<sup>513</sup> Cf. D. Duarte, *op. cit.*, pp. 134-138.

<sup>514</sup> *Idem, ibidem*, p. 134.

peçoal. No entanto, reconhece que esses *avisamentos* nunca serão totalmente eficazes para evitar a grande variedade de acidentes que podem ocorrer durante a prática. Com efeito, o monarca admite que ninguém pode evitar o surgimento de acidentes no acto de cavalgar, bem como as lesões deles decorrentes, pois esses contratempos não dependem somente das capacidades do cavalgador, mas sobretudo da graça especial que Deus lhe concedeu.

Depois deste aviso prévio, D. Duarte enumera cinco razões pelas quais, na sua opinião, um cavalgador pode sofrer acidentes: por postura incorrecta e mau domínio do cavalo; por não regularizar os arreios da montada; por doença, cansaço ou «manqueira» do cavalo; por não antecipar os perigos, ou seja, por não os prever antes deles poderem surgir; e, finalmente, por não saber remediar algumas das aludidas situações perigosas logo no seu início<sup>515</sup>.

Para todas estas causas de situações problemáticas e de acidentes, o monarca prescreve as formas de prevenção que, no seu entender, se tornam mais eficazes. Alguns destes procedimentos preventivos, que podem considerar-se de natureza técnica e respeitam à melhoria do domínio do cavalo, são abordados por D. Duarte no início da parte III. Outros dizem respeito aos diversos cuidados a ter com a sela, cilhas, estribos e todos os arreios do cavalo e, os restantes, estão directamente relacionados com a existência de possíveis doenças ou fraqueza do cavalo. Neste último caso, se a montada for débil, o cavalgador deve escolher os melhores caminhos a utilizar e prever os esforços que o cavalo pode realizar, depois de lhe observar os cascos e inspeccionar as rédeas e as esporas<sup>516</sup>.

Também é necessário, segundo o rei, que o cavaleiro se encontre sempre vigilante e prevenido para as «mallicias das bestas», sobretudo

---

<sup>515</sup> *Idem, ibidem*, p. 135.

<sup>516</sup> Nesta parte do texto do *Livro da Ensinança*, D. Duarte explica os diversos procedimentos que o cavaleiro deve assumir, consoante as doenças ou debilidades específicas da sua montada. Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 136 e 137.

quando circula em locais considerados perigosos. A este respeito, o leitor é alertado para o caso especial das mulas, cujo andamento considera problemático, nomeadamente nos casos em que se deslocam em trilhos enlameados e com água.

O rei alerta ainda para os perigos que surgem quando as bestas vêem mal e, devido a essa insuficiência, podem originar acidentes graves. Estes problemas ocorrem principalmente em lugares revestidos de vegetação densa, onde existam grandes pedras, em cavernas ou em dias de trovoadas, quando estrondeiam os trovões.

As preocupações manifestadas pelo monarca relativamente aos pequenos aspectos ou minudências que, apesar de parecerem de pequena monta, podem ocasionar danos corporais e materiais caso sejam descurados devem ter sofrido a influência do seu pai. Com efeito, confirmando o facto, a determinado passo do *Livro da Ensinança*, D. Duarte escreve a este respeito o seguinte:

«Ca sse deve filhar sobr'esto hũu consselho que ouvy a elrrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja. El dezia que todallas cousas, ainda que parecessem muyto pequenas, se dellas nos podesse recrecer deshonna, grande perda no corpo ou na fazenda, que assi nos devyamos em ello de proveer como de cousa que grande fosse. E pello contrario, onde a cousa parece grande, e o mais que se dello pode seguir nom pode trazer grande perda, nom se deve dello fazer gram conta. E aquesto se pode poer exemplo em todos nossos feitos»<sup>517</sup>.

Ou seja, a importância dos acontecimentos para os dois primeiros monarcas da Dinastia de Avis deve medir-se pelas consequências que deles podem advir e não pela sua aparente dimensão. Esta máxima parece justificar, pois, a preocupação demonstrada por D. Duarte com pormenores técnicos da arte de cavalgar que, à primeira vista, nos podem parecer detalhes pouco merecedores de aturada atenção.

---

<sup>517</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 31.

Nesta obra literária ressalta, entre outros aspectos, a precocidade do autor ao pretender tratar as *manhas* de bem cavalgar como uma «scyencya». Assim, quando o rei aborda a questão respeitante à importância da dimensão volitiva («o querer») na proficiência da aprendizagem das técnicas da equitação, está desde logo a efectuar uma pequena incursão na área do saber que, nos tempos que correm, se inscreve no âmbito da Psicologia do Desporto. Efectivamente, é notório no *Livro da Ensinança* o propósito do monarca em demonstrar a elevada importância da motivação no processo de aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos da arte de cavalgar.

Também nos parecem bastante precursoras e vanguardistas as diligências empreendidas por D. Duarte no sentido de valorizar um domínio de actuação que presentemente poderia designar-se por *segurança nas situações de ensino-aprendizagem*. Na verdade, no texto do livro, logo a seguir à preocupação evidenciada pelo autor em enaltecer a possibilidade de o aprendiz cavalgar *sem receio*, é reservada toda a secção III da terceira parte, com sete capítulos, à questão da segurança, que atrás abordámos, embora de um modo resumido<sup>518</sup>.

É evidente que estes dois aspectos (cavalgar sem receio e fazê-lo em segurança) estão intimamente relacionados, facto que o autor salienta logo ao iniciar o tema da «segurança». Como é óbvio, se o iniciando for capaz de afastar o medo e estiver «seguro na vontade», pode cavalgar de um modo mais seguro, menos tenso e contraído.

## 6. OS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICO-DIDÁCTICOS DE D. DUARTE

Em todo o texto pertencente à terceira parte do *Livro da Ensinança* transparece a intenção do autor em proporcionar ao iniciando, de um modo faseado, sequente e logicamente articulado, a apreensão dos procedimentos técnicos referentes à arte de bem cavalgar. Neste contexto, o rei começa por

---

<sup>518</sup> *Idem, ibidem*, pp. 57-65.

enunciar os dezasseis princípios ou «avysamentos» que considera fundamentais para o ensino-aprendizagem das técnicas de bem cavalgar, que, por palavras actuais, poderemos resumir do seguinte modo:

1º - *Manter-se firmemente sobre o cavalo, em todas as situações.*

Esta primeira advertência, considerada por D. Duarte como a mais importante, respeita quer às capacidades físico-motoras (força, coordenação geral, equilíbrio, resistência...), quer à postura correcta dos cavaleiros e escudeiros.

2º - Não ter medo exagerado de cair do cavalo (ou com ele), independentemente do tipo de montada, das características da pessoa, do terreno e da tarefa a realizar. Vimos anteriormente que o rei defende que o medo deve existir, mas em dose moderada, de forma a não impedir ou prejudicar a aprendizagem das técnicas da equitação.

3º - Ter uma vontade forte de cavalgar e mostrar segurança.

A vontade e a segurança mereceram, tal como o receio de cavalgar (com o qual estão relacionados), grande atenção do autor do *Livro da Ensino*. Estas qualidades, de igual modo que as anteriormente referenciadas, são consideradas pelo monarca fundamentais para a boa aprendizagem dos fundamentos técnicos do cavalgar.

4º - Manter-se calmo sobre a sela.

Como é evidente, estar calmo ou *sossegado* sobre a montada evita o receio exagerado, minimiza o perigo de acidentes e permite o adequado uso da razão, necessário à correcta tomada de decisões.

5º - Estar descontraído («solto») em todas as circunstâncias.

O monarca defende que a atitude descontraída do cavalgador sobre a sela e também a calma que deve conservar se tornam qualidades imprescindíveis para que, nos momentos críticos, consiga fazer superiorizar a razão sobre a emoção.

6º - Saber usar as esporas, segundo as exigências de cada montada e de cada momento, bem como «governar» o cavalo com pau ou vara. Como se nota, este *avisamento* de D. Duarte reporta-se já, não às atitudes de espírito ou à postura do cavaleiro, mas antes aos aspectos técnicos inerentes à condução e direcção da montada.

7º - Saber segurar e manobrar os freios.

Também esta recomendação, à semelhança da anterior, respeita à técnica correcta da utilização dos freios. O seu objectivo é moderar o ímpeto do cavalo ou até fazê-lo deter-se perante um perigo ou obstáculo que, de modo imprevisto, possa sobrevir.

8º - Evitar quedas e outros perigos que causados por obstáculos e acidentes de terreno ou pela presença de pessoas e animais.

A capacidade de prever, antecipar e se possível evitar ou minimizar os perigos e acidentes em que podem cair os que têm «myngua de ssaber» devem constituir, como é evidente, preocupações centrais do cavalgador. Com efeito, através deste aviso, D. Duarte preconiza uma boa e antecipada “leitura” dos acidentes do terreno e de possíveis obstáculos ou interferências que, de modo imprevisto, possam surgir. Estas questões são valorizadas sobremaneira no texto do *Livro da Ensinança*, dada a implicação que podem ter, assim como por favorecerem a instalação do medo e da falta de segurança no cavalgador.

9º - Saber cavalgar em qualquer tipo de piso.

Esta recomendação defende a generalização e transferência dos conhecimentos técnicos e das boas atitudes do cavaleiro para todo o tipo de terrenos («mato, serras e colladas»). Assim, a formação do bom cavalgador deve realizar-se em espaços com diferentes condições orográficas e de pisos diversificados, com e sem obstáculos. A orientação pedagógica que, segundo o rei, deve nortear o ensino e a aprendizagem da equitação tem, em seu entender, aplicação válida tanto para as práticas venatórias quanto para as actividades bélicas, que decorrem em ambiente natural, ou seja, em pisos não regularizados. Com efeito, estes espaços naturais colocam bem mais problemas aos iniciandos na equitação do que qualquer piso regularizado, como um picadeiro, praça ou rua. Deste modo, na fase de aprendizagem, deve ser proporcionado ao candidato a bom cavalgador o maior número de experiências em pisos diversos, com a existência de todo o tipo de obstáculos, barreiras e impedimentos, que o aprendiz deve vencer. Na óptica do rei, só assim o jovem cavalgador poderá, mais tarde, comportar-se da maneira mais adequada durante a caça grossa, os jogos equestres e os episódios dos confrontos bélicos.

10º - Conhecer tudo o que se deve fazer a cavalo.

Com esta recomendação, o monarca preconiza que a aprendizagem seja vasta e global, debruçando-se sobre todo o tipo de situações, de um modo holístico e eclético. Efectivamente, através da vivência de múltiplas experiências que façam apelo aos seus recursos técnicos e táticos, o cavalgador terá a possibilidade de conceber e adoptar a melhor resposta motora face às diferentes circunstâncias com que venha a confrontar-se.

11º - Cavalgar com elegância, segundo o tipo de sela e tarefa.

O rei aconselha o cavalgador a manter sempre uma postura equilibrada e correcta do ponto de vista estético (ser «fremoso» sobre a sela). Na sua perspectiva, esta preocupação em “parecer bem” deve estar

sempre presente, qualquer que seja o tipo de sela, as características da montada e a técnica utilizada.

12º - Ter resistência e saber poupar esforços, seus e do cavalo.

Na perspectiva de D. Duarte, é recomendável que o cavalgador realize grandes percursos, de forma a aumentar não apenas o seu fôlego como a resistência da montada. Porém, o rei aconselha que tal seja feito de um modo tão económico quanto possível, evitando a todo o custo realizar esforços supérfluos. Neste sentido, é bem elucidativa a linha de pensamento do monarca, quando aconselha o cavaleiro a percorrer «...grandes caminhos e fazer grandes corrudas [corridas] com pouco trabalho seu e da sua besta»<sup>519</sup>.

13º - Conhecer a boca do cavalo e o tipo de freio a utilizar.

O autor do *Livro da Ensinança* advoga que o bom cavalgador não deve entregar a terceiros a responsabilidade de conhecer, em profundidade, as características específicas da sua montada. Para o efeito, o monarca recomenda-lhe que seja ele próprio, depois de efectuar esse exame, a perceber qual o tipo de freios que pode considerar-se mais adequado aos atributos do cavalo.

14º - Conhecer as falhas e defeitos do cavalo e sabê-las remediar.

Deste modo, o monarca “eloquente” aconselha o cavalgador a conhecer com exactidão e antecedência todas as características da sua montada. Na opinião de D. Duarte, só depois adquirir este conhecimento será possível ao aprendiz «enmendar» os defeitos, manias e insuficiências do cavalo.

---

<sup>519</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 13 e 14.

15º Querer saber mais e melhor.

Na óptica do rei, é aconselhável que o cavalgador vá permanentemente acrescentando novos conhecimentos aos que já conseguiu adquirir e dominar. Neste quadro, o rei advoga notoriamente uma perspectiva de formação contínua, de tal modo que o cavaleiro não corra o risco de sofrer uma regressão, ou seja, de ter retrocessos nos seus níveis de execução. Em concordância com a ideia do monarca, se a prática for continuada não haverá lugar à diminuição do nível técnico do cavaleiro, que assim não correrá o risco de ir «...peiorando por desordenada vontade ou myngua de saber»<sup>520</sup>.

16º - Conhecer as melhores técnicas a adoptar em cada circunstância<sup>521</sup>.

Através desta advertência, D. Duarte defende que o bom executante deve possuir uma ampla bagagem de conhecimentos técnicos da arte de cavalgar. Só depois de estar munido destes conhecimentos e competências o cavaleiro poderá analisar correctamente cada situação, construir a imagem motora mais adequada e aplicar a melhor resposta no domínio técnico, tendo em conta a conjuntura concreta com que se defronta. No entanto, o rei reconhece que não é fácil explicar devidamente, por escrito, as recomendações referentes à panóplia de requisitos técnicos inerentes à “ciência” de bem cavalgar. Na sua opinião, apenas a prática, a observação e os conselhos fornecidos pelos bons executantes poderão proporcionar essa amplitude de conhecimentos. Assim, no preâmbulo da terceira parte do livro, aconselha concretamente os iniciandos a «...perguntarem aos que virem que o bem sabem»<sup>522</sup>.

---

<sup>520</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 14.

<sup>521</sup> *Idem, ibidem*, pp. 12-14.

<sup>522</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

Depois de ter enunciado os dezasseis *avisamentos*, D. Duarte admite que muitos outros poderiam ter sido acrescentados a esse elenco, tendo em vista a formação do cavaleiro emérito. O rei refere-se, nomeadamente, aos cuidados que o executante deve ter com a alimentação, higiene e tratamento da montada. No entanto, apesar de reconhecer a importância destas questões, o monarca entende que a sua abordagem se tornava prescindível, dado que tais assuntos já tinham sido devidamente descritos em livros de alveitaria conhecidos no seu tempo.

D. Duarte passa a desenvolver, nas sete secções da terceira parte, alguns dos princípios anteriormente enunciados.

Mas é no capítulo V da segunda secção da terceira parte, titulado «Como per boas sequeenças alguus se fazem sem receo; e de que guisa os moços e outros que começam a cavalgar devem seer ensynados», que a preocupação pedagógico-didáctica de D. Duarte se torna mais notória<sup>523</sup>. De facto, a própria denominação do capítulo não deixa dúvidas quanto ao desejo sentido pelo autor em traçar as linhas fundamentais do seu programa de ensino.

Rogério Fernandes chama a atenção para o facto de, nos seus princípios didácticos, o rei não mostrar qualquer receio de “ser contraditado”, nem de pretender submeter-se a “verdades universais”<sup>524</sup>. Com efeito, D. Duarte demonstra ter um perfeito conhecimento de realidades bastante diferentes usadas por outros povos, sublinhando a este respeito o dito que refere que «...cada naçom tem seu geito»<sup>525</sup>. Porém, o rei parece não ter dúvidas em preconizar o seu método e as práticas que sempre utilizou e lhe parecem as mais apropriadas. Neste sentido, ele confessa textualmente que

---

<sup>523</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 49-51.

<sup>524</sup> FERNADES, R., *op. cit.*, p. 17.

<sup>525</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 131. Um rifão popular, que ainda hoje se vai ouvindo, sobretudo nos meios rurais, traduz precisamente a mesma ideia: *Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*.

escreve «...principalmente pera enssynar meus subdictos, antre os quaees esta que declaro me parecer mais aprovada maneira»<sup>526</sup>.

O monarca passa depois a afirmar que, acima de tudo, o bom cavalgador deve «seer forte», para poder aguentar-se sobre a montada em circunstâncias adversas, sobretudo na prática da justa e na guerra, aspecto que já tivemos oportunidade de abordar.

Ressalta, nesta terceira parte do livro, a importância que D. Duarte atribui às boas sequências nos exercícios do ensino do cavalgar<sup>527</sup>. Na sua opinião, numa fase inicial deve ser proporcionado ao aprendiz uma montada que não padeça de quaisquer moléstias e não tenha malícias. Além das boas qualidades do cavalo, preconiza que seja bem apetrechado de freio, cilhas, estribeiras e sela.

No domínio concreto da relação pedagógica, o rei D. Duarte, referindo-se ao comportamento do mestre perante o desempenho do aprendiz tece recomendações que ainda nos parecem adequadas aos nossos dias, proferindo as seguintes afirmações:

«E cousa que {o pupilo] mal faça, nom lhe contradigam muyto, ante pouco e passo corregam. E sse fezer bem, largamente o louvem quando com verdade o poderem fazer»<sup>528</sup>.

O autor do *Livro da Ensinança* advoga que as reprimendas do mestre aos inêxitos do pupilo sejam espaçadas e comedidas, mas, ao invés, os encorajamentos e louvores aconteçam com frequência. Recomenda além disso, que, embora o iniciando deva andar a cavalo regularmente e de um modo contínuo, não é aconselhável que o faça durante um tempo

---

<sup>526</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.

<sup>527</sup> Continuando a advogar o princípio da progressão, ainda hoje adoptado pelas modernas Ciências da Educação, D. Duarte, um pouco mais à frente, preconiza no processo de ensino-aprendizagem de arremessar a lança a transição do lançamento em pé para, só depois, o fazer a cavalo.

<sup>528</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

exageradamente longo. De facto, na opinião do rei, convém que o jovem aprendiz ande a galope e salte repetidas vezes, mas sempre de um modo seguro. Para o efeito, D- Duarte sugere que o pupilo procure transpor uma trave ou tronco postados no solo, aplicando os ensinamentos técnicos já aprendidos.

Logo que o aprendiz evidencie ter perdido o receio de andar a cavalo e demonstre ser capaz de correr e saltar em segurança, o rei aconselha o mestre a permitir que se habitue a outra montada. Desta forma, acha proveitoso que o iniciando passe a montar um cavalo mais difícil, que «...bula conssygo e filhe alguus pequenos saltos, assy como fazem os rociis folloões<sup>529</sup>».

O monarca pretende, com esta afirmação, recomendar que o iniciando possa montar um bom cavalo durante mais tempo, sem lhe ser permitido andar em mulas e bestas ordinárias. Isto deverá acontecer apenas quando o aprendiz já tiver adquirido a necessária experiência e controlo da montada. Todavia, D. Duarte considera aconselhável que, na altura devida, o aluno utilize todo o tipo de selas, em cenários diferenciados, no monte e na caça, de tal forma que treine o controlo e o arremesso da lança em quaisquer circunstâncias.

Denotando, uma vez mais, grandes preocupações com a segurança do aprendiz, o rei desaconselha-o a utilizar, no treino de lançamento, quaisquer objectos aguçados numa das pontas<sup>530</sup>. Deste modo, pretende nitidamente prevenir eventuais perigos que possam advir do manuseio ou do impacto desses projecteis. Ao invés, acha preferível a utilização de canas ou paus, rombas em ambas as extremidades e cujo peso esteja adequado à

---

<sup>529</sup> *Idem, ibidem*, p. 50. Pensamos que os termos «rociis folloões» se referem a cavalos mais mexidos e dinâmicos. No entanto, Arminda Fernandes, no seu estudo sobre o cavalo na Idade Média, defende um ponto de vista diferente. Segundo esta autora, os “roncins” ou “roussins” eram cavalos de categoria inferior “...utilizados para a sela e para a carga”. Cf. FERNANDES, A., *op. cit.*, p. 18.

<sup>530</sup> D. Duarte recomenda que o candidato a cavaleiro aprenda a «...reger com leve lança», para adquirir o melhor «geito da braçaria». D. DUARTE, *op. cit.*, p. 51.

estatura e capacidades do jovem, para que, deste modo, ele possa adquirir melhor o «geito da braçaria»<sup>531</sup>.

O monarca acrescenta que, quando o moço aprendiz já se mostre capaz de realizar estes exercícios sem receio, é chegado o momento de passar a usar boas bestas. Recomenda, no entanto, que não deixe de cavalgar também outros cavalos com malícias, que contudo não sejam demasiado perigosos.

Ao atingir esta etapa, dada a evolução já havida, o moço deve aprender, como recomenda D. Duarte, «...todallas outras cousas que o boo cavalgador deve aver», como por exemplo correr sem estribeiras. O monarca considera ainda aconselhável que o aprendiz vá experimentando outras habilidades, desde que não sejam manifestamente perigosas. Neste ponto da evolução da aprendizagem do candidato a bom cavalgador, o autor do *Livro da Ensinança* já não defende que o mestre mantenha o comportamento permissivo e pouco exigente que teve no início. Ao invés, preconiza que, nesta altura, qualquer erro cometido pelo aprendiz seja firmemente contrariado pelo mestre, «...e tantas vezes ataa que o enmende»<sup>532</sup>.

Atingido este estágio, D. Duarte reitera a importância da utilização de boas bestas e da existência de um mestre competente, que eleja um ensino progressivo e sequencial.

Ao defender esta perspectiva pedagógica, o rei parece preconizar que, antes de o jovem nobre se dedicar a actividades equestres de natureza lúdica (como as justas e os torneios) ou participar na guerra, deve beneficiar de uma longa aprendizagem. Este treino prévio ajudá-lo-á a perder o receio em cavalgar e a sentir-se seguro. No entanto, acrescenta o monarca, as actividades da guerra assim como as justas e os torneios são meios muito importantes e complementares para ajudar o aprendiz a perder o receio no cavalgar.

---

<sup>531</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

<sup>532</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 51.

Isabel Dias chama a atenção para o facto de, na concepção pedagógica do autor do *Livro da Ensino*, a transição de uma etapa de aprendizagem para outra mais avançada dever ser sempre acompanhada da mudança de cavalo. Deste modo, pode-se depreender que a montada é “...um factor essencial para a complexificação e progressão do ensino e da aprendizagem” da equitação<sup>533</sup>.

No que respeita concretamente à aprendizagem das técnicas corporais a utilizar nas justas, o rei defende mais uma vez o princípio da progressão. Na sua opinião, o iniciando deve começar por aprender a «reger» a lança e só depois procurar atingir a proficiência no acto de «bem encontrar» o seu opositor<sup>534</sup>. Neste sentido, é aconselhável que o aprendiz se preocupe em manusear e arremessar a lança apeado, passando mais tarde a fazê-lo a cavalo, uma vez ultrapassada, com sucesso, a etapa anterior.

Segundo D. Duarte, é fundamental que todo este processo de aprendizagem decorra perante a observação do mestre. Este, baseado nos seus próprios conhecimentos e na experiência adquirida na arte de bem cavalgar, irá transmitindo ao pupilo a instrução relativa aos elementos técnicos requeridos, bem como a informação de retorno referente aos erros cometidos, mas também aos progressos alcançados.

Para o controlo da lança a pé, na perspectiva defendida pelo rei, o executante deve ter esta arma junto à perna. Em seguida, irá agarrar a lança por baixo («de so ella») e apoiá-la depois no peito, de modo que fique na horizontal. Finalmente, a lança será colocada por baixo do braço («de sso-braço»), com a ponta levantada, de «sollacada», ou seja, através dum rápido impulso do tronco, braço e mão<sup>535</sup>.

---

<sup>533</sup> DIAS, I., *op. cit.*, p. 110.

<sup>534</sup> *Idem, ibidem*, p. 76-81. «Bem encontrar» significa atingir convenientemente o seu adversário com a lança, no local desejado.

<sup>535</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 76 e 77.

É aconselhável, na óptica de D. Duarte, que o jovem comece por usar neste treino uma lança leve, passando depois, progressivamente, a utilizar outras armas maiores e mais pesadas, até que as possa «reger» convenientemente.

O monarca recomenda que, tão cedo o aprendiz domine convenientemente todas estas técnicas na situação de apeado, passe depois a executá-las a cavalo. Primeiro, acha conveniente que o faça com a montada em passo de passeio e, posteriormente, a galope. Por fim, julga ser aconselhável que, com acrescida dificuldade, o iniciando saiba manejar adequadamente a lança contra o vento, com a técnica e a força necessárias, apenas com a intervenção da mão dominante.

O rei preconiza ainda que se treine o manejo da lança inicialmente sem a intervenção do riste, utilizando a mão em sua vez. Nesta linha de pensamento, logo que o jovem o saiba fazer sem a ajuda de qualquer equipamento, «mais ligeiramente» o realizará quando vier a utilizar este acessório de apoio<sup>536</sup>.

Na opinião de D. Duarte, depois de aprender a dominar convenientemente estas técnicas fundamentais do manejo da lança, que reputa de grande importância nas actividades da montaria, nas justas e na guerra, não se torna necessário que o jovem perca tempo a realizar malabarismos supérfluos. A este respeito, o monarca defende que, apesar de um cavaleiro saber *reger* duas ou três lanças e volteá-las sobre a cabeça, demonstrando assim elevada habilidade («soltura»), nem por isso tirará grandes proveitos dessas proezas em situações reais<sup>537</sup>.

Logo que todos estes saberes práticos estejam apreendidos e dominados pelo candidato a cavaleiro, o autor do *Livro da Ensinança* aconselha-o a realizar as mesmas práticas com o vestuário usado nas justas ou mesmo suportando o peso da armadura.

---

<sup>536</sup> *Idem, ibidem*, p. 78.

<sup>537</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 79.

Parece óbvia a justeza deste procedimento, já que visa proporcionar ao aprendiz uma situação semelhante à real, seja nos jogos equestres, seja na própria guerra. Deste modo, o jovem poderá evitar que algum estorvo da roupa lhe impeça um bom desempenho e, simultaneamente, habituar-se ao peso e incomodidade da armadura, que virá a usar em ocasiões de confronto bélico.

Tivemos oportunidade de abordar anteriormente os princípios, preocupações e linhas programáticas que, em termos pedagógico-didáticos, D. Duarte preconiza no processo de ensino-aprendizagem do cavalgar. Ao invés, não iremos proceder a uma análise detalhada e exaustiva dos ensinamentos técnicos desta arte advogados pelo monarca, devido a duas razões fundamentais: em primeiro lugar, por considerarmos que essa abordagem se situa para além do objecto do presente estudo. Com efeito, o nosso propósito respeita essencialmente à análise dos jogos e exercícios corporais referenciados no *Livro da Ensinança* e não das técnicas específicas da arte de cavalgar. E, por consequência, a perspectiva respeitante aos pormenores técnicos da equitação inseridos na obra de D. Duarte não se enquadra totalmente no horizonte do nosso trabalho; por outro lado, tal empresa tornar-se-ia muito espinhosa e de quase impossível realização. Na verdade, tornar-se-ia extremamente difícil perceber e depois explicar, por escrito, técnicas e habilidades motoras bastante complexas. Acresce que grande parte da terminologia usada por D. Duarte difere notoriamente da que se emprega nos tempos actuais.

Com efeito, estas discrepâncias semânticas exigiriam sempre uma pesquisa aturada por parte de um especialista da área da equitação, que domine perfeitamente as técnicas da arte de cavalgar e, sobretudo, a terminologia actual. Além disso, deve ter-se em conta a inexistência de outros livros técnicos que, sobre a arte da equitação medieval em Portugal, forneçam informações pormenorizadas e rigorosas, que permitam efectuar comparações directas relativamente ao texto do *Livro da Ensinança*.

Nas páginas finais do livro, o rei confessa a grande dificuldade que sentiu para continuar a escrever. Ele próprio, ao proceder à abertura do texto

da sexta e penúltima secção, declara textualmente que nos últimos quatro anos não teve oportunidade de dedicar tempo à redacção da obra. E reafirma que nesse período pouco escreveu, acrescentando que pretendia libertar-se desta empresa o «mais brevemente» possível. Depois, referindo-se ao motivo desta paragem, explica:

«Ca por os grandes cuydados que se me recrecerom depois que pella graça de deos fuy feito Rey, poucos tempos me ficam pera poder sobr'ello cuydar nem screver»<sup>538</sup>.

Assim, o rei lamenta que as redobradas obrigações que lhe foram cometidas logo que assumiu a condução dos destinos do reino lhe tenham roubado o tempo necessário para reflectir e continuar a escrever sobre esta temática. Todavia, certamente contra a sua vontade, D. Duarte pôde apenas redigir a sétima e última secção, a única que parece já não ter conseguido desenvolver e dividir em capítulos.

Como já tivemos ocasião de frisar, o final do *Livro da Ensinança*, qual capela imperfeita, surge nitidamente inacabado, parecendo rematado de um modo abrupto e imprevisto. Na verdade, no último capítulo da obra, D. Duarte revela claramente a intenção de aprofundar o tema da prevenção de perigos e acidentes originados por malícia das bestas. A este respeito, o rei escreveu o seguinte:

«Das mallicias das bestas em todo lugar e tempo convem guardar, como adiante, deos querendo, dyrey quando o seu tempo vyer, spicialmente nos mais piriigosos ou de vergonha»<sup>539</sup>.

Lamentavelmente, a morte chegou antes que D. Duarte tivesse oportunidade de concretizar o referido desígnio.

---

<sup>538</sup> *Idem, ibidem*, p. 127.

<sup>539</sup> *Idem, ibidem*, p. 137.

**PARTE III** - CONTRIBUTOS DE D. JOÃO I  
E D. DUARTE PARA AS  
CIÊNCIAS DO DESPORTO



## CAPÍTULO VII - DA CAÇA NO MONTE À ARTE DA EQUITAÇÃO

### 1. INTRODUÇÃO

A terceira parte do presente estudo pretende constituir uma síntese reflexiva das partes antecedentes, nas quais procedemos à análise do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, redigidos pelos dois primeiros monarcas da segunda dinastia, segundo a perspectiva inicialmente apresentada.

Embora os dois livros tenham sido elaborados com apenas algumas décadas de distância temporal, os respectivos textos denotam uma evolução acentuada nos costumes dos nobres. Acrescem as diferentes perspectivas e propósitos dos autores, bem como, notoriamente, o objecto da respectiva obra.

Assim, neste capítulo procuraremos relacionar e comparar o conteúdo dos dois livros. No capítulo seguinte, porém, serão salientados os aspectos que, em cada uma das obras, poderão – apesar de muito afastados do tempo que corre –, considerar-se como contributos válidos para as Ciências do Desporto.

### 2. AS MUDANÇAS SOCIAIS E AS PRÁTICAS DO CORPO

Da análise do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança* podemos retirar algumas ilações, quer quanto aos aspectos nos quais as preocupações e ideias dos respectivos autores se aproximam, quer relativamente àqueles em que eles demonstram uma maior ou menor separação.

É notório que ambos os monarcas atribuem aos antigos jogos e exercícios físicos as mesmas finalidades essenciais: recrear o espírito; favorecer a aquisição da condição física necessária a um bom desempenho

no campo de batalha; e, ainda, permitir aos nobres e senhores o treino intensivo no manejo das armas e da montada, como competia aos principais defensores do reino.

No entanto, se o pai e o filho parecem comungar inteiramente destas ideias, torna-se evidente que foi D. João I a atribuir muito maior ênfase aos benefícios do exercício físico (sobretudo durante a montaria) no recrear do espírito. Efectivamente, no texto da sua obra, o fundador da dinastia de Avis aduziu extensa argumentação em torno das possibilidades de a caça no monte «corregger os sentidos». Com efeito, D. João I reconheceu à montaria a virtualidade de reparar o cansaço psicológico provocado pela monotonia dos longos «desembargos» e da burocracia referente à administração do reino. Em contrapartida, é notório em D. Duarte a intenção de aprofundar, bem mais do que o seu pai, o domínio didáctico-pedagógico das técnicas da equitação, tendo em vista a sua aplicação no mister das armas.

Um dos principais alvos da atenção de D. João I é sobretudo o domínio estratégico do exercício da montaria. Com efeito, este divertimento dos nobres era por si entendido como um jogo completo e complexo, durante o qual era reservado ao colectivo dos actores um papel fundamental no desfecho da empresa. No entanto, a descrição da caça ao porco-bravo permite perceber que nem todos os intervenientes gozavam do mesmo estatuto e desempenhavam idênticas funções. Com efeito, no desenvolvimento das acções da montaria parecia encontrar-se fielmente reproduzida a estratificação existente na sociedade da época. Aos «moços», jovens plebeus, estava naturalmente cometido o conjunto das tarefas preliminares e menos valorizadas referentes à preparação do campo e criação do dispositivo prévio, que permitiria depois a actuação decisiva dos senhores. Aos *monteiros a pé*, que eram certamente funcionários da coroa ou empregados dos senhores, estava entregue a incumbência de cercar e orientar as «vozarias». Porém, o auge da operação, isto é, a luta propriamente dita entre o animal bravo e o homem, num frente-a-frente que devia terminar na morte da presa, pertencia em exclusivo ao rei, à sua família e aos nobres que o acompanhavam. Para o sucesso da arriscada

empresa que a si próprios avocavam estes senhores muito contribuía a colaboração dos cães de mais elevada estirpe, os «alaãos».

A apurada raça destes cães, que eram propositadamente treinados para colaborarem com os senhores na parte nobre do evento cinegético, ajudava a afirmar a superioridade do estatuto dos seus proprietários. Em contrapartida, aos *sabujos*, cães rafeiros sem qualquer preocupação de pureza genealógica, estavam cometidas tarefas pouco elevadas, limitando-se a ajudar os *moços*. Assim, estes animais tinham como principais funções farejar e sinalizar o porco-bravo, ou seja, realizar o denominado “trabalho sujo”.

Verificamos assim que, na montaria, a estratificação social separava os homens consoante o seu estatuto mas, curiosamente, esta distinção estendia-se aos próprios animais que participavam na empresa.

Como já referimos, a caça no monte, segundo a descrição entusiasmada de D. João I, servia para o rei e os nobres se desenfadarem das tarefas burocráticas da administração pública. Na verdade, a observação das belezas naturais restaurava toda a refinada sensibilidade dos senhores: a visão era *corrigida* pela contemplação das paisagens e pelo movimento dos monteiros, cães e cavalos; o ouvido, através do som das folhas pisadas, do chilrear dos pássaros, do latir dos cães, do relinchar dos cavalos e do guinchar do javali, ao sentir-se acossado pela matilha de alãos. O olfacto era estimulado pelos odores das plantas molhadas pelas orvalhadas matinais. O tacto reparava o *entender* pela diferente tensão que, consoante as situações, exigia o adequado manuseamento da *ascuma* e até o gosto se tornava mais apurado, nas refeições frugais, improvisadas ao ar livre, que entremeavam as exigentes tarefas cinegéticas.

Porém, o monarca fez questão de advertir o nobre leitor para o perigo de os fidalgos, durante a montaria, comerem e beberem exageradamente, como é uso das gentes plebeias. Procurando salvaguardar a elevação dos costumes da nobreza, D. João I dissuadia assim os senhores de perfilharem os hábitos grosseiros dos homens sem condição. Concretizando, o rei alertava para o inconveniente que podia acontecer quando reis e nobres

andavam no monte em busca de caça grossa e se afastavam da gente de condição, permanecendo apenas junto de «gente pequena»<sup>540</sup>. E, sobre esta matéria, o seu pensamento não deixa dúvidas, quando afirma que «...os boos folgam com os boos e os maaos com os maaos»<sup>541</sup>.

Segundo a recomendação do rei, durante a caça no monte, além de cavalgarem bonitas montadas, os cavaleiros e escudeiros deviam trajar de um modo adequado, como cumpria a tal mister. Ou seja, o vestuário que os fidalgos usavam no monte, não necessitando ser demasiado rico, como o envergado nas práticas sociais da corte, devia ser apropriado às exigências da montaria, sem deixar de ser «loução»<sup>542</sup>.

Na esteira de seu pai, no *Livro da Ensinança*, D. Duarte evidencia a preocupação em atribuir os elevados benefícios da arte equestre aos jovens com «naçom», ou seja, aos que pelo nascimento tivessem herdado a condição de nobres.

Apesar das semelhanças observadas entre as obras de D. João I e do seu filho, nota-se nelas claramente uma mudança nas aspirações, usos e costumes da sociedade, não obstante entre os dois autores haver apenas a diferença temporal de uma geração. O próprio D. Duarte, no *Livro da Ensinança*, como já havíamos aludido, informa o leitor que, após o interregno havido na redacção do texto, sentiu uma nítida alteração nos hábitos dos jovens nobres. Neste quadro, o monarca salienta o declínio do interesse por eles sentido pelas *manhas* «...que a cavallo se costumavam fazer». O desabafo do monarca refere-se nomeadamente aos exercícios de agilidade e força (ou seja, às *manhas da ligeirice e braçaria*), que antes

---

<sup>540</sup> Em ambos os livros ressalta a intenção dos autores de escreverem exclusivamente para os nobres e apenas para os homens, notando-se uma omissão quase total em relação às actividades lúdicas e corporais preconizadas ou praticadas pelos plebeus ou por mulheres e crianças.

<sup>541</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 28 e 29.

<sup>542</sup> Com o sentido de elegante. Cf. D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 16.

foram merecedores de grande «afeiçom» entre a nobreza, e via agora «mynguados»<sup>543</sup>.

Pensamos que esta mudança nos costumes da aristocracia lusa começou a instalar-se já no início do reinado do seu pai. Efectivamente, como salientámos, após a Revolução de 1385 emergiu em Portugal uma nova nobreza que, ao apoiar a política do Mestre de Avis, assumiu particular protagonismo.

É notório que D. João I, embora sobrevalorize as *manhas* corporais da montaria, das justas e dos torneios, também enaltece os jogos sociais de «solaz e de prazer», divertimentos de convívio palaciano que considera benéficos para o *recrear do entender*. No entanto, a quase exclusiva apetência para actividades pouco vigorosas, como cantar, dançar, tanger, bem trajar e jogar a *péla*, que caracterizava o comportamento dos nobres do seu tempo, despraz fortemente a D. Duarte. Com efeito, o rei temia pelas consequências negativas que poderiam advir dessa inactividade para a arte de bem cavalgar e de saber usar as armas.

A causa destes novos hábitos é atribuída pelo autor do *Livro do Cavalgar* às «voltas do mundo»<sup>544</sup>. Com esta expressão, D. Duarte refere-se à moda e às influências nefastas exercidas por outras sociedades, conhecidas pelos moços nobres nas suas deambulações, afirmando que «...a husança das terras e dos tempos mudam as manhas e os costumes...»<sup>545</sup>.

O infante D. Pedro, conhecido por «o infante das sete partidas», que viajou por grande parte da Europa, escreveu da Flandres ao seu irmão D. Duarte, em 1426, referindo-se, de longe, à situação de mudança de costumes que então se vivia em Portugal. Ao aludir a essa carta, Oliveira Martins informa que o infante advertiu o irmão para o vício da bazófia, que grassava no reino. Na sua opinião, todos queriam “afidalgar-se”, constituindo

---

<sup>543</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 118.

<sup>544</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

<sup>545</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.

uma “...nuvem de parasitas, que então enchiam os paços do rei, dos infantes e dos nobres”<sup>546</sup>. O mesmo autor, continuando a referir-se àquela carta, põe na boca de D. Pedro as seguintes palavras:

“...agora, mudadas as instituições, atulham as escadas das secretarias, desde que a burocracia sucedeu ao velho monarquismo aristocrático. [Deste modo, D. Pedro] notava a ociosidade e a incapacidade da plebe afidalgada que se lançava à Corte com a esperança num lugar de escudeiro”<sup>547</sup>.

Também no texto do *Leal Conselheiro*, transparece esta mutação verificada na sociedade portuguesa na transição do século XIV para o seguinte. Nesta obra, D. Duarte, em termos claramente recriminatórios, afirma que os jovens da nobreza, possuidores de vantagens e privilégios, começam a afastar-se dos «perigoos» e trabalhos que caracterizavam a vida do cavaleiro.

O rei censura ainda os jovens nobres pela sua ânsia em bem vestir e bem parecer, usando «maneiras de oradores» e chegando a dedicar-se ao mister que, até então, pertencia aos mercadores. Deste modo, segundo o rei, os jovens fidalgos «...desamparom a honrada maneira de sseu viver»<sup>548</sup>. Com esta afirmação, D. Duarte acusa os jovens pertencentes à nobreza de começarem a afastar-se do *ethos* do guerreiro: em tempo de guerra, dignificar o nome do reino e do seu senhor; e, em tempos de paz, usar das *manhas* do corpo que à sua condição pertencem.

A respeito da referida mutação dos costumes, Arminda Fernandes, de um modo bem elucidativo, informa que neste período se verificou nitidamente a substituição das capacidades guerreiras dos nobres pelas “competências expressivas”, da moda, das regras da etiqueta palaciana, da

---

<sup>546</sup> OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 115.

<sup>547</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>548</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro, op. cit.*, pp. 247 e ss. Em linguagem actual poderíamos dizer que esses jovens nobres começaram a aburguesar-se.

música, dança, literatura...<sup>549</sup> Contudo, este fenómeno do crescente imobilismo e acortesamento dos guerreiros, em relação ao qual D. Duarte se lamenta, está longe de ser um processo meramente interno e singular<sup>550</sup>, como Norbert Elias sublinha:

“O *acortesamento dos guerreiros* é um dos aspectos essenciais não só do processo civilizacional do Ocidente, mas também, tanto quanto nos é dado observar, de qualquer grande processo civilizacional (...). No Ocidente, verifica-se, pouco a pouco, a partir do século XII, atingindo, lentamente, a sua conclusão nos séculos XVII e XVIII”<sup>551</sup>.

Embora já D. João I o tivesse referido, é o seu filho e sucessor a condenar de um modo bem mais veemente o sedentarismo e afastamento das actividades físicas verificados entre os nobres, nesse tempo de paz prolongada. Assim, na altura em que os portugueses se lançam na cruzada norte-africana e preparam a aventura dos descobrimentos, é notório que, com o seu livro, D. Duarte procura reavivar o interesse dos jovens nobres pelos feitos da cavalaria e pela prática de jogos equestres. No entanto, como oportunamente registámos, os filhos de D. João I rejeitaram a intenção de seu pai organizar, durante todo um ano, uma grande festa com justas e torneios, em virtude destas actividades estarem já a sair do círculo restrito da nobreza. Realmente, os jovens infantes já não reconheciam os jogos equestres suficientemente dignos e nobres para vincar o brilho da sua investidura como cavaleiros, visto que já alguns filhos de ricos mercadores os começavam a realizar. Entendiam os infantes que essa honra deveria conquistar-se numa situação real de confronto com os infiéis, vencendo-os e fazendo derramar o seu sangue. Foi esta, aliás, a principal argumentação

---

<sup>549</sup> FERNANDES, A., *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*, op. cit., p. 93.

<sup>550</sup> O próprio D. Duarte chama a atenção para a mundialização dessas transformações sociais, como oportunamente referenciámos.

<sup>551</sup> ELIAS, N., *O Processo Civilizacional*, 2º Vol., Publicações D. Quixote, Lisboa, 1990, p. 209.

dos infantes para convencerem o rei D. João I a avançar para a aventura de Ceuta.

Neste episódio está bem patente, por um lado, a ascensão social dos jovens da burguesia e, por outro, a insatisfação dos nobres pela perda de exclusividade dalgumas das suas prerrogativas. Todavia, a origem desta permeabilização dos costumes lúdicos parece encontrar-se já em tempos anteriores. Efectivamente, Fernão Lopes, na *Crónica de D. Pedro*, pai de D. João I, já alertara para essas mudanças, ao narrar o seguinte caso:

«Quem ouvio semelhante justiça da que el-rrei fez na molher d’Affonssso André, mercador honrrado, morador em Lisboa? Andando justando na rrua Nova – como era costume quando os rreis viinham aas cidades, que os mercadores e cidadãos justavom com os da corte por festa – estando el-rrei presente e avendo enformaçom que entom era tempo de a achar e tomar em tall obra; e por enculcas muito escusamente foi ella tomada com quem a culpavam, e mandou-há queimar e degolar elle; e o marido, conthinuando a justa, quando acabou a justa soube disto, parte e foi- sse a el-rrei por se queixar do que lhe feito avia. E el-rrei, como o vio, ante que lhe el fallasse, pedio-lhe a alvissera do que mandara fazer, dizendo que já o tiinha vingado da aleivosia de sua molher e do que lhe poinha as cornas, e que melhor sabia ell quem ella era que ell»<sup>552</sup>.

Esta narrativa dá-nos conta da sentença brutal do rei D. Pedro, cujo reinado decorreu entre 1357 e 1367 e ganhou o cognome de «o Justiceiro», contra uma mulher adúltera, aplicada num repente, enquanto o marido, mercador, estava entretido numa justa. Como se depreende deste excerto, já era vulgar, na época, os mercadores e outros cidadãos participarem em justas com os nobres.

Podemos assim reconhecer que a prática dos jogos equestres, tradicionalmente limitada à classe social e económica mais elevada, ao

---

<sup>552</sup> LOPES, F. *Crónica de D. Pedro*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2.<sup>a</sup> edição, 2007, p. 39.

perderem essa exclusividade, deixaram de ser um factor distintivo do superior estatuto da nobreza.

Referindo-se ao desporto actual, Salomé Marivoet, na esteira de Bordieu, defende que o consumo do desporto é sinónimo de identificação social, continuando a assentar numa estratégia de oferta e de procura que facilita a mobilidade das classes sociais<sup>553</sup>. Quer isto dizer que uma determinada modalidade desportiva pode ter constituído, em dada época, uma prática exclusiva de classes socialmente favorecidas. Se pessoas de menor estatuto social conseguem ascender à referida prática, as de condição refinada passam a adoptar outro ramo de desporto.

Como factor distintivo relativamente às classes sociais inferiores, o acto de bem cavalgar era, para D. Duarte, simultaneamente uma ciência e uma arte. Uma ciência, porque a sua aprendizagem e aperfeiçoamento tinham como alicerces um método de ensino progressivo, um conjunto de técnicas específicas e um treino contínuo e aturado, ou seja, um exercício que é imprescindível a quem deseje alcançar níveis de excelência. E é simultaneamente uma arte, porque, na perspectiva do monarca, tão importante é o fazer bem, como o fazer com beleza, isto é, o “parecer bem” sobre a montada.

Para os primeiros soberanos da segunda dinastia, o domínio do cavalo é valorizado como um meio fundamental para o exercício das armas, permitindo distinguir os nobres dos plebeus.

Em face do exposto, é compreensível a enorme importância atribuída ao cavalo na Idade Média, quer como um bem económico valioso, quer como meio de transporte, instrumento de guerra ou simples objecto de afirmação social<sup>554</sup>. Essa importância é, aliás, já reconhecida nos séculos XII e XIII,

---

<sup>553</sup> MARIVOET, S., *Aspectos sociológicos do Desporto*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 21.

<sup>554</sup> FERNANDES, A., *op. cit.*, pp. 10 e ss. O tema da importância do cavalo no poderio dos exércitos e no desfecho das actividades bélicas é desenvolvido por João Gouveia Monteiro. Cf. MONTEIRO, J. G., *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, *op. cit.*, Cf.

como se depreende do texto de uma cantiga de escárnio e maldizer, de Juan Garcia de Guilhade, dedicada a uma «soldadeira» (prostituta). Como refere Rodrigues Lapa, aquele autor, na canção a Dona Ouroana, quer significar que “...enquanto usardes besta para cavalgades, todos, na verdade, vos distinguirão de qualquer outra puta ordinária”<sup>555</sup>.

Neste quadro, compreende-se que a criação de cavalos tenha sido uma actividade que, durante a Idade Média, atingiu grande expressão em Portugal e em toda a Península Ibérica, por vezes associada aos mosteiros<sup>556</sup>.

O rei D. Duarte, como vimos, parece ir ainda mais além na apreciação das elevadas virtualidades da equitação, ao semelhar o *andar direito na sela* ao *andar direito na vida*, como se espera de todas as pessoas de condição superior. Ou seja, depois de considerar o bem cavalgar como uma arte e uma ciência, o rei eleva-o ao nível ético de um código de conduta equilibrado e irrepreensível.

Num tempo de viragem cultural e social, parece ter tido um papel relevante em D. João I e em D. Duarte, bem como nas suas obras literárias, um género de literatura que costuma designar-se por *espelhos de príncipe*. Estes livros<sup>557</sup> pintavam o príncipe como o mais elevado modelo de virtude, colocando-o no papel de exemplo mais elevado da sociedade.

Se essa preocupação em mitificar os reis e os príncipes parece descortinar-se na redacção do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensino*,

---

GARCIA DE GUILHADE, J., In M. RODRIGUES LAPA, *Cantigas D’Escarnho e de Maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, p. 145.

<sup>555</sup> RODRIGUES LAPA, M., *op. cit.*, p. 145.

<sup>556</sup> Cf. FERNANDES, A., *op. cit.*, pp. 8-40.

<sup>557</sup> Como, por exemplo, *De Regimine Principum*, de Gil de Roma (ou Egídio Romano), dedicado a Filipe, o Belo, em 1285. Cf. MONTEIRO, J., G., *Orientações da cultura da corte...* Deve referir-se o facto de D. Duarte possuir livros destes autores na sua biblioteca pessoal e de D. João I, segundo Zurara, ler frequentemente o *De Regimine Principum*. *Idem, ibidem*, p.93.

ela é bem mais evidente noutras obras de D. Duarte, em especial no *Leal Conselheiro*.

Todavia, cumpre afirmar que esta tentativa de modelização social que se nota nos escritos de D. João I e D. Duarte não é meramente teórica e normativa. Pelo contrário, apesar de ambos os monarcas e autores se queixarem do peso da burocracia da gestão do reino e lamentarem o pouco tempo que lhes restava para as actividades corporais, ambos declaram ter sido bons praticantes. Verifica-se, assim, que na concepção destes monarcas portugueses, o nobre também devia distinguir-se dos homens de baixa condição pelas actividades lúdicas e corporais que realizava. Com efeito, se o pai se exercitou nas *manhas da ligeirices* e da *braçaria*, na luta, em justas e na montaria<sup>558</sup>, seu filho, além de cavaleiro emérito, foi lutador, arremessou lança e ganhou fama como justador e torneador.

### 3. O CULTO DO CORPO EM D. JOÃO I E D. DUARTE

A Idade Média foi geralmente considerada, pelos historiadores, como um “longo período de trevas”, durante o qual os princípios ascéticos desencorajaram as actividades físicas ou mesmo motivaram relações pouco pacíficas do homem com o seu corpo. Contudo, apesar desta visão escura do ascetismo que caracterizou o “interlúdio medieval”, McIntosh afirma que a Idade Média foi fértil em “desportos e passatempos”<sup>559</sup>.

É reconhecido o papel desempenhado pela Igreja na instrução, com particular relevo o ensino e divulgação do latim, se bem que, ao mesmo

---

<sup>558</sup> D. João I pode considerar-se um verdadeiro desportista. D. Duarte refere a este respeito que seu pai, «...por a haver [a actividade física] em tempo de sua mancebia costumado, seendo sua ydade que passava de LXX [setenta!] anos, do chaão sem outra vantagem cavalgava em besta de razoada altura assy desembargadamente, que poucos homees de grande stado em ydade de cinquenta o pederiam assy fazer». Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 117.

<sup>559</sup> McINTOSH, P. C., *O Desporto na Sociedade*, Prelo Editora, Lisboa, 1967, p. 44.

tempo, tenha condenado o jogo sob todas as suas formas<sup>560</sup>. No entanto, os mosteiros, na alta Idade Média, constituíram-se como importantes pólos para a generalização da ideia da negação dos prazeres carnis. Qual fruto proibido, o corpo era visto como inimigo da alma. Vito Fumagalli, no seu *Solitude carnis*, refere que, no século X, o monge João Cassiano confessa viver, bem como os seus companheiros, em permanente luta contra os impulsos da carne<sup>561</sup>. As suas *Colações*, tratado muito famoso e emblemático do pensamento monástico medieval, constituíram uma das principais obras em que D. Duarte se apoiou nos seus escritos. Na verdade, o rei, no texto do *Livro da Ensinança*, afirma que foi influenciado sobretudo por um autor, que Joseph Piel pensa tratar-se de João Cassiano.

Quando D. Duarte se refere à vontade, considera-a relacionada com a carne ou com o espírito. A vontade do corpo é por ele associada à «folgança do corpo», isto é, ao afastamento de trabalhos, canseiras e perigos. Nesta concepção, uma vez que o corpo não deseja o cansaço, o homem deve precisamente contrariar esta tendência e exercitá-lo em práticas exigentes. Tal como já pensava seu pai, «...todallas cousas se curam pelo seu contraio»<sup>562</sup>, pelo que o corpo deve ser reparado através da actividade física. Ao invés, dá o exemplo do homem que muito corre e só se repara com o descanso. Na mesma linha de pensamento, o rei defende que, como o corpo tem as suas paixões (que surgem na forma de pecado), pode redimir-se destes excessos pela expiação obtida através da fome, da sede e do cansaço.

Embora não o afirme categoricamente no *Livro da Montaria*, D. João I deve ter sido também influenciado por João Cassiano, bem como pelo pensamento de S. Agostinho, a quem se refere quando afirma que «... a alma é melhor que o corpo». Nota-se que, no entender do monarca, o corpo

---

<sup>560</sup> ARIÈS, P., *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Edição Relógio d'Água, Lisboa, 1973, p. 127.

<sup>561</sup> FUMAGALLI, Vito, *Solitude carnis. El cuerpo en la Edad Media*, Editorial NEREA, Madrid, 1990, p. 40.

<sup>562</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 7

comunica com a mente através dos sentidos, que são os autênticos «mensageiros do corpo»<sup>563</sup>.

Da análise do texto do *Livro da Montaria*, ressaltam dois aspectos que, aparentemente, surgem como paradoxais. D. João I faz, em toda a obra, forte apologia à actividade física, preconizando a prática de jogos diversos, das *manhas das ligeirices*, da *braçaria*, das justas, dos torneios e da montaria.

Não restam dúvidas de que o monarca reconhece todos os benefícios advindos para o espírito e para o corpo destas actividades lúdicas e corporais, em tempo de paz e na guerra. Por um lado, influenciado pelo fervor religioso que caracterizou o período medieval, o rei admite que as paixões do corpo foram dadas ao homem na altura do pecado original<sup>564</sup>. Por outro, porém, desculpabiliza-se da paixão pela montaria, defendendo que a actividade de «ir ao monte» não deve considerar-se pecado, pois que é feita por «aprazer a Deus», tal como o «jejuum» que alguns guardam<sup>565</sup>.

Relativamente aos males da inactividade, que ambos os reis procuram denunciar e combater, D. João I, baseando-se nos físicos (médicos, na altura), refere em interessante linguagem:

«... quando o corpo estaa quedo, que entom as humidades crecem sobejas fora da natureza, e quando assi som muytas, que entom sobem a cabeça: e quando a multitudom he grande nom podem baixar por os lugares que deuem fazer, entom descendem aos canos dos bofes, por que ueem o folego, e tpaos, e entom faz os bofes pesados em tal guisa, que nom podem tam bem auentar como deuem, e assi fica que nom pode auer tam boo folego, como deue: e os que deste joguo usam, corregem muy bem esta manha do folego, e aleuantandose de manhã no andar, e correr fazem em andar ao monte, se for bem regido em

---

<sup>563</sup> *Idem, ibidem*, 90 e 91.

<sup>564</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>565</sup> *Idem, ibidem*, p. 25. Para LE GOFF, J. e TRUONG, N., *Uma História do Corpo na Idade Média*, Edições Teorema, Lisboa, 2005, p. 50, “...a abstinência e o jejum ritmam o tempo do «homem medieval»”.

comer e beuer, de força será de se desecarem as humidades: e sendo as humidades secas, entom aquelle que perdesse por a muyta humidade, corregeria, quando fossem desecadas»<sup>566</sup>.

A concepção racional do corpo humano, como é feita por D. João I, baseada na oposição entre o húmido e o seco, parece-nos nitidamente influenciada pela antiga escola de Cós, da qual Hipócrates foi o membro mais conceituado. Efectivamente, esta teoria estava baseada em grupos de oposição, como o cru e o cozido, o calor e o frio, o seco e o húmido, o amargo e o doce<sup>567</sup>.

Segundo esta perspectiva, se a saúde residia no equilíbrio, a doença era sobretudo devida à instabilidade originada pelo excesso de um dos elementos que a constituíam. Deste modo, para remediar esse desequilíbrio corporal torna-se necessário recorrer ao princípio oposto ao causador da doença, como D. João I já preconizava<sup>568</sup>.

Apologista de um estilo de vida saudável, contrário a todo o tipo de excessos, D. João I refere-se, também, ao mau costume de os monteiros beberem vinho pela manhã, correndo o risco de ficar turvados, «...podendo do seu estado advir grande mal». Deste modo, aconselha temperança no beber, advogando que o vinho seja meado ou terçado de água, mas também no comer, mesmo que «...as iguarias seiam muytas». E, completando o seu pensamento, afirma que os homens que têm por elevada função a defesa do reino devem ter «bão folego» (resistência) e, para isso, convém que evitem os grandes vícios «...do comer, e do beuer sem rezom»<sup>569</sup>.

---

<sup>566</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 25.

<sup>567</sup> Cf. LE GOFF, J., *As Doenças têm história*, Terramar, Lisboa, 1997, p. 45.

<sup>568</sup> Mesmo quando se refere aos cães, o rei defende que aos de «...compreissom seca, que comendo a carne que he humeda, que deuia de correger em aquelle segura». Cf. D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 62.

<sup>569</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 28-29.

Verifica-se, pois, que D. João I associa a falta de resistência verificada durante a prática da montaria aos excessos de comida e bebida. Em sintonia com o pai, D. Duarte afirma que o cavaleiro deve moderar o comer, o beber, o dormir, mantendo a «...folgança ordenada que o corpo naturalmente requiere»<sup>570</sup>.

É curioso verificar, assim, que este rei já conhece a importância da recuperação no processo de treino, que recomenda ao praticante da arte de cavalgar.

Acerca dos excessos da comida e bebida, Le Goff e Truong afirmam que os pecados da carne e os pecados da boca andam a par. Assim, na Idade Média “...é reprimida a embriaguez, por um lado porque as conversões ao cristianismo eram sobretudo de camponeses e de «bárbaros», muito dados a beber, e que havia que refrear”<sup>571</sup>.

D. Duarte advogava ainda (relacionando a manutenção do peso corporal ideal e da saúde com a prática da actividade física) que se os homens se dedicassem às *manhas* corporais permaneceriam sãos e não engordariam<sup>572</sup>. Desta ideia ressalta uma perspectiva de cultura física, isto é, de uma actividade corporal contínua e realizada durante toda a vida. Efectivamente, o rei aconselha todos os indivíduos, mesmo os fracos, velhos ou com gordura, a continuarem a prática da equitação.

D. João I enuncia, deste modo, as *manhas* do corpo que os guerreiros devem dominar:

«Primeiramente auerem bõo folego, deshi serem ligeiros em as cousas que de susso dissemos, outrosi braceiros, e depois ferirem de facha, e de espada, e de todallas outras armas que se de suso referem; ainda mais saberem ferir de justa; e com todo esto lhes compre auer bõo auyamento, que saibam obrar destas manhas assi como lhes conuem nos lugares onde cumprir

---

<sup>570</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensinança*, *op. cit.*, p. 90.

<sup>571</sup> LE GOFF, J. e TRUONG, N., *op. cit.*, p. 50.

<sup>572</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 9.

de se fazerem, e depois leuarem suas armas apostadamente, e deshi caualgarem bem, e com todo lhes faz mister de auerem boa força»<sup>573</sup>.

Para D. Duarte, uma das três virtudes requeridas aos homens, para atingirem a excelência, é a «...razoada fortaleza do corpo», ou seja, uma boa constituição física<sup>574</sup>. Deste modo, no que concerne ao treino físico («ensayo»), achou necessário incluir no seu *Livro dos Conselhos* um curto «Regimento pera aprender alguas cousas d'armas». Neste regulamento, o rei integra algumas indicações referentes à prática dos exercícios físicos que considera importantes para o ofício das armas. Recomenda que o guerreiro se muna de todas as armas usadas na guerra e caminhe a pé, por uma encosta acima, durante muito tempo e com elevado ritmo. Além disso, preconiza o treino com armas mais pesadas do que as habitualmente usadas no campo de batalha. Também lhe parece benéfico que o jovem aprenda com outros guerreiros experimentados técnicas defensivas e ofensivas («...alguas maneyras e gardas e offensas que outros sabem fazer»), adquirindo assim maior proficiência e *fôlego*<sup>575</sup>.

Já Vegécio defendia a marcha em passo militar, aconselhando o recruta a caminhar vinte milhas romanas em apenas cinco horas e, em passo largo, no mesmo tempo, vinte e quatro milhas. Aconselhava ainda que os escudos de vime e as espadas com lâmina de madeira usados no treino pesassem o dobro das armas que os soldados transportavam nas batalhas<sup>576</sup>, recomendações que, como vimos, D. Duarte perfilhou.

De igual modo, D. João I, no texto do *Livro da Montaria*, faz reiteradamente a apologia da exercitação das manhas do corpo. Ao referir-

---

<sup>573</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 13.

<sup>574</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 8.

<sup>575</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa)*, *op. cit.*, p. 270. El-rei insiste na necessidade de aprender as técnicas das armas com outros e a partir de outros, aconselhando o guerreiro a «aprender de hus e dos outros em feito d armas».

<sup>576</sup> VEGÉCIO, *op. cit.*, pp. 38 e 39.

se às capacidades que o guerreiro deve possuir, este monarca assegura que elas se conseguem quer por natureza, quer por «uso» frequente, ou seja, pelo treino. E, ao invés, segundo o rei, os que já possuem essas capacidades facilmente as perdem por destreino<sup>577</sup>.

Muito interessante nos parece, também, a concepção que o rei D. Duarte demonstra ter do cultivo do corpo que, de modo metafórico, assemelha à cultura da terra:

«E porem dou conselho aos senhores e a outra gente manceba que estas manhas convenham, que consiirem que seus corpos som assy como suas herdades, as quaaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, darõm de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco valor; e com trabalho e rompimento e aproveitamento dellas dam taaes frutos de que principalmente em esta vida avemos nossa governança. E nossos corpos, se em tempo de mocidade [e] mancebia som leixados em ouciosidade, nom se despoendo a boas sciencias ou boas manhas corporaaes ou mesteres, segundo a cada huus perteecem, som tornados assy sem proveito que mereciam de seer dados de sesmaria a outros, que como servos os fizessem servir e fazer algua cousa proveitosa»<sup>578</sup>.

Na perspectiva de D. Duarte, se os jovens se desleixarem no cultivo do corpo e se mantiverem em ociosidade, correm o mesmo risco que as terras que não são trabalhadas e cuidadas. Nesta acepção, chega a propor, à semelhança do que sucede com as terras não cultivadas pelos respectivos proprietários, que os corpos sedentários sejam entregues «de sesmaria» a servos que deles cuidem.

O rei advoga ainda que as *manhas* da luta e do cavalgar sejam aprendidas e treinadas na mocidade, pois, caso assim não suceda, «...de ventura, na mayor ydade se poderóm razoadamente percalçar»<sup>579</sup>. Este

---

<sup>577</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, pp. 13, 14 e 28.

<sup>578</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 120.

<sup>579</sup> *Idem, ibidem*, p. 121.

pensamento remete-nos, curiosamente, para a concepção de “período crítico” de aprendizagem das habilidades motoras complexas, questão importante na área do desenvolvimento motor.

A razão que levou o monarca a incluir o ensino da luta no seu manual de bem cavalgar foi, como já referimos, por certamente entender que ambas estas artes (a equitação e a luta) se tornam fundamentais para o exercício das armas. A este respeito, Carlos Pereira realça a correcção do pensamento do rei, ao afirmar que, nos tempos actuais, muitos treinadores aconselham aos praticantes de equitação a prática doutra actividade física complementar, procedimento comum a outros ramos do desporto<sup>580</sup>.

#### 4. JOGOS REFERENCIADOS E OMITIDOS NO LIVRO DA MONTARIA E NO LIVRO DA ENSINANÇA

Abordámos, na parte I deste estudo, os diversos exercícios físicos e jogos mencionados por D. João I. Como então referimos, é notória a intenção do rei em abordar essas práticas lúdicas numa forma sequente, reservando o final para a actividade mais valorizada, a montaria.

O monarca começa por aludir ao xadrez, que considera muito benéfico para a estratégia da guerra, mencionando depois o jogo da *péla*, que aconselha por fortalecer os membros e a resistência, ainda que, na sua opinião, constitua um melhor exercício para os jovens do que para os homens. Também alude às práticas lúdicas aleatórias de *tavolagem*, a que não reconhece mérito, considerando-as como maus jogos.

As actividades musicais e sociais, como cantar, dançar e tocar são por D. João I consideradas importantes, como meios de recreação e afirmação pública.

---

<sup>580</sup> PEREIRA, C., *Étude du premier traité d'équitation portugais : Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela du roi Dom Duarte*, L'Harmattan, Paris, 2001, p. 63.

Relativamente às destrezas corporais que inclui nas *ligeirices*, somente a algumas, pequenas corridas e saltos diversos, atribui valor como preparação para a guerra. Além disso, recomenda o aprendiz de cavaleiro a treinar a subida para a sela, apoiando a mão na *coma* e no *arção*. Também a *braçaria*, segundo o rei, fortalece o guerreiro, em especial o arremesso da lança, que preferencialmente deve ser realizado a partir do cavalo.

A prática das justas e torneios, que apelida de jogos «muyto mais fermosos» que os anteriores, é, obviamente, mais enaltecida pelo soberano, em virtude destes exercícios constituírem uma representação fiel de episódios bélicos. No entanto, como vimos, por encontrar algum artificialismo nestas práticas, nomeadamente no que concerne ao tipo de piso e alvo a encontrar, é ao exercício da montaria que o Mestre de Avis atribui o valor supremo. Em seu entender, a actividade da caça grossa, realizada em plena natureza, aduz benefícios quer como prática de recreação, quer como meio de preparação para a guerra. Nesta perspectiva, o rei considera a montaria como um jogo global e completo, que agrega em si as virtudes de todas as restantes práticas corporais vistas separadamente. Não admira, pois, que D. João I tenha destinado à caça no monte quase todas as páginas da sua obra.

Relativamente a D. Duarte, conquanto exista no *Livro da Ensinança* a mesma preocupação de ir avançando para as matérias mais importantes, nota-se no texto, além da maior pretensão de rigor científico, o propósito de desenvolver um verdadeiro método de ensino da equitação. Com efeito, é visível nesta obra o grande cuidado do monarca em apresentar, de forma sequente, o seu método de ensino, caminhando por passos, do fácil para o difícil.

Além disso, não quis descurar a questão respeitante à prevenção de possíveis acidentes, apresentando as regras de segurança a adoptar, aspectos que não são tão salientes na obra de seu pai.

Como adiante veremos, nota-se no *Livro do Cavalgar*, em confronto com o *Livro da Montaria*, maior aprofundamento das matérias técnicas

referentes à arte da equitação, ao treino da luta e ao ensino dos procedimentos correctos na justa.

D. Duarte demonstrou, em relação a seu pai, uma visão mais esclarecida e rigorosa na abordagem dos temas técnicos, nomeadamente no ensino de diversas práticas corporais, como o arremesso da lança, a luta, a justa, o torneio e as *manhas* do bem cavalgar.

No que respeita ao acto de torneiar, dá particular realce à utilização da espada e refere que, nesta actividade, a técnica de cavalgar à *gineta* era a mais usada pelos cavaleiros portugueses do seu tempo.

Além dos exercícios físicos e lúdicos referenciados por D. João I, incluindo algumas alusões à própria montaria, D. Duarte menciona outras práticas, como o lançamento da barra e o salto aos pés juntos – que considera exercícios usuais entre os plebeus –, o lançamento da barra de ferro, canas e paus (visto essencialmente como preparação para o arremesso da lança, a cavalo), a esgrima com a espada, realizada a cavalo, a luta e o jogo *das canas*.

O rei alude ainda, embora de relance, ao lançamento do dardo, explicando apenas que se trata de um lançamento em distância. Todavia, não presta tanta atenção como seu pai aos pequenos jogos, nomeadamente aos de *tavolagem*, que nem menciona.

Sem se deter tão demoradamente na descrição contextual e técnica da montaria, D. Duarte alude diversas vezes à sua experiência de caçador e aos êxitos que obteve na perseguição de ursos, veados, touros selvagens<sup>581</sup> e porcos-bravos. Neste particular, mostrou-se apologista do uso de lanças grandes e pesadas.

---

<sup>581</sup> A caça ao touro e a outra *veação*, feita a cavalo, pode ter constituído o início muito recuado da tauromaquia portuguesa a cavalo. Este aspecto é relevado por diversos autores. Cf., por ex.º, QUINT, A. M., “Du gouvernement des chevaux aux gouvernement d’un royaume », in C. M. Pereira, *Étude du premier traité d’équitation ...*, *op. cit.*, pp. 13-15.

Ana Maria Rodrigues explica que, numa altura em que as justas e torneios tinham perdido algumas das suas características violentas, os nobres começaram a dedicar-se às corridas de touros, prática derivada da caça grossa. Segundo a autora, também o povo deveria ter as suas formas tradicionais de corridas de touros, que no entanto assumiriam a forma de um jogo colectivo e apeado<sup>582</sup>.

Contudo, as duas obras literárias analisadas não fazem qualquer alusão a jogos e actividades corporais que diversos escritores e historiadores referenciam na mesma época ou algum tempo depois (séculos XV e XVI). Pensamos que esta omissão poderá dever-se, por um lado, ao facto destes exercícios lúdicos serem praticados pela *arraia-miúda*<sup>583</sup> ou constituírem somente divertimentos de crianças, sem qualquer préstimo para a preparação do nobre guerreiro. Por outro lado, devemos estar cientes de que a finalidade principal que presidiu à redacção dos dois livros analisados não se prendeu com a descrição de todos os jogos praticados em Portugal durante os reinados de D. João I e D. Duarte. Ou seja, estas práticas lúdicas não devem ter sido julgadas, pelos autores, directamente relacionadas com o tema central do respectivo livro.

Vários jogos de azar que estiveram em voga, em Portugal, no século XV vêm mencionados nas *Ordenações Afonsinas*<sup>584</sup> e não foram referidos nas duas obras estudadas: a *vaca* e o *jaldete*, modalidades de jogos de cartas; o *curre-curre*, actividade lúdica considerada recente, na época, que

---

<sup>582</sup> RODRIGUES, A. M., “Festas de touros no Portugal medievo”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 4, ICS/Univ. do Minho, Braga, 1991, pp. 357 e ss.

<sup>583</sup> Segundo Rodrigues Lapa, no prefácio aos *Quadros da Crónica de D. João I*, na época o povo trabalhador era conhecido por *arraia-miúda*. LOPES, F., *Quadros da Crónica de D. João I*, selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, Textos Literários de Autores Portugueses, Lisboa, 1993, p. 5.

<sup>584</sup> *Ordenações Afonsinas*, com nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Livro V, t. 41, 11.

se pensa ser semelhante ao jogo aleatório e intemporal do *par ou ímpar*, as *torrelhas* e os *dados fêmeas*, decerto variedades do jogo dos dados<sup>585</sup>.

Torna-se notório que a bibliografia da época não menciona os jogos de cartas entre as práticas aleatórias da *tavolagem*. Na opinião de Patrícia Baubeta, a primeira referência a estes jogos acontece apenas em 1500. Assim, a autora justifica a falta de generalização destes jogos pelo atraso verificado na impressão, em Portugal, o que impedia a circulação dos baralhos<sup>586</sup>.

Nas Ordenações Afonsinas figuram ainda outras práticas lúdicas realizadas na época: o *butir*, prática de lançamento em precisão, e a *porca*, que Oliveira Marques considera ser um exercício de lançamento ao alvo. A opinião do ilustre historiador (não obstante o grande respeito que nos merece este reconhecido especialista no período medieval português), não nos parece a mais ajustada. Com efeito, acreditamos que aquele vocábulo respeita concretamente ao jogo da *choca* (*chueca*, em Espanha, e *truie* ou *gouret*, em França). Este jogo, embora com características eminentemente rurais, ainda se praticava em muitas aldeias portuguesas nos anos setenta do século passado, sendo conhecido por diversíssimas designações: *choca*, *joca*, *porca*, *reca*, *chiqueiro*, *pinha*, *marrã*, *furriga*, *zaborra*, *chincharramona*, *serramuda*, *corrolha*, *zarelho*...<sup>587</sup>

---

<sup>585</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *op. cit.*, p. 194.

<sup>586</sup> BAUBETA, Patrícia A. O., *Anticlerical Satire in Medieval Portuguese Literature*, Ed. Edwin Mellen Press, 1992, p. 260. No entanto, as constituições sinodais e os livros de visitas e capítulos relatam a proibição de «abomináveis costumes», dos párocos e dos populares. A título de exemplo, as Constituições do bispado da Guarda, de 1500, proibem os clérigos de participarem em touradas, bailes e jogos de cartas. Cf. GOMES, J. P., *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981, p. 130.

<sup>587</sup> SERRA, M. C., *Os Jogos Tradicionais em Portugal...*, *op. cit.*, Vol. II, pp. 638 ss. Em Espanha, o juego da *chueca* era muito usado no séc. XVI. Cf. MÉNDEZ, C., *Libro del ejercicio corporal, y de sus provechos...*, edición, estudio preliminar y notas de J. Solominos Palencia, Academia Nacional de Medicina, III, México, 1991, p. 250 e ÁLVAREZ del PALACIO, E., “Aproximación a los principios de la actividad físico-lúdica en la España del

A *porca* ou *choca* também era conhecida na Idade Média pelo nome de *aléu*, podendo ter derivado, segundo René Alleau, do antigo jogo da *crossa* (*crosse*)<sup>588</sup>. Todavia, este autor acrescenta que os jogos de bola com cajado remontam a eras muito recuadas, sendo já conhecidos pelos persas em 2000 a. C. Frei Joaquim Sanra Rosa Viterbo, no seu conhecido *Elucidário*, refere que em Portugal, no século XV, era habitual o *aléo*, «vara grossa ou cajado com que se jogava a choca»<sup>589</sup>.

O jogo da *choca* ou *mail*, como refere Bernard Gillet, esteve em voga em França, desde o século XV, e “...não envolvia nenhuma brutalidade [uma vez] que se tratava de fazer rolar uma bola de um ponto a outro, no menor número possível de toques, batendo-lhe com um taco”<sup>590</sup>. Parece evidente que este jogo, mais parecido com o golfe, era certamente apreciado pelos nobres que, à semelhança do que acontecia com Henrique IV, praticavam a *choca* «para se refrescar»<sup>591</sup>.

Podemos assim depreender que tal exercício lúdico nada tem a ver com a *choca* ou *porca*, prática que envolvia alguma violência e foi jogada pelos pastores, sobretudo na Beira Alta e em Trás-os-Montes, há meio século<sup>592</sup>.

O vocábulo *aléu*, muito utilizado na Idade Média, foi entrando em desuso ao longo dos tempos, substituído nos meios rurais por diversos termos, como pau, cajado, cachaporra, cacheira e, nos desportos surgidos da Revolução Industrial, pelos termos *baton* e *stick*, sobretudo por este. Os dicionários conservam este termo, associando-o ao «pau com que se impele

---

siglo XVI: las diversiones y pasatiempos del pueblo y de la nobleza”, in J. Robles Tascón, *La lucha, los aluches y los juegos populares y aristocráticos en la literatura española*, Universidad de León, León, 2003, p. 25.

<sup>588</sup> ALLEAU, R., *op. cit.*, p. 11.

<sup>589</sup> VITERBO, *op. cit.*, Vol. I, p. 337.

<sup>590</sup> GILLET, B., *op. cit.*, p. 62.

<sup>591</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>592</sup> Opinião que também é manifestada por CABRAL, A., *op. cit.*, p. 155.

a bola no jogo da choca»<sup>593</sup> ou mesmo ao jogo e ao próprio bastão, salientando a sua origem obscura<sup>594</sup>. António Cabral defende que as palavras *malho* e *alleo* (aléu) derivaram do latim *malleum*, de onde proveio também o vocábulo francês *mail*<sup>595</sup>.

Um episódio interessante acontecido após a conquista de Ceuta aos mouros, em 1415, é descrito por Viterbo. Informa este autor que, quando D. João I chamou o conde D. Pedro de Meneses para o nomear governador desta praça de armas, estava ele a jogar a *choca*. Assim, empunhando o pau ou *aléu*, teria ido à presença do rei, declarado solenemente que, com essa arma, defenderia a praça das investidas dos mouros<sup>596</sup>.

Também no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende Garcia de Resende (1470-1536), do início do século XVI, surgem referências a diversos jogos e divertimentos a que D. João I não alude no *Livro da Montaria*. A seguinte composição rimada, inserida nesse cancionero, tece considerações laudatórias ao jogador eclético, capaz de mostrar destreza e sagacidade em diferentes práticas lúdicas:

“Item, manha de louvar  
he jugar bem o *malham*,  
e o jogo do *piam*  
favor se lhe deve dar.  
Nem sei porque mais vos gabe  
ser grande pescador de *vasa*;  
mas jugar a *badalassa*  
em qualquer galante cabe.

Saber bem o *pega-chuna*,  
e o *cubre* bem jogar,  
sam duas para medrar

---

<sup>593</sup> Lello Universal, *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, *op. cit.*, Vol. II, p. 97.

<sup>594</sup> Cf. MACHADO, J. P. (Coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Amigos do Livro, 1981, Vol. I, p. 178. Segundo o autor, é provável que a origem do vocábulo seja germânica, "por via do fr. *alleau* ou *aleau*".

<sup>595</sup> CABRAL, A., *Jogos Populares Portugueses*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1895, p. 155.

<sup>596</sup> VITERBO, *op. cit.*, Vol. I, pp. 337 e 338.

galante contra fortuna.  
Nem saberia a um filho  
escolher melhor conselho,  
senão que jogue o *fitelho*,  
jaldeta, conca, sarilho”<sup>597</sup>.

O *pião* (*piam*) foi um jogo muito praticado em Portugal pelos rapazes, nas localidades rurais e em muitos centros urbanos, estando em voga até aos meados do século XX. Porém, entrou em declínio, a partir dos meados do século passado, pelo que se realiza apenas esporadicamente, podendo ainda observar-se aqui e ali. São conhecidas diversas versões desta prática lúdica, que variavam de região para região, e de terra para terra. No entanto, por vezes, na mesma localidade coexistiam duas ou três variantes diferentes<sup>598</sup>.

A *badalassa* era um jogo de fortuna ou azar, uma espécie de roleta popular, ao passo que a *conca*, segundo Teófilo Braga<sup>599</sup>, se assemelhava ao jogo do *cântaro* ou *pucarinha*, que ainda há poucos anos constituía um divertimento usual em muitas aldeias portuguesas, praticado sobretudo na altura da Quaresma. Todavia, a opinião deste eminente estudioso e político<sup>600</sup> não é seguida pela *Grande Enciclopédia da Língua Portuguesa*

---

<sup>597</sup> RESENDE, G., *Cancioneiro Geral*, Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, Vol. I, s.d., p. 169.

<sup>598</sup> Das três variações mais conhecidas, uma é essencialmente recreativa e consiste em demonstrar habilidade e perícia nas operações de *embaraçar*, lançar e apanhar o pião, pô-lo a rodar ou *bailar* no solo, na palma da mão ou a *dormir*, sobre a unha do dedo polegar. As modalidades competitivas são geralmente conhecidas por *pião à roda* ou *roda-bota-fora*, *roda dos botões* e *jogar à força* ou *açougue*. Cf. SERRA, M. C., *Os Jogos Tradicionais em Portugal...*, *op. cit.*, Vol. II, pp. 553-569.

<sup>599</sup> BRAGA, T., *O Povo português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Vol. I, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2.<sup>a</sup> edição, 1994, p. 262.

<sup>600</sup> Teófilo Braga (1843-1924) foi, além de poeta e historiador, um estudioso dos usos e costumes do povo português, com diversas obras publicadas no final do séc. XIX. Foi catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e exerceu as funções de Presidente do Governo Provisório, em 1910, e Presidente da República Portuguesa, após a

nem pelo Dicionário Enciclopédico *Lello Universal*, que referenciam a *conca* como um jogo de lançamento de uma pedra, semelhante ao *fito*<sup>601</sup>. Efectivamente, nos casos em que no jogo da *malha*, de um modo mais rústico, os intervenientes utilizam materiais de pedra, ou moedas grandes para o lançamento a um pequeno pino, essa versão ainda hoje é designada, entre outros nomes, por jogo do *fito*<sup>602</sup>. O *fitelho* seria, certamente, uma versão do *fito*, praticada com materiais mais reduzidos, jogo que foi, até há três ou quatro décadas, praticado pelos homens em muitas aldeias, próximo das tabernas.

O *malham* (*malhão*) deve corresponder ao jogo da *malha*, que ainda hoje se pratica muito em Portugal, nas aldeias, vilas e bairros periféricos das cidades, geralmente em locais próximos das antigas tabernas ou dos actuais cafés<sup>603</sup>. Nalguns distritos, as diversas variações existentes do jogo da *malha* foram unificadas por associações regionais, que organizam convívios e torneios, geralmente bastante participados. A *malha* consiste no lançamento de discos de ferro em direcção a pinos, feitos também de madeira ou ferro, que são alvos cilíndricos, por vezes com a parte superior pontiaguda. Na maioria das variações do jogo, os pinocos são colocados no solo, mas, na variante do *chinquilha*, muito popular nos distritos de Leiria e Santarém, esses alvos são levantados sobre uma base de madeira (*tabuleiro*). O objectivo do jogo é derrubar o pino para o qual dois ou mais

---

resignação de Manuel de Arriaga, em 1915. Cf. *Dicionário da História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, p. 367.

<sup>601</sup> MACHADO, J. P. (Coord.), *Grande Dicionário...*, *op. cit.*, Tomo III, p. 348, e *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Vol. I, Lello & Irmão, Porto, s.d., p. 601. Tratava-se, certamente, de uma versão reduzida do jogo da *malha*, na qual se utilizavam lascas de pedra como projecteis

<sup>602</sup> Pode ver-se, a este respeito, SERRA, M. e VEIGA, P., *A malha...*, *op. cit.*, pp. 43-46. Contudo, esta modalidade encontra-se actualmente em fase de quase extinção, tendo desaparecido quase totalmente, em simultâneo com o encerramento das antigas tabernas.

<sup>603</sup> BRAGA, T., *op. cit.*, pp. 262 e 263.

jogadores oponentes efectuam os lançamentos ou procuram colocar as malhas o mais próximo possível deste alvo<sup>604</sup>.

No entanto, o vocábulo que surge no Cancioneiro, *malhão*, é o nome pelo qual se designa, no Norte de Portugal, nas regiões do Douro e Trás-os-Montes um outro jogo, que consiste no lançamento em força de pedras com tamanho variável, prática lúdica que, noutros locais, é conhecida por *barra de pedra* ou *calhau*<sup>605</sup>.

A *jaldeta* seria, no entender de Teófilo Braga, uma dança de roda, realizada por meninas, em Coimbra, nos finais do século XIX. No entanto, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* não tem a mesma opinião, afirmando que os termos *jaldeta* ou *jaldete* referir-se-iam a um jogo proibido, realizado a dinheiro<sup>606</sup>.

O *sarilho*, também mencionado no *Cancioneiro Geral*, deve ter sido alguma dança de roda ou o jogo que persiste com o mesmo nome (conhecido ainda por *corropio* ou *rodízio*). Trata-se duma versão muito singela, realizada a pares, em geral por rapariguinhas. As duas parceiras juntam os pés, cruzam os braços (estendidos), dão as mãos e, inclinando o tronco e a cabeça para trás, giram de modo sincronizado, apoiadas nos calcanhares, entoando por vezes uma pequena fórmula rimada<sup>607</sup>.

---

<sup>604</sup> A *malha* é o jogo tradicional que mais se pratica em todo o território português, embora com algumas variações. Cf. SERRA, C. e VEIGA, P. *A malha, desporto tradicional português*, ADJTL, Guarda, 1986.

<sup>605</sup> Cf. CABRAL, A., *op. cit.*, p. 153.

<sup>606</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVI, Editorial Enciclopédia, Lisboa, p. 141. O romancista e historiador Alexandre Herculano escreve, numa das suas obras, o seguinte: «Seu nobre amo e senhor vinha esta noite com seus parceiros perder ou ganhar à jaldeta, ao curre-curre ou aos dados alguns centos de dobras de ouro na honrada casa de jogo das Portas-do-Mar». HERCULANO, A., *op. cit.*, p. 154.

<sup>607</sup> Cf. SERRA, M. C., Os jogos tradicionais em Portugal, *op. cit.*, Vol. I, 1999, pp. 698-699. Na zona de Coimbra usava-se, no jogo do sarilho, a seguinte parlenda: Sarilho/ Bondilho/ Que andais ao redor/ Pedindo a Deus/ Que descubra o sol!./ Descobre-te sol/ Das águas do mar/ Que eu sou pequenino/ E quero brincar. Cf. BRAGA, T., *op. cit.*, p. 264.

Apesar de existirem e serem praticados em Portugal, nos séculos XV e XVI, diversos jogos de lançamento, em precisão ou em força, disputados certamente a dinheiro<sup>608</sup>, não são referenciadas por D. João I no seu *Livro da Montaria*. A título de exemplo, podem ser referidos alguns jogos praticados pelos povoadores do arquipélago dos Açores, segundo a narrativa de Gaspar Frutuoso, no século XVI<sup>609</sup>: jogo dos *mancais de ferro*<sup>610</sup>, ou seja, uma versão do *jogo da bola* ou *dos paus, mudar as pedras*, que se tratava de uma competição de agilidade, força e resistência, com características rurais, e outras manifestações de força; e *lutas de touros*, à moda das *chegas de bois*, que ainda se vão realizando no nordeste transmontano.

---

<sup>608</sup> Em Espanha, em 1559, Frei Francisco de Alcoçer, no seu *Tratado do jogo*, aborda os jogos na perspectiva do Direito. Neste quadro, menciona jogos que também são referenciados em Portugal nos séculos XV e XVI: «Pelota, bolos, argolla, ballefta, bolear, axedrez, jugar cañas, juftar, correr, luchar, faltar, tirarvna lança ò dardo, y todos los semelhantes...» ALCOÇER, F., de, *Tratado del Juego*, Andrea de Portonariis, Salamanca, 1559, p. 27.

<sup>609</sup> Cf. FRUTUOSO, G., *op. cit.*, Livro II, pp. 42, 44, 48, 52, 99, 121 e 149; Livro IV, pp. 67, 84, 94, 164, 229, 238, 255, 256 e 297. O autor, referindo-se às actividades corporais praticadas nas ilhas Canárias afirma que os habitantes da ilha da Palma «lutam, saltam, tiram uma pedra à maneira de barra, que nenhuma outra nação lhes pode ganhar». Além disso, «tiram muito uma lança e um dardo tão certo a um alvo...» e utilizam um longo pau ferrado para saltar pedras e outros obstáculos “e ainda que seja três lanças de alto, se lançam abaixo e se vêm a pôr no chão com tanta facilidade que parecem aves» (Livro I, p. 41). Este tipo de salto, denominado *salto del pastor*, ainda hoje constitui um dos jogos autóctones das Canárias. Ver, a este respeito, Cf. Gómez, T. N., “Salto del Pastor”, in *Juegos y Deportes Autoctonos de Canárias*, Las Palmas, 1990, pp. 221-224.

<sup>610</sup> O jogo da «bola ou mancaes», que até os clérigos praticavam, foi referenciado nas *Constituições do Bispado de Coimbra*, D. Afonso Castelo Branco, de 1591, sendo conhecido no século XVII por «jogo dos paus», designação pela qual ainda hoje é denominado em muitas localidades portuguesas. O vocábulo «mancaes» era atribuído aos paus ferrados, colocados na vertical, que deveriam ser derrubados pela bola de madeira. Cf. ALMEIDA, F., *op. cit.*, p. 131.

Teófilo Braga, na sua obra *Festividades Cíclicas em Portugal*, apresenta diversas referências à prática do *jogo da bola* ou *dos paus* no século XVI, que parecem indicar o elevado interesse que suscitava. El-rei D. Manuel, por alvará de 1521, proibia a sua prática antes da missa, aos domingos e dias santificados, punindo os possíveis infractores com pesadas multas. Também o poeta Sá de Miranda (1481-1558) se lhe refere de modo irónico, no *Memorial do Marquez de Montebello*, ao comentar os trejeitos que faziam alguns jogadores após o lançamento da bola:

«Que não leva o jogador  
Mais páos por mais se torcer  
Se lança a bóla peor»<sup>611</sup>.

No que concerne aos jogos equestres, tão apreciados pela nobreza, além das justas e dos torneios, outros exercícios do período medieval coexistiam, muitas vezes, com essas competições, realizadas sobretudo em dias de festa.

O *bafordo* ou *tavolado*<sup>612</sup> era uma prática lúdica dos nobres que consistia em arremessar a lança, a cavalo, contra a paliçada de tábuas ou castelo de madeira do partido oponente, procurando derrubá-los. Segundo Oliveira Marques, esta actividade já era popular nos séculos XII e XIII, tendo

---

<sup>611</sup> BRAGA, T., *op. cit.*, Vol. I, p. 264.

<sup>612</sup> Diz-nos OLIVEIRA MARQUES, A. H., *op. cit.*, p. 192, que este jogo também se designava «tirar a tavolado», ou «jogar a tavolado» e que *bafordo* era de igual modo o nome da lança usada no jogo. MONTEIRO, J., G., *op. cit.*, p. 442, baseando-se em Giese, interroga-se se o vocábulo «bafordo» não derivará do «Buhurt», um jogo de guerra disputado entre dois grupos de cavaleiros, também documentado em Castela e, provavelmente, do «behourd» inglês, uma variante “bastarda” do torneio. A este respeito pode ler-se MERÊA, P., *Estudos de História de Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006, pp. 559-661. Em Espanha, no século XVI, CRISTÓBAL MENDEZ, *op. cit.*, p. 121, refere o termo *bahordos*. Também, JOVELLANOS, G., *op. cit.*, pp. 79-80, refere que a nobreza «... se recreaba, alanzando, bofordando o rompiendo tablados, no hacía más que variar la forma, sin mudar el objeto de su imitación, pues que todos estos juegos se reducían a ostentar pujanza y destreza en el tiro del bafordo o lanza, arma principaal del noble en los combates».

merecido a inspiração de um trovador, que assim escreveu numa canção de amigo:

«Fostes, amigo, hoje vencer  
Na boda, em bafordar bem  
Tôdolos outros e praz-me en»<sup>613</sup>.

Numa cantiga de escárnio e maldizer, da mesma época, Lopo Lias convida Airas Moniz a deixar a sela e a voltar à albarda, podendo assim *bafordar* e o *tavlado britar* (partir o tavolado) à sua vontade<sup>614</sup>.

Também Fernão Lopes, no prólogo da *Crónica de D. Fernando*, ao caracterizar este monarca, refere que:

«Era cavallgante e torneador, grande justador, e lamçador a tavolado. Era mujto braçeiro, que nom achava homem que o mais fosse; cortava mujto com huuma espada, e remessava bem a cavalo. Era ajmda elRei Dom Fernamdo mujto caçador e Monteiro»<sup>615</sup>.

O mesmo cronista, aludindo ao infante D. João de Castro, irmão do rei D. João I, Mestre de Avis, afirma que era um «...grande justador e torneador, e lamçava mujto atavolado»<sup>616</sup>.

Teófilo Braga informa que a Câmara Municipal do Porto, no final do século XIX, ainda possuía os recibos das despesas do jogo de *tavolado*

---

<sup>613</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H., *op. cit.*, p. 192.

<sup>614</sup> In RODRIGUES LAPA, M., *Cantigas D'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, *op. cit.*, p. 175. Além desta, a obra inclui uma cantiga da autoria do rei D. Afonso, de Castela e de Leão e outra, também de Lopo Lias, que, de igual modo, aludem ao «lançar do pão» ou do «touço», referindo-se ao *bafordar* e ao *tavolado*. *Idem, ibidem*, p. 25 e 174.

<sup>615</sup> LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*, *op. cit.*, pp. 3 e 4.

<sup>616</sup> *Idem, ibidem*, p. 266.

realizado naquela cidade por ocasião do batizado do Infante D. Henrique, filho de D. João I<sup>617</sup>.

Referindo-se ao jogo do *baforde*, em Espanha, Vicente Pedraz, na sua obra *El Imaginário de la Excelência Corporal en el Libro de los Estados*, apresenta as seguintes palavras, escritas no século XIV por D. Juan Manuel, conhecido como o “príncipe escritor”, alusivas àquela prática corporal:

«Et estas maneras son asi commo cavalgar et bafordar, et fazer de cavallo et com las armas todas las cosas que pertensçen a la cavalleria. Et otrosí son maneras nadar et esgremir, et jugar a juegos apuestos et buenos...et caçar et correr monte en la manera que les pertenesççe, et andar lo más apostadamente que pudieren en sus guisamientos et sus vestiduras...»<sup>618</sup>.

O exercício de *lançar a tavolo* é bastante referenciado em documentos e fontes narrativas da Idade Média. Porém, a descrição mais minuciosa que temos deste jogo, em Portugal, reporta-se já ao século XVII. Nessa altura Frei António Brandão escreve sobre ele o seguinte:

«O jogo do Tauolado se vsaua antigamente, porque faziaõ nelle os caualeiros experiencia de suas forças, & era deste moso. Fabricauase hum castello de madeira, em que se vnhaõ as taboas por tal ordem, que nem por si podiam cair, nem deixariaõ de vir ao chaõ, se fossem moidas com grande força. Faziaõ os Caualeiros proua de suas forças cõ tiros de arremesso, & o que derribaua aquella fabrica leuaua o preço da festa»<sup>619</sup>.

---

<sup>617</sup> BRAGA, T., *Gil Vicente e as origens do Teatro Nacional*, Livraria Chardon Editora, Porto, 1898, p. 56.

<sup>618</sup> VICENTE PEDRAZ, M., *El Imaginario de la excelencia Corporal en el Libro de Los estados: Cuerpo y sociedad n la obra política de Don Juan Manuel*, Fundación Archipiélago, Buenos Aires, 2002, p. 132.

<sup>619</sup> In MONTEIRO, J., G., *A Guerra em Portugal*, *op. cit.*, p. 441. Segundo este autor ainda que, um documento de 1390 refere a compra de cordas destinadas ao jogo do *tavolado*. *Idem*, *ibidem*, p. 441.

Outras práticas lúdicas da época, referenciadas na Península Ibérica, que não aparecem mencionadas nas obras de D. João I e D. Duarte são a *argolinha* ou *sortilha* (*sortija*, em castelhano) e o *estafermo*. No *estafermo*, que em França era conhecido por *jeu de quintaine*, os intervenientes, montados a cavalo, arremetiam com a lança contra um alvo giratório, feito de madeira, ao passo que na *sortilha* ou *argolinha*, o cavaleiro procurava introduzir a ponta da sua lança numa argola de ferro suspensa a determinada altura<sup>620</sup>. A *quintaine* consistia num busto de madeira, giratório, representando um adversário, que o cavaleiro devia atingir com a lança, a galope. Vicente Pedraz considera que estes exercícios derivaram da justa e do torneio, tendo-se perpetuado “...como passatempos populares e, posteriormente, como jogos infantis”<sup>621</sup>.

Em Portugal, a *argolinha* ou *sortilha* integrou os jogos usados nas antigas *cavalhadas*, divertimentos muito populares até finais do século XIX e princípios do século XX<sup>622</sup>. Carlos Riley estabelece uma separação nítida

---

<sup>620</sup> Cf. VIGARELLO, Georges, *Passion Sport: Histoire d'une culture*, Éd. Textuel, s.d., p. 20, Também BOUET, M., *op. cit.*, no cap. III, alude à *quintaine*, descrevendo-a como um manequim rotativo, que constituiu no início um exercício de preparação para a justa, tornando-se uma imitação e caricatura dessa prática. No séc. XVII, Manuel Carlos Andrade (*op. cit.* pp. 424 ss.) faz uma minuciosa descrição dos jogos da *escaramuça*, *argolinha* (*sortilha*), *estafermo*, *canas* e *alcanzias*, *pombos*, *cabeças* e *navios*, bem como do material utilizado e sua construção, juntando ao texto gravuras elucidativas.

<sup>621</sup> VICENTE PEDRAZ, M., *El juego en el medievo*, *op. cit.*, p. 56.

<sup>622</sup> Como referimos noutra local, as *corridas de fitas* mereceram inúmeras referências nas rubricas de *Sport* dos jornais da época. Cf. *Jornal O Século*, 1998 e 1999. Este jogo disputava-se de modo idêntico ao *jogo da argolinha*; no entanto, naquelas *corridas*, os participantes não iam montados em cavalos, mas sim em burros ou bicicletas e procuravam, com a ponta de um pau, retirar uma argola suspensa. Cf. SERRA, N. C., *Do Jogo ao Desporto na passagem do século XIX para o XX*, Monografia final do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, Coimbra, Universidade de Coimbra/FCDEF, 1998, pp. 5-15. A *argolinha*, na ilha da Madeira, também era conhecida por *manilha*. Cf. SANTOS, F., *História Lúdico-Desportiva da Madeira*, Funchal, Governo Regional da Madeira/SREJE, 1989, p. 49.

entre as *cavalcadas-jogo* e as *cavalcadas-cortejo*<sup>623</sup>. A primeira versão, segundo o autor, derivou directamente dos antigos torneios e justas medievais, integrando, de modo popular e burlesco ou reproduzindo, de forma mais aprimorada, elegante e urbana<sup>624</sup>, os jogos de *canas*, *argolas* e *alcanzias*. As *cavalcadas-cortejo*, cuja prática se manteve até aos nossos dias em Vildemoinhos (arredores de Viseu), consistiam em desfiles equestres, realizados com grande pompa<sup>625</sup>.

O jogo da *sortija*, em Espanha, é descrito por Alvarez del Palácio, que o caracteriza como ... um “...juego de gente militar, que corriendo a cavallo apunta com la lanza a una sortija que esta puesta a cierta distancia de la carrera”. Os doze cavaleiros participantes ficavam situados atrás de uma linha que marcava a saída.

A uma distância aproximada de duzentos metros, colocava-se uma corda transversal, atada a dois postes, da qual, à altura conveniente, se suspendiam as *sortijas*. O sinal de um juiz iniciava a festa. Os cavaleiros concorrentes, individualmente ou aos pares, saíam a galope e procuravam recolher a *sortilha* que lhes correspondia, fazendo entrar a ponta da lança na argola correspondente. Era declarado vencedor o primeiro que obtivesse êxito nessa empresa<sup>626</sup>.

A inexistência de quaisquer referências a estes jogos equestres nos textos do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensino* talvez se deva ao facto de terem passado a constituir partes integrantes do programa das justas e torneios, como já havíamos sublinhado.

---

<sup>623</sup> RILEY, C. G., *op. cit.*, Vol. L., nº 2., pp. 312 e ss.

<sup>624</sup> Esta variação mais aristocrática das *cavalcadas* foi organizada na cidade de Angra do Heroísmo até aos finais do séc. XIX. *Idem, ibidem*.

<sup>625</sup> No entanto, as “Cavalcadas de Vildemoinhos” constituem actualmente um desfile de carros alegóricos.

<sup>626</sup> ÁLVAREZ DEL PALACIO, E., “El juego en el Renacimiento”, *op. cit.*, pp. 68-69. Em França era conhecido por jogo de «la bague» e consistia “ em meter a lança dentro de um círculo de ferro suspenso, a galope...” A este respeito pode ler-se, também, VIGARELLO, G., *op. cit.*, p. 20.

Outra prática lúdica que não foi referenciada por D. Duarte, o *páreo*, servia de demonstração de coragem e destreza, realizada a cavalo. Este exercício envolvia bastante perigo, devido à possibilidade de acontecerem quedas do cavalo. Nesta prova, dois cavaleiros começavam a correr a galope, a par, de mãos dadas, procurando manter-se unidos, sem cair ou largar as mãos. Oliveira Marques refere que, nos finais do século XV, o infante D. Afonso, filho de D. João I, morreu de uma queda, ao realizar esta competição. Não encontramos referência a esta prática no *Livro da Montaria* e no *Livro da Ensinança*<sup>627</sup>.

---

<sup>627</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H., *op. cit.*, p. 190.

## CAPÍTULO VIII - DAS ACTIVIDADES CORPORAIS DOS SÉCULOS XIV E XV AO DESPORTO DA ACTUALIDADE

### 1. DO JOGO AO DESPORTO

Apesar de existirem inúmeras definições de jogo, a concepção de Huizinga é geralmente aceite como uma das mais válidas e ajustadas, embora não consiga cobrir, satisfatoriamente, todos os significados e âmbitos de um termo tão polissémico. Para este autor, o jogo, analisado quanto à forma, caracteriza-se por diversos traços: a liberdade, visto ser uma actividade voluntária; a ficção, por se situar fora da vida corrente; a circunscrição, uma vez que decorre sempre “dentro de certos limites de tempo espaço”; a regulação, ou seja, a submissão a regras prévia e livremente aceites mas vinculativas; o autotelismo, quer dizer, contém o fim em si próprio; apaixonante, dado que produz uma sensação de tensão e alegria; e socializante, por suscitar relações grupais<sup>628</sup>.

Numa das duas tentativas que faz para definir “jogo”, Huizinga, talvez para relevar uma das características fundamentais do termo, começa e termina, de um modo redundante, por mencionar o seu sentido fictício e aleatório. Além disso, chama a atenção para o “mistério” de que podem rodear-se as relações grupais originadas pelo jogo<sup>629</sup>.

Pensamos que esta concepção, perfilhada quase na íntegra por Roger Caillois<sup>630</sup>, é, mesmo assim, algo incompleta, porque não salienta o aspecto agónico do jogo. Ora, se o próprio Huizinga ressalta, no texto, a componente competitiva como um factor importante mais ou menos presente no universo lúdico, não encontramos razão para o não ter feito nas aludidas definições. Efectivamente, este historiador e filósofo holandês defende que

---

<sup>628</sup> HUIZINGA; J., *Homo ludens...*, *op. cit.*, pp. 29 e 45.

<sup>629</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>630</sup> CAILLOIS, R., *op. cit.*, pp. 29 e 30.

os dois aspectos fundamentais que definem a função do jogo são “a competição *por* qualquer coisa e a representação de qualquer coisa”<sup>631</sup>. O factor agonístico é, aliás, um dos elos que mais estreitamente ligam o jogo e o desporto moderno.

De igual modo, John Carter chama a atenção para a inexistência de uma concordância total entre os estudiosos acerca da definição de desporto, sobretudo no que respeita às práticas corporais e recreativas anteriores à Revolução Industrial<sup>632</sup>. Deste modo, tal como o jogo, o desporto foi alvo de inúmeras definições.

A amplitude actual deste conceito e os seus múltiplos sentidos tornam quase impossível aceitar como válida e suficiente qualquer uma dessas definições tomada isoladamente. Realmente, tal como sucedeu em relação ao jogo, o entendimento conceptual do desporto tem variado, consoante a área científica de onde parte o seu ângulo de análise, assim como a função e o tipo de actividade a que respeita.

Segundo Carl Diem, o vocábulo desporto surgiu pela primeira vez em França, no século XIII, num pequeno verso que, entre outros, continha o termo *desporter*, com o significado de recrear, divertir. Tendo sido levado pelos normandos para Inglaterra, o vocábulo foi aí abreviado, originando o termo “deporte”. Com o andar do tempo, quando foi reexportado para França, surgiu já sob a designação de *sport*<sup>633</sup>.

Nos finais do século XIX, o termo *sport* abrangia a totalidade das actividades físicas realizadas em Portugal com finalidade recreativa, competitiva e de espectáculo. Nesse conceito eram consideradas as touradas e a caça, bem como os passeios a cavalo ou de *charrette*, que terminavam num piquenique, no campo. Também as corridas de

---

<sup>631</sup> HUIZINGA, J., *op. cit.*, p. 29.

<sup>632</sup> CARTER, J., *Sports and Recreation in Feudal Society*, *op. cit.*, p. 18. O autor salienta, não apenas a polissemia do vocábulo *ludus*, mas também a panssemia do termo desporto.

<sup>633</sup> DIEM, C., *História de los Deportes*, Luís de Caralt Editor, Barcelona, 1966, pp. 387 e 388. Ver ainda ULMANN, J., *op. cit.*, pp. 324 e ss.

pedestrianismo e velocipedia, a natação e as regatas eram vistas como ramos de *sport*. O mesmo sucedia ao *foot-ball* e ao *lawn ténis*, ao bilhar, ao tiro, à esgrima e ao *jogo do pau* (ou *esgrima de pau*), bem como às modalidades de exibição, como a ginástica, a luta, o boxe, a exibição de força e o humorismo dos *clowns*, no Coliseu de Lisboa<sup>634</sup>.

Verificamos ainda que, a pouco mais de um século dos tempos actuais, os antigos jogos locais e nacionais mantidos pela tradição (os denominados “jogos tradicionais”), bem como a tourada e a caça, coexistiam nitidamente com o *sport* importado da velha Albion. Assim, os jornais da época divulgavam provas de velocipedia ou de pedestrianismo. de cujo programa podiam constar *corridas de fitas* (o antigo jogo da *argolinha*), *corridas de púcaras* (ou *corridas de cântaros*) e *corridas asininas*; competições de remo que, para divertir os espectadores, previam nos intervalos o *jogo do pato* e o *mastro de cocanha* ou *pau de sebo*; desafios de *foot-ball*, de que podiam constar, entre as duas partes do jogo, divertimentos das *cavahadas* (como a *paulada ao cântaro* ou *panelada*), *corridas de sacos* ou *corridas de três pés*, *corrida com andas* e *luta de tracção com corda*<sup>635</sup>.

Nessa fase de transição do século XIX para o século XX, que antecedeu o surgimento dos clubes e federações desportivas, podemos apreciar, numa fase latente, alguns “sentidos” do desporto que são bem mais perceptíveis nos dias que correm. Realmente, um dos traços do desporto da época era o gosto pela tourada e pela caça, que parece ter sucedido, quase linearmente, ao elevado interesse suscitado pelas artes venatórias, da montaria e da cetraria, da Idade Média. Na verdade, nos dois derradeiros anos do século XIX, um diário generalista, “O Século”, dispensava maior espaço às notícias das corridas de touros (bem como às *ferras* e *corridas de tourinhas*) e da caça do que à totalidade dos restantes

---

<sup>634</sup> Cf. SERRA, N. C., Os Jogos e o Desporto na passagem do século XIX para o XX, op. cit., pp. 8 ss.

<sup>635</sup> Como pudemos constatar pela análise das notícias inseridas num jornal diário generalista (“O Século”), nas edições de 1898 e 1899. Idem, ibidem.

ramos de *sport*<sup>636</sup>. Esta tendência, associada às “diversões elegantes” dos passeios a cavalo, de *charrette* ou de bicicleta e às provas de *cross-country*, é reveladora de um gosto pelas actividades físicas realizadas em plena natureza, que D. João I tanto glorificou.

No final do século XIX ainda se vislumbravam algumas características distintivas das práticas corporais, tão presentes no *Livro da Montaria* e no *Livro da Ensino*.

De um lado, notam-se os exercícios corporais realizados nas feiras e festas, as provas de pedestrianismo e velocipedia e os desafios de *foot-ball*, assistidos por uma multidão de trabalhadores e comerciantes. Em muitos casos, estas competições tinham um âmbito corporativo, sendo destinadas apenas a uma determinada classe profissional: ardinhas, banheiros, marinheiros, caixeiros, barbeiros... Do outro lado, bem afastadas daquelas, situavam-se as diversões mais elegantes, selectas e aristocráticas, das regatas e dos encontros de *lawn-tenis*, presididos ou mesmo participados pelo rei D. Carlos. Nestas realizações eram disputados, por vezes, troféus oferecidos pelo rei ou pela rainha D. Amélia<sup>637</sup>.

Verifica-se que nos finais do século XIX, quatro séculos volvidos sobre os tempos a que correspondem as duas obras analisadas, a valorização do desporto holístico ainda era bem notória. O melhor exemplo do verdadeiro *sportman* é o de Walter Awat, cidadão inglês e professor do «Real Gymnasio Club Portuguez» que, qual Gargantua de Rabelais, era dotado de extraordinária aptidão para todos os ramos de *sport*. Na verdade, além de professor de patinagem era reconhecido como um notável «...gymnasta, atirador, cricketer, footballer, velocipedista e nadador»<sup>638</sup>.

Ora, uma faceta que encontramos em D. João I e em D. Duarte é precisamente a do eclectismo. Se é certo que cada um destes monarcas

---

<sup>636</sup> *Idem ibidem*, pp. 8 e ss.

<sup>637</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>638</sup> Walter Ayala já tinha sido objecto de notícia pelos seus dotes de nadador, ao realizar a travessia do rio Tejo. Cf. *O Século*, 19/12/1899, p. 3.

portugueses faz uma vigorosa apologia do seu «jogo» predilecto, não é menos verdade que ambos recomendam, para uma melhor condição física, o treino de inúmeras actividades e técnicas actualmente relacionadas com diversíssimos ramos de desporto.

Como já registámos, D. João I utiliza dois vocábulos para designar as actividades lúdicas e corporais: «jogos», que parecem cobrir a totalidade das actividades, das mais simples e aleatórias ao excelso exercício da montaria; e «manhas», numa perspectiva mais técnica, para referir sobretudo as destrezas corporais e os modos de execução. Além destes termos, o rei recorre, para designar passatempos e divertimentos, às palavras «folgança» e «trebelhos».

Tivemos oportunidade de considerar o torneio e a justa como duas práticas medievais cuja análise pode proporcionar valioso contributo ao entendimento do desporto actual, apesar de ambos estes exercícios corporais se terem desenvolvido em tempos ainda distantes da Revolução Industrial. Nesta perspectiva, demos o devido realce à evolução acontecida nos torneios, na qual se podem distinguir, fundamentalmente, duas fases. A primeira, mais longínqua, em que as características destas práticas eram pouco reguladas e quase não as permitiam diferenciar da verdadeira guerra. Efectivamente, os primeiros torneios caracterizavam-se pela desorganização e violência, bem como pelas capturas e os ganhos pecuniários obtidos pelos vencedores, que constituíam a sua principal finalidade. A segunda fase destas práticas, correspondente ao período temporal em análise, distingue-se da anterior pelo esforço havido no acréscimo de organização e regulamentação, que conduziu à sublimação da violência. O controlo da violência nos torneios foi conseguido paulatinamente, através da adopção de um código de conduta mais estrito, regulação do tempo de prática e exigência de um espaço expressamente circunscrito. É nesta tentativa de codificação e controlo da violência que aparecem as zonas de refúgio e desponta a necessidade da introdução de juízes.

Apesar da regulação crescente a que foram submetidas, as práticas do corpo mais reconhecidas nos reinados de D. João I e D. Duarte não podem considerar-se ainda verdadeiras instituições. É certo que estas práticas desempenharam nessa altura as funções de uma verdadeira escola dos jovens nobres, proporcionando-lhes grande parte da formação corporal, técnica e axiológica em que assentava a instituição da cavalaria. No entanto, a caça no monte, a equitação, a luta e os diversos jogos equestres não estavam dotados duma estrutura organizativa e hierárquica semelhante à do desporto moderno, podendo considerar-se, quando muito, como actividades para-institucionais.

Notam-se neste processo evolutivo das actividades corporais, embora numa fase ainda muito embrionária, alguns traços prenunciadores do fenómeno da “desportivização”. Com efeito, como defende Elias, a *desportivização* integrava vários factores essenciais: o controlo da violência, a anulação das diferenças sociais, a utilização de espaços próprios, a adopção de uma temporalidade específica e a regulamentação<sup>639</sup>. Estas mudanças, que conduziram à eufemização da violência bruta, são vistas por Elias como um processo civilizacional. Também Bancel e Gayman vão no mesmo sentido, quando afirmam que o controlo da violência decorre da transformação das estruturas de poder, assim como da passagem de guerreiros brutais para competidores que obedecem a normas e regulamentos<sup>640</sup>.

Blanchard e Cheska opinam que a evolução do desporto se caracteriza pela passagem de um nível de organização mínima e informal para uma organização muito complexa. Nesse processo, foi-se verificando um aumento progressivo da secularidade, da burocracia, da identidade

---

639 Ver, a este respeito: ELIAS, N., *O Processo Civilizacional*, 2º Vol., Publicações D. Quixote, Lisboa, 1990, e ainda ELIAS, N. e DUNNING, E., *A busca da Excitação*, Editorial Difel, Lisboa, 1992.

640 BANCEL, N. e GAYMAN, J.-M., *Du guerrier à l’athlète : Éléments d’histoire des pratiques corporelles*, P.U.F., Paris, 2002, p. 67.

social, da organização do grupo/equipa e da quantificação<sup>641</sup>. Quase em sintonia com estes autores, Pierre Parlebas entende que o surgimento do desporto ficou a dever-se essencialmente ao processo de institucionalização, que pressupôs a regulamentação, normalização e surgimento da tutela, na onda da Revolução Industrial<sup>642</sup>.

Apesar da referida evolução havida no torneio e na justa, Jusserand afirma que nestas actividades "...a força e o peso do braço constituíam ainda o principal mérito, sendo a habilidade de muito menor utilidade"<sup>643</sup>. Esta opinião é perfilhada por Michel Bouet, que vai mais longe ao estendê-la, até, a todos os "desportos" medievais.

É notória, em D. João I, a grande apologia que faz da força e da resistência na formação e no treino do homem de armas. Embora D. Duarte também reconheça os méritos da *braçaria*, parece fazê-lo, porém, de uma forma mais moderada. De facto, as ideias expendidas põe este rei permitem perceber a grande importância que atribuía, no desfecho de um jogo equestre ou na guerra, ao domínio do cavalo, à segurança, à coordenação motora e à técnica, que considerava atributos igualmente valiosos. Esta concepção é extensiva à própria aprendizagem da arte de cavalgar, uma vez que, neste domínio, D. Duarte parece colocar o acento tónico mais na técnica do que na força corporal.

A transição verificada da valorização da força para o enaltecimento da técnica é perfeitamente perceptível quando se analisam, de modo comparativo, os dois livros que serviram de base ao nosso estudo.

Realmente, D. João I privilegia nitidamente as capacidades físicas da força e da resistência (o *fôlego*) na formação do cavaleiro, como se estivéssemos perante um processo de treino dirigido a um desporto de combate. D. Duarte, em contrapartida, encara o acto de *bem cavalgar* como

---

641 BLANCHARD, K. e CHESKA, A., *Antropologia del Deporte*, Ediciones Belaterra, Barcelona, 1986, p. 130 e ss.

642 PARLEBAS, P., *op. cit.*, pp. 237-250.

643 JUSSERAND, *op. cit.*, p. 95.

uma ciência e, sobretudo, como uma arte, procurando preferencialmente melhorar, no aprendiz, os pormenores técnicos e estéticos. Neste sentido, tanto enaltece o “saber fazer bem”, em segurança, sem demasiado receio e de um modo coordenado e equilibrado, como o “parecer bem”, mantendo a postura correcta e cavalgando com desenvoltura.

Na obra de D. Duarte é perceptível a transformação notória da finalidade do torneio, que passou de uma luta brutal e desorganizada para uma demonstração pública de perícia e elegância. Esta transição leva-o a aconselhar os cavaleiros a preferirem, durante a contenda, os locais de «principaaes vistas». Tal estratégia, segundo o monarca, não tinha apenas como finalidade permitir a melhor observação dos opositores, mas servia sobretudo para que a sua perícia e bravura pudessem ser melhor contempladas pelos espectadores<sup>644</sup>.

Barber e Barker também assinalam esta mudança da função social do torneio, que passou de um jogo de representação guerreira para um espectáculo desportivo. No entender destes autores, depois de 1330 os torneios já não eram disputados “à maneira antiga”<sup>645</sup>, sobressaindo nestas práticas, a partir daí, a importância crescente do espectáculo e da representação.

Verifica-se assim que a referida evolução do torneio, decorrente da gestão mais aturada do espaço, do tempo, do corpo e das normas regulamentares, o encaminha para formas de prática bem mais semelhantes às do desporto moderno. A este respeito, Michel Bouet, ao aludir à importância do torneio no período medieval, afirma categoricamente que o mesmo encontra o seu epílogo ao mesmo tempo que o feudalismo<sup>646</sup>. Tal

---

<sup>644</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 114.

<sup>645</sup> BARBER e BARKER, *op. cit.*, pp. 17 e 44.

<sup>646</sup> Cf. BOUET, M., *op. cit.*

facto leva Richard Barber a afirmar que o torneio, pelas suas múltiplas transformações, acabou por cavar o seu próprio fim, no século XV<sup>647</sup>.

As principais alterações que o torneio foi assumindo ao longo do tempo são as seguintes:

- 1.º - O local de prática (a *liça*) passou a ser devidamente limitado por vedações feitas de troncos de madeira, colocados horizontalmente sobre estacas, tal como sucedia, aliás, nos antigos campos de futebol.
- 2.º - Começaram a ser previstos locais destinados ao público, montando-se para o efeito palanques de madeira, por vezes devidamente cobertos, montados nos pontos mais centrais e com melhores vistas. Esta inovação, quais bancadas dos espaços desportivos modernos, destinava-se a acolher os espectadores mais importantes, os nobres e as damas, que começaram a acorrer a estes espectáculos logo que a violência foi parcialmente controlada.
- 3.º - A utilização de pendões e bandeiras coloridas, contendo a devida identificação através de emblemas e brazões, que veio transmitir aos torneios um cunho de ostentação e de festa, além de permitir a melhor diferenciação dos partidos contendores<sup>648</sup>.
- 4.º - A disputa de prémios honoríficos, que geralmente eram entregues pelas damas, contribuiu também para estreitar as diferenças que até então se verificavam entre uma actividade brutal e desordenada e o desporto dos nossos dias.

---

<sup>647</sup> BARBER, R., *The knight and Chivalry*, Roman and Littlefield, Totowa, 1975, pp. 159-183.

<sup>648</sup> O que ficou dito é concordante com a afirmação de Jacques Heers, quando refere que, nos finais da Idade Média, os torneios adquiriram uma aparência festiva. Cf. HEERS, J., *Fêtes, jeux et Joutes dans les Sociétés d'Occident à la fin du Moyen Age*. Institute d'Etudes Médiévales, Paris-Montréal, 1982.

A justa pode considerar-se uma prática corporal mais refinada, que veio conquistar o espaço de notoriedade do torneio, uma vez que favorecia o culto individual do cavaleiro e proporcionava a redução mais efectiva da violência. Para possibilitar a distinção dos justadores exímios, que ganhavam fama pelos êxitos obtidos, muito contribuiu o desenvolvimento da heráldica. Com efeito, as cores, os emblemas e braços de armas, apostos nas vestes dos cavaleiros e escudeiros e nos pendões e bandeiras, podem considerar-se os antecessores dos emblemas dos clubes desportivos da actualidade<sup>649</sup>. Parece evidente que a utilização destes símbolos teve uma importância fundamental na institucionalização e mundialização do desporto moderno.

Por outro lado, a invenção da *teia*, que segundo Barber e Barker foi comprovadamente de autoria espanhola ou portuguesa<sup>650</sup>, constituiu mais uma evolução no sentido da codificação das práticas. Como vimos, a *teia* era uma paliçada longitudinal, usada na justa, cuja função consistia em separar os dois cavaleiros em confronto, que se cruzavam, a galope, procurando derrubar-se.

Os aludidos autores salientam a existência de um estilo de justa “à portuguesa”. A este respeito, referem que, na Borgonha, na altura dos festejos referentes ao casamento de Filipe-o-Bom com D. Isabel de Portugal, filha de D. Duarte, foram reservados no respectivo programa dois dias para a realização de “justas à maneira portuguesa”<sup>651</sup>. Também este rei, no *Livro da Ensinança*, ao discorrer sobre a prática da justa, alude mais de uma vez à

---

<sup>649</sup> É evidente que a utilização de cores específicas nas actividades corporais deve reportar-se à Antiguidade Clássica e às diferentes facções das corridas realizadas no grandioso Circo Máximo, que tanto entusiasmaram a população romana.

<sup>650</sup> Este facto é sublinhado por BARBER e BARKER, *op. cit.*, p. 210. Os autores comunicam que, quando uma delegação da Borgonha se deslocou a Portugal, na altura do casamento da filha de D. Duarte, mostrou a sua admiração pela utilização da *teia*, colocada na Rua Nova de Lisboa. D. Duarte refere-se à *teia* no texto do *Livro da Ensinança*, *op. cit.*, p. 80.

<sup>651</sup> BARBER e BARKER, *op. cit.*, p. 210.

que era realizada à *nossa maneira*<sup>652</sup>. Menciona ainda a introdução do *riste*, que passou a permitir o apoio da lança. Por isso, este acessório pode considerar-se uma inovação importante no manejo desta arma e do controlo do cavalo, dado que muito facilitava a tarefa do justador. Com efeito, ao aliviar o peso da lança, o *riste* não apenas permitia o aumento da precisão do golpe, como ainda, segundo Gouveia Monteiro, evitava o ressalto da arma após o impacto no adversário<sup>653</sup>.

Outro factor que contribuiu para a evolução da justa, e a que D. Duarte também faz referência, é a colocação de «ruquetes» (três ou quatro pontas separadas) na extremidade da lança.

Conquanto, no passado, as justas tenham sido exercícios violentos, D. Duarte afirma que, no seu tempo, já não ocasionavam demasiados perigos. A este respeito, o rei acrescenta que podiam acontecer mais acidentes em actividades como jogar *canas*, caçar no monte e praticar luta do que nas justas.

Segundo Barber e Barker, o embaixador que veio a Lisboa na altura da celebração do casamento já referido entre o soberano da Borgonha e a filha do rei de Portugal mostrou-se admirado pelo número muito pequeno de lanças partidas no decorrer das justas<sup>654</sup>. Só mais tarde, no tempo de D. Manuel I, cujo reinado decorreu entre 1495 e 1521, as justas assumiram outra feição. A finalidade da contenda passou a consistir em, durante uma série de corridas entre dois cavaleiros, conseguir quebrar mais lanças do que o adversário<sup>655</sup>.

---

<sup>652</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 28.

<sup>653</sup> Cf. MONTEIRO, J. G., “Torneios, justas e feitos de armas: Escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”, *op. cit.*, p. 32.

<sup>654</sup> BARBER e BARKER, *op. cit.*, Nessa altura, talvez o objectivo da justa fosse ainda o de desmontar o adversário.

<sup>655</sup> DAMIÃO DE GOIS (1566), *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel I*, Lisboa, Editorial Amigos do Livro, IV Parte, Cap. LXXXIV, p. 430.

As muitas alusões feitas às justas por D. João I no *Livro da Montaria* dão-nos a noção de que já existia, na altura, uma intenção de normalizar e codificar os respectivos espaços, equipamentos e técnicas. Todavia, torna-se evidente que, quanto maior é a normalização, administração e artificialização das práticas, mais elas se afastam da imprevisibilidade e naturalidade do jogo da montaria<sup>656</sup>. A normalização crescente da justa constituiu um motivo de desgosto para D. João I, que assim via esta prática afastar-se cada vez mais das características naturais da caça no monte e, também, da aleatoriedade da guerra.

As referidas mudanças mereceram alguns comentários desabonatórios a el-rei, ao afirmar que a justa não propiciava o «bem encontrar», ou seja, o atingir o alvo em circunstâncias sempre diferentes e imponderáveis. E, na mesma linha de pensamento, o monarca dirigiu-se directamente aos nobres, depreciando a justa e, em contrapartida, louvando as virtualidades da caça no monte:

«Se quiserdes bem ueredes que o encontrar das justas não faz os homees ser tam auisados em encontrar, como o que anda ao monte; e o porque he, que o que justa sempre uay auisado daquello que a de fazer, e também a carreira ...»<sup>657</sup>.

Os atributos da justa, depois de lhe serem introduzidas as alterações descritas, assemelham-se efectivamente aos do desporto: igualdade, normalização e controlo da violência, tipificação dos espaços e materiais,

---

<sup>656</sup> Esta questão da imprevisibilidade nas práticas corporais é de tal importância que levou Parlebas a criar uma “classificação dos jogos desportivos” baseada num sistema de interacção global que se estabelece entre “um sujeito que age, o meio físico e outros eventuais participantes”. Neste quadro, além de ter em conta a incerteza derivada da presença e possível intervenção de companheiros e adversários, o autor atendeu à presença ou não de incerteza devida ao meio, ou seja, à existência de piso não regularizado, influência dos elementos atmosféricos, etc. Cf. PARLEBAS; P., Parlebas, Pierre, *Contribution à un lexique commenté en Science de L’Action Motrice*, Publications I.N.S.E.P., 1981, pp. 7 e ss.

<sup>657</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 21.

treino, identificação de grupos e espectáculo. Todavia, o carácter temporalmente irregular e excepcional que caracterizava aquela prática (circunscrita a dias especiais, como nascimentos, casamentos, entradas régias, festas e feiras) constituiu, certamente, um forte impedimento à sua institucionalização como um ramo de desporto.

No fim do século XIV, segundo Barber e Barker, desponta nalguns países europeus uma nova forma de combate cavaleiresco, denominado *passo de armas*<sup>658</sup>, que não foi referenciado nos dois livros analisados. Esta prática, tal como o torneio, consistia na imitação de um episódio de guerra, a disputar entre dois grupos. Um deles defendia o *passo* (ponte, porta de cidade, entrada num castelo), procurando repelir o ataque do grupo rival<sup>659</sup>. Heiner Gillmeister opina, a este respeito, que:

“... os jogos de bola medievais com características competitivas foram inventados pelas classes sociais mais baixas que adoptaram alguns dos princípios do torneio. Em particular, uma disciplina existente nas lutas de cavalaria, a chamada passagem de armas foi identificada como tendo servido de modelo principal para jogos de balizas, tais como o futebol, o hóquei e, outros, como o «cricket», o golfe, o ténis ou o bilhar”<sup>660</sup>.

Depois de ter lido a conceituada obra de Jusserand, Gillmeister desenvolveu a sua tese, baseando-se no facto de a terminologia do *passo de armas* ser semelhante à utilizada no ténis medieval (*péla*). Com efeito, Jusserand indica que, no *passo de armas*, se designa a equipa defensora por *ceux de dedans* (os de dentro) ou *tenants* (possuidores) e os que

---

<sup>658</sup> Cf. BARBER e BARKER, *op. cit.*, p. 20. Estes autores mencionam que um dos mais célebres passos de armas foi o “*Passo Honroso*”, de Suero de Quiñones, em 1434, numa ponte, no norte de Espanha, em que prometeu quebrar 300 lanças.

<sup>659</sup> ULMANN, J., *De la Gymnastique aux Sports Modernes: Histoire des Doctrines de L'Éducation Physique*, J. Vrin, Paris, 1971, p. 90.

<sup>660</sup> GILLMEISTER, H., *Os Métodos de Investigação e o Desporto Medieval: Resultados Recentes e Perspectivas*, MEC/DGD, Lisboa, 1987, pp. 3 e 4.

atacam, *ceux de dehors* (os de fora) ou *venants* (os que vêm). Estas expressões mantiveram-se no *jeu de paume* e até no ténis, comprovando assim a sua relação com o torneio medieval.

A terminologia desportiva ainda hoje guarda vocábulos usados nas competições equestres medievais, tais como: “torneio”, que significa uma competição circunscrita a um tempo reduzido; “ajustar contas”, quando uma equipa perdedora num primeiro encontro procura ganhar ao grupo vencedor na *segunda mão*; “desafio”, com o sentido de encontro, termo derivado da forma como eram marcadas algumas justas<sup>661</sup>; jogar “de pé em riste”, ou seja, com o pé levantado (como a lança, na justa), uma jogada sancionada pelo regulamento do futebol.

Outros exemplos podem ser dados acerca das reminiscências de termos outrora usados nos torneios e justas, como o vocábulo *campeão*, que servia para designar o cavaleiro que representava uma das partes em conflito, e a expressão *vir à liça*, expressão muito usada nos debates verbais<sup>662</sup>.

Recorrendo à curiosa concepção de Roger Caillois<sup>663</sup>, poderemos perceber o carácter complexo das práticas lúdico-corporais que constituem o objecto do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança*. Na montaria, facilmente se nota, durante as *vozarias*, a tendência para a *paidia*, dado o ambiente de ruído e turbulência que as caracterizava; porém, em contraponto, uma nítida organização *lúdica*, necessariamente regulada, era requerida na *armada* e no ataque e morte do porco-montês.

---

<sup>661</sup> O verdadeiro “desafio” era usado pelos *teams* não institucionalizados de *football*, em Portugal, no final do séc. XIX, quando um dos *partidos* desafiava outro nas páginas de um jornal. Cf. *O Século*, 31/01/1898, p. 4.

<sup>662</sup> Cf. CORNELL, T. J. e ALLEN, T. B., eds., *War and Games*, Woodbridge, 2002, pp. 100, 102 e 106.

<sup>663</sup> CAILLOIS, R., *Os Jogos e os Homens: Da máscara à vertigem*, Editorial Cotovia, Lisboa, 1990.

Em termos estruturais, a caça no monte é essencialmente um exercício *agónico*, de meça de forças e de astúcia entre os monteiros, acolitados pelos cães, e a presa. Porém, a permanente imprevisibilidade derivada dos acidentes do terreno e do comportamento imponderável do animal a perseguir transmitia à caçada uma feição *ilínxica*, mais evidente na vertigem do tropel desordenado dos cavalos.

No desenrolar do torneio, da justa e doutros jogos equestres medievais (*canas, alcanzias e bafordo* ou *lançar a tavolo*) mantêm-se as finalidades *agonísticas*, visto que estes exercícios são sempre competitivos, disputados entre dois partidos ou, em vagas sucessivas, entre dois cavaleiros rivais. No entanto, a partir do torneio é perceptível um encaminhamento para o *ludus*, isto é, para a normalização e regulação, ao mesmo tempo que se verifica a diminuição progressiva do factor aleatório, como tivemos oportunidade de sublinhar.

Esta evolução resulta da regulação do espaço, da tipificação do material e da normalização dos procedimentos e condutas dos intervenientes. Com o decorrer dos tempos, nota-se nos jogos equestres medievais o encaminhamento para uma feição em que o aparato das vestes e dos pendões, a adopção de símbolos heráldicos, a representação e o espectáculo surgem como componentes essenciais dessas práticas. Assim, regressando à tipologia de Caillois, poderemos perceber, através deste processo evolutivo, que as práticas lúdicas e corporais dos nobres, nos finais da Idade Média, adquiriram nítidas características *miméticas*.

Em face do exposto, nota-se que os livros dos dois primeiros reis da Dinastia de Avis proporcionam interessantes informações acerca das principais actividades físicas em que a nobreza se exercitava, em Portugal, no final da Idade Média. Assim, as duas obras tornam-se preciosos documentos na compreensão da evolução dos jogos equestres, no sentido da sua própria normalização e transição para os desportos.

## 2. A CAÇA GROSSA, A EQUITAÇÃO E A GUERRA

É notória, no texto do *Livro da Montaria*, a associação que D. João I permanentemente estabelece entre as artes da caça grossa e da guerra.

A relação entre estes dois tipos de actividades reservadas à nobreza é sublinhada por diversos autores. Efectivamente, a montaria era entendida como uma actividade substitutiva da guerra, na qual, em tempos de paz, os nobres aprimoravam a sua condição física e a da montada. Além disso, esta prática permitia-lhes o confronto com perigos e dificuldades diversas, em cuja ultrapassagem demonstravam a sua bravura e a perícia técnica no uso das armas.

Além do suprimento de carne e peles, a caça também proporcionava ao nobre os troféus dos quais se vangloriava, bem como muitas ocasiões privilegiadas para provar a sua coragem e destreza, fama que os seus pares fariam divulgar no paço real e nos solares.

Um dos preparativos da caça grossa diz respeito aos cuidados a ter com a manutenção das armas e doutros apetrechos necessários, que deviam ser permanentemente conservados em boas condições, de forma a poderem ser bem utilizados em qualquer momento. Por analogia, também as actividades bélicas requeriam do guerreiro o mesmo cuidado na preparação da montada, dos seus acessórios e das armas.

A destreza demonstrada pelos monteiros no uso das armas e o cuidado que nelas tinham constituíam, na perspectiva do rei D. João I, atributos bem reveladores das suas capacidades guerreiras. Com efeito, a caça grossa possibilitava aos titulares da nobreza diferentes situações de confronto com os acidentes do terreno e, bem assim, de ataque e defesa, nas quais era exigido o correcto manuseio das armas de guerra. A montaria também proporcionava aos nobres óptimas oportunidades para se habituarem às privações e sacrifícios que a guerra requer: comer e beber pouco, acordar cedo, dormir por vezes em cama dura e muitas vezes ao ar livre, resistir ao cansaço e suportar a rigidez do clima. Além disso, este tipo de caça propiciava situações que requeriam a adequada gestão dos

recursos humanos e materiais envolvidos na expedição, com transferência directa para as campanhas bélicas. Na realidade, os conhecimentos orográficos reclamados pela correcta colocação das *armadas* e a adopção das estratégias mais adequadas ao ataque da presa tinham aplicação directa em cenário de guerra.

A montaria pode ser vista como um exigente jogo colectivo, dotado de técnicas e estratégias bem definidas, numa luta de morte entre os homens (que para o efeito contam com a preciosa ajuda de animais adestrados, cães e cavalos) e a *veação*.

O código de conduta que regulava esta competição procurava minimizar em grande parte a desvantagem em que a presa se encontrava relativamente à equipa de monteiros e às matilhas que os acompanhavam. Neste sentido, o resultado da contenda era encontrado através da luta próxima, sem recurso portanto a qualquer tipo de armadilhas, bem como ao uso de armas de médio alcance, como o arco e a besta. Além disso, na caça realizada no monte era inevitável a intervenção do factor aleatório, componente inalienável do jogo, do desporto e de qualquer tipo de batalha. Esta característica residia na imprevisibilidade do comportamento do animal perseguido, e, bem assim, na irregularidade e variabilidade do ambiente em que decorria a caçada.

Consequentemente, o monteiro deparava-se sempre com a imponderabilidade do desfecho do confronto que estabelecia com os acidentes do terreno e, também, com as reacções inesperadas do porco-bravo, do urso ou do touro. Na verdade, muitas vezes a presa, depois de atacada, ripostava com violência, conseguindo escapar, mas não sem antes causar sérios danos aos seres humanos ou aos animais que com estes colaboravam na perseguição.

Ortega y Gasset, ao discorrer sobre as semelhanças que se verificam entre as actividades cinegéticas e as práticas bélicas, enfatiza o carácter de simbolismo e representação presente em qualquer delas. Com este propósito, o autor lembra que a guerra, a caça e a festa contêm o mesmo atributo fundamental: a máscara. Na verdade, a exuberância de cores, de

sons e de emoções (bem mais acentuadas do que as que surgem no tempo corrente) é comum a estas três realidades.

Talvez seja esta a razão, segundo aquele autor, que pode explicar o facto das referidas actividades humanas terem permanecido tanto tempo quase indiferenciadas. Apresentando um exemplo concreto, Gasset assinala que as danças primitivas, com características essencialmente lúdicas, compreendem, em termos estruturais, “...a estilização de gestos venatórios ou beligerantes”<sup>664</sup>. Na verdade, muitos jogos tradicionais que conseguiram atingir os nossos dias – e que hoje são quase exclusivamente praticados pelas crianças – parecem constituir representações de antigos ritos relacionados com a caça e a guerra<sup>665</sup>.

Como referimos, a caça no monte era considerada por D. João I como uma graça divina concedida apenas aos reis e nobres. Curiosamente, o resultado da prática cinegética era muitas vezes reconhecido, nos tempos medievais, como um sintoma pressagiador do desfecho, favorável ou desastroso, duma batalha subsequente. Acerca deste poder premonitório atribuído às actividades venatórias, António Branco menciona um episódio curioso: antes do início das batalhas de Aljubarrota e Valverde, um corso e um javali surgiram no campo das hostes portuguesas. Ambos estes animais foram perseguidos e mortos pelos homens de armas, acontecimentos que,

---

<sup>664</sup> GASSET, O. *A Origem Desportiva do Estado*, *op. cit.*, p. 12. Na mesma linha de pensamento, Howell, ao reflectir sobre as características dos jogos na Antiguidade, sublinha que em certas culturas a maior parte dos jogos têm um carácter militar. Cf. HOWELL, M., “Réflexions sur la place des sports, des jeux et des activités physiques durant l’Antiquité », in J.-P Massicotte e C. Lessard, *Histoire du Sport de L’Antiquité aux XIX<sup>e</sup> Siècle*, Presses de L’Université du Québec, Sillery, 1984, p. 12.

<sup>665</sup> No entender de Parlebas, só no séc. XX se verifica a efectiva separação entre os “velhos jogos tradicionais”, que passam a ser apenas realizados pelas crianças e pelo povo e o *sport*. Este passa a integrar “actividades claramente normalizadas e altamente ritualizadas”, que serve de elemento distintivo das classes superiores da sociedade. Cf. PARLEBAS, P., *op. cit.*, pp. 114 e 115.

segundo o autor, foram considerados prenunciadores da vitória alcançada pelo exército lusitano<sup>666</sup>.

Johan Huizinga ressalta a importância do factor aleatório tanto no jogo como na guerra. Este autor advoga que a guerra medieval apresenta todas as características de um desporto nobre, uma vez que no seu desenvolvimento está sempre implícito o elemento agónico ou lúdico<sup>667</sup>. Efectivamente, na sua opinião, a guerra constituiu o verdadeiro desporto da nobreza medieval. Todavia, Huizinga acaba por admitir que, na Idade Média, as guerras não foram muito frequentes e, além disso, grande parte das que se realizaram não mobilizou efectivos muito elevados. Este facto levou Richard Mandell a afirmar (de um modo que nos parece adequado), que, nos tempos medievais, “...o verdadeiro desporto da classe militar residia na preparação cerimoniosa da guerra, isto é, nos torneios”<sup>668</sup>.

É difícil perceber de que forma o exercício da montaria, utilizando um reduzido efectivo de homens, poderia preparar directamente para a guerra, de um modo tão proficiente como apregoou D. João I. No entanto, o próprio monarca respondeu a esta dúvida, esclarecendo os leitores que «...muytas uezes acontece, que os rreys algũas uezes pelejam com poucas gentes»<sup>669</sup>.

Aprofundando esta questão, Luís Duarte informa que em meados do século XV não existia país europeu que dispusesse de um exército permanente. Além disso, acrescenta o autor, os efectivos militares eram geralmente muito pouco numerosos, quando “...comparados com os

---

<sup>666</sup> BRANCO, A., “O outro: travesti do igual”: in Teresa Amado (Coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa: Editorial Quimera, 1994, pp. 436 e 437.

<sup>667</sup> HUIZINGA, J., *Homo Ludens...*, *op. cit.*, p. 117ss. O autor reitera esta argumentação na obra *L’automne du Moyen Âge*, précédé d’un entretien avec Jacques le Goff, Éditions Payot & Rivages, Paris, 2002,

<sup>668</sup> MANDELL, R. D., *Historia Cultural del Deporte*, Edicions Bellaterra, Barcelona, 1986, p. 121.

<sup>669</sup> D. JOÃO I, *op. cit.*, p. 24.

impressionantes números da Antiguidade, antes, e da Época Moderna, depois”<sup>670</sup>.

A referida analogia entre a guerra e a caça já é reconhecida em tempos anteriores à Dinastia de Avis. Efectivamente, ela é evidenciada por Frei Rafael de Jesus que, num dos seus escritos, reportando-se ao rei D. Dinis e ao seu gosto pela caça, lamenta que na actividade venatória a selvajaria pareça maior entre os homens do que entre os animais. A este respeito escreve que «...se nelle [no exercício da guerra] contendia com homens, que erão feras, naquella [na caça] contendia com feras, menos feras que os homens»<sup>671</sup>.

Esta existência tão evidente de fortes laços de parentesco entre a caça e a guerra pode intuir-se do seguinte desafio lançado por D. Duarte de Menezes ao rei D. Afonso V (filho de D. Duarte), em terras africanas:

«Senhor... se quiserdes ver huma fermosa montaria, que mandees a gente de pee com besteiros e espingardeiros que se metam em aquella mata, e que lancem fora os Mouros que jazem dentro; e que estees os de cavallo por derreador em armadas»<sup>672</sup>.

Neste extracto, é notória a visão da guerra como se de uma actividade de caça no monte se tratasse. Realmente, a utilização da terminologia própria da actividade venatória, na qual os mouros são encarados como a caça grossa a perseguir e abater pelas *armadas*, parece bem elucidativa dessa confusão.

Também John Cummins atribui o devido relevo à aludida relação semântica que era estabelecida pela cavalaria medieval, de um modo algo inconsciente, entre a montaria e a guerra. Segundo o autor, o javali ou o

---

<sup>670</sup> Cf. DUARTE, L. M., *Aljubarrota: Crónica dos anos de brasa, 1383-1389*, QUIDNOVI, Matosinhos, 2007.

<sup>671</sup> JESUS, Frei R., *Monarquia Lusitana*, Parte VII, Edição facsimilada, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1985, p. 138.

<sup>672</sup> PEREIRA, F. M. E., “Introdução”, in D. João I, *op. cit.*, p. XXXVI.

urso eram vistos como os “inimigos”, ao passo que o confronto cara a cara entre os monteiros e o animal se considerava uma justa, como, aliás, D. João I lhe chamou<sup>673</sup>.

Pudemos notar que, segundo a apreciação idónea mas apaixonada de D. João I, a montaria era elevada ao nível da mais nobre das ocupações dos senhores, dada a sua contribuição para o treino das armas<sup>674</sup>. Na óptica do rei, só ela tinha o poder supremo de restabelecer cada um dos sentidos e, de um modo uno, todo o «entender», sendo guindada quase ao nível do divino.

D. Duarte, por sua vez, como anteriormente notámos, entendia que a equitação era uma ciência, mas sobretudo uma arte e um código de conduta, ou seja, uma matéria fundamental para a formação global do homem de armas. Por quase todo o texto do *Livro da Ensino* perpassa a ideia de que os conhecimentos que procura transmitir ao jovem nobre são «...cousas que pera feitos de guerra som necessárias»<sup>675</sup> e se destinam, em última instância, a formar guerreiros eméritos.

Logo nas primeiras páginas, o rei defende a grande vantagem que «nos feitos de guerra» têm os bons cavalgadores, quando perdem o receio exagerado e ganham a necessária segurança<sup>676</sup>. Em seguida, ao fazer uma «...declaração dalgũuas manhas que sse a cavallo custuma fazer...», preconiza que, para ter boa «soltura» (agilidade, destreza), o guerreiro deve dominar todas as técnicas. No entanto, considerando-as «principaees» sublinha as seguintes:

---

<sup>673</sup> CUMMINS, *op. cit.*, p. 4. A expressão «justar com o porco» foi usada diversas vezes por D. João I. Também D. Duarte, afirmou: «Doutra maneira, justam alguũs com hussos e porcos, que he assaz periigosa». D. DUARTE, *op. cit.*, p. 103.

<sup>674</sup> A representação da caça, da guerra ou do uso das armas ainda hoje persite em muitos jogos tradicionais, cuja prática ficou confinada às crianças.

<sup>675</sup> D. DUARTE, *op.cit.*, p. 5.

<sup>676</sup> *Idem, ibidem*, pp. 4, 5, 7, 51 e 54.

«ensayarsse / armado de guerra, assy corregido em ella deve andar, justar, tornear, avendo boo mestre ou mestres que o avisem no que comprir. E el crea o que lhe disserem, e lhe obedeça, por que necessário he ao que aprende creer e obedecer a aquel que o ensyna. E esso medês [mesmo] dá grande ajuda aa ssoltura o andar do monte, e caça, e reger lanças, remessállas, e jugállas canas, ferir despada. E todas [e]stas manhas devem seer husadas per aquelles que boa soltura a cavallo desejom daver...»<sup>677</sup>.

Embora aconselhe diversas práticas corporais, D. Duarte considera que o bem cavalgar e o lutar constituem os fundamentos de todas as outras, sendo fundamentais para a preparação do guerreiro.

### 3. CONTRIBUTOS DOS REIS DE AVIS PARA AS CIÊNCIAS DO DESPORTO

Na área da psicologia, o rei D. João I aborda, embora sem grande clareza, a importância da vontade na superação das dificuldades que o nobre encontra na caça no monte. Neste sentido, parece reconhecer o valor das capacidades volitivas do caçador, que, como referimos, julga directamente transferíveis para o cenário da guerra. Em contrapartida, este monarca trata com maior extensão e pormenor a questão referente aos benefícios derivados do contacto dos nobres da corte com a natureza, bem como da vivência dos episódios venatórios no «correger» dos sentidos. Não se nota, contudo, que tenha dispensado particular atenção aos assuntos respeitantes ao ensino e aprendizagem das *manhas* da caça grossa, matéria em que assume uma posição meramente descritiva e apologética.

Na verdade, na obra de D. João I surge o enaltecimento quase permanente da actividade corporal realizada em plena natureza. Com este procedimento, o rei parece imbuído duma precoce intenção de abrir as

---

<sup>677</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 72 e 73.

portas às ideias humanistas de Morus, Montaigne e Rabelais e aos movimentos naturalistas que lhes sucederam.

A tendência para a realização das práticas lúdico-corporais ao ar livre e em ambientes absolutamente naturais, tão patente em D. João I, parece entroncar e ter o seguimento lógico na área cada vez mais valorizada dos chamados “desportos de aventura”. Estas práticas, tal como a montaria, estão preocupadas essencialmente com o controlo das emoções que derivam do confronto com o risco e o imprevisível.

Pelas concepções expendidas na sua obra, o rei evidencia claramente a intenção de se afastar do dualismo platónico, abraçando uma perspectiva de unicidade do ser humano que, na sua totalidade indissociável, sentiria os benefícios proporcionados pelo exercício da montaria. A perspectiva de D. João I não nos surpreende, dado acontecer quase no epílogo da Idade Média. E, se pode admitir-se no período medieval alguma influência negativa da Igreja na generalização das actividades físicas, esta instituição deve ter condenado somente os excessos violentos e sangrentos verificados nalguns jogos de enfrentamento de carácter belicista, como as justas e os torneios. É evidente que à Igreja também não passaram despercebidos os abusos respeitantes aos jogos de fortuna e azar, que, na tentativa de normalizar os costumes, condenou com veemência. A questão em apreço é defendida com propriedade por Jacques Ullmann, que, a este respeito escreveu o seguinte:

“...nada no cristianismo permitia, além disso, isolar a alma do corpo para daí assegurar o desenvolvimento exclusivo. É o homem todo inteiro, não a alma somente, que Cristo veio salvar. O corpo foi chamado a ressuscitar. A filosofia cristã abandonou progressivamente o platonismo, julgado demasiado pesaroso, para se ligar à inspiração aristotélica (...) que vê na alma a forma do corpo, inseparável dele. Se a alma e o corpo constituem uma unidade substancial, o corpo não pode ser considerado estranho à alma, nem estranho ao homem”<sup>678</sup>.

---

<sup>678</sup> ULMANN, J., *op. cit.*, p. 87.

O pensamento D. João I parece assim encaminhar-se no sentido da valorização das estreitas correlações que se estabelecem entre as actividades físicas, o bem-estar psicológico e a saúde, questão que merece grande relevo nos tempos actuais<sup>679</sup>.

Além disso, o monarca mostrou-se apologista de um treino holístico, global e integrador, não aceitando portanto a separação analítica, artificial e mecanicista dos movimentos e das capacidades físico-motoras<sup>680</sup>. Em seu entender, o treino não devia ser dividido às fatias, como se fosse um edifício construído em propriedade horizontal. Por outro lado, exprime a ideia (bem antecipada no tempo!) de que o melhor treino para a guerra seria constituído por uma prática tão idêntica à actividade bélica quanto possível, realizada em ambiente e circunstâncias semelhantes.

Esta concepção leva-o a privilegiar o exercício da montaria, dado ser realizado em situações naturais e imponderáveis, em detrimento da prática da justa, actividade mais previsível, tipificada e normalizada.

Deste modo, julgamos que a óptica do primeiro rei da segunda dinastia, no início do século XV, se aproxima grandemente da teoria vigente na actualidade, que defende que as condições do treino físico-desportivo devem ser tão idênticas quanto possível daquelas em que a competição decorre.

No *Livro da Enseñança*, D. Duarte, quando destina as suas ideias, seja ao mestre, seja ao jovem iniciando, candidato a bom cavaleiro, denota sempre manifestas preocupações científicas. Na verdade, todos os comportamentos do bom cavaleiro que o rei preconiza baseiam-se nitidamente nos princípios pedagógicos da progressão e da alternância.

---

<sup>679</sup> É evidente que, na actualidade, a concepção de saúde engloba o bem-estar geral da pessoa.

<sup>680</sup> A perspectiva de D. João I parece antecipar, em vários séculos, a chamada “guerra dos métodos”, surgida entre a ginástica sueca e o *sport*.

No seu rigoroso plano de ensino-aprendizagem das técnicas da equitação, o monarca equaciona a situação inicial do aprendiz, advogando nesta fase um método permissivo, não directivo, baseado no prazer e na possibilidade de o jovem ser capaz de pôr em prática as actividades propostas. Com efeito, de um nível de menor exigência, caracterizado também pela atribuição ao aluno de muitos louvores e poucas recriminações e punições, o rei vai avançando progressivamente para níveis técnicos mais elevados e exigentes, assim como para comportamentos didácticos mais rígidos.

A perspectiva de D. Duarte, ao defender um ensino gradual, sequente e realizado num clima agradável e positivo, parece ter constituído uma inovação relativamente ao que era habitual na época. Este aspecto é salientado por Carlos Pereira, quando refere que, na época em questão, “...os jovens cavaleiros deveriam ser formados de maneira brutal”<sup>681</sup>. Aliás, é o próprio D. Duarte que critica frontalmente o processo pedagógico-didáctico usual no seu tempo. Com efeito, no *Leal Conselheiro*, refere, de modo desaprovativo, que, quando se ensina uma determinada tarefa a um aluno, por mais simples que ela seja (transportar uma ave de caça, tanger, escrever e outras), ele é logo castigado se a resposta não for a esperada.

Na óptica deste rei, o próprio material didáctico deve ir sofrendo, no seu método de ensino, uma notória progressão, acompanhada pelo aprofundamento e exigência dos fundamentos técnicos. Além disso, como já salientámos, nota-se em D. Duarte grande preocupação em aconselhar, relativamente a cada situação prática, as normas de segurança especificamente adequadas. Com esta precaução, o monarca procura evitar, tanto quanto possível, a ocorrência de acidentes durante o processo de ensino da equitação.

No caso concreto do ensino da luta, a que o rei também dá grande relevo, não obstante ser muito difícil decifrar a profusão de termos técnicos por ele utilizados, verificamos na sua descrição grande cuidado em

---

<sup>681</sup> PEREIRA, C., *op. cit.*, p.54.

estabelecer fases de aprendizagem. No termo de cada bloco de matéria que D. Duarte julga ser imprescindível na formação do bom cavaleiro podemos perceber qual o nível de exigência requerido e também o resultado final que deve ser alcançado. Intui-se desta narração, que o rei aconselha o mestre a ir proporcionando ao aprendiz o conhecimento dos resultados e a informação de retorno que lhes permitam auto-avaliar o nível dos seus desempenhos.

No que concerne ao ensino das técnicas fundamentais da justa, o rei menciona diversas componentes críticas que lhe são inerentes, bem como os erros que mais frequentemente costumam ocorrer. Além disso, prescreve as soluções que permitem remediar ou minimizar esses defeitos de execução.

Na esteira do que preconiza actualmente a teoria da área específica da *aprendizagem motora*, o autor do *Livro da Ensinança* defende a importância da repetição dos movimentos a aprender, até se atingir o estado de automatismo. A este respeito afirma:

«E desque ambos estes geitos se trazem em costume, a mão, corpo e braço fillam delle tal meestria que sem trabalho o fazem, como huu boo tangedor que os dedos lhe vão aas cordas, ou o caçador, que com a mão ezquerda sabe guardar todo geito que a ave requiere»<sup>682</sup>.

Ao efectuar a apologia da mecanização e automatização do movimento, D. Duarte reconhece a importância da repetição na prática («husança») que, se por um lado permite dispensar quase totalmente o uso das faculdades mentais, por outro facilita todo o tipo de transferências. Neste sentido, parece admitir a transferência bilateral, ao afirmar que «...assy o sabe pera hũa mão como pera a outra». O rei acrescenta que, em Portugal,

---

<sup>682</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, p. 80.

os justadores tanto poderiam suster a lança com a mão direita como com a esquerda<sup>683</sup>.

Quando se refere ao lançamento do dardo, D. Duarte defende que o exercício deve iniciar-se a pé, parado, e com barra não pontiaguda. Em seu entender, na altura em que já dominar bem esta técnica, o jovem aprendiz poderá passar ao arremesso da lança, ainda apeado. Só numa última fase deverá chegar ao treino do arremesso feito a partir do cavalo lançado a galope. Esta técnica é, aliás, a única que, na opinião do rei, não obstante a sua dificuldade, tem grande préstimo em cenário de guerra.

Além disso, o rei prescreve, no início do processo de ensino, a “desmontagem” do gesto técnico, ou seja, a sua decomposição em fases de execução mais simples.

Outra recomendação feita por D. Duarte respeita à utilização, pelo principiante na arte da equitação, de diversos tipos de cavalo. Deste modo, na sua óptica, o jovem deve mudar de montada de uma fase de aprendizagem para a fase seguinte. Advoga ainda que o iniciando comece por montar cavalos mais mansos e menos dinâmicos, que lhe criem menos problemas e facilitem o seu êxito na tarefa. Neste sentido, o monarca chega a referir-se ao uso de material didáctico de treino, constituído por cavalos de madeira, como já faziam os romanos<sup>684</sup>. Estes aparelhos devem ter continuado a ser utilizados em Portugal, para os mesmos fins. Realmente,

---

<sup>683</sup> Idem, *ibidem*, p. 80.

<sup>684</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 116-117. O autor faz referência ao livro do Regimento dos Príncipes, de Egídio Romano, que menciona o uso, pelos romanos, de cavalos de madeira, nas habitações, que eram selados e arreados, servindo para o treino, e constituindo assim, segundo D. Duarte, um bom meio de treino. Efectivamente, Vegésio, no cap XVIII do Livro I, faz alusão ao treino dos soldados romanos em montar cavalos de madeira ao ar livre, de Verão, e por baixo de uma cobertura, no Inverno. Primeiramente, tinham que montar sem armas e só depois armados. Sabiam montar e desmontar pela direita e pela esquerda, com a espada desembainhada ou com a lança na mão. O exercício era repetido continuamente, em tempo de paz, para depois o poderem fazer com agilidade na confusão da batalha. Cf. VEGÉSIO, *op. cit.*, pp. 42 e 43.

no final do século XIX, o padre Pedro Aloy, professor no Colégio dos Jesuítas, apresenta «o cavallo de madeira» como um dos jogos «maiores» que os jovens realizavam durante os recreios escolares<sup>685</sup>.

Curiosamente, no final da Idade Média, este monarca já demonstrava conhecer os benefícios de uma prévia activação funcional e preparação técnica específica, semelhante aos exercícios de “aquecimento” que actualmente precedem a actividade física e desportiva. Com efeito, o rei recomenda ao justador que, antes de entrar na *teia*, «...meta a vara de soobraço duas ou três vezes, e tenha assy todo corregido que se senta bem senhor della»<sup>686</sup>. Numa fase posterior de aprendizagem, quando o mestre verificar que o candidato a bom cavalgador já adquiriu uma técnica aturada e a mestria necessária, entende o rei que poderá permitir-se-lhe a demonstração da sua destreza em exercícios bem mais difíceis e perigosos. Entre estes, menciona a tentativa de mudar de cavalo em plena carreira, escrevendo a este respeito:

«E pareceme boo custume de cavalgar de hua besta em outra a cadahua das mãos; e fazsse mylhor da pequena pera a mayor, ou, se forem iguaaes, poerem da parte de cima aquella que ouverem de cavalgar, ou de se apegar sobre alguu de pee que estiver em meyo dellas»<sup>687</sup>.

A partir das opiniões expendidas por D. Duarte compreendemos que o rei advoga no seu processo de ensino-aprendizagem a variabilidade das condições de prática. Esta ideia é perfeitamente perceptível quando o rei aconselha o jovem a utilizar selas diferenciadas, materiais acessórios

---

<sup>685</sup> Segundo o padre Aloy, no «potro ou cavallo de pau» os colegiais realizavam diversos exercícios: montar (à frente ou à retaguarda da sela) e apear, sustentar o peso do corpo apenas sobre os punhos, apoiados sobre os arções, sair do cavalo, por qualquer dos lados com as pernas bem elevadas e executar o salto mortal, precedido de balanço. ALLOY, P.º P., *op. cit.*, pp. 244-247. Estes cavalos de madeira, a que D. Duarte se refere, vieram dar origem ao cavalo com arções, aparelho usado na ginástica desportiva. Cf. DIEM, C., *op. cit.*

<sup>686</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>687</sup> Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 116.

diversos (como paus, barras de ferro, dardos e lanças) e montadas dissemelhantes. Além disso, recomenda-lhe que cavalgue em distintos pisos e ambientes e, numa perspectiva ecléctica, que aprenda e treine diferentes técnicas de equitação.

Além disso, no ensino das técnicas de equitação, tem o cuidado de referenciar as características dos recursos materiais utilizados. Nestes termos, o rei enumera as características do material acessório (arreios, selas, estribos...) que considera mais adequado ao nível de aprendizagem do jovem e às características da montada.

Ao longo do texto da sua obra é fácil perceber que D. Duarte atribuiu bastante relevo ao papel da aprendizagem por modelação, aconselhando o jovem aprendiz a observar e avaliar a actuação dos seus pares e de cavalgadores mais experimentados. O rei deu também o devido valor ao papel desempenhado por um especialista no processo de ensino-aprendizagem da arte de bem cavalgar. Na sua óptica, a presença do mestre é imprescindível para que possa transmitir ao aprendiz os seus conhecimentos técnicos e a sua experiência. Ou seja, em seu entender, o instrutor deve fornecer ao pupilo frequente informação de retorno e incutir-lhe o entusiasmo necessário.

Muito interessante nos parece, também, a noção que o rei tinha da dificuldade de os executantes avaliarem o nível do seu desempenho, especialmente das suas falhas ou pontos fracos. Referindo-se concretamente à justa, D. Duarte escreve o seguinte:

«...porque poucos som os juatadores que assy conheçam todos seus fallymentos, he grande vantagem aver tal que o na justa serva, que oolhe por todas estas cousas e saibha conhecer os erros cada vez que os fezer, e o avise logo delles»<sup>688</sup>.

---

<sup>688</sup> *Idem, ibidem*, pp. 88 e 89.

Além disso, D. Duarte põe o acento tónico na autoridade do mestre e na confiança que ele deve merecer ao iniciando. Neste sentido, o monarca declara que «...necessário he ao que aprende creer e obedecer a aquel que o ensyna»<sup>689</sup>. Estas palavras não deixam quaisquer dúvidas acerca da sua opinião em relação à importância da autoridade do mestre.

Assim, esta concepção pedagógica de D. Duarte parece continuar a ser muito actual, dado que hoje, mais do que nunca, se discute a questão respeitante à falta de autoridade do professor.

Quando alude às preocupações com a segurança que deve presidir à aprendizagem das técnicas de bem cavalgar, D. Duarte, na secção III da terceira parte do *Livro da Montaria*, aconselha o aprendiz, em todo o processo, a conhecer as suas próprias forças e fraquezas. Ao preconizar este exercício psicológico de auto-análise e introspecção, o rei parece projectar-se no tempo, para a actualidade, nomeadamente quando preconiza um dos procedimentos da gestão aplicada ao desporto: a denominada “análise swot”.

D. Duarte expendeu a ideia de que, para o iniciando atingir a perfeição na arte de cavalgar é necessária «husança» continuada e persistente, sem “queimar etapas” de aprendizagem. Deste modo, preconiza que a aprendizagem se processe de um modo reflectido, em treinos regulares, sustentada em juízos de valor emanados das situações práticas. Também no *Leal Conselheiro*, o rei realça o papel da “inteligência prática”, que actualmente constitui um tema bastante versado na aprendizagem dos desportos colectivos.

No que concerne às áreas da psicologia da aprendizagem e da psicologia do desporto, D. Duarte procurou demonstrar a importância da vontade (motivação) e do poder (auto-estima). Nestes termos, o rei concedeu particular atenção à ultrapassagem do receio, considerando que somente pela superação do medo o aprendiz poderá ganhar segurança nas

---

<sup>689</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensinança*, op. cit., p. 73.

*manhas* da equitação e, assim, superar tecnicamente as suas incorrecções e insuficiências.

Neste ponto, uma vez mais, o rei demonstrou estar bem à frente do seu tempo. Na realidade, nos anos recentes os investigadores da área das Ciências do Desporto têm demonstrado que os estados de medo e ansiedade, bem como os níveis de motivação e auto-conceito podem influenciar marcadamente o nível de desempenho dos atletas.

Pensamos que o epíteto “eloquente” reflecte muito ajustadamente as capacidades de D. Duarte, que, além de um burocrata e moralista, evidenciou grandes conhecimentos em diversos domínios do saber, com a antecipação que já sublinhámos.

Em primeiro lugar, o leitor atento depressa depreende que o rei leu diversos autores da Antiguidade Clássica (filósofos, médicos, estrategos militares...), dos quais bebeu algumas das ideias e princípios vertidos na sua obra. Depois, são notórias as incursões feitas por D. Duarte nas áreas do saber que actualmente se incluem na denominação de Ciências do Desporto.

A leitura das suas obras permite manifestar a ideia de que este rei português foi inovador e ultrapassou o seu tempo. Na verdade, D. Duarte adiantou-se claramente ao pensamento habitual no início do século XV, defendendo perspectivas, princípios, métodos e procedimentos que, em grande parte, não destoariam dos que actualmente se consideram adequados.

Assim, não parecem restar dúvidas acerca da elevada importância do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, que constituem um terreno muito fértil para os cultores das Ciências do Desporto. Efectivamente, as duas obras ajudam a perceber, no âmbito da História do Desporto, como se processou a evolução das práticas corporais da Idade Média até ao desporto da actualidade. Além disso, os textos redigidos pelos dois primeiros reis da Dinastia de Avis são preciosos documentos que nos

elucidam, na área da Antropologia do Desporto, acerca das relações existentes entre os jogos equestres, as festas e a guerra.

## **CONCLUSÃO**



## CONCLUSÃO

Pretendemos, no presente estudo, proceder a uma análise do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda sela*, escritos na primeira metade do século XIV pelos dois primeiros reis da Dinastia de Avis, na óptica das práticas lúdicas e corporais neles mencionadas ou descritas. Este desígnio pareceu-nos oportuno e pertinente, dado que estes livros, muito embora já tenham constituído o objecto de outras investigações, nunca foram examinados na perspectiva que ora adoptámos.

Verifica-se, da leitura das crónicas de Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes de Zurara, respeitantes aos reis D. João I e D. Duarte, que muito pouco relevo foi dado às obras literárias produzidas por estes reis. Ao invés, os cronistas descreveram exaustivamente factos relacionados com a vida da corte, com o governo do reino e com viagens dos monarcas, mas, sobretudo, com episódios bélicos em que tomaram parte.

As principais conclusões a que chegámos, ou seja, as respostas obtidas em relação às dúvidas inicialmente manifestadas) e que constituíram, afinal, a razão se ser do nosso estudo) são as seguintes:

1.- D. João I e D. Duarte conferiram uma grande importância às actividades corporais como meios de preparação militar. De facto, ambos os monarcas preconizaram a exercitação do corpo em tempos de paz, de tal forma que os *defensores* do reino estivessem sempre preparados, nas melhores condições físicas e psicológicas, para um bom desempenho nas batalhas. Mesmo no tempo de paz prolongada que caracterizou a maior parte do reinado de D. João I e o do seu filho primogénito, a justa e o torneio, as *canas* e o arremessar lança, as habilidades no cavalgar e o *jogo*

da *montaria* são por ambos os monarcas muito valorizados e encarados como representações da guerra<sup>690</sup>.

Em toda a sua obra, D. João I fez uma intensa apologia a práticas corporais diversas, nomeadamente à justa e ao torneio, atribuindo no entanto à caça grossa o lugar de maior relevância. Na sua óptica, a *montaria* assume-se como uma autêntica representação da guerra, uma dádiva de Deus aos reis e senhores para, em tempos de paz, manterem em elevados níveis de proficiência as suas capacidades bélicas.

Em D. Duarte notámos igualmente uma constante preocupação em difundir, no seio da nobreza lusa, a premente necessidade da cultura física, dando particular relevância às técnicas da equitação. Na sua óptica, também outros conhecimentos técnicos referentes à justa e ao torneio, como *ferir de espada*, saber reger a lança e lutar corpo a corpo, são requeridos na formação do nobre, tendo sempre em vista a sua futura aplicação no campo de batalha.

2. - D. João I, no *Livro da Montaria*, não enunciou princípios e muito menos expôs um verdadeiro método de ensino-aprendizagem da caça no monte. Na realidade, o seu propósito pareceu simplesmente narrativo, apesar de não se coibir de juntar, aqui e ali, juízos de valor acerca do mérito e adequação de situações, procedimentos e estratégias. Somente quando se deteve na explicação técnica das operações da *montaria*, nomeadamente a descrição das *vozarias*, *armada* e ataque final à presa, o rei revelou algumas preocupações didácticas, no que concerne à segurança e apresentação metódica e faseada dos conteúdos<sup>691</sup>.

---

<sup>690</sup> A própria guerra medieval pode ser entendida como um jogo, onde a estratégia, a luta, a representação de papéis e a intervenção de factores aleatórios se tornam componentes essenciais, como Huizinga defende. Cf. HUIZINGA, J., *op. cit.*, pp. 111-126.

<sup>691</sup> Isto não significa, porém, que falem méritos ao texto do livro, sobretudo de natureza literária e apologética das belezas naturais, da vida activa ao ar livre e da *montaria*.

Ao invés, foi notório o esforço de D. Duarte em enunciar princípios de natureza pedagógica e didáctica, nomeadamente porque:

- enunciou os pré-requisitos que podem colocar-se ao ensino-aprendizagem da arte e «sciencia» de bem cavalgar, salientando a importância da «voontade» e da motivação para o surgimento das condições necessárias ao «poder», ou seja, à aprendizagem e à evolução técnica;

- apresentou um plano de ensino-aprendizagem metódico e sequente, prevendo etapas de aprendizagem com dificuldade crescente, preocupando-se sempre com a segurança do iniciando;

- advogou uma relação mestre-aprendiz assente de início num clima de grande permissividade e complacência em só mais tarde, na altura apropriada, na exigência, na correcção dos erros e na autoridade do mestre;

- preconizou o recurso do mestre à pedagogia do reforço, à informação de retorno, ao encorajamento e à repetição;

- fez a apologia do princípio da progressão, quer no ensino das técnicas da equitação, quer do manejo da lança, na justa;

- evidenciou ter já a noção do efeito benéfico da activação funcional imediatamente anterior à tarefa motora;

- enunciou as componentes críticas dos exercícios e os erros de execução mais frequentes, valorizando assumidamente o papel da auto-avaliação.

- chamou a atenção para a importância da repetição das tarefas motoras, na equitação, no manejo da lança, na luta livre e no uso da espada, reconhecendo a importância do treino para o aprendiz atingir níveis crescentes de mecanização e automatização motora.

Em suma, ficou patente em D. Duarte o intento de não deixar ao sabor da mera intuição os procedimentos que, segundo a sua perspectiva predecessora, deviam ser considerados no ensino das actividades corporais. Deste modo, o rei desenvolveu, com lógica e rigor, os princípios pedagógico-

didáticos do ensino da equitação e de outras práticas corporais, concretizado de um modo individualizado e activo, metódico e sistemático.

3.- Os dois primeiros reis da dinastia de Avis atribuíram grande importância aos jogos e exercícios físicos praticados na sua época. Os dois monarcas, como já mencionámos, valorizaram sobretudo os exercícios que mais directamente preparavam para a guerra. Todavia, também reconheceram os que proporcionavam a afirmação do estatuto social mais elevado e alguns que tinham essencialmente finalidades recreativas.

Se a montaria foi considerada por D. João I como um “jogo de reeys”, exercício destinado apenas a senhores e nobres (os “bões”), D. Duarte entendeu a equitação como uma arte e um traço distintivo dos nobres. Ambos os reis valorizaram os jogos equestres do torneio e da justa. Conquanto D. Duarte tenha feito uma alusão ao jogo *das canas*, não existem em qualquer das obras referências a outros jogos equestres, como a *argolinha*, o *bafordo* ou lançar a *tavolado* e as *alcanzias*, mencionados noutros textos da época. Talvez esta omissão se deva ao facto de estes jogos – tal como sucedeu com as *canas* –, passarem a fazer parte integrante do programa dos torneios.

Ao jogo da *péla* foi reconhecido por D. João I relativo mérito para o desenvolvimento da força e da resistência. No entanto esta prática competitiva foi algo desvalorizada por D. Duarte.

D. João I enaltece mais do que o filho os exercícios de força e os arremessos da barra, da lança e de paus, que designa por *braçaria*, bem como diversas destrezas realizadas a cavalo, as *ligeirices*.

Embora qualquer das duas obras literárias contenham frequentes referências elogiosas à justa e ao torneio, somente no *Livro da Ensinança* surgem explicações detalhadas sobre o uso da espada e da lança, bem como sobre as técnicas de cavalgar consoante as situações.

D. Duarte não menciona qualquer prática lúdica de sorte ou azar, ao contrário do pai, que se refere de modo pouco abonatório aos dados e aos

restantes jogos de tabolagem. Em relação aos jogos de mesa, D. João I tem uma opinião muito mais favorável do xadrez, por possibilitar, na sua opinião, o treino das estratégias bélicas.

Notámos que, tal como alguns jogos equestres, outros exercícios lúdicos conhecidos no período medieval não foram referenciados nas duas obras. Uns, como o *pião*, a *jaldeta*, o *fitelho* e o *sarilho*, por serem divertimentos de crianças, a que não era reconhecido qualquer interesse para a preparação dos guerreiros. Outros, como a *porca* e o *jogo da bola* ou *mançais*, dadas as suas características rústicas, próprias das gentes de baixa condição social. Outros ainda, como o *butir*, a *badalassa*, o *fitellho*, a *malha*, o *pega-chuna* e o *cubre*, por serem jogos de fortuna ou azar, antecidos de apostas. Estes jogos foram, em Portugal e por toda a Europa, ao longo dos tempos, objecto de proibições expressas nos éditos e ordenações reais e nas constituições episcopais.

Não é de admirar que, dada a linhagem real dos autores do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinhança*, nos respectivos textos o leitor seja quase exclusivamente remetido para as actividades corporais inerentes à formação e diversão dos nobres. Além disso, a montaria e a equitação, por serem práticas equestres, exigiam, na época, uma posição social e económica apenas acessível aos titulares da nobreza, constituindo, mesmo, um factor distintivo da sua elevada condição.

4.- Ambos os autores prestaram contributos muito válidos a diferentes áreas do saber que actualmente se integram no vasto domínio das Ciências do Desporto. Com efeito, D. João I fez uma nítida incursão na Psicologia do Desporto, ao discorrer sobre o elevado interesse do *jogo* da montaria no «corregger dos sentidos», isto é, na reparação do espírito. Neste particular, quando se referiu ao cansaço que a rotina da corte lhe provocava, o rei pareceu efectuar uma abordagem prematura ao problema do stress, autêntica “doença” que afecta, actualmente, o homem urbano. No entender deste monarca, o acto de calcorrear montes e vales, a cavalo, mesmo antes e depois da despistagem, perseguição e morte do veado, urso, javali ou

touro bravo, não era uma actividade vã. Efectivamente, o contacto com a natureza e a contemplação das paisagens e das belezas da fauna e da flora desenvolviam, segundo o rei, valores estéticos e éticos, além de terem benefícios no equilíbrio psicológico, na condição física e na preparação dos nobres para as actividades bélicas.

Contudo, no campo que hoje pertence à Psicologia do Desporto, o seu filho D. Duarte conseguiu ir mais fundo e mais além, quando aludiu à importância da vontade e à necessidade de ultrapassagem do medo e da ansiedade na aprendizagem das técnicas de bem cavalgar.

As ideias *naturalistas* de D. João I parecem constituir traços antecipadores das perspectivas humanistas do Renascimento, inspiradoras do pensamento de Rabelais, Locke e Rousseau. Assim, este rei pode considerar-se um longínquo precursor da actual vaga dos Desportos de Aventura, exercícios corporais realizados em plena natureza, que cada vez ganha maior número de adeptos.

Em ambos os autores são perceptíveis as influências da Antiguidade Clássica na visão metafórica do corpo humano e da própria sociedade medieval. O mesmo parece reflectir-se na importância reconhecida ao exercício físico no desenvolvimento das capacidades humanas. Este aspecto, bem como a descrição dos diversos jogos e práticas corporais em que a nobreza se exercitava, em Portugal, no início de quatrocentos, constituem, a nosso ver, matérias frutuosas para a História e a Antropologia do Desporto. Ainda nesta área do saber, as longínquas afinidades que foram verificadas entre os «jogos» medievais (mormente as práticas equestres) e os desportos institucionalizados apresentam-se-nos como um campo muito fértil, à espera de ser desbravado.

Contudo, é na área da Pedagogia e Didáctica das Actividades Corporais que o carácter precursor de D. Duarte é mais notório. Com efeito, parecem-nos ainda actuais muitas das ideias, princípios pedagógicos e procedimentos didácticos expendidos pelo rei, a quase seiscentos anos de distância dos nossos dias.

Da leitura das duas obras sobressai a ideia de que os respectivos autores fizeram questão em dar o exemplo aos seus leitores da necessidade de não se deixarem envolver pela ociosidade que começava a grassar na nobreza lusitana. Assim, procurando combater essa tendência, os primeiros reis da segunda dinastia revelaram bem a elevada importância que atribuíram aos jogos e exercícios corporais no final da Idade Média.

Foi notória, em cada uma das obras, a intenção dos autores em não reduzirem o texto a meros manuais técnicos. Nos dois autores ficou patente o propósito de atribuir uma finalidade ética e moral aos conteúdos versados.

Face a tudo o que ficou exposto, julgamos não restarem quaisquer dúvidas acerca da importância do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança* para um melhor conhecimento da História da Desporto em Portugal. Estas obras literárias, pelos contributos que trazem a diversos domínios das Ciências do Desporto, merecem ser mais conhecidas, debatidas e valorizadas.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Impressas

Alcoçer, Fray Franciso de, Tratado del Juego, Andrea de Portonariis, Salamanca, 1559.

Afonso X, “Las Siete Partidas”: in Teresa Amado (Coord.), A Guerra até 1450, Editorial Quimera, Lisboa, 1994, pp. 121-144.

Alfonso XI, Livro de la Montería, estudio y edición crítica por Maria Isabel Montoya Ramírez, Publicaciones de la Cátedra de Historia de la Lengua Española, Series Philologica, Universidad de Granada, Granada, 1992.

Brandão, Frei António, Monarquia Lusitana, Parte III, Edição facsimilada, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973.

Camões, Luís de, Os Lusíadas, Leitura, prefácio, e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972.

Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião (1573-1578), introdução e notas de Sales Loureiro, Europress, Odivelas, 1987.

D. Duarte, Leal Conselheiro, edição crítica de Joseph Piel, Livraria Bertrand, Lisboa, 1942.

D. Duarte, Leal Conselheiro, Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, Coleção Pensamento Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

D. Duarte, Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela, edição crítica de Joseph Piel, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.

- D. Duarte, Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa), edição diplomática com transcrição de João José Alves Dias e introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.
- Jesus, Frei Rafael de., Monarquia Lusitana, Parte VII, Edição Facsimilada, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- D. João I, Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, com Introdução de Francisco Maria Esteves Pereira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918.
- D. João I, Livro da Montaria, edição de M. Lopes de Almeida, Col. Tesouros da Literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981.
- D. João I, Livro de Montaria feito por D. João I de Portugal, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras – Editores, Ericeira, 2003.
- D. Pedro, Infante, Livro da Virtuosa Bemfeitoria, introdução e notas de Joaquim Costa, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1946.
- Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, Livros I, II, III e IV, 1582-1590?, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2005.
- Giraldo (Mestre), Livro d'Alveitaria do Mestre Giraldo, edição de Gabriel Pereira, Revista Lusitana, XII, 1-2, Imprensa Nacional de Lisboa, 1990, pp. 1-60.
- Góis, Damião de, Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel I, Editorial Amigos do Livro, Lisboa, 1949
- Lopes, Fernão, Crónica de D. João I, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1949, Reimpressão de 1983.

- Lopes, Fernão, Quadros da Crónica de D. João I, selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, Textos Literários de Autores Portugueses, 3ª edição, Lisboa, 1993.
- Lopes, Fernão, Crónica de D. Fernando, Livraria Civilização, Porto, 1979.
- Lopes, Fernão, Crónica de D. Pedro, Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.ª edição, Lisboa, 2007.
- Méndez, Cristóbal, Libro del exercício corporal, y de sus provechos..., edición, estudio preliminar y notas de J. Solominos Palencia, Academia Nacional de Medicina, III, México, 1991.
- Menino, Pêro, Livro de Falcoaria, edição, introdução, notas e glossário de Rodrigues Lapa, Imprensa da Universidade Coimbra, Coimbra.
- Ordenações Afonsinas, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Livro V.
- Pina, Rui de, Chronica D'EI-Rei D. Duarte, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Lisboa, 1901.
- Pina, Rui de, Chronica do Senhor Rey D. Duarte: in Crónicas de Rui de Pina, Colecção Tesouros da Literatura e da História, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmãos Editores, Porto, 1977, pp. 477-575.
- Pina, Rui de, Chronica do Senhor Rey D. Affonso V: in Crónicas de Rui de Pina, Colecção Tesouros da Literatura e da História, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmãos Editores, Porto, 1977, pp. 575-881.
- Resende, Garcia de, Cancioneiro Geral, Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, Vol. I, s.d.

Rodrigues Lapa M. (Coord.), *Cantigas D'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1995.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução facsimilada com apresentação de José Adriano de F. Carvalho, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1988.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica de El-Rei D. João I*, Escriptorio, Lisboa, 1899.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Duarte de Menezes*, edição de Larry King, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1978.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, edição Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915.

## **Dicionários**

Grande Enciclopédia Luso Brasileira, Vol. VI e VII, Editorial Enciclopédia, Lisboa.

Lello Universal, *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello & Irmão, Porto, s.d.

Machado, José Pedro (Coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Coordenação de José Pedro Machado, Sociedade da Língua Portuguesa, Lisboa, 1981.

Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, Livros Horizonte, Lisboa, 1967.

Serrão, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.

Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram, 1798-1799*, edição crítica de Mário Fiúza, Livraria Civilização Editora, 2 Vols., Porto, 1983.

## **Estudos**

Alleau, René, *Dicionário dos Jogos*, INOVA, Porto, 1974.

Almeida, Fortunato de, *História de Portugal, Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e 1580-1816*, Bertrand Editora, Lisboa, 2004 Volume II.

Almeida, Fortunato de, *História de Portugal desde os tempos pré-históricos a 1580*, Bertrand Editora, Lisboa, 2003, 1º Volume.

Aloy, P.e Pedro, *Recreios Colegiaes por meio de toda a espécie de jogos excepto os de cartas e de armas*, Tipographia Universal, Lisboa, 1882.

Álvarez del Palacio, Eduardo, "El juego en el Renacimiento". VII Simposium Historia de la Educación Física, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000, pp 61-85.

Álvarez del Palacio, Eduardo, "Aproximación a los principios de la actividad físico-lúdica en la España del siglo XVI: las diversiones y pasatiempos del pueblo y de la nobleza". In J. Robles Tascón, *La lucha, los aluches y los juegos populares y aristocráticos en la literatura española*, Universidad de León, León, 2003.

Alves, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas*, Livros Horizonte, Lisboa, s.d.

Amado, Teresa, *Fernão Lopes contador de História: Sobre a Crónica de D. João I*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

Andrade, Manuel Carlos de, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, 1790, 3ª edição, Dinalivro, Lisboa, 1997.

Antequera Amor, F., "Análisis de la Estructura técnica y regulamentaria de la lucha canaria como juego y deporte": in *Juegos y Deportes Autóctonos de Canarias*, I Jornadas de Juegos y Deportes Autóctonos, INEF de Canarias, Las Palmas, 1990, pp. 61-69".

Aragão, António, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700)*, Edição da DRAC, Funchal, 1981.

Ariès, Philippe, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Edição Relógio d'Água, Lisboa, 1973.

Aurora, A. Soares, *El-Rey Dom Duarte e o Leal Conselheiro*, São Paulo Editora, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1948.

Bajtin, Mijail, *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento: El contexto de François Rabelais*, Alianza Editorial, Madrid, 1989.

Bancel, Nicolas e Gayman, Jean-Marc, *Du guerrier à l'athlète : Éléments d'histoire des pratiques corporelles*, Presses Universitaires de France, Paris, 2002.

Baquero Moreno, Humberto, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

Baquero Moreno, Humberto e Freitas, Isabel Vaz de, *A Corte de D. Afonso V: o Tempo e os Homens*, Ediciones Trea, Gijón, 2006.

Barber, Richard, *The knight and Chivalry*, Roman and Littlefield, Totowa, 1975.

Barber, Richard e Barker, Juliet, *Les tournois*, Éd. Cie12, France, 1989.

- Barroca, Mário Jorge, "Armamento Medieval". In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *História Militar de Portugal*, Vol I, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003, pp. 122-161.
- Bartlett, Robert, *Panorama Medieval*, Editorial Art Blume, Barcelona, 2002.
- Baubeta, Patrícia A. O., *Anticlerical Satire in Medieval Portuguese Literature*, Ed. Edwin Mellen Press, 1992.
- Beirante, Maria Ângela, *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- Blanchard, Kendall e Cheska, Alyce, *Antropologia del Deporte*, Ediciones Belaterra, Barcelona, 1986.
- Bloch, Marc, *Introdução à História*, Publicações Europa-América, Mem Martins, s.d.
- Bloch, Marc, *Feudal Society*, Vol. 1, University of Chicago Press, Chicago, 1961.
- Bonhomme, Guy, *De la paume au tennis*, Éditions Gallimard, Paris, 1991.
- Bonhomme, Guy, « Le cheval comme instrument du mouvement humain à la Renaissance », in Jean Ceard, Marie-Madeleine Fontaine e Jean-Claude Margolin (Dir.), *Le corps à la Renaissance: Actes du XXX Colloque de Tours*, Aux Amateurs des Livres, Paris, 1990, pp.338-349.
- Botelho, Afonso, *Pensamento Português. D. Duarte*, Editorial Verbo, Lisboa, 1991.
- Botelho, Afonso, "Prefácio", in D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, Coleção *Pensamento Português*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998, pp. VI-XIV.

- Bouet, Michel, *Signification du Sport*, Paris, Editions Universitaires, Paris, 1969.
- Braga, Teófilo, *Gil Vicente e as origens do Teatro Nacional*, Livraria Chardon Editora, Porto, 1898
- Braga, Teófilo, “*Livrarias Manuscritas do século XV*”. In *História da Universidade de Coimbra*, Tomo I, Coimbra, 1982.
- Braga, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*, Col. Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.
- Braga, Teófilo, *O Povo português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Vol. I, Publicações D. Quixote, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1994.
- Branco, António, “*O outro: travesti do igual*”. In Teresa Amado (Coord.), *A Guerra até 1450*, Editorial Quimera, Lisboa, 1994, pp. 436-437.
- Buescu, Ana Isabel, “*A educação de príncipes e niños generosos. Um modelo quinhentista peninsular*”. *Revista de História das Ideias*, Vol. 19, 1997.
- Byles, Alfred (Ed.), *Early English Text Society*, London, 1926.
- Cabral, António, *Jogos populares portugueses*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1985.
- Caillois, Roger, *Os Jogos e os Homens: a máscara e a vertigem*, Editorial Cotovia, Lisboa, 1990.
- Carter, John Marshall, *Medieval Games: Sports and recreations in Feudal Society*, New York, 1992.
- Carvalho, Rómulo, *História da Educação em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar e Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.

- Castro, Armando, *As ideias económicas no Portugal Medieval (Séc. XIII a XV)*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1990.
- Castro, Maria Helena Lopes de Castro “Leal Conselheiro – o texto, o manuscrito, as edições”, in D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Coleção Pensamento Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998, pp. XV-XXVI.
- Clephan, R. C., *The Medieval Tournament*, Dover Publications, Inc., New York, 1995.
- Coelho, A., *O tempo e os homens: Séculos XII-XIV*, in J. Medina (Dir.), *História de Portugal*, Ediclube, Alfragide, 2004, Volume III, pp. 353-540.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Riley, Carlos Guilherme, “Sobre a Caça Medieval”, in Separata de «Estudos Medievais», Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Norte, Porto, 1988, pp. 221-227.
- Cornell, T. J. e Allen, T. B. (eds.), *War and Games*, Woodbridge, 2002.
- Conde de Sabugosa, *Bobos na Corte*, Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, Casal de Cambra, 2007.
- Crouch, David, *Tournament, Hambleton and London*, London, 2005.
- Cummins, John, *The Hound and the Hawk: The Art of Medieval Hunting*, Phoenix Press, London, 1998.
- Dias, Carlos Amaral. “D. Duarte e a depressão”, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 1, 1995, pp. 69-88.
- Dias, Isabel, *A arte de ser bom cavaleiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

- Diem, Carl, *História de los Deportes*, Luís de Caralt Editor, Barcelona, 1966,
- Duarte, Luís Miguel, *D. Duarte*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005.
- Duarte, Luís Miguel, *Aljubarrota: Cónica dos anos de brasa, 1383-1389*, QUIDNOVI, Matosinhos, 2007.
- Duby, Georges, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Editorial Estampa, Lisboa, 1978.
- Duby, Geroges, *Uma batalha na Idade Média: Bouvines, 27 de Junho de 1214*, Lisboa, Terramar-Editores, 2005.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, 2º Vol., Publicações D. Quixote, Lisboa, 1990.
- Elias, Norbert e Dunning, Eric, *A busca da Excitação*, Editorial Difel, Lisboa, 1992.
- Fernandes, Arminda Martins, *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*, Tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, Braga, 1999 (não publicado).
- Fernandes, Rogério, “D. Duarte e a Educação Senhorial”, *Separata de Vértice*, nº 37, Coimbra, 1978, pp. 3-44.
- Ferreira, Diogo Fernandes, *Arte da Caça de Altanería*, Livros Horizonte, Lisboa, 2006.
- Ferro Tavares, Maria José, “A festa, uma ruptura no quotidiano do homem medieval”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. I, 1996.
- Floc’hmoan, Jean. *La génesis de los deportes*, Editorial Labor, Barcelona, 1969.
- Flori, Jean, *La Chevalerie*, Éditions Gisserot, France, 2004.

- Flori, Jean, *A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média*: Madras Editora, São Paulo, 2005.
- Frutuoso, Gaspar, *Saudades da Terra*, Liv. IV, Vol. II, Edição Comemorativa do IV Centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso (facsimilada), Ponta Delgada. 2005.
- Fumagalli, Vito, *Solitude carnis. El cuerpo en la Edad Media*, Editorial NEREA, Madrid, 1990,.
- Gama, José, *A Filosofia da Cultura Portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995.
- Gasset, Ortega y, *A Origem Desportiva do Estado*, MEC/DGD, Lisboa, 1987.
- Gillet, B., *História breve do Desporto*, Editorial Verbo, Lisboa, 1961.
- Gomes, J. Pinharanda, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981.
- Gomes, Maria Manuela, *O homem, o animal e a floresta: Uma abordagem no Livro da Montaria de D. João I de Portugal*, Tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, Braga, 1997 (não publicado).
- Gomes, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Lisboa, 1995.
- Gómez, Talio Noda, "Salto del Pastor", in *Juegos y Deportess Autoctonos de Canárias*, Las Palmas, 1990, pp. 221-224.
- Guillmeister, Heiner, *Os Métodos de Investigação e o Desporto Medieval: Resultados Recentes e Perspectivas*, MEC/DGD, Lisboa, 1987.
- Hardy, Stephen, "The medieval tournament: A functional sport for the upper class", *Journal of Sport History*, 1974, pp. 91-105.

- Heers, Jacques, *Fêtes, jeux et Joustes dans les Sociétés d'Occident à la fin du Moyen Age*. Institute d'Etudes Médiévales, Paris-Montréal, 1982.
- Henriquet, Michel, "Préface", in Carlos Henriques Pereira, *Étude du premier traité d'équitation portugais: Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, du roi Dom Duarte*, Édition L'Harmattan, Paris, 2001, pp. 9-12.
- Herculano, Alexandre, *O Monge de Cister*, Tomo 1, Cap. X, Livraria Bertrand, 23<sup>a</sup> edição, Lisboa, s.d.
- Howell, Maxwell, « Réflexions sur la place des sports, des jeux et des activités physiques durant l'Antiquité », in Jean-Paul Massicote, e Claude Lessard, *Histoire du Sport de L'Antiquité aux XIXe Siècle*, Presses de L'Université du Québec, Sillery, 1984, pp. 9-19.
- Huizinga, Johan, *Homo Ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*, Edições 70, Lisboa, 2003,
- Huizinga, Johan, *L'automne du Moyen Âge*, précédé d'un entretien avec Jacques Le Goff, Éditions Payot & Rivages, Paris, 2002.
- Jover Ruiz, Ramiro, *La experiência corporal como herramienta de investigación en la Educación Física*, Apontamentos fornecidos no Curso de Doctorado en Ciências de la Actividad Física y del Deporte, Universidade de León, León, 2004 (texto policopiado).
- Jusserand, Jean-Jules, *Les sports et jeux d'exercice dans l'ancienne France*, Ed. Champion – Slatkine, Genève, 1986.
- Krus, Luis, "A Vivência Medieval do Tempo". In *Estudos de História d Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 343-355.
- Lapa, M. Rodrigues, "D. Duarte e a prosa didáctica". In *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, 10.<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1981, pp. 347-374.

- Le Goff, Jacques, *As doenças têm história*, Terramar, Lisboa, 1997.
- Le Goff, Jacques, “La cabeza o el corazón? El uso de las metáforas corporales durante la Edad Media”, in Michel Feher, Ramona Naddaff e Nadia Tazi, *Fragmentos para una Historia del cuerpo humano*, Parte 3ª, Taurus Editores, Madrid, 1992, pp. 15-26.
- Le Goff, Jacques e Truong, Nicholas, *Uma História do Corpo na Idade Média*, Teorema, Lisboa, 2005.
- Lima, Sílvio, “Ensaio sobre o Desporto”: in *Antologia de Textos, Coleção Desporto e Sociedade*, 2.ª edição, Ministério da Educação/Direcção Geral dos Desportos, Lisboa, 1987.
- Lobo, A. Costa, *História da Sociedade em Portugal no Século XV (1903)*, com prefácio de José Mattoso, Edições Rolim, Lisboa, Lda, 1984.
- Lopes, Alexandra, *Considerações sobre Afonso X e Las Siete Partidas*: in Teresa Amado (Coord.), *A Guerra até 1450*, Editorial Quimera, Lisboa, 1994, pp.145-164.
- Los deportes autóctonos de Castilla y León, Junta de Castilla y León, Valladolid, 1985.
- Macedo, Helder, *A poética da verdade d’Os Lusíadas*, in F. Gil e H. Macedo, *Viagens do olhar: Retrospecção, visão e profecia no Renascimento Português*, Campo das Letras, Porto, 1998.
- Mahlö, Friedrich, *L’acte tactique en jeu*, Éditions Vigot Frères, Paris: 1974.
- Man, Adriaan de, “Estudo Introdutório”: in Vegécio, *Tratado de Ciência Militar*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, pp. 15-24.
- Mandell, Richard D., *Historia Cultural del Deporte*, Edicions Bellaterra, Barcelona, 1986.
- Marivoet, Salomé, *Aspectos sociológicos do Desporto*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

- Markl, Dagoberto, "Breve contribuição para o estudo do jogo de xadrez da Biblioteca Nacional". *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional*, nº 2, 1998.
- Martelo, David., *A Dinastia de Avis e a Construção da União Ibérica*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- Martín González, José M., "Síntesis histórica de la lucha canaria":in *Juegos y Deportes Autóctonos de Canarias, I Jornadas de Juegos y Deportes Autóctonos*, INEF de Canarias, Las Palmas, 1990, pp. 71-78.
- Martins, Ferreira, *História do Exército Português*, Edição Inquérito, Lisboa, 1945.
- Martins, Mário "Experiência e Conhecimento da Natureza no Livro da Montaria", *Separata da Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo XIII, Fasc. I, Faculdade de Filosofia, Braga, 1957.
- Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Guimarães Editores, Lisboa, 1993.
- Mata, Eugénia e Valério, Nuno, *História Ecoómica de Portugal: Uma perspectiva global*, Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- Mattoso, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1980.
- Mattoso, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- Mattoso, José, *Naquele tempo: Ensaio de História Medieval*, Ed. Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2009.
- McIntosh, P. C., *O desporto na Sociedade*, Lisboa, Editorial Prelo, 1967.
- Melchor de Jovellanos, Gaspar, *Espectáculos y diversiones públicas e Informe sobre la Ley Agrária*, edición de José Lage, 2ª edição, Ediciones Cátedra, Madrid, 1979.
- Mercurial, Jeronimo, *Arte Gimnástico*, INEF, Madrid, 1973.

- Merêa, Paulo, Estudos de História de Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006.
- Monteiro, Gouveia João, “Orientações da cultura da corte na 1.ª metade do século XV (A literatura dos príncipes de Avis). Vértice, 5, IIª série, 1988, pp. 89-103.
- Monteiro, João Gouveia, “Torneios, justas e feitos de armas: Escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”, in Separata das Actas do V Colóquio “Do Infante e Tordesilhas”, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1994, pp. 1-72.
- Monteiro, João Gouveia, A guerra em Portugal nos finais da idade média, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.
- Monteiro, João Gouveia, “Castelos e Armamento”. In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), História Militar de Portugal, Vol I, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003, pp. 164-191.
- Moreno Palos, C., Juegos y deportes tradicionales en España, Alianza Editorial e Consejo Superior de Deportes, Madrid, 1992,
- Noronha Feio, Portugal: Desporto e Sociedade, Direcção-Geral da Comunicação Social, Lisboa, 1985.
- Oliveira, Maria Dalila D., D. Duarte, Educador: Uma Abordagem Interdisciplinar das Relações da Vontade com a Razão no Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, 1998.
- Oliveira Marques, A. H., Introdução à História da Agricultura em Portugal, 2ª Edição, Lisboa, 1968.
- Oliveira Marques, A. H., História de Portugal, Vol. I, Palas Editora, Lisboa, 1978.
- Oliveira Marques, A. H. de, A Sociedade Medieval Portuguesa, Livraria Sá da Costa, 5.ª edição, Lisboa, 1987.

- Parlebas, Pierre, Contribution à un lexique commenté en Science de L'Action Motrice, Publications I.N.S.E.P., Paris, 1981.
- Pereira, Carlos Henriques, Étude du premier traité d'équitation portugais : Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela du roi Dom Duarte, L'Harmattan, Paris, 2001.
- Pereira, Francisco Maria Esteves, "Introdução", in D. JOÃO I, Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918.
- Piel, Joseph, "Prefácio». In D. Duarte, Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela que fez E-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.
- Piernavieja del Pozo, Miguel, "El Deporte en la Literatura Latina (Antología)", Revista Citius, Altius, Fortius, Vol. II, 1960.
- Pombo, António Abílio, "Os jogos populares do nordeste transmontano", in Cameira Serra et al. (Org.), Os jogos tradicionais em Portugal. Homenagem a Noronha Feio, IPG e DGD, Guarda, 1990, pp. 13-24.
- Prieto, Maria Helena, "Bibliografia Clássica do Livro da Montaria de D. João I", in Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Coimbra, 1992, pp. 77-94.
- Rau, Virginia, Festas Medievais Portuguesas: Subsídios para o seu estudo, Editorial Presença, Lisboa, 2ª Edição, 1983.
- Reglamento de Lucha Leonesa: in Reglamentos de los Deportes Autóctonos de Castilla y León, Federación Regional de Deportes Autóctonos de Castilla y León, Zamora, 1991.
- Riley, Carlos Guilherme, A caça na sociedade e na cultura medieval, Relatório para uma aula teórico-prática apresentada para as provas

- de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988.
- Riley, C. Guilherme, “As cavalhadas: Raízes medievais e evolução histórica (contribuição para o estudo da festa nos Açores”, *INSVLANA*, Vol. L, nº 2, 1994: 305-330.
- Rilley, C. Guilherme e Rodrigues, Ana Maria S. A., “Les joutes D’Alvaro Gonçalves Coutinho à paris: un épisode portugais du conflit entre les Maisons de Valois e de Bourgogne“, in *115º Congr. Nat. Soc. Sav., Théâtre au Moyen Âge*, Avignon, 1990, pp. 305-319.
- Rodrigues, Ana Maria S. A., “Festas de touros no Portugal Medieval”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 4, Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho, Braga, 1991, pp. 343-358.
- Russell, Peter, *Henrique o Navegador*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.
- San Isidoro de Sevilla, *Etimologías*, Edición Bilingüe, com Texto Latino, Version Española y notas de J. Reta y M, C. Diaz y Diaz, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2004.
- Santiago-Otero, Horácio, *La cultura en la edad media hispana (110-1470)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.
- Santos, Francisco, *História Lúdico-Desportiva da Madeira*, Governo Regional da Madeira/SREJE, Funchal, 1989.
- Saraiva, António José, *A Cultura em Portugal*, Editorial Gradiva, Lisboa, 1996.
- Saraiva, António José, *Obras. O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 5.ª edição, Gradiva – Publicações, Lisboa, 1998.
- Scali, Marion, *Mestre Nuno Oliveira*, Edições INAPA, Lisboa, 2007.
- Sérgio, António, *Obras completas: Breve interpretação da História de Portugal*, Livraria Sá da Costa, 13.ª ed., Lisboa, 1989.

- Sérgio, Manuel e Feio, Noronha, *Homo Ludicus: Antologia de textos desportivos da Cultura Portuguesa*, Editorial Compendium, Lisboa, 1978.
- Serra, M. Cameira, *Os jogos tradicionais em Portugal. As relações entre as práticas lúdicas e as ocupações agrícolas e pastoris*, Vols. 1 e 2, Tese de Doutoramento, UTAD, Vila Real, 1999 (não publicado). Id., *ibid.*
- Serra, M. Cameira, *O Jogo e o Trabalho: Episódios lúdico-festivos das antigas ocupações agrícolas e pastoris colectivas*, Edições Colibri e INATEL, Lisboa, 2001.
- Serra, Cameira e VEIGA, Pires, *A Malha, desporto tradicional português*, A.D.J.T.L., Guarda, 1986.
- Serra, M. Cameira e Serra, Nuno, *Os Jogos de Força na Tradição Portuguesa*, Editorial Colibri, Lisboa, no prelo.
- Serra, N. Cameira, *Os Jogos e o Desporto na passagem do século XIX para o XX*, Monografia de final do Curso de Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra/FCDEF, Coimbra, 1998 (não publicado).
- Serra, N. Cameira, *O Ténis em Portugal*, Tese de Mestrado, Universidade do Porto/FCDEF, 2004, Porto, (não publicado).
- Serrão, Joel, *O Carácter Social da Revolução de 1383*, Livros Horizonte, 6ª Edição, Lisboa, 1985.
- Silvério, Carla Serapico, *Representações da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa*, Edições Colibri e FCSH/UNL, Lisboa, 2004.
- Ulmann, Jacques, *De la Gymnastique aux Sports Modernes: Histoire des Doctrines de L'Éducation Physique*, J. Vrin, Paris, 1971.
- Vasconcelos, Carolina Micaëlis de, "Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria". *Revista Lusitana*, XIII, 1910, pp.149-432.

- Vasconcelos, Carolina Micaëlis de, “Introdução” ao Cancioneiro da Ajuda, Vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1990.
- Veiga de Oliveira, Ernesto, Festividades Cíclicas em Portugal, Publicações D. Quixote, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1995.
- Vegécio, Tratado de Ciência Militar, Tradução, Estudo Introdutório e Notas de Adriaan de Man, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.
- Veloso, Carlos Rodarte, “Festas em terra e no mar em honra do Divino Espírito Santo: in C. G. Silva (Coord.), História das Festas, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras E Universidade de Lisboa, 2006, Lisboa, pp. 187-193.
- Ventura, Maria Garcez, Igreja e Poder no século XV: Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450), Edições Colibri, Lisboa, 1997.
- Vicente Pedraz, Miguel, El imaginario de la excelencia corporal en el Libro de los Estados: Cuerpo y sociedad en la obra política de Don Juan Manuel, Fundación Archipiélago, Buenos Aires, 2002.
- Vicente Pedraz, Miguel, “El juego en el Medievo”. In S. Garcia Blanco (Coord.), VII Simposium Historia da Educación Física, Universidad de Salamanca, 1999-2000, Salamanca, 2000, pp. 47-59.
- Vigarello, Georges, História das Páticas de Saúde, Notícias Editorial, Lisboa, 1999.
- Vigarello, Georges, “El adestramiento del cuerpo desde la edad de la caballería hasta la urbanidad cortesana”: in M. Feher, R. Naddaff y N. Taz, Fragmentos para una historia del cuerpo humano, Taurus, 1991, Parte II, Madrid, pp. 149-199.
- Vigarello, Georges, Passion Sport: Histoire d’une culture, Éd. Textuel, Paris, s.d.



## **RESUMO EM ESPANHOL**



## RESUMO EM ESPANHOL

### ÍNDICE GENERAL

INTRODUCCIÓN Y METODOLOGÍA.....	1
---------------------------------	---

#### PARTE I - LAS ACTIVIDADES LÚDICAS Y CORPORALES EN EL "LIVRO DA MONTARIA"

##### **CAPÍTULO I - D. JOÃO I: EL REY, EL MONTERO Y EL ESCRITOR.....27**

1. PORTUGAL EN LA TRANSICIÓN DEL SIGLO XIV HACIA EL SIGLO XV .....27
2. REGIR Y MONTEAR: ENTRE EL DEBER Y EL PLACER.....47
3. EL LIVRO DE LA MONTERÍA. ESTRUCTURA DE LA OBRA .....60

##### **CAPÍTULO II - DE LOS PEQUEÑOS JUEGOS A LAS ACTIVIDADES REFINADAS DE LOS NOBLES .....71**

1. PRESENTACIÓN .....71
2. LOS PEQUEÑOS JUEGOS.....74
3. LAS PRÁCTICAS « DE SOLAZ Y PLACER».....82

##### **CAPÍTULO III - LAS PRÁCTICAS CORPORALES Y LA PREPARACIÓN PARA LA GUERRA .....87**

1. LAS «LIGEIRICES» Y LA «BRAÇARIA» .....87
2. LOS BELLOS JUEGOS DE LA JUSTA Y DEL TORNEO .....91
3. EL JUEGO DE LOS REYES: LA MONTERÍA..... 110

#### PARTE II - D. DUARTE Y LAS ACTIVIDADES EQUESTRES

##### **CAPÍTULO IV - DE UNA LARGA REGENCIA A UN CORTO REINADO..... 133**

1. UN REINADO HERIDO POR EL "DESASTRE DE TÁNGER" ..... 133
2. EL *LIBRO DE LA ENSEÑANZA. ESTRUCTURA DE LA OBRA*..... 145

##### **CAPÍTULO V - LOS JUEGOS Y LAS ACTIVIDADES CORPORALES EN EL "LIVRO DA ENSINHANÇA" ..... 157**

1. PRESENTACIÓN .....	157
2. LAS JUSTAS, LOS TORNEOS Y OTROS JUEGOS ECUESTRES.....	160
3. OTRAS ACTIVIDADES LÚDICAS Y CORPORALES REFERIDAS POR D. DUARTE .....	177
<b><u>CAPÍTULO VI - DUARTE Y LA ENSEÑANZA DEL ARTE DE LA EQUITACIÓN.....</u></b>	<b>189</b>
1. PRESENTACIÓN .....	189
2. DEL QUERER AL PODER .....	193
3. LA POSTURA DEL BUEN CABALLERO .....	198
4. EL CONCEPTO DEL MIEDO EN D. DUARTE.....	205
5. LAS PREOCUPACIONES CON LA SEGURIDAD Y LOS PELIGROS .....	212
6. LOS PRINCIPIOS PEDAGÓGICO-DIDÁCTICOS DE D. DUARTE .....	219
PARTE III- LOS CONTRIBUTOS DE D. JOÃO I Y DE D.DUARTE PARA LAS CIENCIAS DEL DEPORTE	
<b><u>CAPÍTULO VII - DE LA CAZA EN EL MONTE AL ARTE DE LA EQUITACIÓN.....</u></b>	<b>235</b>
1. INTRODUCCIÓN .....	235
2. LOS CAMBIOS SOCIALES Y LA ALTERACIÓN DE LAS PRÁCTICAS CORPORALES.....	235
3. EL CULTO DEL CUERPO EN D. JOÃO I Y D. DUARTE.....	245
4. LOS JUEGOS REFERIDOS Y LOS OMITIDOS EN EL <i>LIBRO DE LA MONTERÍA</i> Y EN EL <i>LIBRO DE LA ENSEÑANZA</i> .....	252
<b><u>CAPÍTULO VIII - DE LAS ACTIVIDADES CORPORALES EN LOS SIGLOS XI Y XV AL DEPORTE EN LA ACTUALIDAD .....</u></b>	<b>269</b>
1. DEL JUEGO AL DEPORTE .....	269
2. LA CAZA MAYOR, LA EQUITACIÓN Y LA GUERRA .....	284
3. CONTRIBUTOS DE LOS REYES DE AVÍS PARA LAS CIENCIAS DEL DEPORTE ..	290
<b>CONCLUSIÓN.....</b>	<b>303</b>
<b>FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA .....</b>	<b>313</b>
<b>RESUMEN EN ESPAÑOL .....</b>	<b>335</b>

## INTRODUCCIÓN Y METODOLOGÍA

Es en la primera mitad del siglo XV cuando fueron redactadas, en Portugal, las dos primeras grandes obras literarias esencialmente preocupadas por el culto al cuerpo: el “Livro da Montaria” y el “Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela”. Curiosamente, estos libros fueron escritos por los dos primeros monarcas de la segunda dinastía, dicha de Avis, D. João el I y su hijo D. Duarte.

D. João I (1357-1433), Maestre de Avis y posteriormente coronado como décimo rey de Portugal, ejerció su largo reinado entre 1385 y 1433. Tan repleta de éxitos bélicos fue su acción de gobierno, con miras a la consolidación del reino lusitano, que su nombre se quedó perpetuado con el epíteto de “el de Buena Memoria”. Este monarca escribió el “Livro da Montaria” presumiblemente entre 1415 y 1433, o sea, ya en la última fase de su vida<sup>692</sup>.

La primera edición de la obra fue realizada a partir del manuscrito depositado en la Biblioteca Nacional. Tiene fecha de 1918 y es de la responsabilidad de Francisco Maria Esteves Pereira, que también redactó la respectiva introducción<sup>693</sup>. Es precisamente en esta edición en la que nos basamos para analizar, transcribir y citar partes del respectivo

Transcurrieron sesenta y tres años hasta ser publicada una nueva edición del libro, coordinada por Lopes de Almeida, hasta que, más recientemente, salió a la luz la versión anotada por Manuela Mendonça<sup>694</sup>.

---

<sup>692</sup> Cf. MONTEIRO, J. G., “Orientações da cultura da corte na 1.<sup>a</sup> metade do século XV” (A literatura dos príncipes de Avis), *Vértice*, 5, II<sup>a</sup> Série, 1998, p. 95

<sup>693</sup> D. JOÃO I, *Livro da Montaria* hecho por D. João I, Rei de Portugal, conforme al manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, con Introducción de António Maria Esteves Pereira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918.

<sup>694</sup> D. JOÃO I, *Livro da Montaria*, edición de M. Lopes de Almeida, Col. Tesousos da Literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981; *idem*, *Livro de Montaria hecho*

Aunque la originalidad de la obra de D. João I no sea puesta en duda, es probable que el título y gran parte del texto puedan haber sufrido la influencia del *Libro de la Montería*, del rey Alfonso XI de Castilla, surgido en la primera mitad del siglo XIV<sup>695</sup>. Debe mencionarse, a este respecto, que la referida obra de Alfonso XI formaba parte del acervo de la biblioteca de D. Duarte<sup>696</sup>, pudiendo así suponerse que su padre ya la poseía.

Francisco Maria Esteves Pereira, que, como vimos, fue el responsable de la primera edición del “Livro da Montaria”, admite que, en la redacción del manuscrito, pueda haber habido una fuerte intervención de Martim Afonso de Melo, gran montero y autor de diversas obras literarias. Sin embargo, parece aceptar que las descripciones más técnicas vertidas por el rey en el texto del libro hayan sido basadas en su propia experiencia o en opiniones de peritos en la práctica de la montería. Esta colaboración es, de hecho, en diversas ocasiones confirmada por el propio D. João I<sup>697</sup>.

Buscando aclarar algunas dudas que puedan aparecer sobre esta cuestión, Maria Manuela Gomes realizó una comparación pormenorizada de la estructura y del contenido de las referidas obras de Alfonso XI de Castilla y de D. João I de Portugal. En sus conclusiones refiere que, mientras el tema central del texto del monarca castellano es la montería específicamente relacionada con la caza al ciervo, en su libro, D. João I centra su atención, de un modo casi exclusivo, en la caza del jabalí<sup>698</sup>.

---

por D. João I de Portugal, introducción, lectura y notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras – Editores, Ericeira, 2003.

<sup>695</sup> SARAIVA, A. J., *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Editorial Gradiva, Lisboa, 1998, p.16. La misma opinión es manifestada por MONTEIRO, J. G., *op. cit.*, p. 95.

<sup>696</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edición diplomática con transcripción de João José Alves Dias e introducción y revisión de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, pp. 206 y ss.

<sup>697</sup> D. JOÃO I, Cap. II, cap. XII y XIII.

<sup>698</sup> GOMES, M. M., *O homem, o animal e a floresta: Uma abordagem no Livro da Montaria de D. João I de Portugal*, Tesis de Máster en Historia y Cultura Medievales, Universidade do Minho, Braga, 1997, pp. 97 y ss.

Además, a pesar de que se verifiquen algunas semejanzas entre las dos obras homólogas en cuanto a su estructura, la autora afirma que la obra de D. Alfonso XI puede considerarse una compilación de textos de diversas proveniencias y no un trabajo individual y homogéneo<sup>699</sup>. Contrariamente, D. João I se afirma textualmente como el único autor de su obra, no presentando, sin embargo, las fuentes escritas en que se inspiró para su elaboración.

De hecho, según Maria Manuela Gomes, además el rey portugués nunca aludió a una posible inspiración en el texto atribuido a D. Alfonso XI; él explica claramente que el “Livro da Montaria” fue surgiendo a partir de su propia experiencia como montero y de largas conversaciones mantenidas con otros cazadores<sup>700</sup>.

En ese sentido, Manuela Gomes cree que, si en lo referente a los contenidos estrictamente cinegéticos el rey podría haberse basado en el texto del libro castellano, en lo que concierne a la caza del jabalí, la información facilitada por su libro “...no se encuentra, hasta a la fecha, en ninguna otra obra”<sup>701</sup>.

¿ Como surgió el gusto por la escritura en D. João I ? En verdad, no son conocidos los estudios literarios que el monarca, investido a los siete años en las funciones de Maestre de la Orden de Aviz, habría seguido. Se sabe sólo que fue criado por los frailes de la misma orden y se ejercitó en los hechos de armas y de la caballería.

Pero, Francisco Esteves Pereira reconoce que el rey, además de estos conocimientos, poseía una “notable instrucción general”, que fue aumentando después de su coronación, a pesar del poco tiempo que las tareas del desembargo y las guerras con Castilla le dejaban<sup>702</sup>.

---

<sup>699</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.

<sup>700</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>701</sup> GOMES, M. M., *op. cit.*, p. 86.

<sup>702</sup> PEREIRA, F. M. E., “Introdução”, in *Livro da Montaria feito por D. João I...*, *op. cit.*, p. XVII.

Son notorias y destacadas las influencias que las concepciones de Aristóteles y de otros autores griegos de la Antigüedad Clásica, como Jenofonte, tuvieron en D. João I, aspecto que es debidamente subrayado por Maria Helena Prieto. Esta autora remarca el hecho de que las traducciones al latín de las principales obras de Platón, Aristóteles y Jenofonte ya habían sido efectuadas antes de 1300, por lo que ya deberían ser conocidas en la corte portuguesa<sup>703</sup>.

El “Livro da Montaria” es una obra de cariz eminentemente técnico y narrativo, cuyo objetivo divulga el ejercicio de la caza mayor, sobre todo la del jabalí, realizada a caballo y en plena naturaleza. Como se desprende de la descripción pormenorizada y casi fotográfica de D. João I, la montería era una práctica colectiva, basada en la interacción de esfuerzos de varios participantes, con roles y estatus diferenciados, para la consecución de un objetivo común.

El resultado de la empresa surgía sólo después de transcurrido un largo proceso, que abarcaba los esfuerzos preliminares enfocados a la detección del rastro del jabalí y su posterior persecución, aproximación y muerte. Se trataba, por lo tanto, de una caza de proximidad, basada en una estrategia compleja, realizada sin recursos de armas de medio y largo alcance, predominando de este modo el enfrentamiento directo entre el cazador y la presa.

Además de aludir a los procedimientos técnicos aconsejados en esta actividad cinegética, D. João I procede a la narración minuciosa de los ambientes naturales donde ella transcurría y de las múltiples sensaciones que proporcionaba a los monteros. En un vocabulario sui generis, como se usaba en la época, D. João I busca describir las casas de campo, los paisajes, los colores, los sonidos y los olores característicos de los locales donde transcurrían las actividades de la montería. Con gran preocupación

---

<sup>703</sup> PRIETO, M. H., “Bibliografia Clássica do Livro da Montaria de D. João I”, in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, 1992, p. 79.

por el detalle, los montes, los bosques y los brezales que servían de escenario a la caza mayor son explicados, por Don João, en un lenguaje que parece brotar directamente de los sentidos.

De hecho, su narrativa nos surge tan real y auténtica que con la lectura de la obra nos sentimos transportados a los campos floridos hollados por el tropel de los caballos y la correría de los perros en las madrugadas húmedas. En este contexto, las palabras escritas por el primer rey de la Dinastía de Avis en el “Livro da Montaria” casi permiten al lector percibir el color de los paisajes, el olor de las plantas y la quietud de los lugares. Asimismo, la observación meticulosa de los animales y de sus características se encuentra bien reflejada en el texto, con un “empirismo lúdico de extraordinaria agudeza visual”, como subrayó Mário Martins<sup>704</sup>.

Por otra parte, el monarca busca describir las emociones que el “juego de andar por el monte” proporcionaba a los monteros, enaltecendo así las virtudes de este tipo de actividad cinegética. De hecho, la caza es por él considerada, en el prólogo de su obra, como un ejercicio «...bueno, y tan provechoso, que en su bondad rebasa todos los juegos, lo que ahora dicen habilidades...»<sup>705</sup>.

Refiriéndose al estilo literario del “Livro da Montaria”, Francisco Esteves Pereira observa que es claro y “...siempre noble y grave, como conviene a una obra didáctica, pero sin ser pesado”. Efectivamente, en su texto, el rey D. João I mantiene el discurso “...a un nivel correspondiente a su propia majestad, ordenando como rey, enseñando como montero muy experimentado”<sup>706</sup>.

---

<sup>704</sup> MARTINS, M., “Experiência e Conhecimento da Natureza no Livro da Montaria”, *Separata da Revista Portuguesa de Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1957, p. 7.

<sup>705</sup>D. JOÃO I, *Livro da Montaria* feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme el manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, Intr. de A. M. Esteves Pereira, op. cit., p. 3.

<sup>706</sup> PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*, p. XIII.

Por su parte, o “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sella”<sup>707</sup>, escrito por D. Duarte (1391-1438) – hijo de D. João I y su sucesor –, puede considerarse el primer tratado de equitación de la literatura europea surgido desde la Antigüedad. Realmente, por los autores citados, por las obras que constituían el acervo de su biblioteca, es poco probable que D. Duarte hubiera tenido conocimiento del famoso tratado *Hippiké*, de Jenofonte, ni tampoco del libro de Kikulli, escrito en 1490 a.C.<sup>708</sup>. De hecho, aquella obra, escrita en 360 a.C., sólo fue traducida al italiano en 1580, por lo que no podría haber influenciado a D. Duarte<sup>709</sup>.

En ese caso, verificamos, tal como aboga Joseph Piel<sup>710</sup>, que el “Livro da Ensinança” fue anterior claramente al tratado *Gli ordini di cavalcare*, del italiano Frederico Grisone, publicado en 1550, por lo tanto un siglo después de aquel<sup>711</sup>

Por otra parte, el propio D. Duarte, en el prólogo de su obra, afirma textualmente no conocer «outro [autor] que sobr'elle geeralmente screvesse» y, además, de la satisfacción que siente en «...poer esta scyencya primeiro em scripto»<sup>712</sup>.

---

<sup>707</sup> También conocido por Livro da Ensinança ou Livro do Cavalgar.

<sup>708</sup> Carlos Pereira, en la línea de otros autores, considera las *Tábuas* hititas de Kikulli el tratado más antiguo de equitación. PEREIRA, C. H., *Étude du premier traité d'équitation portugais: Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, du roi Dom Duarte*, Édition L'Harmattan, Paris, 2001, p. 25. En el prefacio de este libro se menciona a otro autor griego, Simon d'Athènes, maestro de Jenofonte, que en 424 a.C., escribió un libro sobre el arte ecuestre. *Op. cit.*, p. 9.

<sup>709</sup> La versión italiana tiene como título *Il modo del cavalcare scritto da Xenofonte*. Cf. DIAS, I., *op. cit.*, p. 89.

<sup>710</sup> PIEL, J., “Prefácio». In D. Duarte, Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela que hizo El-Rey Dom Eduarte de Portugal y del Algarve y Señor de Ceuta, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986, p. IX.

<sup>711</sup> Grisone fue discípulo de Giovanni Pignatelli, maestro de la escola de equitación de Nápoles, famosa en toda Europa, a principios del século XVI. Cf. PIEL, J., *op. cit.*, p. IX.

<sup>712</sup> D. DUARTE, Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela, *op. cit.*, p. 3.

De hecho, antes de que el “Livro da Montaria” y el “Livro da Ensinança” hubieran sido redactados, en Portugal eran poco conocidas obras de características esencialmente técnicas. Entre estas, aparecieron, a partir de mediados del siglo XIV, el “Livro da Cetraria” y el “Tratado das enfermidades das aves de caça”.

El contenido de estos libros, cuyo autor se desconoce, estaba, como sus títulos nos indican, más relacionados con las actividades cinegéticas en las que las aves amaestradas desempeñaban un papel central.

Además de estas obras, fue conocido en la época el “Livro d’Alveitaria”, organizado por maestro Giraldo, médico del rey D. Dinis, en 1318, y el “Livro de Falcoaria”, de Pêro Menino, halconero del rey D. Fernando, cuyos propósitos se encontraban también muy alejados de los del referido libro de D. Duarte<sup>713</sup>.

En el “Livro d’Alveitaria”, el maestro Giraldo procede a la recopilación de textos referentes a la área que, actualmente, se designa como medicina veterinaria. Sin embargo, consagra tres capítulos del texto a la enseñanza del caballo, aconsejando progresiones para el proceso de entrenamiento, refiriendo los diferentes tipos de marcha y trayectorias<sup>714</sup>.

Efectivamente, si bien ya eran conocidas, las referidas obras no debían haber ejercido gran influencia en la redacción del “Livro da Ensinança”. Esta idea fácilmente se instala en el espíritu del lector cuando D. Duarte informa que, a pesar de reconocer que en los asuntos versados en estos tratados la importancia para la formación del noble, acabó por no los abordarlos en la obra por varios motivos: para no dilatar la extensión de su libro; porque otros ya habían escrito sobre ellos; y también porque no constituían una área en la que tuviera gran experiencia<sup>715</sup>.

---

<sup>713</sup> DIAS, I., *op. cit.*, p. 19.

<sup>714</sup> Las fuentes principales del *Livro d’Alveitaria* fueron las obras de Teodorico e Jordanus Rufus. Cf. GOMES, M. M., *op. cit.*, pp. 81-83.

<sup>715</sup> D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 12 e 14.

Joseph Piel, en el prefacio del “Livro da Ensinança”, refiere que posteriormente, en el siglo XVII, salieron al público cuatro tratados de equitación redactados por autores portugueses: “Tratado da gineta ordenado de vinte e quatro perguntas que hum curioso lhe mandou perguntar”, de Fray Pedro Gallego, en 1629; “Tratado da cavallaria da gineta, com a doutrina dos melhores autores”, de Francisco Pinto Pacheco, en 1670; “Arte de cavallaria de gineta; bom primor de ferrar; e alveitaria, dividida en tres tratados, que contem varios discursos e experiencias desta Arte”, de António Galvam de Andrade, en 1678; e “Instrução da cavallaria da brida con hum copioso tratado da alveitaria”, de António Pereyra Rego, de 1679<sup>716</sup>.

Aunque editada en fecha posterior, reconocemos con un particular interés, dada su extensa descripción de los juegos ecuestres, la obra monumental de Manuel Carlos de Andrade, “Luz da Liberal e Noble Arte da Cavalaria”, publicada en 1790<sup>717</sup>.

Arminda Fernandes, por su parte, destaca dos obras, entre otras muchas de idéntico ámbito publicadas en España a finales del siglo XVI: “Tratado de la caballería a la gineta”, de P. Aguilar, en 1572, y “Libro de ejercicios a la gineta”, de Vargas Machuca, en 1600<sup>718</sup>.

D. Duarte fue considerado uno de los monarcas más ilustres de su tiempo, muy estudioso y poseedor de una vasta biblioteca, hecho que no era habitual en aquella época<sup>719</sup>.

Según el historiador Oliveira Marques, hacía mucho tiempo que existían libros en la corte portuguesa. Sin embargo, fue el rey D. Duarte que hizo aumentar su número, llegando el respectivo acervo bibliográfico a

---

<sup>716</sup> PIEL, J., *op.cit.*, p. XX.

<sup>717</sup> ANDRADE, M. C., *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria* (1790), 3ª edición, Dinalivro, Lisboa, 1997.

<sup>718</sup> Cf. FERNANDES, A., *O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média*, Tesis de Máster en Historia y Cultura Medievales, Universidade do Minho, Braga, 1999 (texto policopiado), p. 153.

<sup>719</sup> SARAIVA, A. J. *op. cit.*, p. 218.

ochenta y tres volúmenes, de los más variados asuntos. De hecho, la biblioteca personal de D. Duarte cubría diversos dominios del saber, pues comprendía obras de religión, ética y buenas costumbres, romances de caballería, tratados “técnico-científicos”, manuales de derecho y administración, libros clásicos de autores greco-latinos y de filosofía<sup>720</sup>.

El “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela” es un manual de arte ecuestre, de ejercicios físicos y juegos aconsejados a los nobles, que, en este particular, sigue en la línea de normas del libro escrito por su padre. A pesar de la bibliografía a la que ciertamente tuvo acceso, en el texto del “Livro da Ensinança” D. Duarte sólo hace referencia a cuatro obras: el “Livro de Montaria”, de su padre, el “Livro do Regymento dos Príncipes”, de Egídio Romano, el libro de Vegécio, y, según Joseph Piel, el “Livro das Coações dos Santos Padres do Egipto”, de João Cassiano<sup>721</sup>.

Una de estas fuentes bibliográficas, el “Institutorum Rei Militaris”, trataba directamente sobre la ciencia y el arte de la guerra. Su autor, Flávio Vegécio Renato, escribió en el siglo IV, durante el periodo imperial romano, ese notable manual de estrategia, táctica y logística del arte y de la ciencia bélica.

Según Adrian de Man, el tratado de ciencia militar de Vegécio fue, en este género, el libro más copiado y traducido, y que, en el mundo occidental, ejerció una gran influencia en la guerra medieval, ya fuera en las concepciones referentes a la preparación de los soldados, o en el dominio de la estrategia y de la táctica. Reconociendo su importancia, el rey Ricardo Corazón de León se hacía acompañar del “Rei Militaris” en todas las campañas.

En Portugal, Rui de Pina atribuyó la traducción del referido tratado militar al infante D Pedro, hermano de D. Duarte. Esa obra quedó registrada

---

<sup>720</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H., *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 5ª edição, 1987, p. 181.

<sup>721</sup> Cf. D. DUARTE, *op. cit.*, pp. 89, 106, 116, 119.

en el catálogo de la biblioteca de este monarca, aunque posteriormente hubiera desaparecido<sup>722</sup>.

Egídio Romano, preceptor de Felipe-el Hermoso, a quien dedicó el libro “De Regimine Principum”, fue otro de los autores cuyas ideas parecen haber tenido un gran seguimiento por parte de D. João I y D. Duarte, influenciando así su actividad de gobierno.

El cronista Rui de Pina también atribuyó a D. Pedro la traducción de esta obra, que de igual modo desapareció, sin dejar ningún vestigio. El texto del libro de Egídio Romano era tenido en tan elevada consideración por D. João I, que el rey, durante la toma de Ceuta, decidió leer algunos de sus pasajes a las tropas portuguesas<sup>723</sup>.

A pesar de su innegable interés, el “Livro da Ensinança” tuvo poca repercusión internacional. Este olvido se debe, ciertamente, al hecho de que el manuscrito se conoció sólo en el siglo XIX. Aún en Portugal, y de un modo inexplicable, la obra no mereció gran interés por parte de los cronistas<sup>724</sup>, por

---

<sup>722</sup> MAN, A. de, “Estudo Introdutório”: in Vegécio, *Tratado de Ciência Militar*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, pp. 21-24.

<sup>723</sup> Egídio Romano fue conocido por diversos nombres: Egídio Colonna, Frei Gil de Roma, Frei Gil Correado e Gil Correia. Cf. AMADO, T., *op. cit.*, pp. 103-104 e 106. Segundo Oliveira Martins, “...nem uma noite D. João I passava sem o ter á cabeceira”. Cf. OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p. 114.

<sup>724</sup> Sólo Rui de Pina lo afirma en estas pocas palabras: [D. Duarte] «hizo un libro de Regimiento para los que acostumbraban a ir en caballo». PINA, R., *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Tesouros da literatura e da historia, Lello & Irmao Editores, Oporto, 1997 p. 495. Considerados a veces discutibles y superficiales, los datos suministrados por los cronistas son fundamentales para la comprensión del periodo medieval. A pesar de las crónicas de la época no tenían datos de gran relieve hacia las dos obras en torno a las cuáles se centra nuestra investigación, consideramos su contribución esencial porque, si bien no hablen de los libros, caracterizan los reyes-autores, su temperamento, los hechos más relevantes y la sociedad de la época.

lo que fue ignorada y, lamentablemente, aún hoy no es bien conocida por muchos estudiosos de las Ciencias del Deporte<sup>725</sup>.

En la opinión de Sílvio Lima, esta obra de D. Duarte no supera, en términos de contenidos técnicos, el “Livro da Montaria”, a pesar de ser su ámbito más amplio, al abarcar, de forma pormenorizada, áreas complementarias, como la lucha, el manejo de la espada y el uso de la lanza, en la justa. Sin embargo, en la opinión de aquel autor, lo supera mayormente en lo que concierne a las finalidades pedagógico-didácticas, que son mucho más evidentes en el “Livro da Ensinança”. En este punto, Sílvio Lima aboga para que D. Duarte pueda considerarse “...el portugués que más fina y profunda conciencia tuvo de la pedagogía deportiva”<sup>726</sup>.

Fácilmente se nota, aunque de modo diverso, que ambas obras literarias se preocupan en enaltecer la importancia del caballo y del arte de cabalgar. Sin embargo, mientras en el “Livro da Montaria” D. João I exalta el ejercicio de la caza del jabalí, realizada a caballo, en los montes y descampados, su hijo D. Duarte, en el “Livro da Ensinança”, valora, por encima de todo, la enseñanza consecuyente y con las correspondientes fases de las técnicas del arte de cabalgar bien cualquier montura.

El tema central de la presente investigación son las actividades corporales descritas o sólo mencionadas en el “Livro da Montaria” y en el “Livro da Ensinança de bien cabalgar toda sela”, obras emblemáticas de la literatura portuguesa de finales del periodo medieval<sup>727</sup>. A través de su

---

<sup>725</sup> LIMA, S., *Ensaio sobre o Desporto*, 2.ª edición, ME/DG, Lisboa, 1987, pp. 37-38. Sílvio Lima fue profesor de la Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, con una vasta obra publicada, entre 1930 y 1950, en historia y ensayo, con importantes incursiones en el apartado del deporte

<sup>726</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>727</sup> Afonso Botelho, en el prefacio al “Leal Conselheiro”, de D. Duarte, considera que este rey constituye un punto de viraje, al afirmar que, con él, tuvo inicio en Portugal “... la autonomía del pensamiento y de la práctica que constituyen la época pre-moderna”. BOTELHO, A., “Prefacio”, in D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Edición crítica, introducción y

análisis, pretendemos encontrar respuestas para las siguientes cuestiones que, en un primer momento, nos abordan:

- ¿Qué importancia dieron D. João I y D. Duarte al culto del cuerpo, en términos de preparación militar?

- Más allá de las actividades prácticas y ecuestres, ¿qué actividades físicas y lúdicas fueron referenciadas en las dos obras? Y ¿cuáles las que, siendo practicadas al tiempo, no fueron mencionadas y porqué?

- ¿Qué principios y estrategias fueron recomendadas por estos monarcas en la enseñanza de los ejercicios físicos?

- ¿Qué tipo de incursión fue efectuada por D. João I y D. Duarte en el área que actualmente se designa como Ciencias del Deporte?

Al desarrollar nuestro estudio, tuvimos como principal finalidad analizar el contenido de las dos referidas obras, de forma que obtuviéramos un conocimiento profundo y riguroso del pensamiento de los respectivos autores. De este modo, es nuestro propósito demostrar:

- la importancia que, a finales del periodo medieval, fue atribuida por los nobles a la actividades corporales;

- los principios pedagógico-didácticos fundamentales que, en sus obras literarias, son defendidos por D. João I y D. Duarte en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la montería y de la equitación respectivamente;

- la atención que estos reyes dispensaron, en sus libros, a la cuestiones técnicas y científicas que actualmente se sitúan en el vasto ámbito de las Ciencias del Deporte.

Buscamos, primeramente, defender el interés de este estudio, cuya pertinencia y actualidad se justifican, a nuestro ver, por tres razones fundamentales:

1. El elevado interés que el análisis profundo y riguroso del “*Livro da Montaria*” y del “*Livro da Ensinhança de bem cavalgar toda sela*” representa para la Historia de la Educación Física y del Deporte en Portugal.

2. La importancia que debe reconocerse a D. João I y D. Duarte como posibles precursores de la Psicología y de la Pedagogía de las Actividades Físicas y del Deporte.

3. La inexistencia, en tanto en cuanto sabemos, de estudios centrados en las referidas obras según las perspectivas enunciadas en los dos puntos anteriores<sup>728</sup>.

---

<sup>728</sup> Registramos, pero, dos excepciones: el capítulo *El deporte, el miedo y D. Duarte*, incorporado por Sílvio Lima en su obra “*Ensaio sobre o Desporto*”, Lisboa, 1937, en el cual el autor hace el análisis del “*Livro da Ensinhança*” bajo una perspectiva que puede considerarse en el área de la Filosofía del Deporte; y el estudio de Rogério Fernandes, “D. Duarte e a Educação Senhorial”, integrado en la *Separata de la Revista Vértice*, n.º 37, Coimbra, 1978, pp. 3-44, basado en el análisis del “*Livro da Ensinhança*”.

En la Edad Media, tal como aún sucede en gran medida en los tiempos actuales, las actividades físicas y toda suerte de divertimientos estaban relacionadas con la posición social y las posibilidades económicas de las poblaciones.

Además de asociadas a la gestión del tiempo, del espacio y de los objetos materiales, como sucedió siempre en todas las épocas y circunstancias, las prácticas lúdicas y corporales constituían, también, un proceso de identificación y afirmación social. Asimismo nos parecen esclarecedoras las siguientes palabras de Vicente Pedraz, respecto a las actividades lúdicas de la Edad Media:

“...la distribución social de las diferentes prácticas lúdicas medievales puede explicarse, especialmente, como el resultado de las luchas de poder entre las distintas capas sociales por mantener u obtener algún grado de hegemonía social; digamos que por obtener o mantener, una cierta identidad, un cierto dominio y, en todo caso, la distinción de clase. Lo que, en cierto modo, hizo que existieran juegos cultos y juegos vulgares, juegos de caballeros y juegos de plebeyos, juegos permitidos y juegos prohibidos. Y es que, en definitiva, el juego como el vestido, la pose, la palabra o el gusto, es también un espacio de poder, muy especialmente en la medida en que su práctica representa disponibilidad de energía y de tiempo en una época precaria para la gran mayoría”<sup>729</sup>.

De este modo, creemos que es interesante percibir, a partir del texto de las dos obras referenciadas, qué actividades lúdicas y corporales habitualmente eran practicadas por la nobleza portuguesa a finales del periodo medieval. Más importante aún, cumple verificar las relaciones que puedan establecerse entre esos ejercicios y el tiempo libre, los espacios

---

<sup>729</sup> VICENTE PEDRAZ, M., “El juego en el medievo”. In S. Garcia Blanco (Coord.), *VII Simposium Historia da Educação Física*, Universidad de Salamanca, 1999-2000, p. 52.

privados, comunitarios o naturales donde transcurrían, y los materiales y equipamientos que su práctica requería.

No es de extrañar que, dado el linaje real de los autores del “Livro da Montaria” y del “Livro da Ensinhança”, que en los respectivos textos el lector sea casi exclusivamente remitido a las actividades corporales inherentes a la formación y diversión de los nobles. Además de eso, la montería y la equitación, por ser prácticas ecuestres, exigían, en la época, una posición social y económica sólo accesible a los titulares de la nobleza, constituyendo, así, un factor distintivo de su elevada condición.

Como ya dijimos anteriormente, creemos que el presente estudio constituye, en Portugal, el primer análisis del “Livro da Montaria” y del “Livro da Ensinhança de bem cavalgar toda sela”, bajo la perspectiva de las actividades físicas y lúdicas que allí son relatadas y preconizadas. De hecho, cualquiera de las dos obras fue elegida como tema central de diversas investigaciones, desarrolladas según perspectivas históricas, filológicas o filosóficas, bien distintas por lo tanto de aquella que nos orienta.

Realmente, el “Livro da Montaria” constituye el objeto de estudio de la Tesis de Máster de Maria Manuela Gomes, en Historia y Cultura Medieval, titulada “O homem, o animal e a floresta: Uma abordagem ao Livro da Montaria, de D. João de Portugal”, defendida en la Universidad de Minho, en 1997. El propósito de la autora es analizar la obra de D. João I desde una óptica esencialmente cultural y lingüística<sup>730</sup>.

En el mismo año, Isabel Días publica “A Arte de ser bom cavaleiro”, libro basado en el texto de su tesis de master en Literatura Portuguesa, presentada en la Facultad de Letras de la Universidad de Lisboa<sup>731</sup>. Como se percibe en el título, el estudio está centrado en la obra del rey D. Duarte,

---

<sup>730</sup> GOMES, M.M., *O homem, o animal e a floresta*. Tesis de Máster en Historia y Cultura Medievales, Universidade do Minho, Braga, 1997

<sup>731</sup> DIAS, I., *A Arte de ser Bom Cavaleiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

pero con el objetivo esencial de "...mostrar su relevancia literaria en el conjunto de la prosa didáctica medieval"<sup>732</sup>.

En 1998, Maria Dalila Oliveira defendió, en la Universidad de Minho, la Tesis de Master en Historia y Cultura Medieval subordinada al título "D. Duarte, Educador: Uma Abordagem Interdisciplinar das Relações da Vontade com a Razão no Livro da Ensinança de Bem cavalgar toda Sela"<sup>733</sup>, con orientaciones eminentemente filosóficas.

También en la Universidad de Minho fue presentada por Arminda Martins Fernandes, en 1999, la tesis de Master en Historia y Cultura Medieval titulada "O Cavalo e o Cavaleiro na Idade Média". La finalidad del estudio de Arminda Fernandes consistió esencialmente en mostrar la importancia socioeconómica del caballo en el periodo medieval. Para tal efecto, la autora se basó, en gran medida, en los textos del "Livro da Montaria" y del "Livro da Ensinança".

En 2001, Carlos Henrique Pereira publicó, en Francia, la obra "Étude du premier traité d'équitation portugais: Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela du roi Don Duarte". Su propósito fundamental se orientó hacia la cuestión técnica referente al proceso evolutivo de la equitación militar para la equitación clásica<sup>734</sup>.

A pesar de que hemos centrado nuestra atención sobre estas investigaciones, que, tal como el presente estudio, trabajan sobre las obras de D. João I y D. Duarte, no fueron ellas las fuentes principales en que nos basamos, dadas las perspectivas similitudes que guiaron los respectivos autores. En verdad, más que la mera revisión de estos recursos bibliográficos consideramos fundamental el análisis de las fuentes primarias,

---

<sup>732</sup> *Idem, ibidem*, p. 15. La perspectiva de la autora surge en la idea de Rodrigues Lapa y Joseph Piel.

<sup>733</sup> OLIVEIRA, M. D., D. Duarte, Educador: Uma Abordagem Interdisciplinar das Relações da Vontade com a Razão no Livro da Ensinança de Bem cavalgar toda Sela, Tesis de Máster en Historia y Cultura Medieval, Universidade do Minho, Braga, 1998.

<sup>734</sup> PEREIRA, C. H., *op. cit.*, p. 21.

o sea, de las obras literarias que constituyen el objeto esencial de nuestro estudio: el “Livro da Montaria” y el “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela”.

Así, se manifestó a nuestro entender particularmente importante, en relación al “Livro da Montaria”, la primera edición de la obra, de la cual fue responsable Francisco Maria Esteves Pereira<sup>735</sup>, en 1918. Esta publicación fue hecha directamente a partir del manuscrito perteneciente al acervo de la Biblioteca Nacional, que anteriormente aludimos. Fue de esa edición que sacamos todas las citas de D. João I. También la edición de esa obra con introducción y notas en las ediciones de Lopes de Almeida, perteneciente a la colección “Tesousos da Literatura e da Historia” y la de Manuela Mendonça merecieron nuestro análisis<sup>736</sup>.

En lo que concierne al “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela”<sup>737</sup>, nos basamos esencialmente en la edición crítica de Joseph Piel. Sin embargo, con miras a la comprensión del pensamiento del rey D. Duarte, en especial al que concierne a sus preocupaciones morales e inquietudes de naturaleza filosófica, consideramos fundamental la lectura de sus restantes obras literarias.

En este sentido, se revistió de particular relevancia el texto del “Leal Conselheiro”, en relación al cual analizamos la edición crítica de Joseph Piel<sup>738</sup>, así como la edición que incorporaba la introducción y notas de Maria Helena Lopes de Castro<sup>739</sup>. También el “Livro dos Conselhos de el-Rei D.

---

<sup>735</sup> PEREIRA, F. M. E., *op. cit.*

<sup>736</sup> D. JOÃO I, *Livro da Montaria*, edición de M. Lopes de Almeida, Col. Tesousos da Literatura e da História, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981; D. JOÃO I, *Livro de Montaria feito por D. João I de Portugal*, introducción, lectura y notas de Manuela Mendonça, Mar de Letras – Editores, Ericeira, 2003.

<sup>737</sup> D. DUARTE, *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, edición crítica de Joseph Piel, *op. cit.*

<sup>738</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, edición crítica de Joseph Piel, Livraria Bertrand, Lisboa, 1942.

<sup>739</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, Ed. Crít., intr. e notas de M. H. L. de Castro, *op. cit.*

Duarte” (conocido por “Livro da Cartuxa”), en la edición diplomática con transcripción de Joao Alves Días e introducción y revisión de Oliveira Marques, mereció de nuestra debida atención<sup>740</sup>.

Muy importantes se mostraron también, para nuestra investigación, los escritos de los cronistas portugueses, particularmente de los que narraron los hechos acontecidos durante los reinados de los monarcas del siglo XV. En este ámbito, destacamos las siguientes fuentes: de Fernão Lopes, la “Crónica de D. João I”, en la edición preparada por M. Lopes de Almeida y A. Magalhães Basto<sup>741</sup>, así como los “Quadros da Crónica de D. João I”, con selección, prefacio y notas de Rodrigues Lapa<sup>742</sup>; de Rui de Pina, la “Chronica D’El-Rei D. Duarte”, editada por la Biblioteca de Clásicos Portuguezes<sup>743</sup>; y, de Gomes Eanes de Zurara, la “Crónica de El-Rei D. João I”, de la Editorial Escriptorio<sup>744</sup>.

Más recientemente, en 2005, salieron a la luz pública las biografías de D. João I y de D. Duarte, de Maria Helena Coelho y Luís Miguel Duarte, respectivamente, incluidas en la colección “Reis de Portugal”, bajo el sello de la Editorial Círculo de Leitores<sup>745</sup>. Estos estudios, con la visión particular de los respectivos autores, contribuyen a un mejor conocimiento de estos

---

<sup>740</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa)*, edición diplomática con transcripción de João José Alves Dias e introducción y revisión de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982. Acerca del pensamiento filosófico de D. Duarte, expresado en *Leal Conselheiro*, tiene aún que remarcarse: GAMA, J., *A Filosofia da Cultura Portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*, F.C.G. e I.N.I.C.T., Lisboa, 2005.

<sup>741</sup> LOPES, F., *Crónica de D. João I*, edición preparada por M. Lopes de Almeida y A. Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1949, Reimpresión de 1983.

<sup>742</sup> LOPES, F., *Quadros da Crónica de D. João I*, selección, prefácio y notas de Rodrigues Lapa, Textos Literários de Autores Portuguezes, 3ª edición, Lisboa, 1993

<sup>743</sup> PINA, R., *Chronica D’El-Rei D. Duarte*, Biblioteca de Clásicos Portuguezes, Lisboa, 1901.

<sup>744</sup> ZURARA, G. E., *Crónica de El-Rei D. João I*, Escriptorio, Lisboa, 1899.

<sup>745</sup> COELHO, M. H., *D. João I*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005; DUARTE, L. M., *D. Duarte*, Col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005.

monarcas portugueses. Ambos biógrafos buscan mostrar el temperamento del rey centrando sus análisis, en lo que concierne a sus ideas, a los principales acontecimientos en que estuvieron embarcados, así como a las condiciones socioeconómicas, culturales y políticas en que transcurrieron sus reinados.

El propósito que nos guió, a través del trabajo hermenéutico, fue comprender el sentido del discurso vertido por los dos primeros reyes de la segunda dinastía en el texto del “Livro da Montaria” y del “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela”<sup>746</sup>. Así, por medio del paradigma interpretativo, buscamos analizar y comprender, a la luz de las ideas vigentes en la época, la “prosa técnica” de de las dos obras.

De este modo, buscamos alejar, del referido análisis, la intención engañosa de investigar, en estos libros, el pensamiento de los referidos autores según una óptica focalizada en el presente, es decir, extraña a la ideas corrientes al tiempo o alejadas de las respectivas condiciones sociales, políticas, económicas y culturales.

En términos estructurales, nuestro trabajo, además de esta introducción, comprende tres partes y ocho capítulos.

La primera parte, titulada Las Actividades Lúdicas y Corporales en el “Livro da Montaria”, está compuesta por tres capítulos. El primero, denominado “D. João I: el Rey, el Montero y el Escritor”, está dividido en tres puntos: el inicial sirve para contextualizar el tiempo histórico y el ambiente económico, cultural, social y político vividos en Portugal en la transición de la primera a la segunda dinastía. Se dará particular relieve, en este punto, a la crisis política de 1383-1385 y a la actividad del Maestre de Avis después de su coronación como D. João I de Portugal. También a la educación caballeresca que el rey y su esposa D. Filipa de Lencastre proporcionaron a los infantes y así mismo, merecerán la debida atención el éxito que

---

<sup>746</sup> JOVER RUIZ, R., Metodología de la Investigación, Apuntes suministrados en el Curso “*La experiência corporal como herramienta de investigación en la Educação Física*”, Universidad de León, León, 2004.

constituyó la conquista de Ceuta. Las actividades desarrolladas por el monarca, reinar y cazar en los montes, hacen el objeto del segundo punto. En el punto siguiente será delineada la estructura dada por D. João I al “Livro da Montaria”.

El segundo capítulo se denomina “De los pequeños juegos a las actividades refinadas de los nobles”. Después de una breve presentación serán abordadas, en un primer paso, las actividades lúdicas a las cuales D. João I concede reducida importancia. Las prácticas «de solaz y placer», es decir, las actividades sociales de recreo, convivencia y galantería de los nobles, son tratadas en el punto siguiente. Estas posturas y comportamientos de los nobles fueran enaltecidas por el monarca. Todavía, es evidente que el no les reconoce los mismos méritos que a los ejercicios que preparan directamente para el oficio de las armas.

En el tercer capítulo, titulado “Las prácticas corporales y la preparación para la guerra”, fueran considerados tres puntos. En el primer punto nos detendremos sobre las actividades de destreza y rapidez que D. João I integra bajo la designación de “ligeirices” y a los ejercicios de fuerza a los que da la denominación de “braçaria”. En el segundo punto hacemos la descripción de los «juegos» que preparan al noble para la actividad bélica y la representan, o sea, la justa y el torneo. Por fin, en el tercer punto buscamos caracterizar la montería, práctica claramente más valorada y enaltecida por D. João I.

La segunda parte del estudio, que denominamos “D. Duarte y las Actividades Equestres”, contiene tres capítulos.

El cuarto capítulo, “De una larga regencia a un corto reinado”, comprende dos puntos. En el primero se mencionan los hechos más relevantes acontecidos en el corto reinado de este monarca, con especial relieve para los referentes a la tentativa fallida de la conquista de Tánger, y se muestran los rasgos más característicos de su carácter. En el segundo punto se procede a una presentación de la estructura del “Livro da Ensinança”.

En el quinto capítulo, que designamos “Los Juegos y las Actividades Corporales en el Livro da Ensinança”, consideramos tres puntos. Tras la presentación del tema, se abordan en el punto dos las prácticas ecuestres realizadas como entrenamiento para el ejercicio de las armas, expresamente la justa, el torneo y las cañas. Otros ejercicios físicos y juegos que el autor considera fundamentales para la formación del buen jinete son mencionados en el tercer punto. En este punto aludimos al tiro de la barra y de la lanza, así como a la lucha cuerpo a cuerpo.

Las manifestaciones de naturaleza pedagógica y didáctica mostradas por el autor son tratadas en el sexto capítulo, designado “D. Duarte y la Enseñanza del Arte de la Equitación”. Tras una previa presentación, se consideran en este capítulo cinco puntos más. En el segundo, se remarcará la importancia de la fuerza volitiva (es decir, del querer) para alcanzar el poder de controlar y superar el miedo surgido en el aprendizaje del arte y “ciencia” del buen cabalgar cualquier tipo de silla. El tercer punto hace referencia a las cuestiones técnicas (y éticas) asociadas a la postura del buen jinete. El cuarto está relacionado con la importancia atribuida por D. Duarte al concepto del miedo. En el quinto punto, se mencionan las preocupaciones del rey con la seguridad y, por fin, en el sexto, se presentan los principios de naturaleza pedagógica cuya utilización en la enseñanza de las técnicas ecuestres es preconizada por el monarca. En este último punto son referidos los consejos que el rey D. Duarte juzga necesario transmitir al lector en lo que concierne a la seguridad y prevención de accidentes que pueden ocurrir en las actividades ecuestres y se presentan otras preocupaciones didácticas por él evidenciadas en la formación del futuro caballero.

La tercera parte, titulada “Las contribuciones de D. Joao I y D. Duarte a las Ciencias del Deporte”, comprende dos capítulos y pretende constituir una síntesis reflexiva del contenido de las dos obras analizadas en las dos partes precedentes.

En el séptimo capítulo, “De la caza en el monte al arte de la equitación”, que integra cuatro puntos, después de una breve introducción,

se hace un análisis comparativo de las principales líneas de fuerza contenidas en las dos obras:

- en el punto dos, *Los cambios sociales y la alteración de las prácticas corporales*, observamos la disminución del interés por las actividades corporales realizadas a caballo, del reinado de D. João I para el de D. Duarte.

- en el punto tres, *El culto del cuerpo en D. João I y en D. Duarte*, da relieve a la preparación física en la formación del noble y a las concepciones que le están subyacentes.

- el punto cuatro se refiere a la enunciación de las prácticas corporales y juegos descritos o sólo mencionados en las dos obras, así como los que, en aquel tiempo, podrían haber sido practicados, pero no fueron objeto de mención en los dos libros.

En el octavo capítulo, “De las Actividades Corporales en los Siglos XIV y XV al Deporte en la Actualidad”, como dice el título, se hace una reflexión sobre las ideas expresadas por D. João I y D. Duarte en el dominio de las actividades corporales. También se establece aquí, siempre que sea conveniente, una comparación entre los dos autores, en los asuntos tratados en los tres puntos que constituyen este último capítulo. El primer punto sirve para encuadrar la evolución habida, en la primera mitad del siglo XV, entre las prácticas militares de los caballeros medievales y el deporte. En el segundo, denominado “La caza mayor, la equitación y la guerra”, se trazan los puntos de contacto entre las prácticas venatorias y bélicas. Finalmente, en el tercer punto, se elabora un análisis de las concepciones subyacentes a la narrativa de los dos autores, buscando detectar la posible aplicación de sus ideas en el área actual de las Ciencias del Deporte.

Resumiendo: en las dos primeras partes del estudio procedemos separadamente al análisis del “Livro da Montaria” y del “Livro da Ensinhança”, en los términos ya expresados. En la tercera parte, en contrapartida, buscamos efectuar una síntesis de las principales concepciones manifestadas por D. João I y Duarte, evidenciando las similitudes y diferencias que hay en ellas. También hemos intentado

remarcar hasta qué punto las ideas de estos reyes portugueses se proyectan en el presente.

Finalmente, en las conclusiones, se ha dado importancia a los aspectos más destacados tratados en el transcurrir del estudio. Además, se han destacado los aspectos referentes a los objetivos previamente trazados, así como a las respuestas a las dudas que dieron origen a nuestra investigación.

La elaboración de una tesis no debe ser encarada como un acto meramente individual. De hecho, su transcurso y el resultado final son el fruto de diversas contribuciones que, unas veces indican al autor el mejor camino a seguir, otras lo incentivan e le dan coraje para llegar a buen puerto. Por consiguiente, a lo largo del proceso de concepción y concretización del estudio, hemos beneficiado de muchos y inestimables apoyos, orientaciones y estímulos, que tenemos obligación de agradecer públicamente:

Al Profesor Eduardo Álvarez del Palacio, nos quedamos muy reconocidos por su competencia, preocupación metodológica y entusiasmo contagioso con lo cual nos orientó en esta longa caminata. Para allá de un Maestro, podremos afirmar, dadas las relaciones cordiales que con el establecemos y también su estímulo siempre presente, que, al conocer-le, ganamos un Amigo.

Al Instituto Nacional de Educación Física de León e, de modo muy particular al cuerpo docente del Curso de Doctorado en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte, por los preciosos ensinamientos que recibemos de todos los profesores.

A la Escuela Superior de Educación de Bragança (ESEB) e a la Escuela Superior de Educación, Comunicación y Deporte de Guarda (ESECD), por la comprensión y facilidades que nos han concedido en la fase de elaboración de esta disertación.

A todos los colegas del Departamento de Ciencias del Deporte y Educación Física de la ESEB y de la ESECD, de quien siempre nos sentiremos en deuda, por su amistad, incentivo y disponibilidad, que jamás olvidaremos.

Queremos aún manifestar nuestra gratitud a todas las personas que nos han apoyado y incentivado durante este trayecto, permitiendo de esta manera cumplir el designio inicialmente trazado.

## Conclusión

En el presente estudio procedemos a un análisis del “Livro da Montaria” e do “Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda sela”, escritos en la primera mitad del siglo XV por los dos primeros reyes de la Dinastía de Avís, en la perspectiva de las prácticas lúdicas y corporales mencionadas o descritas en ellos. Este designio nos pareció oportuno y pertinente, aunque esos libros, ya hayan sido objeto de otras investigaciones, nunca fueron examinados en la óptica que ahora adoptámos.

De la lectura de las crónicas de Fernão Lopes, Rui de Pina y Gomes Eanes de Zurara, sobre los reyes D. João I y D. Duarte, se verifica que fue dada muy poca importancia a las obras literarias producidas por estos monarcas. En contrapartida, los cronistas describieron exhaustivamente hechos relacionados con la vida de la corte, con el gobierno del reino y con viajes de los monarcas, pero, sobre todo, con episodios bélicos en que tomaron parte.

Las principales conclusiones a que llegamos, es decir, las respuestas conseguidas a las dudas relevadas en la introducción (y qué habían constituido la razón de ser de nuestro estudio) son las siguientes:

1.- D. João I e D. Duarte han reconocido un gran interés a las actividades corporales como medios de preparación militar. De hecho, ambos los dos monarcas preconizaran la ejercitación del cuerpo en tiempos de paz, para que los *defensores* del reino estuvieren siempre preparados, en las mejores condiciones físicas y psicológicas, hacia un buen desempeño en las batallas. Aún en tiempos de paz prolongada que caracterizó la mayor parte del reinado de D. João I y la vida de su hijo primogénito, la justa y el

torneo, las *cañas*, y el lanzamiento de lanza, las habilidades en cabalgar y el *juego de montería* se encaran como representaciones de guerra<sup>747</sup>.

En toda su obra, como referimos, D. João I hace una intensa apología a prácticas corporales diversas, sobre todo a la justa y al torneo, atribuyendo a la montería el lugar de mayor relevancia. En su perspectiva, la montería es una auténtica representación de la guerra, una dádiva de Dios a los reyes y señores para, en tiempo de paz, conservaren en un elevado nivel sus capacidades bélicas.

En D. Duarte se ha notado también una constante preocupación para difundir, en el seno de la nobleza lusa, la ineludible necesidad de la cultura física, con particular relevancia para las técnicas de la equitación. Aboga también que otros conocimientos técnicos referentes a la justa y al torneo, como al bueno uso de la espada y de la lanza, así como a la lucha cuerpo a cuerpo son necesarios en la formación del noble, tiendo en vista su futura aplicación en el campo de batalla.

2. En un breve vistazo, podemos ver que D. João I, en el “Livro da Montaria”, no pretende enunciar principios y mucho menos exponer un verdadero método de enseñanza-aprendizaje de la caza en el monte. De hecho, su propósito parece simplemente descriptivo, a pesar de no se cohibir de juntar, aquí y allí, juicios de valor a cerca del mérito y adecuación de situaciones, procedimientos y estrategias.

Solamente cuando se refiere a la explicación técnica de las operaciones de la montería, concretamente a las *vozarías*, a la *armada* y al ataque final de la presa, el rey revela algunas preocupaciones didácticas, en

---

<sup>747</sup> La propia guerra medieval puede ser entendida como un juego, donde la estrategia, la lucha, la representación de papeles y la intervención de factores aleatorios se vuelven componentes esenciales, como Huizinga defiende. Cf. HUIZINGA, J., *op. cit.*, pp. 111-126.

lo que se refiere a la seguridad y a la presentación de los contenidos de forma metódica y por fases<sup>748</sup>.

Al contrario, D. Duarte quiso enunciar diversos principios de naturaleza pedagógica y didáctica:

- explicó las condiciones previas que pueden colocarse al aprendizaje de las técnicas de equitación. En este sentido, quiere explicar la importancia de la “voluntad”, o sea, de la fuerza volitiva y de la motivación para que surjan las condiciones necesarias al “poder”, o sea, a la concretización del aprendizaje y a la consecuente evolución técnica;

- sugirió un plano de enseñanza-aprendizaje metódico y consecuente, que prevé el acceso del aprendiz a etapas cada vez más elevadas, preocupando-se siempre con la seguridad del alumno;

- aconsejó que la relación maestro-aprendiz se procese, de inicio, en un clima de gran permisividad y complacencia. Más tarde, en el momento apropiado, pasará a una instrucción más rígida, basada en la exigencia, en la corrección de los errores y en la autoridad del maestro;

- sugirió el recurso a la pedagogía del refuerzo, a la información del retorno, al ánimo y a la repetición;

- defendió el principio de la progresión, ya sea en la enseñanza de las técnicas de equitación, ya sea en el manejo de la lanza, en la justa;

---

748 Esto no significa por ello, que falten méritos al texto del libro, sobre todo de naturaleza literaria y apologética de las bellezas naturales, de la vida activa al aire libre y de la montería.

- demostró tener la noción del efecto benéfico de la activación funcional inmediatamente anterior a la tarea motora;

- enunció los respectivos componentes críticos de los ejercicios y los errores de ejecución más frecuentes. En este dominio, valoriza el papel de la auto-evaluación;

- llamó la atención para la importancia de la repetición de las tareas motoras. Así, entiende que, a través del entreno, el aprendiz podrá alcanzar niveles crecientes de mecanización y automatización motora.

Resumiendo, está patente en D. Duarte la intención de no dejar al saber la mera intuición los procedimientos que, según su perspectiva predecesora, debían considerarse en la enseñanza de las actividades corporales. Así, el rey, proyectó, con lógica y rigor, una verdadera didáctica de la enseñanza de la equitación, hecha de modo individualizado y activo, metódico y sistemático.

3. Los dos primeros reyes de la dinastía de Avis dieron gran importancia a los juegos y ejercicios físicos practicados en su época. Ambos los monarcas, como ya lo referimos, han valorizado sobre todo las actividades que más directamente preparaban para la guerra. Sin embargo, también han reconocido los que favorecían la afirmación del estatuto social más elevado y algunos que tenían finalidades esencialmente recreativas.

Si la montería fue considerada por D. Juan I como un “juego de reyes”, destinado apenas a los nobles (los «bões», quiere decir, los “buenos”), D. Duarte entendió la equitación como una arte y un rasgo distintivo de la nobleza. De hecho, como su obra lo revela, es al arte y «sciencia» del buen cabalgar cualquier tipo de silla que este monarca

atribuye la mayor relevancia, preocupándose mucho con la descripción del proceso de enseñanza-aprendizaje de las respectivas técnicas.

Ambos los monarcas encarecieron los juegos ecuestres del torneo y de la justa. Aunque D. Duarte haya hecho una alusión al juego de las *cañas*, no figuran en cualquier de las obras referencias a otros juegos ecuestres los cuales tuvieron gran importancia en el periodo medieval. Entre ellas tuvimos oportunidad de referir la “*argolinha*”, el “*baforde*” o “*tavolado*”, las “*alcanzias*” y las “*escaramuças*”. Quizá esta omisión se deba al hecho de que estos juegos – así como ha sucedido con las *cañas* – pasaron a hacer parte integrante del programa de los torneos, no mereciendo así cualquier mención particular.

Al juego de la “péla” (la *paume* francesa) D. João I atribuyó relativo mérito para o desenvolvimiento de la fuerza e da resistencia. No entanto esta práctica competitiva ha sido algo desvalorizada por D. Duarte.

D. João I exalta más que su hijo los ejercicios de fuerza y los lanzamientos de la barra, lanza y palos, a que llama “*braçaria*”, bien como diversas destrezas realizadas a caballo, las “*ligeirices*”.

Aunque las dos obras contengan frecuentes elogios a la justa y al torneo, solo en el “*Livro da Ensinança*” surgen explicaciones detalladas sobre el uso de la espada y de la lanza. El mismo se pasa con las técnicas de la lucha cuerpo a cuerpo y el modo de cabalgar en cualquier circunstancia, contenidos que solamente han sido desarrollados por el rey D. Duarte.

D. João I deprecia los juegos de *tabas* y los restantes juegos suerte o azar, que su hijo ni menciona, cuyo desarrollo es simplemente aleatorio, y no exigen por lo tanto cualquier habilidad o capacidad física especial. Al contrario, el ajedrez, a pesar de no presentar cualquier exigencia en el plano físico-motor, mereció a los monarcas una apreciación elogiosa, ya sea por exigir la actuación de las facultades mentales y permitir la reparación del espíritu, ya sea por representar fielmente la lucha entre dos ejércitos. En este contexto, el juego era apreciado por constituir una preparación teórica,

simulada, de la guerra y proporcionar conocimientos estratégicos considerados de gran importancia para ese fin.

Casi tan importante como la referencia a los juegos mencionados en las dos obras nos parece la percepción de los posibles motivos que llevaron D. João I y D. Duarte a omitir, en sus textos, otras prácticas usuales en la época. Realmente, diversos juegos mencionados en publicaciones de los siglos XV y XVI, que supuestamente eran conocidos por los dos monarcas, no les merecieron cualquier alusión. Unos, como la *peonza*, la “*jaldeta*” y el “*sarilho*”, se omitieron en los textos de los libros, seguramente por ser actividades más practicadas por los niños. Otros, como la *puerca*, y el juego de bolos o “*mancais*”, contenían en su desarrollo y en el material utilizado características tan rústicas, que serían diversiones casi exclusivamente de los medios rurales. Otros aún, como el “*butir*”, la “*badalassa*”, el “*fitellho*”, la “*malha*” (juego de la *picota*), el “*pega-chuna*” y el “*cubre*”, eran prácticas con características más o menos aleatorias, precedidas de apuestas y jugadas en dinero o en bienes (normalmente en vino), cuyo interés fue desvalorizado por D. João I. Como citamos, estos juegos de fortuna o de azar fueron por toda Europa, objeto de prohibiciones expresas en los edictales y ordenanzas reales y en las constituciones episcopales. Así, es probable que D. João I y D. Duarte juzgasen esos juegos como actividades poco apropiadas a los nobles y con reducido interés para la preparación militar, afuera, pues, del propósito de sus libros.

De la lectura de las dos obras resalta la idea de que los respectivos autores quisieron dar el ejemplo, a sus congéneres de la nobleza, de la necesidad de no se dejar envolver por la inactividad y ociosidad que empezaba a penetrar en la nobleza lusitana. Así, intentando combatir esa tendencia, los primeros reyes de la segunda dinastía revelaron bien la elevada importancia que atribuyeron a los juegos y ejercicios corporales al final de la Edad Media.

4. Del análisis de las dos obras se constata que ambos autores dieran contribuciones muy válidas a diferentes áreas del saber que actualmente se

integran en el vasto dominio de las Ciencias del Deporte. En efecto, D. João I hizo una nítida incursión en la Psicología del Deporte, al pensar sobre el elevado interés del *juego* de montería en el «corregir de los sentidos», o sea, en la reparación del espíritu. De este modo, consideró que este juego podía servir de esparcimiento y contrapunto en relación a la vida monótona y fatigante de la corte.

Tuvimos oportunidad de resaltar, por parecernos muy curioso, el hecho de que, en su tiempo, D. João I ya se quejaba del cansancio nervioso originado por la vida monótona y burocrática de la corte, aludiendo finalmente a aquello que, actualmente, se designa por *estrés*, justificado, en gran parte, por las características de nuestra sociedad tecnológica.

Según entendía el rey, el acto de recorrer montes y valles, a caballo, justo antes y después del despiste, persecución y muerte del venado, oso, jabalí o toro bravo, no es una actividad en vano. Efectivamente, el contacto con la naturaleza y la contemplación de los paisajes y de las bellezas de la fauna y flora desarrollan, según el rey, valores estéticos y éticos, además de los beneficios que tienen en el equilibrio psicológico, en la condición física y en la preparación para las actividades bélicas.

A parte de eso, las ideas *naturalistas* de D. João I parecen constituir trazos anticipadores de las perspectivas humanistas del Renacimiento, inspiradores del pensamiento de Locke y Rousseau y pré anunciadoras de la actual onda de los Deportes de Aventura, ejercicios corporales realizados en plena naturaleza, que cada vez gana mayor número de adeptos.

Con todo, pensamos, que su hijo D. Duarte va más fondo y más lejos, en el dominio de la Psicología del Deporte, cuando hace alusión a la importancia de la voluntad e a la superación del miedo y de la ansiedad en el aprendizaje de las técnicas del buen cabalgar.

En ambos autores es perceptible la influencia de la Antigüedad Clásica en la visión metafórica del cuerpo humano y de la sociedad medieval, bien como la importancia del ejercicio físico en el desarrollo de las capacidades humanas. Este aspecto, así como la descripción de los diversos juegos y prácticas corporales en que la nobleza se ejercitaba, en

Portugal, a principios del cuatrocientos, constituye, según nuestra opinión, materia fructífera para la Historia y la Antropología del Deporte.

Asimismo, las desigualdades entre los «juegos» medievales (principalmente de los juegos ecuestres) y los deportes son, como referimos, un campo fértil que puede ser intensamente explorado, en el área de la Historia del Deporte.

A pesar del elevado interés y pertinencia que, según nosotros, poseen todos los aspectos anteriormente citados, merece especial importancia el carácter precursor de D. Duarte en el área de la Pedagogía y Didáctica de las Actividades Corporales. En efecto, es importante subrayar la actualidad de muchas de las ideas, principios pedagógicos y procedimientos didácticos manifestados por el rey hace casi seiscientos años.

De la lectura de las dos obras prevalece la idea de que los autores han querido dar el ejemplo a los lectores de la necesidad de no involucrarse en la ociosidad que empezaba a surgir en la nobleza lusitana. Precisamente, procurando rechazar esa tendencia, los primeros reyes de la segunda dinastía destacaron la importancia atribuida a los juegos y ejercicios corporales a finales de la Edad Media.

En cada una de las obras se vuelve evidente, la intención de los autores en no limitar el texto a meros manuales técnicos así como la atribución de finalidad ética y moral a los contenidos versados.

Después de todo lo expuesto, creemos que no restan dudas sobre la importancia de “*Livro da Montaria*” y del “*Livro da Ensinança*” para un mejor conocimiento de la Historia del Deporte en Portugal. Estas obras literarias, por sus contribuciones a los distintos ámbitos de las Ciencias del Deporte, merecen ser más conocidas, debatidas y valorizadas.